

Revista de Ensino e Cultura

v.08, n.02, 2025 - ISSN 2595-7643



**Centro Universitário Natalense
Intituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte**

“Seu conhecimento ultrapassando barreiras”

REVISTA DE ENSINO E CULTURA - REC

A **Revista de Ensino e Cultura**, ISSN 2595-7643, é uma publicação digital do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. Uma revista, atualmente semestral, criada com o objetivo de incentivar e instigar docentes e discentes a divulgarem pesquisas, Trabalhos de Conclusão de Curso e estudo de Iniciação Científica em formato de artigos científicos de interesse em diversas áreas do conhecimento.

A Revista de Ensino e Cultura foi classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Avaliação Quadrienal referente ao período 2017-2020 com o Qualis B1. O Qualis foi considerado pelas Áreas de Avaliação de Antropologia / Arqueologia, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Ensino e Interdisciplinar.

CONTATO E ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Av. Prudente de Moraes, nº 4890, lagoa Nova, CEP: 59063-200, Natal/RN.

Fones: (84) 3234 3637 / 3234 3551.

E-mail: uniceuna.ic.articaps@hotmail.com.

REVISTA ONLINE:

EDITOR(A):

Me. Iara Miller (UNICEUNA/UPV).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UFG).

REVISÃO DE TEXTO EM PORTUGUÊS:

Dr.^a Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr.^a Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRPE).

COMITÊ DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL:

Dr.^a Cláudia Cecílio Daher (UNICEUNA).

Dr. Elio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Me. Giancarlo Paiva Nicoletti (UNICEUNA).

Me. Iara Miller (UNICEUNA).

Me. Manoel D'agonia Fernandes Braga (UNICEUNA).

Me. Tarso Rocha Lula Pereira (UNICEUNA).

CONSELHO EDITORIAL:

Dr.^a Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).

Dr.^a Cláudia Cecílio Daher (UNICEUNA).

Dr.^a Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Elio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Dr.^a Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).

Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).

Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)

Dr.^a Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).

Dr.^a Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Maycon Costa da Silva (DPERN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (SEBRA-RN).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UFG).

Dr. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior (UERN).

Dr.^a Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

EQUIPE DE PARECERISTAS *AD HOC*:

Dr.^a Catharinne Angélica Carvalho de Farias (UFRN).

Dr.^a Cátia Guaraciara Fernandes Teixeira Rossi (UNICEUNA).

Dr.^a Daliana Caldas Pessoa da Silva (UFRN).

Dr. Élio Pessoa Cazuza (UNICEUNA).

Dr.^a Elizabeth Cristina Gomes dos Santos (UFRN).

Dr. Emmanuel de Sousa Campos (UNIP).

Dr. Fabrício Germano Alves (UFRN).

Dr.^a Francisca de Souza Miller (UFRN).

Dr. João Felipe Bezerra (UFPB).

Dr. José Pedro da Silva Júnior (UNICEUNA)

Dr.^a Luanda Bárbara Ferreira Canário de Souza (UNICEUNA).

Dr. Luciano do Nascimento Silva (CCJ/UFPB).

Dr.^a Lucien Peroni Gualdi (UFRN)

Dr.^a Maria das Vitórias dos Santos Medeiros (UNICEUNA).

Dr.^a Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRPE).

Dr. Max Leandro de Araújo Brito (UFRN).

Dr. Paulo Maycon Costa da Silva (DPERN).

Dr. Paulo Ricardo Cosme Bezerra (SEBRA-RN).

Dr. Rêncio Bento Florêncio (UFG).

Dr. Sérgio Alexandre de Moraes Braga Júnior (UERN).

Dr.^a Vanessa Almeida Otelo (UNICEUNA).

PERIODICIDADE:

Semestral

DESCRIÇÃO:

Periódico (pen drive).

Volume 08, Número 02, Ano 2025 | ISSN: 2595-7643.

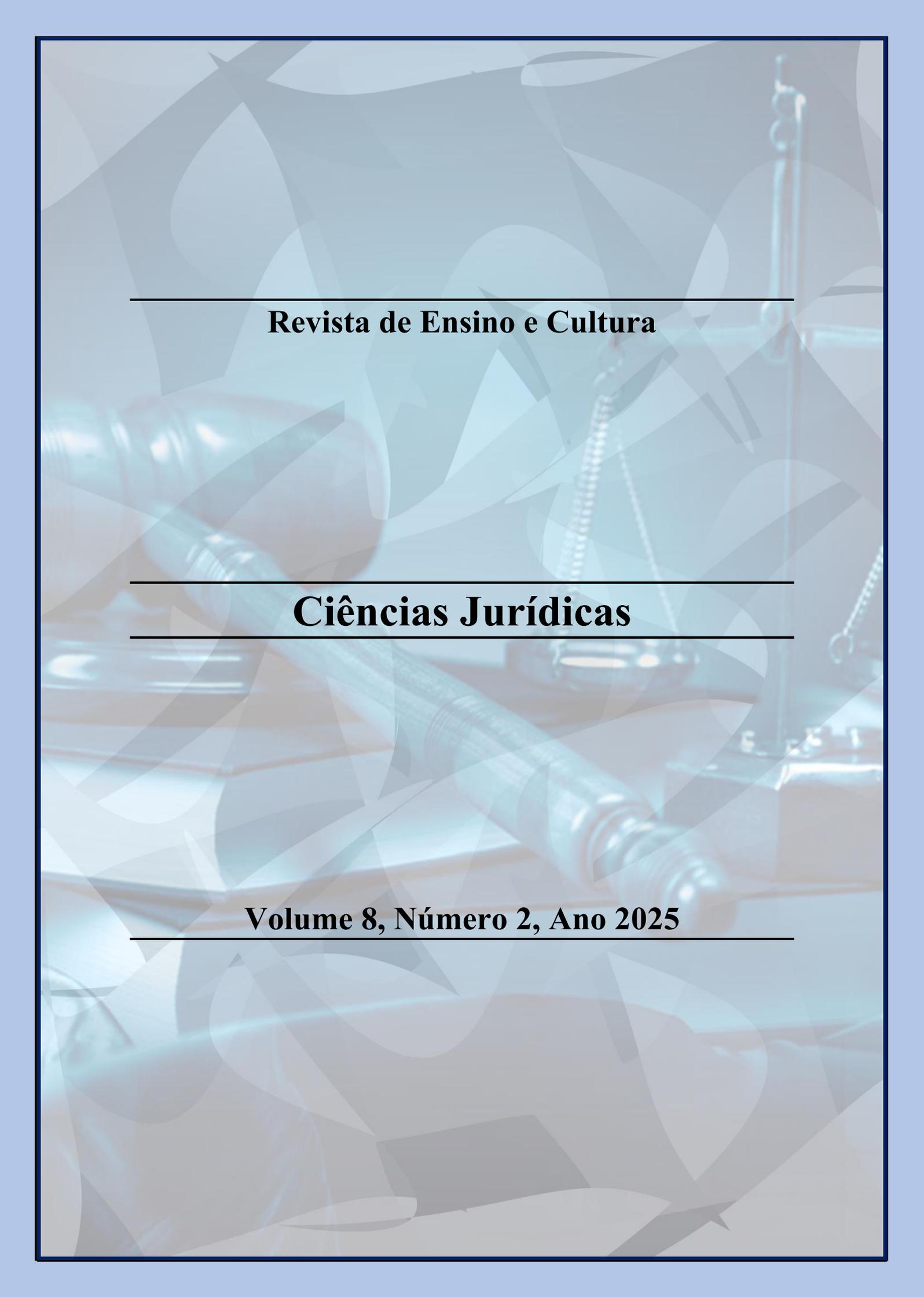
FONTES DE APOIO:

Centro Universitário Natalense – UNICEUNA.



Art.	__ SUMÁRIO __ SUMMARY RESUMEN __	Pág.
	CIÊNCIAS JURÍDICAS	<u>07</u>
01	<p>REINTEGRAÇÃO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE NOS PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NAS PENITENCIÁRIAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE <i>REINTEGRATION INTO THE BRAZILIAN PENAL SYSTEM: AN ANALYSIS OF REHABILITATION PROGRAMS IN STATE PENITENTIARIES OF RIO GRANDE DO NORTE</i> <i>REINTEGRACIÓN EN EL SISTEMA PENAL BRASILEÑO: UN ANÁLISIS DE LOS PROGRAMAS DE RESOCIALIZACIÓN EN LAS PENITENCIARIAS ESTATALES DE RIO GRANDE DO NORTE</i></p> <p>Autor(es): Ana Thalita da SILVA, Antoniel Vitor Medeiros da COSTA, Eryck Husthavo Gomes CÂNDIDO, Fernando Isaac Melo SANTOS, Jane Cleide Araújo Sá REVET, Alan Corrêa de MACÊDO.</p>	<u>08</u> a <u>24</u>
02	<p>UM NOVO COMEÇO: O PACTO DO FUTURO E A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA LOCAL <i>A NEW BEGINNING: THE COMPACT FOR THE FUTURE AND THE EVOLUTION OF GLOBAL GOVERNANCE</i> <i>UN NUEVO COMIENZO: EL PACTO PARA EL FUTURO Y LA EVOLUCIÓN DE LA GOBERNANZA MUNDIAL</i></p> <p>Autor(es): Alessandra de Almeida RODRIGUES e Alexsandro Lima de MOURA.</p>	<u>25</u> a <u>33</u>
03	<p>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO EMPRESARIAL E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA <i>HISTORICAL EVOLUTION OF BUSINESS LAW AND ITS RELATIONSHIP WITH CULTURE</i> <i>EVOLUCIÓN HISTÓRICA DEL DERECHO EMPRESARIAL Y SU RELACIÓN CON LA CULTURA</i></p> <p>Autor(es): Dalton L. B. P. dos SANTOS, Nadson GUTEMBERG e Tarso Rocha Lula PEREIRA.</p>	<u>34</u> a <u>47</u>
04	<p>OS REFLEXOS SOCIAIS DA ATUAÇÃO SINDICAL NO BRASIL <i>THE SOCIAL REFLEXES OF UNION ACTION IN BRAZIL</i> <i>LOS REFLEJOS SOCIALES DE LA ACCIÓN SINDICAL EN BRASIL</i></p> <p>Autor(es): Ana Paula Pereira DAVID, Bruna Tainá Sousa VILELA, Éder Guilherme Dantas LOPES, Luciana Paulino SANTOS, Péricles da Silva MEDEIROS e Diego Sidrim Gomes de Melo.</p>	<u>48</u> a <u>61</u>
05	<p>O LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO COMO ESTRATÉGIA DE TUTELA E DE DIREITOS NA JUSTIÇA BRASILEIRA: LIMITES E POSSIBILIDADES <i>EVENTUAL LITIS CONSORTIUM AS A STRATEGY FOR PROTECTION AND RIGHTS IN BRAZILIAN JUSTICES: LIMITS AND POSSIBILITIES</i> <i>EL LITISCONSORCIO OPCIONAL COMO ESTRATEGIA DE PROTECCIÓN Y DERECHOS EN LAS JUSTICIAS BRASILEÑAS: LÍMITES Y POSIBILIDADES</i></p> <p>Autor(es): Débora Reis PINHEIRO, Juliana Lopes NASCIMENTO, Licleiton de França BORBA, Santiago Rodrigues do Nascimento CORRÊA e Viviane Santos de Sá e SOUZA.</p>	<u>62</u> a <u>77</u>
	CIÊNCIAS HUMANAS	<u>78</u>
06	<p>INFLUÊNCIA DOS DESASTRES AMBIENTAIS DE MARIANA E BRUMADINHO NO RETORNO DAS AÇÕES DA COMPANHIA VALE S.A <i>INFLUENCE OF THE ENVIRONMENTAL DISASTERS OF MARIANA AND BRUMADINHO ON THE RETURN OF SHARES OF VALE S.A</i> <i>INFLUENCIA DE LOS DESASTRES AMBIENTALES DE MARIANA Y BRUMADINHO EN LA RENTABILIDAD DE LAS ACCIONES DE VALE S.A</i></p> <p>Autor(es): Valdemir Galvão de CARVALHO, Beatriz Silva de CARVALHO, Fernando Roberto Cavalcante Bandeira do AMARAL.</p>	<u>79</u> a <u>104</u>

07	<p>CONFLITOS NO AMBIENTE DE TRABALHO: CAUSAS, IMPACTOS E SUA GESTÃO <i>CONFLICTS IN THE WORKPLACE: CAUSES, IMPACTS AND ITS MANAGEMENT</i> <i>CONFLICTOS EN EL LUGAR DE TRABAJO: CAUSAS, IMPACTOS Y SU GESTIÓN</i></p> <p>Autor(es): Aparecido Gomes LEAL, Danielle Bezerra FIGUEIREDO, Melissa de Lima RISSID e Rosana AUGUSTO.</p>	105 a 128
08	<p>ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE PORTUGUÊS QUANTO À ORALIDADE (PNLD 2024): SUBSÍDIOS PARA A ESCOLHA DOCENTE <i>ANALYSIS OF PORTUGUESE COLLECTIONS REGARDING ORALITY (PNLD 2024): SUBSIDIES FOR TEACHER CHOICE</i> <i>ANÁLISIS DE LAS COLECCIONES DE PORTUGUÉS EN CUANTO A LA ORALIDAD (PNLD 2024): SUBSIDIOS PARA LA ELECCIÓN DOCENTE</i></p> <p>Autor(es): José Ricardo Dordron de PINHO.</p>	129 a 166
	CIÊNCIAS DA SAÚDE	167
09	<p>AVALIAÇÃO DOS FATORES DE RISCO PARA DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DO SONO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ASMA <i>EVALUATION OF RISK FACTORS FOR SLEEP-DISORTED BREATHING IN CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH ASTHMA</i> <i>EVALUACIÓN DE FACTORES DE RIESGO DE TRANSTORNOS RESPIRATORIOS DEL SUEÑO EM NIÑOS Y ADOLESCENTES COM ASMA</i></p> <p>Autor(es): Drielli Noemia Castro REZENDE, Thalma Tibúrcio Venâncio GOULART, Altalfico Fernandes de OLIVEIRA, Barbara Bernadelli RIBEIRO, Beatriz Barreira MATIAS, Cibelle Luiza OLIVEIRA, Letycia Wiwia Soares QUEIROZ, Matheus Henrique Guimarães da SILVA, Nathália Dantas Marques QUIRINO, Lusmaia Damaceno Camargo COSTA, Paulo Sérgio Sucasas da COSTA, Natasha Yumi MATSUNAGA e Raquel Vidica FERNANDES.</p>	168 a 182
10	<p>NÍVEIS DE DEPENDÊNCIA AO CIGARRO ELETRÔNICO NA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO OBSERVACIONAL <i>LEVELS OF DEPENDENCE ON ELECTRONIC CIGARETTE IN THE POPULATION OF RIO GRANDE DO NORTE: AN OBSERVATIONAL STUDY</i> <i>NIVELES DE DEPENDENCIA DE CIGARRILLOS ELECTRÓNICOS EN LA POBLACIÓN DE RIO GRANDE DO NORTE: UN ESTUDIO OBSERVACIONAL</i></p> <p>Autor(es): Gabriella Caiana dos SANTOS, Rêncio Bento FLORÊNCIO e Catharinne Angélica Carvalho de FARIAS.</p>	183 a 201
11	<p>VIABILIDADE DE UM PROTOCOLO DE EXTUBAÇÃO NEONATAL: UMA SÉRIE DE CASOS <i>FEASIBILITY OF A NEONATAL EXTUBATION PROTOCOL: A CASE SERIES</i> <i>VIABILIDADE DE UN PROTOCOLO DE EXTUBACIÓN NEONATAL: UNA SERIE DE CASOS</i></p> <p>Autor(es): Nayara Nubia de Sousa MOREIRA, Nayara Rodrigues Gomes de OLIVEIRA, Patrícia Gonçalves EVANGELISTA e Waldemar Naves do AMARAL.</p>	202 a 215
12	<p>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM BRONQUIOLITE EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA <i>EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF PATIENTS WITH BRONCHIOLITIS IN PEDIATRIC INTENSIVE CARE UNITS</i> <i>PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES CON BRONQUIOLITIS EN UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS PEDIÁTRICOS</i></p> <p>Autor(es): Amanda Lohany Sousa CAMPOS, Nayara Rodrigues Gomes de OLIVEIRA, Laís Aparecida da SILVA, Aika Ribeiro KUBO, Jakeline Godinho FONSECA e Geovana Sôffa RÉZIO.</p>	216 a 233
	SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	234

The background of the cover features a close-up, slightly blurred image of a hand holding a silver pen over a scale of justice. The scale is positioned on the right side, and the pen is held diagonally across the center. The overall color palette is a mix of light blue, teal, and beige tones, creating a professional and academic atmosphere.

Revista de Ensino e Cultura

Ciências Jurídicas

Volume 8, Número 2, Ano 2025

**REINTEGRAÇÃO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: UMA
ANÁLISE NOS PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NAS
PENITENCIÁRIAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE**
*REINTEGRATION INTO THE BRAZILIAN PENAL SYSTEM: AN
ANALYSIS OF REHABILITATION PROGRAMS IN STATE
PENITENTIARIES OF RIO GRANDE DO NORTE*
*REINTEGRACIÓN EN EL SISTEMA PENAL BRASILEÑO: UN
ANÁLISIS DE LOS PROGRAMAS DE RESOCIALIZACIÓN EN LAS
PENITENCIARIAS ESTATALES DE RIO GRANDE DO NORTE*

Ana Thalita da SILVA¹

Antoniél Vitor Medeiros da COSTA²

Daene Silva de Morais LIMA³

Eryck Gusthavo Gomes CÂNDIDO⁴

Fernando Isaac Melo SANTOS⁵

Jane Cleide Araújo Sá REVET⁶

Alan Corrêa de MACÊDO⁷

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os programas de ressocialização como fundamento da pena no Brasil, tendo como delimitação territorial as penitenciárias estaduais do Estado do Rio Grande do Norte. Para alcançar os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, identificando quais as possibilidades para redução da reincidência nos presídios, tendo como base teórica artigos e dados disponíveis na literatura sobre a teoria da pena ressocializadora os desafios do sistema

¹ Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: thalitasilva2611@gmail.com).

² Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: antonielsec18@gmail.com).

³ Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: daenesmorais@hotmail.com).

⁴ Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: eryckfit@gmail.com).

⁵ Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: fernandoisaac93@gmail.com).

⁶ Discente do Curso de Direito - UNICEUNA. (E-mail: janedesa@gmail.com).

⁷ Especialização em Direito Penal e Processo Penal Aplicado. Especialização em Direito Constitucional Aplicado. Graduado em Direito. Curso Superior Tecnológico em Segurança Pública. Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública. Docente do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: alanmacedo@tjrn.jus.br).

prisional brasileiro e as práticas ressocializadoras locais, considerando a realidade socioeconômica do Estado. Diante do exposto, o presente artigo tem como proposta analisar quais os programas de reintegração desenvolvidos no sistema penal brasileiro, que contribuem no fortalecimento da ressocialização do detento, de forma a reduzir a reincidência nas Penitenciárias Estaduais do Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Ressocialização. Pena. Sistema Penal. Reincidência.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the rehabilitation programs as the basis of punishment in Brazil, having as territorial delimitation the state penitentiaries of the State of Rio Grande do Norte. To achieve the objectives of the study, qualitative research was carried out, identifying the possibilities for reducing recidivism in prisons, based on articles and data available in the literature on the theory of resocializing punishment, the challenges of the Brazilian prison system and local resocializing practices, considering the socioeconomic reality of the State. In view of the above, this article aims to analyze which reintegration programs developed in the Brazilian penal system, which contribute to strengthening the rehabilitation of the inmate, in order to reduce recidivism in the State Penitentiaries of the State of Rio Grande do Norte.

Keywords: Resocialization. Sentence. Penal System. Recidivism.

RESUMEN

El objetivo principal de este artículo es analizar los programas de rehabilitación como base de la pena en Brasil, teniendo como delimitación territorial los centros penitenciarios estatales del Estado de Rio Grande do Norte. Para alcanzar los objetivos del estudio, se realizó una investigación cualitativa, identificando las posibilidades de reducción de la reincidencia en las cárceles, a partir de artículos y datos disponibles en la literatura sobre la teoría de la resocialización del castigo, los desafíos del sistema penitenciario brasileño y las prácticas locales de resocialización, considerando la realidad socioeconómica del Estado. En vista de lo anterior, este artículo tiene como objetivo analizar cuáles programas de inserción desarrollados en el sistema penal brasileño, que contribuyen al fortalecimiento de la rehabilitación del interno, con el fin de disminuir la reincidencia en las Penitenciárias Estatales del Estado de Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Resocialización. Pena. Sistema Penal. Reincidencia.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o conceito de pena evoluiu ao longo das décadas, sendo hoje amplamente reconhecido que sua finalidade vai além da punição, incorporando também aspectos de prevenção, retribuição e ressocialização. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, define o respeito à dignidade da pessoa humana como um princípio basilar, refletindo-se também na Lei de Execução Penal (LEP), que visa promover a reintegração dos indivíduos privados de liberdade.

A ressocialização no Brasil depende do envolvimento de todos os poderes, principalmente na perspectiva do estado em relação à abordagem na garantia da política pública e de ressocialização na sociedade brasileira. Porém, essa perspectiva ressocializadora encontra dificuldades específicas devido às limitações estruturais, orçamentárias e sociais.

Partindo dessa problemática, motivou-se o presente artigo, com a proposta de analisar por meio de uma revisão bibliográfica a eficácia da ressocialização no contexto regional, e partindo dessa compreensão, buscar apontar caminhos para a melhoria do sistema penal, de modo que este cumpra efetivamente o devido papel transformador e integrador do apenado.

Deste modo, o presente trabalho pretende discorrer a respeito da eficácia da ressocialização como fundamento da pena no Brasil, tendo delimitação territorial as penitenciárias estaduais do Estado do Rio Grande do Norte.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Evolução Histórica da Pena no Brasil

Historicamente, a pena foi concebida como uma forma de vingança e retaliação. Com a modernização dos sistemas jurídicos, o conceito de pena sofreu transformações e, ao final do século XVIII, ganhou um sentido mais humanitário, reconhecido como a “Era do Humanitarismo Penitenciário”, fruto das obras e do trabalho desenvolvido por

precursores ativistas da área penal e penitenciária, como John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham⁸.

Movimentos em defesa da racionalidade impulsionaram a evolução da pena privativa da liberdade, com a proposta na melhoria das condições de vida dos que estão privados de sua Liberdade. Beccaria foi um grande ativista para a compreensão da proporcionalidade e eficácia na prevenção de delitos, e teve uma grande reverberação na sociedade, tanto no seu aspecto jurídico como político, sendo reconhecido como revolucionário e fundador da criminologia clássica, diante da racionalidade das práticas jurídicas humanista, propondo uma reforma no cálculo das penas⁹.

O Código Penal Brasileiro não possui todas as condutas ilícitas. Nesse sentido, é necessário a criação de leis especiais que tratam da matéria penal, com a finalidade de podendo citar a Lei de Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006), a Lei de Armas (Lei nº 10.826/2003), Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015). Recentemente, foi sancionada a Lei do Femicídio, passando a ser um tipo penal autônomo (Lei nº 14.994/2024), e assim trouxe mudanças significativas na tipificação do feminicídio no Brasil, do qual visa prevenir e coibir a violência contra a mulher, com pena de reclusão de 20 a 40 anos¹⁰.

Atualmente no Brasil, com advento da Lei nº 14.994/2024, a pena de reclusão de 20 a 40 anos passou a ser a maior pena prevista no Código Penal. Partindo dessa concepção, a Carta Magna e a Lei de Execução Penal reforçam a ideia de que a pena deve proporcionar ao condenado condições de retornar à sociedade de forma assertiva.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal reforçam a ideia de que a pena deve proporcionar ao condenado condições de retornar à sociedade de forma positiva, reafirmando a importância da ressocialização como princípio da justiça, por meio dos princípios constitucionais, que evidenciam a flagrante falha e omissão do Estado em relação ao sistema penitenciário brasileiro, além de relacioná-lo com a reintegração do indivíduo, no que tange ao aspecto ressocializador¹¹.

⁸ RODRIGUES, 2007; GONÇALVES, 2009.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ BRASIL, 2024.

¹¹ BRASIL, 1998; BRASIL, 1984; BRASIL, 2024.

2.2 Da Ressocialização na Legislação Brasileira

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), sancionada em 11 de julho de 1984, concluiu um longo período de esforços doutrinários e legislativos, no que tange ao implemento de um sistema de execução penal no país, tendo como objetivo primordial a promoção da harmonia social e, sobretudo, a reintegração daqueles que foram privados de liberdade. Assim, pode-se destacar que *“efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”*¹².

Segundo Beneti¹³ a Lei de Execução Penal surge como uma resposta aos apelos de grande parte da comunidade jurídica brasileira, e consolidando assim uma execução penal mais jurisdicionalizada, humana e responsável, por meio dos princípios do Estado Democrático de Direito. Advoga ainda Beneti diz que a nova abordagem da execução penal está voltada especialmente para a prevenção especial positiva e para a integração social harmônica dos condenados e internados.

Em conformidade com a legislação vigente, incube ao Estado traçar estratégias para que possa cumprir com as obrigações de administrar as unidades prisionais existentes, promovendo medidas para prevenir a reincidência e desencorajar a ideia de que "o crime compensa". Assim, muitas vezes por falta de recursos para superar a pobreza ou para se reintegrar na sociedade após o cumprimento da pena, o indivíduo poderá ser coagido ou motivado a retornar às práticas criminosas.

A ressocialização é um dos objetivos expressos na Lei de Execução Penal (LEP), em que estabelece diretrizes para que o sistema prisional não apenas afaste temporariamente os indivíduos da sociedade, mas também os prepare para o retorno à vida em liberdade, oferecendo oportunidades educacionais, laborais e de capacitação profissional¹⁴.

Portanto, a omissão do Estado, viola a legislação vigente, contribuindo com as crises no sistema prisional. Se o Estado não fornecer condições dignas para os detentos durante o cumprimento de suas penas, incluindo um ambiente carcerário que favoreça a

¹² BRASIL, 1984.

¹³ BENETI, 1996.

¹⁴ BRASIL, 1984.

ressocialização, é provável que estes indivíduos voltem à criminalidade, já que as condições nos presídios muitas vezes são desumanas.

2.3 Da dignidade da pessoa humana na ressocialização

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu esse princípio como o eixo central que orienta o exercício dos direitos fundamentais do povo brasileiro, sendo, portanto, o orientador dos demais preceitos constitucionais, servindo de base para todas as disposições que o sucedem, conforme disposto na Carta Magna brasileira:

Artigo 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana.

Como mencionado, esse princípio está expressamente inserido na Constituição Federal, que é o fundamento do ordenamento jurídico brasileiro. Nos artigos 5º e 6º enumeram direitos fundamentais para todos, conforme se observa:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.

No período clássico, a dignidade da pessoa humana vinculava-se com o posicionamento social de cada indivíduo e sobre o seu reconhecimento pelos outros membros da comunidade, e com isso, era possível a associação de pessoas que tinham a sua dignidade relativizada, ou seja, podiam ser mais ou menos dignas de acordo com a sua relevância da posição social. Nos dias atuais, é um macro ou “princípio fundamental geral, a que caberia, entre outras, a função estrutural de realizar a proporcionalidade

entre todos os princípios presentes na ordem constitucional, sob o qual irradia e imanta os demais princípios e valores essenciais ao homem¹⁵.

O princípio da dignidade da pessoa humana tem perspectiva subjetiva e o seu valor é construído com evolução ideológica. Canotilho *et al*¹⁶ advogam que a dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o torna merecedor de igual respeito e consideração, e que se relaciona com um conjunto de direitos e deveres fundamentais, podendo citá-los como proteção de atos degradantes ou desumanos, garantia as condições mínimas para uma vida saudável e a participação ativa e responsável do indivíduo na sociedade. Para os juristas:

Esse princípio implica um conjunto de direitos e deveres fundamentais que protegem a pessoa contra qualquer ato degradante ou desumano, ao mesmo tempo que garantem as condições mínimas necessárias para uma vida digna. Além disso, promove sua participação ativa e responsável na condução de sua própria existência e na convivência harmoniosa com os outros. A dignidade humana, nesse contexto, funciona como um mandado de otimização, exigindo a máxima proteção e promoção desse valor, dentro das possibilidades práticas e jurídicas disponíveis¹⁷.

A sua consagração como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, previsto no inciso III, do artigo 1^a da Constituição Federal de 1988, reflete que a pessoa humana possui uma decisão fundamental sobre o sentido da finalidade e da justificação do próprio Estado, pelo que existe em razão da pessoa humana e não que a pessoa humana existe em razão do Estado¹⁸.

A promoção do bem-estar e o respeito à dignidade humana são fundamentais, sendo esses valores claramente garantidos pelo ordenamento jurídico como alicerces do indivíduo, que embora não possua uma definição específica e rígida, engloba o valor essencial do ser humano, reconhecendo-o como uma pessoa livre em suas ações, com igualdade de condições em aspectos materiais, de moradia e vida. Garante, também, oportunidades no campo cultural, educacional e dos direitos fundamentais, permitindo que cada cidadão alcance dignidade em seu trabalho, em um ambiente saudável e na alimentação adequada¹⁹.

¹⁵ BRASIL, 1984; BRANCO. 2014.

¹⁶ CANOTILHO *et al*, 2013, p. 158.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ BRASIL, 1988.

¹⁹ *Ibidem*.

Destarte, o Estado tem o dever de assegurar os direitos dos apenados, especialmente garantindo que as sanções sejam cumpridas em estabelecimentos prisionais que ofereçam condições de vida dignas e humanas. Esse princípio, previsto de forma expressa na Constituição, vai além de simples declarações éticas ou morais; trata-se de um valor fundamental, intrínseco à pessoa humana, e, portanto, inviolável.

O Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre a transferência de um apenado em um caso específico, aplicando os princípios da ressocialização e da dignidade da pessoa humana. Em respeito aos direitos do egresso, deferiu o pedido de transferência, como exemplificado na decisão.

PENA. EXECUÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE DETENTO. FINALIDADE. Sempre que possível, cabe ao Estado adotar medidas que favoreçam o retorno do condenado à vida em sociedade. Os princípios humanos rejeitam práticas de segregação. O sistema jurídico atual assegura ao detento o direito de ser transferido para um local onde tenha vínculos, com o objetivo de garantir o essencial apoio de familiares. Os impedimentos ao atendimento desse pedido devem ser significativos e evidentes à primeira análise, especialmente diante das limitações do sistema prisional brasileiro²⁰.

Um exemplo de caso em que houve a violação do princípio aqui estudado foi RE 641.320/RS que teve repercussão geral no STF, ante a superlotação do presídio, diante do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) que determinou ao condenado em regime semiaberto o cumprimento da pena privativa de liberdade em prisão domiciliar enquanto não houver vaga em estabelecimento prisional que atenda aos requisitos da Lei de Execuções Penais (LEP).

Importante ressaltar que a Suprema Corte, em 22/10/2009, reconheceu a repercussão geral do tema abordado no Recurso Extraordinário RE 592581/RS, apresentado contra um acórdão que, ao reformar a sentença de primeira instância, concluiu que não caberia ao Poder Judiciário exigir do Poder Executivo a realização de obras em unidades prisionais, sob o argumento de que isso representaria uma interferência indevida em atribuições exclusivas da Administração Pública. Contudo, o acórdão também reconheceu que as condições precárias desses estabelecimentos violam a integridade física e moral dos detentos, bem como o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

CONSTITUCIONAL. INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL DOS DETENTOS. ORDEM AO PODER EXECUTIVO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. RELEVÂNCIA JURÍDICA, ECONÔMICA E SOCIAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL.

²⁰ Supremo Tribunal Federal, 2ª Turma, HC 71.179-PR, rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 19.04.1994, DJU 03.06.1994, p. 13.855; disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigo.asp#ctx1>>, acessado em 19 nov. 2024

Desta feita, quanto à superlotação nos presídios, verifica-se um julgado do STJ, *in verbis*:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA. INTERESSE DE AGIR. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO EM NORMAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. SÚMULAS 7/STJ E 283/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO. O Tribunal de Justiça estadual não se pronunciou sobre a responsabilidade civil do Estado devido à superlotação no Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS com base na análise do interesse de agir (art. 267, VI, do CPC) ou à luz do art. 186 do Código Civil. O julgamento fundamentou-se na interpretação de normas e princípios constitucionais, assegurando direitos fundamentais como à vida, saúde, integridade física e moral dos presos, além dos princípios da dignidade da pessoa humana e da legalidade (arts. 1º, III, e 5º, caput, II, III, V, X, XLIV e XLIX), bem como nos arts. 2º e 40 da Lei de Execuções Penais (LEP) e no art. 38 do Código Penal.²¹

Ao analisar a dignidade da pessoa humana no sistema prisional brasileiro, percebe-se que o atual cenário carece de respeito a esse princípio fundamental, dadas as condições degradantes às quais os detentos são submetidos diariamente. É urgente que as autoridades atuem para resolver essas situações desumanas, apesar da legislação protetiva existente.

Por fim, cabe ressaltar que é responsabilidade do Estado garantir os direitos dos apenados e, sobretudo, proporcionar condições dignas para que os reclusos tenham a chance de se reintegrar à sociedade, com uma nova perspectiva de desenvolvimento e a esperança de uma vida longe da criminalidade.

3. A RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: ANÁLISE NAS PENITENCIÁRIAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, enfrentando altos índices de reincidência que refletem a ineficácia das políticas ressocializadoras. A superlotação e a precariedade estrutural tornam o sistema pouco eficiente para a reintegração dos presos à sociedade.

²¹ REsp 963.029/MS, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 17/06/2009

O sistema prisional do Rio Grande do Norte, enfrenta desafios significativos, e segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o estado possui 28 unidades prisionais, abrigando cerca de 8.572 presos, sendo que 41% deles são provisórios, tendo um déficit de 2.237 vagas, que evidencia a superlotação, agravando as condições de encarceramento²².

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) realizou inspeções em unidades como a Penitenciária Estadual de Alcaçuz, a maior do estado, e a Cadeia Pública Dinorá Simas Lima. As inspeções revelaram violações graves, incluindo celas com mais de 40 presos, em espaços projetados para 13, além de denúncias de tortura física e psicológica, falta de medicamentos e negligência médica²³.

Por outro lado, o Estado tem se destacado na área de educação prisional, ocupando a 7ª posição nacional no índice de educação para presos. O programa além de desenvolver a capacitação educacional, promove a remição de pena, sendo a educação uma ferramenta efetiva de ressocialização²⁴.

4. EFICÁCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

4.1 Análise dos Dados de Reincidência

Segundo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), o Estado do Rio Grande do Norte, a situação é semelhante, onde o retorno ao crime ocorre frequentemente pela ausência de políticas de suporte ao egresso. A precariedade das condições prisionais, associada à falta de oportunidades pós-cárcere, contribui para que a prisão acabe fortalecendo redes criminais, dificultando o processo de reintegração²⁵.

O principal obstáculo à ressocialização é a precariedade das condições carcerárias. Superlotação, falta de acesso a programas de trabalho e formação

²² SEAP RN, 2024.

²³ MDH, 2023.

²⁴ *Ibidem.*; SEAP RN, 2024.

²⁵ *Ibidem.*

profissional e episódios de violência, como as rebeliões na Penitenciária de Alcaçuz em 2017, ilustram a fragilidade do sistema prisional do estado²⁶.

4.2 Educação como Pilar da Ressocialização

A educação tem sido uma das poucas áreas de progresso no sistema prisional do Rio Grande do Norte. Atualmente, o Estado ocupa a 7ª posição no ranking de participação no ENCCEJA PPL, proporcionando oportunidades educacionais, contribuindo com a redução da reincidência²⁷.

O ENCCEJA PPL é um exame destinado a jovens e adultos que se encontram privados de liberdade, cumprindo medidas em instituições da administração prisional ou socioeducativa, e que não conseguiram concluir os ensinamentos fundamental e médio no tempo adequado, mas buscam obter a certificação²⁸.

Em 2024, registrou-se mais de 3.714 internos de 21 unidades que participaram do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, por meio do ENCCEJA PPL. O número de inscritos superou o ano de 2023, que foram 3.100 inscrições. Entretanto, tais iniciativas ainda são insuficientes para atender à demanda do sistema²⁹.

5. PROPOSTAS PARA MELHORIA DO MODELO DE RESSOCIALIZAÇÃO

5.1 Reformas Legislativas e Institucionais

Para que a ressocialização seja eficaz, são necessárias reformas legislativas que garantam direitos básicos aos presos e assegurem melhores condições nos presídios. É fundamental que o poder público priorize o financiamento de políticas de reintegração.

5.2 Parcerias entre Estado e Sociedade Civil

²⁶ MDH, 2023; SEAP RN, 2024.

²⁷ SEAP RN, 2024.

²⁸ MEC, 2024; SEAP RN, 2024.

²⁹ SEAP RN, 2024.

Parcerias entre o governo estadual e organizações civis, incluindo igrejas e ONGs, têm o potencial de aumentar o número de atividades educativas e laborais disponíveis aos presos. Esses programas podem fornecer aos detentos habilidades que facilitem sua reintegração ao mercado de trabalho.

5.3 Educação e Trabalho como Pilares Ressocializadores

A implementação de programas de educação e capacitação profissional em Natal deve ser priorizada para que a ressocialização se torne viável. O aumento de projetos voltados ao ensino técnico e ao desenvolvimento de habilidades pessoais pode reduzir significativamente as taxas de reincidência.

5.4 Políticas Públicas e a Reintegração do Ex-detento

Políticas públicas são o alicerce da reintegração social. Sem uma estrutura de políticas adequadas, todo o processo de ressocialização se torna instável, frágil e, em muitos casos, inexistente. Países que investem em políticas de reabilitação, como Noruega e Alemanha, têm índices de reincidência significativamente mais baixos. Não se trata apenas de punir; trata-se de educar, transformar e oferecer alternativas³⁰.

No Brasil, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) representa um modelo humanizado e alternativo de cumprimento de pena, com taxas de reincidência que estão entre as menores do país, proporcionando suporte psicológico, trabalho, educação e, principalmente, dignidade aos presos, impulsionando políticas públicas estruturadas. O ex-detento enfrenta obstáculos que vão além do sistema prisional, visto que a sociedade, muitas vezes, não está preparada para aceitá-lo. Por isso, é crucial que as políticas públicas contemplem não apenas o apoio direto ao ex-detento, mas também medidas de incentivo para empresas que ofereçam oportunidades a essas pessoas³¹.

Gomes, Lima e Santiago (2019) citam que *“A reintegração social deve iniciar no âmbito do sistema prisional e se estender para além dos presídios, priorizando a*

³⁰ APAC, 2022.

³¹ *Ibidem.*

educação profissional como possibilidade de emancipação do egresso e sua reinserção no mundo do trabalho”.

5.5 Comparações Internacionais

Ao comparar à nível internacional, destacou-se países como a Noruega, que adotam um modelo focado na ressocialização, investindo pesadamente em infraestrutura prisional, capacitação profissional e apoio psicológico, refletindo em baixas taxas de reincidência, sendo a taxa de reincidência de apenas 20% em 5 anos, por meio da metodologia de promoção de cursos de capacitação profissional, terapia e atividades culturais³².

O modelo de prisões semiabertas na Espanha permite que presos trabalhem durante o dia e retornem à prisão à noite, por meio de convênios com instituições públicas e privadas, com ações necessárias para que os reclusos possam estar inseridos na sociedade, reduzindo a reincidência aos presídios após o cumprimento das penas. É importante destacar que o país investe em programas educacionais ministrados nos centros penitenciários, podendo destacar: programas de alfabetização para adultos, programas de consolidação de conhecimento, programas de educação programas secundários, alfabetização e espanhol para estrangeiros, bacharelado, ciclos de treinamento de nível médio e superior e Escola de Língua Oficial (EOI)³³. Segundo Núñez Novo:

A relevância da educação prisional como instrumento de ressocialização e de desenvolvimento de habilidades e de educação para a empregabilidade é notória no sentido de auxiliar os reclusos a reconstruírem um futuro melhor durante e após o cumprimento da sentença. Os objetivos de encarceramento ultrapassam as questões de punição, isolamento e detenção. A educação auxilia e permite a obtenção dos objetivos centrais de reabilitação que incidem em resgate social e educação libertadora numa dimensão de autonomia, sustentabilidade e minimização de discriminação social. Trabalhar na busca da identidade perdida, e participar desta sociedade modernizada e midiaticizada, poderá ser um viés articulador e um grande desafio para gerar mudanças, compromissos e possibilitar aos reeducandos um retorno digno à sociedade.

Enquanto países desenvolvidos investem em infraestrutura e capacitação, o Brasil ainda enfrenta desafios básicos, como acesso à saúde e condições dignas de

³² FONSECA *et. al*, 2024.

³³ NÚÑEZ NOVO, 2022.

encarceramento. Ao comparar o sistema prisional do Rio Grande do Norte com modelos internacionais bem-sucedidos, fica clarividente a necessidade de transformar o sistema prisional em um ambiente de reintegração.

6 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é caracterizada como um estudo de cunho qualitativo, do qual utilizou-se a metodologia por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em artigos científicos, periódicos e livros que tratam da temática. Após a leitura crítica e interpretativa das fontes bibliográfica e documental, realizou-se fichamentos para a construção do presente artigo.

Para alcançar o objetivo, realizou-se o método o indutivo, com análise dos aspectos sociais no que tange a temática Ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou a ressocialização como fundamento da pena no sistema penal brasileiro, com foco no contexto dos presídios estaduais do Estado do Rio Grande do Norte, do qual observou-se que o sistema enfrenta desafios estruturais que limitam sua aplicação prática.

A implementação de políticas públicas integradas e eficazes é mais do que uma estratégia, é uma necessidade social. Portanto, políticas públicas efetivas, e parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil têm o potencial de transformar a vida dos egressos do sistema prisional.

Por meio de um apoio estruturado, é possível encontrar um caminho real para a reintegração. Para romper o ciclo de reincidência, o Brasil precisa investir não apenas em segurança pública, mas em políticas que humanizem o sistema penal, proporcionando uma segunda chance e dignidade aos ex-detentos. Promover campanhas de conscientização para a sociedade, poderão contribuir com disseminação do

preconceito contra o ex-detento, sendo necessárias ações que promovam o respeito e a aceitação, que permita ao se reconstruir e evitar o retorno ao crime.

Para que uma política pública seja eficaz, é necessário que ela seja sustentada por um conjunto de medidas integradas, oferecer capacitação dentro do sistema prisional não é suficiente, é preciso que haja uma continuidade após a soltura. Programas de apoio psicológico, acompanhamento social, rede de apoio, incentivo fiscal para empresas inseri-los no mercado de emprego, e a expansão de programas de educação profissional, são iniciativas essenciais para uma reintegração efetiva.

O princípio da dignidade da pessoa humana, um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, previsto no artigo 1º, inciso III, e está relacionado com a própria evolução do homem, a qual se caracteriza por uma dimensão histórico-cultural, sendo fruto de um permanente processo de construção de diversas gerações da humanidade, em que as necessidades e expectativas básicas da pessoa devem ser atendidas, sendo o homem um indivíduo que possui consciência moral.

Assim, sugere-se como contribuição acadêmica uma pesquisa por meio de entrevista com os ex-detentos, para assim compreender o processo de ressocialização, e buscar resultados mais assertivos para a realidade local. E por fim, estima-se para o futuro, a promoção de políticas públicas efetivas, que priorizem o desenvolvimento humano dentro do sistema prisional, promovendo uma reforma estrutural não apenas de punição, mas que torne o cárcere um espaço de transformação, com a redução da criminalidade e da reincidência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC). Relatório de Resultados do Modelo APAC. 2022. Disponível em <<https://www.apac.org.br>>. Acesso em 19 nov. 2024.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BENETI, Sidnei Agostinho. Execução penal. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (Organizador). Disponível em: <<http://www.idp.edu.br/publicacoes/portal-de>

[ebooks/2124-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana](#)>. Brasília/DF. IDP, 2013. Acesso em 28 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei n. 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Dispõe alteração na lei para tornar o feminicídio crime autônomo. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Cerca de 98 mil presos e jovens do socioeducativo farão o Enceja PPL. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/enceja-ppl>>. Acesso em 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/mnpct/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-mnpct>>. Acesso em 20 nov. 2024.

BRASIL. *Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania*. Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura realizou inspeção em cinco unidades de privação de liberdade no estado em 2022. Publicado em 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/divulgado-relatorio-sobre-a-situacao-do-sistema-prisional-no-rio-grande-do-norte>>. Acesso em 28 nov. 2024.

CANOTILHO, J. J. Gomes *et. al* (coord.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva/Almedina, 2013.

COSTA, Carolina. Ressocialização e pena no Brasil: uma análise crítica. Porto Alegre: PUC-RS, 2019.

DIAS, Maria Berenice. Execução Penal: Comentários à Lei de Execução Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.

FONSECA, Rafaela Ramos *et al*. Como a organização do sistema prisional influencia na taxa de ressocialização: uma comparação entre Brasil e Noruega. *Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIJV)*. v. 16 n. 1, 2024. Disponível em: <<https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/932>>. Acesso em 27 nov. 2024.

GOMES, Priscila de Lima; LIMA, Willian Rayner; SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. Ressocialização dos egressos do sistema penitenciário por meio da educação profissional: um panorama da produção acadêmica. *Revista Educação & Linguagem*. 277X. ano 6. n. 2. Mai-ago. 2019. Disponível em: <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2019/09/8_REdLi_2019.2.pdf>. Acesso em 28 nov. 2024.

GONÇALVES, Pedro Correia. A era do humanitarismo penitenciário: As obras de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás*. UFG, V. 33, n. 1, p. 9-17, jan. / jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/9792>>. Acesso em 28 nov. 2024.

LIMA, Ana Clara. A Reintegração Social de Ex-Detentos no Nordeste Brasileiro. Revista Brasileira de Criminologia, vol. 14, n. 3, 2021, pp. 45-68. Disponível em: <<https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/index>>. Acesso em 27 nov. 2024.

NÚÑEZ NOVO, Benigno. A educação prisional como direito humano para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha. Disponível em: <<https://meuartigo.brasescola.uol.com.br/brasil/educacao-prisional-como-direito-humano-para-recuperacao-de-detentos-no-brasil-e-na-espanha.htm>>. Acesso em 28 nov. 2024.

ONU Brasil. O papel da educação e do trabalho na ressocialização. UNODC Boletim Informativo, n. 88, 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Administração Penitenciária. Disponível em <<http://www.seap.rn.gov.br>>. Acesso em 21 nov. 2024.

RODRIGUES, Giselly Campelo. O clássico “dos delitos e das penas” de Beccaria e a introdução de um direito penal consubstanciado em princípios de garantia da liberdade do homem frente ao estado. V Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/6615/1/giselly_campelo_rodrigues_1.pdf>. Acesso em 26 nov. 2024.

UM NOVO COMEÇO: O PACTO DO FUTURO E A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL

*A NEW BEGINNING: THE COMPACT FOR THE FUTURE AND
THE EVOLUTION OF GLOBAL GOVERNANCE*

*UN NUEVO COMIENZO: EL PACTO PARA EL FUTURO Y LA
EVOLUCIÓN DE LA GOBERNANZA MUNDIAL*

Alessandra de Almeida RODRIGUES³⁴

Alexsandro lima de MOURA³⁵

RESUMO

O Pacto do Futuro, apresentado pela Organização das Nações Unidas e adotado por 197 países em setembro de 2024, tem como finalidade trazer uma governança global revolucionária, com foco na sustentabilidade, igualdade e paz. Dentre os principais obstáculos para sua implementação, estão a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, em busca de equilíbrio entre as nações e haver influência entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Além de apoiar financeiramente os países mais pobres, para que estes alcancem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), este presente artigo insere temática sobre o uso de energia limpa como uma das soluções para a sustentabilidade. O sucesso do pacto dependerá de um trabalho conjunto entre os governos, a sociedade civil e as organizações internacionais, estabelecendo um governo inclusivo e voltado para a solução dos problemas atuais.

Palavras-chave: Pacto do Futuro; Governança global; objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Energia verde; Justiça social.

ABSTRACT

The Pact for the Future, presented by the United Nations and adopted by 197 countries in September 2024, aims to bring about revolutionary global governance, with a focus on sustainability, equality and peace. Among the main obstacles to its implementation are the need for a reform of the UN Security Council, in search of balance between nations and influence between developed and developing countries. In addition to financially supporting the poorest countries to achieve the Sustainable Development

³⁴ Graduada em Direito – UNICEUNA.

³⁵ Especialização em Direito e Cidadania – UNP. Graduado em Direito – UFRN. Docente Universitário dos Cursos de Administração, Contábeis e Direito do UNICEUNA, (E-mail: alexlimarn@yahoo.com.br).

Goals (SDGs), this article addresses the use of clean energy as one of the solutions to sustainability. The success of the pact will depend on governments, civil society and international organizations working together to establish a government that is inclusive and focused on solving current problems.

Keywords: Pact for the Future; Global governance; Sustainable Development Goals (SDGs); Green energy; Social justice.

RESUMEN

El Pacto para el Futuro, presentado por las Naciones Unidas y adoptado por 197 países en septiembre de 2024, busca impulsar una gobernanza global revolucionaria, centrada en la sostenibilidad, la igualdad y la paz. Entre los principales obstáculos para su implementación se encuentra la necesidad de reformar el Consejo de Seguridad de la ONU, buscando el equilibrio entre las naciones y la influencia entre los países desarrollados y en desarrollo. Además de apoyar financieramente a los países más pobres para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), este artículo aborda el uso de energías limpias como una de las soluciones para la sostenibilidad. El éxito del pacto dependerá de que los gobiernos, la sociedad civil y las organizaciones internacionales trabajen juntos para establecer un gobierno inclusivo y centrado en la solución de los problemas actuales.

Palabras clave: Pacto para el Futuro; Gobernanza global; Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS); Energía verde; Justicia social.

INTRODUÇÃO

Uma nova era se inicia na história da humanidade, o "Pacto do Futuro", apresentado e adotado recentemente pela ONU em 22 de setembro de 2024, visa uma mudança impactante na governança mundial, com propostas inovadoras, que tem o objetivo de criar uma ordem com mais sustentabilidade, igualdade, segurança e paz global.

A Cúpula reuniu chefes de Estado e de Governo, representantes das Nações Unidas, da sociedade civil e organizações não governamentais. E o Pacto foi o resultado de um processo que vem sendo estudado, analisado e discutido a anos, de forma inclusiva, que busca adaptar a cooperação internacional às realidades atuais, trazendo soluções para os desafios de um futuro próximo. Como disse o Secretário-Geral, em seu

discurso, “não podemos criar um futuro adequado para nossos netos com um sistema construído por nossos avós”, frase que reforça a necessidade de um sistema mais atual.

Este texto tem o intuito de abordar sobre os obstáculos que o pacto irá enfrentar para a execução de implantação deste acordo, bem como seu desenvolvimento, seus benefícios na solução de conflitos atuais e a função da sociedade civil neste pacto internacional firmado por 197 nações, transmitindo uma visão otimista para um planeta em transformação, em busca de melhorias.

2 IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO DO FUTURO

A questão da aplicação do Pacto do Futuro enfrenta vários desafios, incluindo a exigência de reformar instituições globais consolidadas e fomentar a cooperação entre nações com distintas realidades econômicas e sociais. A oposição à reformulação do Conselho de Segurança da ONU e a dúvida acerca da governança digital. O desequilíbrio entre o Norte e o Sul Global no modo de como as decisões políticas e econômicas são tomadas continua sendo uma questão que o pacto busca enfrentar.

Diante a esta fase inicial, temos a problemática da escassez de fundos financeiros em diversos países que ainda estão em desenvolvimento. A falta de investimentos em infraestrutura e ações sociais restringe a habilidade desses países de implementar as orientações do pacto e de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As nações emergentes dependem de ajuda internacional para financiar suas ações, o que pode levar a um ciclo de dependência que reduz sua independência em relação às decisões. Esta questão demanda uma ação conjunta dos países desenvolvidos para ampliar o apoio financeiro e incrementar os investimentos sustentáveis em projetos que satisfaçam as necessidades locais.

O autor Sen, Amartya expõe em sua obra: *Desenvolvimento como Liberdade*, Companhia das Letras, 2000, que o crescimento econômico não pode ser sensatamente considerado um fim em si mesmo, devendo estar relacionado, à melhoria da qualidade de vida que levamos e às liberdades de que desfrutamos. O pacto busca realizar a aplicação desta ideia.

Assim, os desafios para a concretização do Pacto do Futuro vão além de questões técnicas, refletindo uma necessidade mais ampla de reestruturação e de dinâmicas de poder com uma cooperação global. Superar essas questões exige um esforço conjunto, um fortalecimento da confiança na governança digital, o investimento com recursos financeiros adequados e a promoção de um diálogo contendo equidade entre o Norte e o Sul Global. Deste modo, será possível avançar em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo, trazendo o êxito do contrato.

3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A ENERGIA VERDE

O Pacto foi projetado para impulsionar a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS vêm com uma proposta de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares possam desfrutar de paz e dignidade. Estes, são um conjunto de 17 metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem alcançadas até 2030. A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma das propostas que baseiam o pacto, e o uso de energia verde apresenta uma posição de destaque na sua aplicação. O ODS 7, que retrata sobre a energia limpa e firmando o acesso universal à esta energia, tornando-a acessível para todos os países, com o objeto de implementar em especial nos países ainda em desenvolvimento, havendo investimentos em tecnologias de energia renovável.

A energia verde, é gerada a partir de fontes renováveis como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, sendo assim, uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis, conhecidos por serem altamente poluentes. O uso de energias renováveis favorece a redução de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas, que é um dos compromissos centrais do pacto. Esse acordo internacional tem como uma de suas prioridades a ampliação de fontes de energia sustentável, havendo a preservação dos ecossistemas e um desenvolvimento econômico e social dos países signatários.

Temos como exemplos de energias verde a energia solar, que converte a luz solar em eletricidade, a energia eólica, que converte a energia dos ventos em eletricidade, a energia maremotriz, que aproveita a energia das marés para produzir energia elétrica, e a geotérmica, que aproveita o calor terrestre para produzir energia elétrica. Assim, a energia renovável se torna um característico ponto de sustentabilidade para atingir as metas do Pacto do Futuro, pois promove uma governança mundial focada no crescimento sustentável. O aumento da utilização de fontes renováveis diminui a dependência de combustíveis fósseis e seus impactos negativos, que contribuem para o aquecimento global de forma significativa. A energia limpa fomenta um modelo de desenvolvimento que harmoniza os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A efetividade do Pacto pelo Futuro está atrelada à cooperação entre governos, sociedade civil e setor privado, estabelecendo um cenário favorável para a execução das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A procura por um progresso que considere as restrições do planeta e fomente a igualdade social deve ser uma prioridade mundial, e a adesão aos ODS atua como um guia para a criação de uma geração futura mais equitativa e sustentável.

4 O PACTO COMO FERRAMENTA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Uma das inovações do Pacto é seu compromisso com o desarmamento nuclear e a reforma do Conselho de Segurança, com o objetivo de melhorar sua eficiência e representatividade, corrigindo a sub-representação de regiões como a África. O Pacto do Futuro, além de promover o desarmamento e a reforma institucional, também procura soluções pacíficas para os conflitos mundiais. Este acordo sugere o reforço de estruturas de governança espacial, juntamente com o compromisso de utilizar da melhor maneira as novas tecnologias em evolução, para que as leis de guerra sejam aplicadas de acordo com as propostas contidas no pacto, trazendo uma resolução pacífica.

Estabelecer um acordo para fortalecer as estruturas internacionais que governam o espaço sideral, incluindo um compromisso de evitar uma corrida armamentista e assegurar que todos os países possam se beneficiar da exploração segura e sustentável.

Já há um contrato entre alguns países sobre esta problemática dos armamentos nucleares, e sua devida proibição. De acordo com as regras do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), ele só entraria em vigor após a ratificação de 50 países. Esse marco foi alcançado em 24 de outubro de 2020, com a adesão de Honduras. Após 90 dias, em 22 de janeiro de 2021, o acordo se tornou oficialmente válido, estabelecendo uma nova ordem internacional que proíbe a produção, posse e uso de armas nucleares.

O Pacto do Futuro se compromete a expandir para toda a globalização que compõe este tratado, a proibição de armamentos nucleares, por exemplo, atuando de forma mais apaziguadora como um instrumento proativo na solução de conflitos, mantendo o compromisso com a paz e a segurança, e na tentativa de estabelecer uma globalização segura e colaborativa, incentivando uma perspectiva mais inclusiva e representativa nas decisões que impactam a estabilidade mundial.

5 OS EFEITOS DO PACTO PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A proposta do Acordo em comento sobre esta temática dos países mais escassos é a reorganização da arquitetura financeira global, dando aos países em desenvolvimento maior influência nas instituições económicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O Pacto cria espaço para uma igualdade económica ao rever a gestão da dívida soberana e mobilizar recursos adicionais para financiar o crescimento sustentável. Para os países em desenvolvimento, isto significa maior acesso ao financiamento climático, promovendo o investimento em energias renováveis e adaptando-se aos impactos das alterações climáticas.

A adesão ao Pacto do Futuro por parte dos países em desenvolvimento é um caminho promissor para o crescimento sustentável e a diminuição das desigualdades. No entanto, também apresenta desafios significativos que devem ser superados através de esforços coordenados e investimentos estratégicos pelos países mais estruturados, havendo assim toda uma colaboração. A implementação efetiva do Pacto exige mudanças profundas nos sistemas políticos e institucionais. A questão da corrupção, a

falta de infraestrutura e a instabilidade política são obstáculos que precisam ser abordados para garantir o sucesso das diretrizes globais.

6 A SOCIEDADE CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO

O escritor Habermas, Jürgen, na obra: A teoria da ação comunicativa: razão e racionalidade de 1981, já traz um modelo ideal de ação comunicativa, em que as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o uma aprovação para uma forma livre de toda a coação externa e interna. Trazendo um lado social nos debates econômicos, colaborando com novos pontos de vista na análise do desenvolvimento das nações.

Nesse contexto, a complexidade da implementação deste tratado é avivada pela diversidade inerente à globalização. A multiplicidade de costumes, interpretações legais e contextos socioculturais entre os diferentes países geram grandes desafios na comunicação e na busca por um consenso. Essa diversidade de perspectivas pode dificultar a harmonização das legislações nacionais com as normas internacionais estabelecidas pelo tratado, além de criar obstáculos para a cooperação entre os Estados na implementação de suas disposições.

A sociedade civil, tem como influência sobre a mudança global, e desempenha um papel indispensável na aplicação do Pacto do Futuro. Através da mobilização social, da pressão sobre governos e empresas, e da implementação de projetos locais alinhados com os objetivos do Pacto, as organizações da sociedade civil atuam como agentes de transformação, superando a inércia institucional e acelerando a construção de um futuro mais justo e sustentável. Ao promover a participação cidadãos e a cooperação entre diferentes representantes, a sociedade civil contribui para a efetivação dos princípios do Pacto, garantindo que as necessidades das comunidades sejam atendidas e que os desafios globais sejam enfrentados de forma colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos pontos abordados ao longo deste artigo, o Pacto do Futuro apresenta uma nova forma de governança mundial, propondo reformas referentes a desigualdades históricas, a promover a paz, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Esta ação não visa somente alterar as dinâmicas de poder no contexto internacional, como também visa intensificar a cooperação entre as várias nações de interesse. Contudo, a aplicação do pacto está fortemente vinculada à capacidade de proporcionar uma sociedade e líderes participantes ativos desses diversos países, como os governos, civis e entidades internacionais.

Os desafios são diversos, devido a desigualdade, diferenças no modo de governar, interpretações legais e contextos socioculturais de cada região. Na realidade atual, o tratado proposto tem até mesmo uma visão utópica de um mundo ideal, com todas as propostas apresentadas, trazendo a visão de igualdade, justiça, segurança e paz plena, com o fator data até 2030.

O comprometimento dos 197 países com o Pacto do Futuro traz esperança de diversas melhorias. A eficácia desta iniciativa está atrelada à formação de um ambiente de diálogo e colaboração, onde as opiniões de todos os segmentos da sociedade sejam apreciadas, fomentando um verdadeiro compromisso global com a mudança e a inovação na governança global. Concluímos esse artigo abordando um marco histórico revolucionário recente, a respeito de uma nova forma e visão de governo mundial.

REFERÊNCIAS

Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável: <<https://www.comciencia.br/o-que-e-agenda-2030-das-nacoes-unidas-e-quais-sao-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>.

HABERMAS, Jürgen. A teoria da ação comunicativa: razão e racionalidade. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1981.

ONU Brasil. “Nações Unidas adotam o inovador Pacto para o Futuro para transformar governança global”. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/279297-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-adotam-o-inovador-pacto-para-o-futuro-para-transformar-governan%C3%A7a-global>>.

PACTO DO FUTURO. Disponível em:
<<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/onu-o-que-e-o-pacto-para-o-futuro>>.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UN GLOBAL COMPACT. “The Future We Want: The UN Global Compact and the 2030 Agenda for Sustainable Development.” Nova Iorque, 2023.



EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO EMPRESARIAL E SUA RELAÇÃO COM A CULTURA

HISTORICAL EVOLUTION OF BUSINESS LAW AND ITS RELATIONSHIP WITH CULTURE

EVOLUCIÓN HISTÓRICA DEL DERECHO EMPRESARIAL Y SU RELACIÓN CON LA CULTURA

Dalton Luís B. P. dos SANTOS³⁶

Nadson Gutemberg Gomes dos SANTOS³⁷

Tarso Rocha Lula PEREIRA³⁸

RESUMO

Este artigo apresenta uma linha do tempo referente ao Direito Empresarial. O objetivo é demonstrar as características e as transformações desse ramo do Direito em cada fase de sua evolução. Bem como, sua origem nas relações comerciais e econômicas desde os primórdios da humanidade. Ao mesmo tempo, mostrando que sua abrangência se tornava sempre maior à medida que as atividades econômicas se expandiam. Desde as primeiras trocas de produtos de primeira necessidade, passando pela venda sistematizada desses produtos, fazendo-os chegar aos lugares que não os possuía, até o surgimento da indústria e redundando na atividade empresarial. Para isso, são analisadas as percepções sociais e culturais de cada época nas quais ocorreram as mudanças materiais que demandaram desde a necessidade de elaboração de regras até a padronização normativa. Sempre fazendo um paralelo com a íntima ligação da disciplina com sua pragmática. Conclui-se que o Direito em geral, como também o

³⁶ Graduado em Gestão de Políticas Públicas. Especialização em Administração Pública. Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais. Discente do Curso de Direito – UNICEUNA.

³⁷ Doutorando em "Estudios de la Sociedad y la Cultura" pela "Universidad de Costa Rica" e "Estudios Culturais" pela "Universidade de Aveiro" (Portugal). Mestrado em Ciências Sociais – UFRN. Especialização em Linguística e Ensino de Língua Portuguesa – UFRN. Especialização em Direito Ambiental – Faculdade Iguazu/2023; Especialização em Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente – Faculdade Iguazu/2023, Especialização em Direito do Consumidor e Novas Tecnologias – Faculdade Iguazu/2023, Especialização em Docência e Gestão do Ensino Superior – Faculdade Iguazu/2023; Especialização em História Econômica – FAFIOF/1995; Especialização em Geografia Econômica – FAFIOF/1995. Graduado em História – UFRN/1989; Graduação em Comunicação Social - Habilitação: Jornalismo – UFRN/2002; Graduação em Radialismo – UFRN/2007; Graduação em Estudos Sociais: Geografia e História – UFRN/1987; Graduação em Pedagogia – Unifatecie/2024. Docente do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA. (E-mail: nadsongutemberg@uol.com.br).

³⁸ Mestre em Ciências Contábeis – UFRN/2015, Especialista em Controladoria – FAAP/2004, Graduado em Ciências Contábeis – UFRN/1999, Docente Universitário e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUNA. (E-mail: prof_tarso_rocha@yahoo.com.br).

Direito Empresarial, está intrinsecamente vinculado à experiência cotidiana das sociedades humanas e é essa experiência e suas necessidades corriqueiras que demandam o surgimento e as transformações das normas.

Palavras-chave: Direito, relações socioeconômicas, comércio, empresário.

ABSTRACT

This article presents a timeline relating to Business Law. The objective is to demonstrate the characteristics and transformations of this branch of Law in each phase of its evolution. As well as its origin in commercial and economic relations since the beginning of humanity. At the same time, showing that its scope became ever greater as economic activities expanded. From the first exchanges of essential products, through the systematic sale of these products, making them reach places that did not have them, until the emergence of industry and resulting in business activity. To this end, the social and cultural perceptions of each era in which material changes occurred that required everything from the need to develop rules to normative standardization were analyzed. Always making a parallel with the intimate connection between the discipline and its pragmatics. It is concluded that Law in general, as well as Business Law, is intrinsically linked to the daily experience of human societies and it is this experience and its daily needs that demand the emergence and transformation of norms.

Keywords: Law, socioeconomic relations, commerce, entrepreneur.

RESUMEN

Este artículo presenta una cronología relacionada con el Derecho Empresarial. El objetivo es demostrar las características y transformaciones de esta rama del Derecho en cada fase de su evolución. Así como su origen en las relaciones comerciales y económicas desde los inicios de la humanidad. Al mismo tiempo, demostrando que su alcance se hizo cada vez mayor a medida que se expandieron las actividades económicas. Desde los primeros intercambios de productos de primera necesidad, pasando por la venta sistemática de estos productos, haciéndolos llegar a lugares que no disponían de ellos, hasta el surgimiento de la industria y dando lugar a la actividad empresarial. Para ello, se analizaron las percepciones sociales y culturales de cada época en la que se produjeron cambios materiales que requirieron desde la necesidad de desarrollar reglas hasta la estandarización normativa. Siempre haciendo un paralelo con la íntima conexión entre la disciplina y su pragmática. Se concluye que el Derecho en general, así como el Derecho Empresarial, está intrínsecamente ligado a la experiencia cotidiana de las sociedades humanas y es esta experiencia y sus necesidades cotidianas las que demandan el surgimiento y transformación de normas.

Palabras clave: Derecho, relaciones socioeconómicas, comercio, emprendedor.

INTRODUÇÃO

O Direito enquanto ciência e instrumento de pacificação dos conflitos sociais têm papel fundamental para a organização das sociedades. Essa disciplina academicamente falando está dividida em vários ramos. O Direito Empresarial é um deles. Ele consolidou-se ao longo da história humana como elemento de organização das relações econômicas entre os sujeitos. Assim como as normas em geral a regulação dessas relações está presente desde os primórdios da humanidade e surge por imposição natural e espontânea a partir das necessidades de trocas mercantis e negócios assemelhados.

Como é próprio de toda disciplina humana passou por várias etapas de desenvolvimento. Desde o escambo com suas trocas de produtos menos elaborados até modernamente as compras virtuais, essa matéria acompanhou o homem como uma das partes de sua faceta gregária. Essa necessidade de regulação se deu especialmente devido aos riscos inerentes a esse tipo de atividade. Em consequência disso é imprescindível, para se compreender o atual estágio do Direito Empresarial e suas necessidades, compreender-se também suas origens e evolução.

Diante disso, o presente trabalho tem a intenção de oferecer uma visão panorâmica das etapas que redundaram no atual Direito Empresarial. Desde seu surgimento como normas consuetudinárias, passando pelos academicamente denominados períodos mercantil e comercial. Apresentando sua estreita vinculação com o cotidiano das sociedades, suas necessidades prementes e objetivas. De modo que as transformações ocorridas na disciplina são provenientes de realidades fáticas, práticas e usuais. Para tanto, foi utilizada a revisão de literatura como método da pesquisa.

2. PERÍODO MERCANTIL

A humanidade, em seus primórdios, tinha como base de sua subsistência a caça, a pesca e a coleta de frutas e vegetais. Essas atividades, particularmente a caça, demandavam a união de esforços ocorrendo, assim, o estímulo à solidariedade e, em consequência, o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos cuja finalidade era consecução de alimentos e proteção contra animais ferozes e outros grupos violentos.

Como resultado desse processo e o aumento populacional tem início a sedentarização com a domesticação de plantas e de animais que serviam para a subsistência. Em função disso e ao mesmo tempo como sua consequência, de certa forma como um ciclo que se retroalimenta, ocorrem as primeiras povoações que gradualmente vão aumentando de tamanho proveniente da progressiva maior quantidade de alimentos.³⁹

A partir daí tem início a produção de excedentes alimentares que passam a ser usados para o intercâmbio de outros produtos. Surgem, então, os primeiros rudimentos da atividade comercial. Com a evolução civilizacional, a divisão do trabalho e o crescimento das povoações ocorre concomitantemente o crescimento do comércio que inicialmente tem caráter local e posteriormente remoto. Agora não se limitando a produtos para subsistência, mas também utensílios domésticos, ferramentas, instrumentos, arte, armas, entre outros. Os povos que se destacaram nessa prática, entre outros, foram os indianos, chineses, egípcios, assírios e fenícios estes em particular realizavam intenso comércio através dos mares. Em todos esses casos não havia um direito material das relações de trocas, entretanto, havia uma série de normas baseadas nos costumes que perduraram por extenso período.⁴⁰

A comercialização de produtos existia mesmo antes da sedentarização. Em geral, pequenos artefatos eram intercambiados entre os grupos de caçadores/coletores o que também promovia as trocas culturais. No entanto, as trocas de mercadorias, conforme já citado anteriormente, eram limitadas territorialmente. Mas, com o aumento dos excedentes e também com o surgimento de classes sociais que tinham o controle desses excedentes, essas classes sentem a necessidade de expansão do comércio para outras regiões com o fim de auferir renda. Todavia, essa atividade era difícil tendo em vista os riscos a ela inerentes, particularmente o de roubo e morte nas rotas comerciais. Em geral, não havia estradas e o transporte era realizado no lombo de animais ou até mesmo pelos próprios mercadores. Eram necessários indivíduos que aceitassem o risco e o esforço. Um dos primeiros produtos a ser comercializado foi um vidro de origem vulcânica, a obsidiana, que servia para a confecção de lâminas. Há registros arqueológicos que demonstram essa atividade em 14000 a.C.⁴¹

³⁹ AYDON, 2011.

⁴⁰ PÉREZ, 2017.

⁴¹ CROFTON; BLACK, 2019.

Com a expansão dos povoamentos e o surgimento dos grandes agrupamentos, das vilas e cidades, ocorre um aumento considerável do comércio intra-urbano. Ao mesmo tempo surge a metalurgia. Metais como o bronze e o cobre se tornam materiais de extrema importância para a economia. Adquirem a condição de insumos de primeira necessidade para a produção de utensílios os mais diversos, principalmente os domésticos e especialmente os artefatos de guerra. Em geral esses materiais só eram encontrados em locais específicos e sua utilização demandava um conhecimento particular. Isso gera uma necessidade ainda maior de ampliação do comércio e promove o surgimento mais acentuado dos mercadores. Aqueles indivíduos que faziam a ligação comercial entre locais em que havia esses produtos e os que necessitavam deles.⁴²

O comércio, sempre limitado a espaços próximos como vilas ou cidades, gradualmente se amplia. Alcança lugares remotos com o surgimento dos impérios e adquire dimensão mundial. Apesar de não ser possível, ainda falar-se em global. Sempre fora uma economia limitada a produtos agrícolas e artesanais. Os profissionais da atividade eram os responsáveis pela difícil logística de abastecer de produtos os mais diversos lugares do mundo muitas vezes transportando suas cargas nas costas. Entretanto, no século XIII ocorre uma transformação de alguns desses vendedores conhecidos como mascates para o dono de armazéns. Esses pequenos empreendedores foram gradualmente acumulando riqueza e se tornaram o gérmen dos grandes mercantilistas.⁴³

Nessa marcha de avanço do crescimento das trocas mercantis elas se tornam motor da economia de toda uma sociedade, fato esse que remonta aos séculos XV e XVI. O que caracteriza o período mercantil, ou o mercantilismo, que ocorreu essencialmente na fase de transição entre os modos de produção feudal e capitalista. Apresenta como característica básica o fato de ser uma economia vinculada aos Estados-Nacionais. Tratando-se de uma ação deliberada de expansão comercial de uma Nação. Outra característica importante é que se tornou o precursor do capitalismo, estabelecendo as condições para seu florescimento através da, assim chamada, acumulação primitiva do capital. Nesse período havia já as corporações de ofício nas

⁴² CHILDE, 1977.

⁴³ ANTONETTI, 1977.

quais estavam reunidos os artesãos “para efeito de defesa de seus interesses e manutenção da própria estrutura interna, hierarquizada.”⁴⁴

A gênese da regulamentação material nas relações mercantis está ligada às corporações de ofício. Eram associações de artesãos, mestres em suas atividades, organizadas por categorias de profissões cujos objetivos eram ajuda mútua, impedir a concorrência daqueles que não eram membros, proteção econômica da produção e comercialização, da manutenção do monopólio em determinada região e a segurança no transporte das mercadorias, além de influenciar a política local. O poder público também estabeleceu regras codificadas para essas corporações a fim de garantir os seus direitos e os direitos dos membros. O ofício era praticado por um mestre artesão cuja “mestria se caracteriza pela competência profissional, pela independência material e pela tendência à hereditariedade”.⁴⁵

É importante destacar que a regulação normativa da atividade comercial igualmente estava presente desde sempre, ainda que informalmente, através de regras consuetudinárias. Tendo em vista que a necessidade de regular relações de qualquer natureza sempre estiveram presentes na história da humanidade. Na antiga civilização egípcia, aproximadamente no terceiro milênio a.C., por exemplo, caso o devedor morresse sem pagar o débito, o credor poderia tomar o corpo do falecido como garantia até que a família pagasse. Outro exemplo, é o Código de Manu, aproximadamente no século XVII a.C., de origem Indiana, estabelecia normas comerciais sobre a sociedade e a distribuição de lucros. Por fim, o rei babilônico Hamurabi, também no século XVII a.C., em seu famoso código de leis, estabeleceu regras para as relações entre mercadores e seus agentes, tais como:

101. Se não existir acordos mercantis no local onde foi, ele deverá deixar todo dinheiro que recebeu com o intermediário para ser dado ao mercador.

102. Se um mercador confiar dinheiro a um agente para algum investimento, e o agente sofrer uma perda, ele deve ressarcir o capital do mercador.

103. Se, quando em viagem, um inimigo levar dele tudo o que tiver, o intermediário deve jurar ante os deuses que não teve culpa no ocorrido e ser absolvido de qualquer culpa.

104. Se um mercador der a um agente, cereais, lã, óleo ou quaisquer outros bens para transporte, o agente deve dar um recibo pela quantia, e compensar o mercador de acordo com o devido. Então ele deve obter um recibo do mercador pelo dinheiro que deve ao primeiro.

⁴⁴ FALCON, 1996.

⁴⁵ ANTONETTI, 1977.

105. Se o agente for descuidado e não tomar recibo pelo dinheiro que deu ao mercador, ele não poderá considerar o dinheiro não recebido como seu.

106. Se o agente aceitar dinheiro do mercador, mas brigar com ele (o mercador negando o recibo), então o mercador deve jurar ante os deuses que deu dinheiro ao agente, e o agente deverá pagar ao mercador três vezes a soma devida.

107. Se o mercador enganar o agente, devolvendo ao dono o que lhe foi confiado, mas o mercador negar o recebimento do que for devolvido a ele, o agente deve condenar o mercador ante os deuses e juizes, e se ele ainda negar recebimento do que o agente lhe deu, ele deverá pagar seis vezes mais o total ao agente.⁴⁶

O desenvolvimento do comércio produziu concomitantemente o desenvolvimento do Direito Comercial, hoje denominado Empresarial, que decorreu das transações econômico-mercantis provenientes da circulação de bens. Por esse motivo, o Estado, no sentido de garantidor do bem-estar das relações sociais, passou a regular essas relações a fim de evitar o conflito. Ao mesmo tempo, esse mesmo Estado dependente das contribuições sociais, tais como tributos, taxas e impostos, para sua manutenção, foi levado a interferir nas atividades comerciais. Sendo assim, tem-se tanto o Estado quanto os comerciantes, em alguma medida, ordenando juridicamente as relações mercantis. Essa condição evoluiu de tal maneira que o estado se tornou o principal, se não o único, definidor dessa regulação e realiza intensa fiscalização para o correto cumprimento das normas por ele estabelecidas. Destaque-se que os primeiros indícios de regulamentações comerciais materializadas podem ser encontrados na Grécia em contratos, como também. o intenso comércio marítimo entre as regiões litorâneas dos mares Egeu, Jônico, Mediterrâneo, particularmente, na ilha de Rodes, geraram regras consuetudinárias.⁴⁷

As denominadas “leis ródias”, originárias da ilha de Rodes como já citado, ganharam grande destaque a ponto de serem adotadas em todo império Romano pelo Imperador Antonino. Elas têm tamanha importância que alguns de seus princípios, como os relacionados a avarias no comércio marítimo, permanecem até hoje. No direito romano era possível reivindicar o cumprimento das obrigações contraídas pela pessoa encarregada de administrá-la ao dono da negociação, igualmente, era possível reivindicar do dono de um navio as obrigações contraídas por seu capitão. É necessário ressaltar que *“la importancia que el Derecho romano ejerció una gran influencia en el*

⁴⁶ BARROS, 2014.

⁴⁷ MARTINS, 2017.

Derecho mercantil a través de la teoría general de las obligaciones y contratos, que será utilizada por los juristas de la Edad Media".⁴⁸ Entretanto, o direito mercantil propriamente dito surge no período medieval, particularmente na época das cruzadas que foram responsáveis pela retomada do comércio europeu e do oriente médio. É importante destacar que as atividades comerciais sofreram forte abalo com a queda do Império Romano.⁴⁹

Principalmente, no século XII a.C. o comércio cresce exponencialmente, e com a grande presença de pessoas nos feudos, oriundas das áreas predominantemente rurais, ocorre o surgimento das feiras que à princípio são mensais ou quinzenais e à posteriori se tornam permanentes. Elas têm uma função essencial nesse período pois são responsáveis pela evolução de "instrumentos comerciais como: os seguros, a formação de bancos para empréstimos e das lojas de câmbio, bem como os protótipos das notas promissórias e das letras de câmbio."⁵⁰ Ao mesmo tempo elementos do direito comercial romano são retomados. Nesse mesmo período as ricas associações de comerciantes ganham grande influência política e também ocorre a solidificação do direito comercial. Isso como resultado das normas das corporações e das deliberações juízes dos tribunais corporativos. Outro fator desse momento a formalização do direito comercial através do "*Tractatus de Mercatura seo Mercatore*". E ainda, a perda de poder das Corporações de Ofício e suas normas e o surgimento dos estados nacionais.⁵¹

3. PERÍODO COMERCIAL

O que caracterizava alguém como comerciante e abrangido pelo Direito Comercial, era a prática continuada dos denominados "atos de comércio". Esses atos exercidos por um trabalhador habitual eram definidos como "atos de comércio" por lei. É importante ter presente que esses atos têm que estar ligados à atividade profissional do comerciante. Logo, toda e qualquer ação que tenha relação com o exercício da atividade-fim é que são englobados pela lei. A Revolução Francesa foi a responsável pelo surgimento do Código de Comércio que entrou em vigor em 1808 e apresentava

⁴⁸ VASSEROT, 2012.

⁴⁹ MOLINA, 1989.

⁵⁰ HANSEN, 2022.

⁵¹ *Ibidem*.

essas definições. Entretanto, apesar de todo avanço essas conceituações se mostraram limitadas tendo em vista que não deixavam claro em termos objetivos quem era de fato comerciante, uma vez que em alguns casos mesmo praticando o comércio alguns não eram tidos como comerciantes. Não havia, na verdade, um parâmetro preciso para identificar de modo inequívoco que esse ou aquele ato é de comércio. O que deixa explícita a necessidade de modificação do ordenamento jurídico comercial em voga à época.⁵²

O código comercial francês exerceu efeito sobre a legislação comercial de diversas outras nações europeias. A legislação italiana de 1882, por exemplo, deu caráter objetivo às normas como também ampliou o conceito de comerciante por abranger uma maior quantidade de atos como sendo de comércio. Particularmente, por permitir uma interpretação ampliativa o que permitia englobar analogicamente um maior número de situações. Na mesma esteira, o código alemão de 1900 em certa medida involuiu ao não restringir sua redação aos atos em si, mas aos comerciantes, dando um caráter subjetivo e não objetivo como estava em evidência no período. Apesar de alguns especialistas apontarem como destacado o fato de aplicação normativa diferenciada da legislação civil. No caso da Suíça, não ocorreu essa diferenciação entre a legislação comercial e a civil. Exemplo que se limitou a esse e uns poucos países.⁵³

Então, de um direito relativamente organizado, voltado para grupos específicos e fundamentado em usos e costumes, em uma nova etapa de evolução, no século XIX na França, torna-se um arcabouço de normas sistematizadas que regem as relações mercantis. É importante esclarecer que foi sob a direção do imperador Napoleão que ocorreram significativas mudanças nas leis francesas. Essas mudanças distinguiram expressamente o direito civil do direito comercial e influenciaram outros países inclusive o Brasil. A característica elementar da legislação comercial era a adoção da denominada “teoria dos atos de comércio” de maneira que aqueles trabalhadores que exerciam profissões enquadradas pela lei como comercial estavam regidos e protegidos por ela. No entanto, algumas atividades relevantes, como bancos, seguros, indústrias, agricultura, transações imobiliárias e serviços, ainda que não exatamente comerciais, mas de apoio às atividades de natureza comercial, não estavam abrangidas por essas normas o que demonstrava a limitação dessa regulação. Diante dessa realidade, da

⁵² MARTINS, 2017.

⁵³ MOLINA, 1989.

própria evolução das diversas atividades ligadas direta ou indiretamente ao comércio ocorreu a necessidade da criação de um novo arcabouço jurídico.⁵⁴

O código francês foi o apogeu de um processo de desenvolvimento da ciência jurídica enquanto atividade legislativa, doutrinária e jurisprudencial, levando-se em consideração também os usos e costumes ao longo do tempo. Foi o resultado dos pensamentos iluminista e burguês que haviam dominado a sociedade francesa e particularmente a política e ao mesmo tempo ligado, em certa medida, à compilação de leis promovida pelo imperador romano Justiniano no século VI d.C., o chamado “Corpus Juris Civilis”. Igualmente, recebeu influência de costumes franco-germânicos e do jusnaturalismo racionalista. A irretroatividade com a finalidade de impedir a violação do direito adquirido, a obrigação de jurisdição do magistrado, a subsunção de todos os cidadãos ao poder da lei, a possibilidade de divórcio são características destacadas do código francês. Na seara comercial os requisitos para validade de contratos eram o consentimento das partes, capacidade civil para contratar, objeto certo e causa lícita. O código francês foi responsável pelo desenvolvimento socioeconômico do país contribuindo para a sua modernização.⁵⁵

4. PERÍODO EMPRESARIAL

A realidade se impõe ao Direito Comercial tendo em vista que vários setores que não eram regulados pela legislação pressionam para serem abrangidos por ela e isso redundará por ocorrer com a adoção do Direito Empresarial. O direito necessariamente tem que estar vinculado às circunstâncias sociais e econômicas vigentes, portanto, era imperioso uma nova abordagem metodológica pela ciência jurídica, uma vez que a Revolução Industrial gerou a empresa que produz em grande quantidade. Agora o industrial é o novo comerciante e demanda regulamentação para sua atividade, uma atualização das normas. É preciso ter em conta que:

hoy se puede defender que la empresa es el centro del sistema del Derecho mercantil, y representa el sector de la realidad que justifica este Derecho especial como consecuencia de las necesidades que surgen en torno a la organización y la actividad empresarial, que es fundamentalmente una actividad de organización de factores de producción de cara al mercado. En

⁵⁴ COELHO, 2011.

⁵⁵ NUÑEZ, 1997.

concreto, debe resaltarse el hecho de que existe una actividad económica organizada y profesionalmente realizada que reclama una ordenación jurídica, de la que son pilares fundamentales el empresario, su actividad profesional y la organización instrumental de la que se vale⁵⁶.

A continuada evolução do Direito Comercial, como consequência das transformações sociais ocorridas naquele período, leva essa disciplina a uma fase moderna em que os atos de comércio não são mais a característica dos negócios comerciais, em contraposição à visão francesa e afins. O aspecto principal dessa nova fase é o foco no profissionalismo das atividades de produção e circulação de bens e serviços. Nasce, então, a empresa.⁵⁷ No final do século XIX e início do século XX, com a Revolução Industrial ganhando força e influenciando também as relações comerciais, surge a Teoria Subjetiva Moderna ou Teoria da Empresa, particularmente com a publicação do Código Civil italiano em 1949.⁵⁸

O Código Civil italiano apresentou em seu bojo a união inovadora, em apenas um conjunto de leis, de relações civis e comerciais sem, no entanto, que uma se imiscua na outra. Isso caracteriza a terceira fase evolucionária do Direito Comercial colocando em prática o preceito da empresarialidade como parâmetro de aplicação da legislação direcionada aos negócios comerciais. Assim, deixando de ser o direito dos comerciantes ou o direito dos atos de comércio para se tornar o direito da empresa de modo a englobar um número maior de atividades. O foco nessa fase é o modo como se pratica determinada relação econômica. De modo que o direito empresarial abrange seja qual for a atividade econômica contanto que seja praticada empresarialmente. Isso é caracterizado pelo conceito de que empresa é “uma atividade econômica organizada”, ou seja, a articulação de fatores de produção como “a articulação dos fatores de produção (natureza, trabalho, capital e tecnologia) para atendimento das necessidades do mercado (produção e circulação de bens e serviços)”.⁵⁹ Portanto,

Serão empresariais as atividades que tenham as seguintes características:

- 1) economicidade: criação ou circulação de riquezas e de bens ou serviços patrimonialmente valoráveis;
- 2) organização: compreende tanto o trabalho, a tecnologia, os insumos e o capital, próprios ou alheios;

⁵⁶ VASSEROT, 2012.

⁵⁷ ALBANO, 2012.

⁵⁸ RODRIGUES, 2016.

⁵⁹ RAMOS, 2016.

3) profissionalidade: refere-se à atividade não ocasional e à assunção em nome próprio dos riscos da empresa⁶⁰.

Sendo assim, o marco dessa nova fase, a Teoria da Empresa delineada pelo Código Civil italiano publicado em 1942, engloba, diferentemente da regulação anterior, as áreas de serviços, comerciais, bancárias, securitárias e industriais, ou seja, qualquer atividade econômica de produção e circulação de bens e serviços.⁶¹

5. A EXPERIÊNCIA DO BRASIL

O Brasil por ser uma colônia de Portugal esteve sob suas regras comerciais. Portanto, todos os bens econômicos produzidos no país eram objeto de rigoroso escrutínio dos prepostos imperiais portugueses. Isso só teve fim com a chegada da família real ao país em 1808 e o consequente decreto de abertura dos portos às nações amigas. Sob a influência do Código Comercial francês o Brasil, igualmente, baseou sua regulação na teoria dos atos de comércio com o Código Comercial de 1850 no qual foram estabelecidas as normas procedimentais que deviam ser atendidas pelos Tribunais de Comércio, existentes à época.⁶²

Em linguagem atual, esta relação compreenderia: a) compra e venda de bens móveis ou semoventes, no atacado ou varejo, para revenda ou aluguel; b) indústria; c) bancos; d) logística; e) espetáculos públicos; f) seguros; g) armação e expedição de navios.⁶³

No entanto, pelos mesmos motivos de limitações em que:

Com efeito, não se conseguia justificar a não incidência das normas do regime jurídico comercial a algumas atividades tipicamente econômicas e de suma importância para o mercado, como a prestação de serviços, a negociação imobiliária, a agricultura e a pecuária⁶⁴.

A doutrina brasileira foi gradualmente se adequando à italiana, tendo em vista que as decisões judiciais estavam cada vez mais se distanciando do Direito Comercial e

⁶⁰ NEGRÃO, 2014.

⁶¹ COELHO, 2011.

⁶² ALBANO, 2012; RAMOS, 2016.

⁶³ COELHO, 2011.

⁶⁴ RAMOS, 2016.

se aproximando da teoria da empresa. Por fim, com o Código Civil brasileiro de 2002, a doutrina brasileira adota integralmente a Teoria da Empresa, o Direito Empresarial.⁶⁵

CONCLUSÃO

Basicamente, o moderno Direito Empresarial passou por três etapas de desenvolvimento. O período mercantil que é compreendido entre as primeiras relações de troca de produtos e mercadorias até o surgimento das primeiras normas materiais dessas relações, marcado pelo foco no objeto de troca. O segundo período, chamado comercial, que é compreendido entre o surgimento da denominada teoria dos atos de comércio com um direito subjetivo voltado para as pessoas que praticavam relações comerciais até o aparecimento da empresa como elemento determinante das regulações nessa área. A compreensão a respeito da história dessa disciplina e sua vinculação com a história das trocas comerciais humanas é de suma importância para a compreensão adequada de sua dimensão e inserção nas ciências jurídicas e na realidade fática. O direito é uma manifestação da vida humana que exsurge como um transbordamento de relações insatisfatórias para as partes envolvidas. O conflito, seja de que natureza for, provoca a necessidade de uma mediação que equilibre de forma justa e adequada os interesses das partes. Portanto, é possível concluir que as transformações das regras aplicadas às relações comerciais e suas congêneres estão vinculadas ao cotidiano das relações sociais.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Cícero José. Direito empresarial. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/963?show=full>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ANTONETTI, Guy. A Economia Medieval. Tradução de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Atlas S. A., 1977.

AYDON, Cyril. A história do homem: uma introdução à 150 mil anos de história humana. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Record, 2011.

⁶⁵ RAMOS, 2016.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. História do Direito Empresarial. Aracaju: Edição do Autor | PIDCC, 2014.

CHILDE, G. O que aconteceu na história (1941). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2011.

CROFTON, Ian; BLACK, Jeremy. O pequeno livro da grande história: a origem do mundo, a história da humanidade e tudo mais. Tradução: Petê Rissati. São Paulo: Benvirá, 2019.

FALCON, Francisco José Calazans. Mercantilismo e transição. 15. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.

HANSEN, Gilvan Luiz. Del Imperio Romano a los escenarios contemporáneos: el significado estratégico del agua y del medioambiente en el proceso de globalización. Ourense: Universidad de Vigo, 2022. 465 p. Tese. Disponível em: <https://www.investigacion.biblioteca.uvigo.es/xmlui/bitstream/handle/11093/4374/Hansen_GilvanLuiz_TD_2022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 40ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MOLINA, Roberto L. Mantilla. Derecho Mercantil Introduccón Y Conceptos Fundamentales Sociedades. México: Editorial Porrúa, 1989.

NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUÑEZ, Carlos Ramos. El Código napoleónico y su recepción en America latina. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.pucp.edu.pe/index/handle/123456789/181579>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

PÉREZ, Yina Constanza. Los principios y su evolución en el derecho mercantil. Disponível em: <<https://revistas.ucc.edu.co/index.php/di/article/view/1955>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial esquematizado. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. Direito empresarial / Luiz Antônio Barroso Rodrigues. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2016.

VASSEROT, Carlos Vargas. La evolución histórica del derecho mercantil y su concepto. Almería: Universidade de Almería. Disponível em: <<https://repositorio.ual.es/handle/10835/1199>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

OS REFLEXOS SOCIAIS DA ATUAÇÃO SINDICAL NO BRASIL
THE SOCIAL REFLEXES OF UNION ACTION IN BRAZIL
LOS REFLEJOS SOCIALES DE LA ACCIÓN SINDICAL EN BRASIL

Ana Paula Pereira DAVID⁶⁶

Bruna Tainá Sousa VILELA⁶⁷

Éder Guilherme Dantas LOPES⁶⁸

Luciana Paulino SANTOS⁶⁹

Péricles da Silva MEDEIROS⁷⁰

Diego Sidrim Gomes de MELO⁷¹

RESUMO

É indiscutível que a Lei nº 13.467/2017, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista enfraqueceu a atuação dos sindicatos no cenário nacional, retirando dele a contribuição sindical obrigatória, a obrigatoriedade de homologação das rescisões contratuais de trabalho para os empregados que tenham mais de um ano de contrato de trabalho ativo, bem como a possibilidade de se ter em normas coletivas, frutos das negociações coletivas, condições que piorem a situação dos trabalhadores, desde que não aquelas abarcadas no artigo 611-B da CLT, ou seja, fruto das conquistas sociais estampadas na Constituição Federal de 1988. Este trabalho tem como ponto crucial a importância que os sindicatos têm nas conquistas históricas de direitos sociais que culminaram com uma redução da desigualdade da relação laboral entre empregado e empregador, bem como em uma vida mais digna ao trabalhador e conquistas que sem elas, não se é possível mais pensar nas relações de trabalho. Este trabalho tem por escopo demonstrar os reflexos das conquistas sociais pelos sindicatos, bem como a importância das funções negocial e de representação dos sindicatos. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa. Conclui o trabalho pela importância social e laboral dos sindicatos e que qualquer forma administrativa ou legal de limitar os poderes dos sindicatos será um retrocesso nas conquistas sociais dos

⁶⁶ Discente do Curso de Direito do UNICEUNA. (E-mail: anapaula_david@hotmail.com).

⁶⁷ Discente do Curso de Direito do UNICEUNA. (E-mail: brunasousa12r@gmail.com).

⁶⁸ Discente do Curso de Direito do UNICEUNA. (E-mail: edinho.dantas@hotmail.com).

⁶⁹ Discente do Curso de Direito do UNICEUNA. (E-mail: lucianapaulino.adv@gmail.com).

⁷⁰ Discente do Curso de Direito do UNICEUNA. (E-mail: prcls@outllok.com).

⁷¹ Graduado em Direito e Pós-graduado em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Potiguar – UnP. Advogado desde 2006. Docente no curso de Direito e Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica UNICEUNA. (E-mail: diego-sidrim@hotmail.com).

trabalhadores, pois fazem com que a dignidade do trabalhador se curve ao poder econômico do empregador sob a pseudo justificativa do progresso.

Palavras-chave: Reforma trabalhista; Conquistas sociais; Sindicatos.

ABSTRACT

It is indisputable that Law No. 13,467/2017, popularly known as Labor Reform, weakened the role of unions on the national scene, removing the mandatory union contribution, the obligation to ratify contractual terminations of employment for employees who have more than one year of experience. active employment contract, as well as the possibility of having in collective norms, the result of collective negotiations, conditions that worsen the situation of workers, as long as they are not those covered in article 611-B of the CLT, that is, the result of the social achievements stamped on in the Federal Constitution of 1988. This work has as its crucial point the importance that unions have in the historic achievements of social rights that culminated in a reduction in inequality in the labor relationship between employee and employer, as well as in a more dignified life for workers and achievements that without them, it is no longer possible to think about work relationships. This work aims to demonstrate the consequences of social achievements by unions, as well as the importance of the negotiating and representation functions of unions. As a methodology, applied research is used, with a hypothetical-deductive and qualitative approach, with a descriptive objective and to propose formative evaluation. The work concludes by the social and labor importance of unions and that any administrative or legal form of limiting the powers of unions will be a setback in the social achievements of workers, as they make the dignity of the worker bow to the economic power of the employer under the pseudo justification of progress.

Keywords: Labor reform; Social achievements; Unions.

RESUMEN

Es indiscutible que la Ley n° 13.467/2017, conocida popularmente como Reforma Laboral, debilitó el papel de los sindicatos en el escenario nacional, eliminando el aporte sindical obligatorio, la obligación de ratificar las terminaciones contractuales de los empleados que tengan más de un año de antigüedad experiencia laboral activa, así como la posibilidad de tener en normas colectivas, resultado de negociaciones colectivas, condiciones que agraven la situación de los trabajadores, siempre que no sean las previstas en el artículo 611-B de la CLT, es decir, resultado de las conquistas sociales estampadas en la Constitución Federal de 1988. Este trabajo tiene como punto crucial la importancia que tienen los sindicatos en las conquistas históricas de los derechos sociales que culminaron en una reducción de la desigualdad en la relación laboral entre empleado y empleador, así como en una vida más digna para los

trabajadores y logros que sin ellos ya no es posible pensar en las relaciones laborales. Este trabajo pretende demostrar las consecuencias de los logros sociales de los sindicatos, así como la importancia de las funciones de negociación y representación de los sindicatos. Como metodología se utiliza la investigación aplicada, con un enfoque hipotético-deductivo y cualitativo, con objetivo descriptivo y proponer evaluación formativa. El trabajo concluye por la importancia social y laboral de los sindicatos y que cualquier forma administrativa o legal de limitar las facultades de los sindicatos será un retroceso en las conquistas sociales de los trabajadores, pues hacen que la dignidad del trabajador se doblegue ante el poder económico de los sindicatos. empresario bajo la pseudojustificación del progreso.

Palabres clave: Reforma laboral; Logros Sociales; Sindicatos.

INTRODUÇÃO

Quanto às relações coletivas de trabalho no Brasil, destaca-se o histórico intervencionismo estatal, especialmente na regulamentação sindical. Na década de 40, no governo Getúlio Vargas, o Brasil adotou uma legislação detalhista, de inspiração fascista, vinculando os sindicatos ao Estado e promovendo uma abordagem assistencialista.

Esse modelo persistiu até a Constituição Federal de 1988, caracterizado por mecanismos como a unidade sindical, conceitos rígidos de categoria profissional, enquadramento sindical, contribuição sindical obrigatória, limitações ao direito de greve e negociações coletivas.

Paralelamente, há a tradição brasileira do direito legislado, já que o Estado adota o direito positivado, com a lei ocupando posição de destaque. A Constituinte de 1988 buscou criar textos sintéticos, inspirados na Magna Carta inglesa e na Constituição dos Estados Unidos da América (EUA), embora tenha enfrentado obstáculos devido à estrutura do direito anglo-saxão divergente do sistema intervencionista romano.

Já o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, denominada de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil através do decreto-lei nº 8.740/46 não trata explicitamente da "liberdade sindical" da mesma forma que é entendida em documentos internacionais, como a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, a CLT reconhece a liberdade de associação sindical, garantindo aos

trabalhadores o direito de se organizarem em sindicatos e de participarem de atividades sindicais, sem interferência indevida do Estado ou dos empregadores. Este reconhecimento está presente em diversos artigos da CLT que regulamentam a organização sindical, a representação dos trabalhadores e as negociações coletivas.

Os sindicatos sempre foram uma força de trabalho no país, principalmente na proteção de direitos das categorias que representam, tutelando os trabalhadores brasileiros numa relação desequilibrada de trabalho que é a relação entre empregado e empregador, quando este é hipersuficiente tanto técnica, quanto economicamente.

No entanto, no ano de 2017 entrou em vigor, mais precisamente no dia 11 de novembro daquele ano, a Lei nº 13.467, que ficou popularmente conhecida como reforma trabalhista. Esta lei, dentre toda a reforma trazida, inseriu ou alterou normas que enfraqueceram a atuação sindical, como o fim da contribuição compulsória, a não obrigatoriedade das rescisões passarem pelos sindicatos, as normas coletivas poderem ter conteúdo até mesmo prejudicial em direitos aos trabalhadores, e a mitigação do princípio da prevalência da norma mais benéfica ao trabalhador, uma vez que as normas coletivas, como acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas do trabalho prevalecem sobre norma legal.

Este enfraquecimento sindical por força de lei é um grave problema social, uma vez que os sindicatos sempre foram uma força na defesa destes direitos e obtiveram diversas conquistas ao longo de décadas, principalmente nos direitos sociais, diminuindo o desequilíbrio nas relações laborais.

Este artigo tem por finalidade analisar os reflexos das conquistas sociais pelos sindicatos, e também a importância de suas funções negocial e de representação.

Como metodologia, se aplica a pesquisa de natureza aplicada, com abordagem hipotético-dedutiva e qualitativa, com objetivo descritivo e de propor avaliação formativa.

2. PRINCIPAIS FUNÇÕES DOS SINDICATOS

Os sindicatos representam uma das estruturas mais importantes no contexto das relações de trabalho, desempenhando diversas funções que visam à defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores. Segundo Maurício Godinho Delgado:

Sindicatos são entidades associativas permanentes, que representam trabalhadores vinculados por laços profissionais e laborativos comuns, visando tratar de problemas coletivos das respectivas bases representadas, defendendo seus interesses trabalhistas e conexos, com o objetivo de lhes alcançar melhores condições de labor e vida⁷².

Neste capítulo será explorado mais detalhadamente as principais funções dos sindicatos, destacando sua relevância para o movimento sindical e para a sociedade em geral.

Representação dos Trabalhadores: uma das funções essenciais dos sindicatos é a representação dos trabalhadores perante os empregadores e as autoridades administrativas e judiciárias. Os sindicatos atuam como porta-vozes da classe trabalhadora, defendendo seus direitos e interesses em diversas esferas. Esta função é crucial para garantir que as preocupações e necessidades dos trabalhadores sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam suas condições de trabalho e qualidade de vida.

Veja-se o que ensina Sérgio Pinto Martins sobre a função de representação:

A função de representação é assegurada na alínea *a* do art. 513 da CLT, em que se verifica a prerrogativa do sindicato de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da categoria ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida. Uma das funções precípua do sindicato é a de representar a categoria e não apenas os associados. Assim, elevou-se a dispositivo constitucional a regra retromencionada, que está no inciso III do art. 8º da Constituição⁷³.

Ainda sobre a representação, a CLT preceitua em seu artigo 513, alínea *a*:

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos: a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida⁷⁴.

⁷² DELGADO, 2019, p. 1.590.

⁷³ MARTINS, 2020, p. 1.121.

⁷⁴ BRASIL, 1943.

A representação não tem apenas *status* legal, tem também *status* constitucional, como se verifica no artigo 8º, inciso III da Carta Régia:

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas⁷⁵.

No entanto, a reforma trabalhista de 2017 no Brasil trouxe mudanças significativas nesse aspecto. Uma das mudanças mais controversas foi a retirada da obrigatoriedade da homologação das rescisões contratuais pelos sindicatos, quando se deu a revogação do parágrafo 1º do artigo 477 da CLT.

Anteriormente, a homologação das rescisões pelos sindicatos garantia uma supervisão independente sobre os cálculos das verbas rescisórias, assegurando que os trabalhadores não fossem lesados em seus direitos. Os sindicatos desempenhavam um papel importante na conferência dos cálculos de férias, décimo terceiro, horas extras, entre outros direitos trabalhistas, quando, assim, podia intervir em casos de discrepâncias ou irregularidades.

Com essa mudança na legislação, surgiram preocupações sobre a garantia dos direitos dos trabalhadores. A transferência da responsabilidade para os empregadores ou para o Ministério do Trabalho levantou questões sobre a imparcialidade e a competência dos empregadores para calcular corretamente as verbas rescisórias, especialmente em empresas de menor porte ou com pouca experiência em questões trabalhistas.

Essa alteração aumentou o temor de que os trabalhadores fossem prejudicados em suas rescisões, seja por erro de cálculo, má-fé do empregador ou falta de capacidade técnica para lidar com as questões trabalhistas de forma adequada. Além disso, a diminuição do papel dos sindicatos na verificação dos cálculos pode ter contribuído para a redução da fiscalização e do controle sobre as práticas trabalhistas das empresas.

Portanto, para muitos trabalhadores e especialistas em Direito do Trabalho, a retirada da atuação dos sindicatos nas rescisões trabalhistas representou um retrocesso na proteção dos direitos trabalhistas e na garantia de uma negociação equilibrada entre empregadores e empregados.

⁷⁵ BRASIL, 1943.

Mas a representação não se limita às homologações de rescisões, vai muito além. A representação é da categoria que está amparada por um sindicato, sejam trabalhadores associados ao sindicato ou não. Além desta representação da categoria, devem os sindicatos “estabelecer critérios de conduta da profissão e promover um trabalho institucional de apoio aos seus membros, caracterizando sua função conciliadora, reguladora e protetora dos direitos da classe que representam.”⁷⁶

Negociação Coletiva: a negociação coletiva é outra função central dos sindicatos, na qual buscam estabelecer acordos e convenções coletivas de trabalho que regulamentem as condições deste, os salários e os benefícios dos trabalhadores representados. Essa atividade é fundamental para garantir a justiça e a equidade nas relações de trabalho, bem como para promover o diálogo e a colaboração entre trabalhadores e empregadores.

Sobre a relevância desta função, ensina Maurício Godinho Delgado *et al*:

A negociação coletiva trabalhista é importante veículo de melhoria e aperfeiçoamento das condições de contratação e gestão trabalhistas no âmbito das empresas e dos estabelecimentos. É mecanismo que se ajusta, sem dúvida, à estrutura e lógica jurídicas do Estado Democrático de Direito. Pouco incentivada, no Brasil, no período anterior à Constituição de 1988, foi por esta promovida e impulsionada⁷⁷.

Por meio da negociação coletiva, os sindicatos podem alcançar melhorias significativas para os trabalhadores, contribuindo para uma maior qualidade de vida e bem-estar, não devendo precarizar jamais o valor do trabalho.

Conforme se observa, não existe espaço, na Constituição da República Federativa do Brasil, para a concepção de negociação coletiva trabalhista como mecanismo de precarização e rebaixamento do valor trabalho e das condições de contratação e gestão da força de trabalho na economia e na sociedade brasileiras⁷⁸.

Há uma terceira função que é a assistencial, assim reconhecida pela ordem jurídica. Consiste na prestação de serviços aos associados, e também aos não associados, mas que integrem a categoria, seriam, por exemplo, os serviços educacionais, jurídicos, médicos, dentre outros. Apesar da CLT mencionar que estes são deveres dos sindicatos, a Constituição Federal de 1988 não recepcionou a norma

⁷⁶ VIVEIROS, Luciano. *CLT Comentada pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017)*, 2018, p. 281.

⁷⁷ DELGADO, 2017, p. 248.

⁷⁸ *Ibidem.*, p. 249.

como dever, mas como funções e prerrogativas apenas.⁷⁹ Dentre esses potenciais funções, têm-se, com menor ênfase a função de educação, formação profissional, promoção do bem-estar e da justiça social.

Educação e formação profissional: os sindicatos também desempenham um papel importante na educação e formação profissional dos trabalhadores. Eles podem oferecer programas de treinamento e capacitação, *workshops* e seminários sobre uma variedade de temas relacionados ao trabalho e direitos trabalhistas. Essas iniciativas visam capacitar os trabalhadores para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Promoção do bem-estar e justiça social: os sindicatos também estão envolvidos em atividades que visam promover o bem-estar e a justiça social não apenas para os trabalhadores representados, mas para toda a sociedade. Eles participam de campanhas e iniciativas que lutam por melhores condições de vida, saúde, educação e habitação para todos. políticas e sociais mais amplos vezes se envolvem em questões políticas e sociais mais amplas, buscando influenciar políticas públicas e legislação em benefício dos trabalhadores e da comunidade em geral.

Os sindicatos desempenham múltiplas funções que abrangem desde a representação dos trabalhadores até a promoção do bem-estar e justiça social. Essas funções são essenciais para garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

3. OS REFLEXOS NO SEIO SOCIAL DA ATUAÇÃO DOS SINDICATOS

A atuação dos sindicatos é muito mais do que a luta pela categoria que representa, vai além da busca por melhores condições de trabalho e da questão salarial, engloba um conjunto de direitos e benefícios que atinge toda a sociedade, como por exemplo a luta pela democratização da saúde que levou à criação do Sistema Único de

⁷⁹ DELGADO, 2019, p. 1.607.

Saúde (SUS). José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde reconhece a importância da atuação dos sindicatos na criação do SUS.⁸⁰

Para ele, antes de mais nada, é preciso ter consciência de que estamos lidando com um processo histórico de longa duração, que não começou com a Constituição Federal de 1988, que criou o SUS. “Trata-se de um longo percurso, fruto de um gigantesco esforço coletivo, de inúmeras e variadas experiências institucionais, **sindicais**, dos movimentos sociais, dos movimentos de bairros e do campo; da implantação de políticas no Estado e das reflexões feitas na academia...

Mas de onde vieram essas ideias? Para o ex-ministro, no Brasil poderíamos escolher alguns marcos e figuras históricas simbólicas, como Oswaldo Cruz ou a Conferência Nacional de Saúde realizada em 1963, às portas do golpe empresarial-militar. Mas “com toda a certeza”, disse, as ideias são principalmente fruto da luta política travada em muitos espaços: academia, igrejas, **sindicatos**, movimentos sociais, no movimento de renovação médica... **(Grifo nosso)**

Outro reflexo desse movimento pode ser visto através da oferta de atividades de formação e qualificação profissional o que impacta diretamente na qualidade de vida da população. Outrossim, esse processo dá início a um círculo virtuoso na economia com reflexos em toda a sociedade, sindicatos fortes, trabalhadores com seus direitos garantidos, melhores salários, educação, saúde, economia pujante, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, enfim, um círculo virtuoso em toda a sociedade e com isso a geração de melhoria na qualidade de vida de toda a população.

São inegáveis o legado e as conquistas relevantes que esses sindicatos com seus movimentos deixaram para a sociedade brasileira ou longo da história. O movimento sindical no Brasil teve seu início no final do século XIX, formado pela insatisfação dos trabalhadores imigrantes, operários que trabalhavam em diversas fábricas, que enganados com promessas que nunca foram cumpridas e que não estavam satisfeitos com suas condições de trabalho, iniciaram um movimento para se unirem, questionarem e lutarem por seus direitos. Assim, deu-se início a formação dos primeiros sindicatos do Brasil, um movimento com pouca força, já que a economia do país era predominantemente agrícola⁸¹.

Já existiam sindicatos, que se denominavam ligas operárias, surgidos por volta de fins do século XIX e começo de 1900, com a influência de trabalhadores estrangeiros que vieram a prestar serviços em nosso país. Os

⁸⁰ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Abrascão – a luta que levou à construção do SUS e os novos desafios para o movimento da reforma sanitária**. Disponível em <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/799>> Acesso em 6 de maio de 2024.

⁸¹ MARTINS, 2020, p. 1.068

primeiros sindicatos que foram criados no Brasil datam de 1903. Eram ligados à agricultura e à pecuária. (...) O movimento sindical alcança dimensão nacional com o 1º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1906, quando é fundada a Confederação Sindical Brasileira.⁸²

Os sindicatos têm o papel fundamental na organização e proteção dos direitos dos trabalhadores no seio social. Com a chegada da Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, que é o conjunto de novas regras criadas pelo Congresso Nacional para atualizar e reformular a CLT, com isso aconteceram mudanças relevantes nas relações de trabalho no país. Entre estas, o fim da contribuição sindical obrigatória, popularmente conhecida como “imposto sindical”.

Esta contribuição sindical obrigatória consistia no recolhimento de um dia de trabalho por ano de todos os trabalhadores, fossem eles sindicalizados ou não. Era uma receita forte para a manutenção dos sindicatos, pelo menos para muitos deles. Com sua retirada pela reforma trabalhista, os sindicatos tiveram que se adequar às novas regras e buscar formas de proteger os direitos dos trabalhadores diante das alterações impostas pela reforma trabalhista.

Muitos sindicatos aumentaram suas atuações em negociações coletivas, com o intuito de garantir condições de trabalho justas para os trabalhadores, diante disso, a legislação trouxe novos desafios para os sindicatos, como a possibilidade de negociação direta entre empregadores e empregados. Logo, exigiu maior mobilização dos sindicatos para garantir a participação dos trabalhadores, visando negociações e defesa dos seus direitos.

A atuação dos sindicatos contribuiu decisivamente para que a Constituição de 1988 reservasse todo o artigo 7º aos direitos sociais dos trabalhadores, além disso, vem alcançando diversas e importantes conquistas desde seu início até os dias de hoje, são conquistas importantes e os principais direitos trabalhistas conquistados por eles estão instituídos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do trabalho, e são resultado da mobilização histórica dos sindicatos. Entre as maiores conquistas desse referido movimento ao longo do tempo no Brasil estão:⁸³

⁸² MARTINS, 2020, p. 1.068.

⁸³ Pitanga Comunicação e Cultura. **Conheça oito conquistas históricas do sindicalismo brasileiro.** Disponível em <<https://sinbraf.com.br/conheca-oito-conquistas-historicas-do-sindicalismo-brasileiro/>> Acesso em 6 de maio de 2024.

A jornada de trabalho de 44 horas semanais. No Brasil, a jornada de trabalho já chegou a ser de 16 horas por dia, isso no início dos anos 1900, mas diante de reivindicações sindicais, a Carta Maior de 1934 reduziu a jornada diária para 8 horas, limitando a jornada semanal em 48 horas. Mas foi apenas na Carta Régia de 1988 que algumas categorias, de forma individual, conquistaram a redução de jornada por intermédio de seus sindicatos.

Salário-mínimo. Este pleito esteve em pauta na grande greve de 1917. Os sindicatos pleiteavam o pagamento de um piso salarial que fosse suficiente para cobrir despesas básicas e que garantissem a sobrevivência dos trabalhadores. Houve uma conquista em 1936, com instituição de salários-mínimos regionais, mas em 1984 ele foi equiparado nacionalmente, ganhando *status* constitucional na Carta Maior de 1988.

Férias remunerada. Devido à atuação sindical, em 1925 foi publicado decreto que concedia para cada ano trabalhado, 15 dias de descanso remunerado. No entanto, não os empregadores não respeitavam esta norma, e foi necessário que os sindicatos se mobilizassem. Em 1943 as férias remuneradas passaram a integrar a CLT, e o adicional de um terço no pagamento também foi fruto da mobilização sindical, que conseguiu que este adicional tivesse *status* constitucional com a Carta Maior de 1988.

13º salário. Fruto de reivindicações dos trabalhadores desde a era Vargas, diante de muita pressão dos sindicatos, foi aprovada no governo de João Goulart, na década de 1960 e assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Horas extraordinárias. Mais uma importante conquista do movimento sindical foi a regulamentação das horas extraordinárias. Com isso, os trabalhadores passaram a ser remunerados pela hora a mais da jornada ordinária laborada.

Seguro-desemprego. Este foi criado com o escopo de auxiliar financeira e temporariamente os trabalhadores desempregados quando dispensados sem justo motivo. Este pagamento auxiliaria o trabalhador enquanto buscasse outro trabalho. Este também foi fruto de mobilização sindical.

Adicional de periculosidade e adicional de insalubridade. Durante muitos anos os sindicatos lutaram por melhores condições no trabalho, por um ambiente laboral saudável e seguro. Culminou que com o Decreto-Lei nº 2.162 foi criado o adicional de insalubridade e, em 1955 o adicional de periculosidade.

Aposentadoria. Tudo teve início com as estradas de ferro do início do século XX no Brasil. Durante esta construção houve muitas graves e, dentre as reivindicações estava o direito à aposentadoria. Houve, então, a criação da Lei Eloy Chaves, obrigando as companhias ferroviárias a criarem uma caixa de aposentadorias e pensões, e isso estimulou os sindicatos a buscarem para as outras categorias o direito de aposentadoria também. Direito este que está garantido na Carta Magna de 1988.

Além destas conquistas retro citadas, há outras, como a licença maternidade. A CLT previa licença maternidade de 84 dias, pagas pelo empregador, mas isso culminava numa restrição de contratação feminina para o trabalho. Em 1973, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o pagamento desta licença passou a ser feito pela Previdência Social. Os sindicatos se movimentaram para buscar uma ampliação do tempo de licença maternidade, o que conseguiram, sendo ampliado para 120 dias e, conseguiram a proteção ao emprego da gestante até 5 meses após o parto contra demissões sem justo motivo.⁸⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, o presente artigo científico aborda as principais funções dos sindicatos, incluindo a representação dos trabalhadores, a negociação coletiva, a assistência, como educação e formação profissional, e a promoção do bem-estar e justiça social. Destaca que os sindicatos enfrentam desafios nas suas atribuições, devido a limitações legais impostas pela Lei nº 13.467/2017, conhecida popularmente como Reforma Trabalhista.

Ressalta os reflexos no seio social pela atuação dos sindicatos, abordando a democratização da saúde, oferta de atividades de formação e qualificação profissional e seu impacto na qualidade de vida da população. Além disso, são apresentadas as conquistas e relevâncias do movimento sindical no Brasil, desde seu início até os dias

⁸⁴ LESSA, Daniele. **Especial Licença-Maternidade 2 – Evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil**. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/293878-especial-licenca-maternidade-2-evolucao-das-leis-e-costumes-sobre-licenca-maternidade-no-brasil-0602/>> Acesso em 6 de maio de 2024.

atuais, incluindo diversos direitos conquistados e que se encontram na Magna Carta de 1988.

É inegável a importância dos sindicatos não apenas no contexto dos direitos trabalhistas, na busca e tutela de salários justos e condições de trabalho dignas, mas também todo o contexto social conquistado pelas lutas do movimento sindical que culminaram numa sociedade mais sadia e estruturada, com redução das desigualdades sociais e do desequilíbrio das relações trabalhistas, em que os empregados são a parte hipossuficiente da relação.

Quando o Estado busca legislar regras que reduzem a atuação sindical, regulando e, por vezes, ordenando nas relações sindicais, ele pode não apenas os sindicatos, não somente sua estrutura, não somente sua atuação, mas aumenta a disparidade das relações entre empregadores e trabalhadores, tornando estes reféns daqueles que tem o poder econômico e dos meios de produção. Consequentemente, causa uma piora no contexto social do Estado e atrasa o progresso estatal, pois fere indiretamente a dignidade da pessoa humana do trabalhador.

REFERÊNCIAS

BRASIL, CLT. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em 5 de maio de 2024;

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 18ª ed., São Paulo: LTr, 2019;

DELGADO, Maurício Godinho *et al.* A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017;

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Abrascão – a luta que levou à construção do SUS e os novos desafios para o movimento da reforma sanitária. Disponível em <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/799>> Acesso em 6 de maio de 2024;

LESSA, Daniele. Especial Licença-Maternidade 2 – Evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/293878-especial-licenca-maternidade-2-evolucao-das-leis-e-costumes-sobre-licenca-maternidade-no-brasil-0602/>> Acesso em 6 de maio de 2024;

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 36ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020;

PITANGA COMUNICAÇÃO E CULTURA. Conheça oito conquistas históricas do sindicalismo brasileiro. Disponível em <<https://sinbraf.com.br/conheca-oito-conquistas-historicas-do-sindicalismo-brasileiro/>> Acesso em 6 de maio de 2024;

TÁCITO, Caio. Constituições Brasileiras: 1988, v. VII. Brasília, Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2002;

VIVEIROS, Luciano. CLT Comentada pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017). 9ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2018.



O LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO COMO ESTRATÉGIA DE TUTELA E DE DIREITOS NA JUSTIÇA BRASILEIRA: LIMITES E POSSIBILIDADES

EVENTUAL LITIS CONSORTIUM AS A STRATEGY FOR PROTECTION AND RIGHTS IN BRAZILIAN JUSTICES: LIMITS AND POSSIBILITIES

EL LITISCONSORCIO OPCIONAL COMO ESTRATEGIA DE PROTECCIÓN Y DERECHOS EM LAS JUUSTICIAS BRASILEÑAS: LÍMITES Y POSIBILIDADES

Débora Reis PINHEIRO⁸⁵

Juliana Lopes NASCIMENTO⁸⁶

Licleiton de França BORBA³

Santiago Rodrigues do Nascimento CORRÊA⁴

Viviane Santos de Sá e SOUZA⁵

RESUMO

Este artigo aborda o uso do litisconsórcio facultativo como estratégia processual de tutela de direitos no sistema de justiça brasileiro, examinando seus limites e possibilidades no contexto do Código de Processo Civil. Primeiramente, o artigo apresenta a definição do litisconsórcio, diferenciando do litisconsórcio necessário. Em seguida, apresenta as características do litisconsórcio facultativo, enfatizando sua utilização em casos concretos, como litígios envolvendo contratos com múltiplas partes. O artigo trata conjuntamente os limites e desafios jurídicos do uso do litisconsórcio na modalidade facultativa, especialmente quanto à segurança jurídica, ao princípio do devido processo legal, que requer uma relação processual estável e previsível. A análise

⁸⁵ Jornalista e Educadora Física com Especialização em Grupos Especiais. Discente em Direito – UNICEUNA. (E-mail: deborareisoficial@gmail.com).

⁸⁶ Atriz, Professora de Teatro, pesquisadora graduada pela UFU-MG e Terapeuta pelo instituto Think Knowloag-E.U.A. Discente em Direito – UNICEUNA. (Email: jln.lpsl@gmail.com).

³ Administrador e tecnólogo em processo gerências. Discente em Direito – UNICEUNA. (E-mail: licleitonfsaferroviario@hotmail.com).

⁴ Bacharel em Educação Física. Discente em Direito – UNICEUNA.

⁵ Mestrado em Sociedade Democrática, Estado e Direito, UPV, Espanha. Especialização em Processo Civil – UNP. Advogada e Docente Universitária do Curso de Direito do Centro Universitário Natalense – UNICEUNA (E-mail: vivianedesaesouza@gmail.com).

tem como escopo apresentar as consequências pela escolha de um instituto processual que visa, entre outros objetivos, possibilitar prestação jurisdiccional para mais de uma parte no mesmo processo.

Palavras-Chave: Litisconsórcio; litisconsórcio facultativo, estratégia processual.

ABSTRACT

This article addresses the use of optional litigation as a procedural strategy for protecting rights in the Brazilian justice system, examining its limits and possibilities in the context of the Civil Procedure Code. Firstly, the article presents the definition of the joinder, differentiating it from the necessary joinder. It then presents the characteristics of the optional joinder, emphasizing its use in specific cases, such as disputes involving contracts with multiple parties. The article jointly addresses the limits and legal challenges of using the joinder in the optional modality, especially regarding legal certainty, the principle of due legal process, which requires a stable and predictable procedural relationship. The scope of the analysis is to present the consequences of choosing a procedural institute that aims, among other objectives, to enable jurisdictional provision for more than one party in the same process.

Keywords: Litigation; optional joinder, procedural strategy.

RESUMEN

Este artículo aborda el uso del litigio facultativo como estrategia procesal para la protección de derechos en el sistema de justicia brasileño, examinando sus límites y posibilidades en el contexto del Código Procesal Civil. En primer lugar, el artículo presenta la definición de acumulación, diferenciándola de la acumulación necesaria. Luego presenta las características de la acumulación opcional, enfatizando su uso en casos específicos, como disputas que involucran contratos con múltiples partes. El artículo aborda de manera conjunta los límites y desafíos jurídicos del uso de la acumulación en la modalidad facultativa, especialmente en lo que respecta a la seguridad jurídica, el principio del debido proceso legal, que requiere una relación procesal estable y predecible. El alcance del análisis es presentar las consecuencias de elegir un instituto procesal que tenga como objetivo, entre otros objetivos, possibilitar la provisión jurisdiccional para más de una parte en un mismo proceso.

Palabras clave: Litigio; acumulación opcional, estrategia procesal.

INTRODUÇÃO

Na relação jurídica processual o litisconsórcio se traduz na pluralidade de partes, seja no polo ativo, passivo ou em ambos.

A abordagem do presente trabalho adentra nas peculiaridades do litisconsórcio facultativo a fim de examinar sua relevância como uma estratégia de tutela processual no direito processual civil brasileiro. A partir da análise das normas do Código de Processo Civil, este artigo busca contribuir com o esclarecimento de como o litisconsórcio facultativo pode ser utilizado como uma ferramenta eficaz para a defesa de direitos, especialmente em situações em que há múltiplas partes e interesses envolvidos.

Antes de adentrar nas especificidades do litisconsórcio facultativo será apresentada as espécies de litisconsórcio. O estudo pretende explicar os fundamentos teóricos e as justificativas que sustentam o uso do litisconsórcio facultativo, destacando as vantagens e as limitações práticas que o uso desse instrumento processual impõe. A análise também visa avaliar em que medida essa modalidade de litisconsórcio contribui para a economia processual e a segurança jurídica ao possibilitar que a parte demandante seja composta por mais de um autor ou/e que apresente no polo passivo mais de um réu afastando a necessidade de novos processos.

Além disso, este trabalho se propõe a examinar a aplicação do litisconsórcio facultativo na prática processual, buscando compreender a utilidade do seu uso como estratégia processual.

2 OBJETIVO

O litisconsórcio facultativo tem seu alicerce na economia processual e segurança jurídica. No entanto, por ser uma ferramenta processual utilizada a partir da escolha do autor se mostra significativamente necessário identificar potenciais aprimoramentos legislativos e utilidade na aplicação prática desse instituto para maximizar seu uso enquanto instrumento de eficiência e acessibilidade.

Uma vez apresentada a pluralidade das partes e formada a relação processual a participação de cada litisconsorte tem impacto direto no trâmite do processo, de modo que sua escolha sem a devida análise poderá implicar em efeito contrário na eficácia pretendida.

O tema é relevante não só para o entendimento dos fundamentos e aplicações do litisconsórcio facultativo, mas também para promover reflexões que possam fortalecer a proteção de direitos e aprimorar a qualidade da tutela jurisdicional. Com base nisso, o foco do presente trabalho é contribuir para a viabilidade do manuseio do litisconsórcio facultativo no processo civil brasileiro.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem metodológica que combina a revisão bibliográfica associada à análise do Código de Processo Civil (CPC) brasileiro, com foco específico no Artigo 113, que trata o litisconsórcio facultativo. O escopo do trabalho apresenta definições perfunctórias das espécies de litisconsórcio, bem como considerações gerais sobre o litisconsórcio facultativo, aspectos e efeitos.

4 LISTISCONSÓRCIO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Litisconsórcio trata da pluralidade entre as partes que participam de um processo. De acordo com Fredie Didier, o litisconsórcio é caracterizado pela “reunião de duas pessoas ou mais pessoas assumindo simultaneamente a posição do autor ou réu”.⁸⁷ Para Nelson Nery e Rosa Maria de Andrade Nery o litisconsórcio define-se pela:

[...] possibilidade que existe de mais de um litigante figurar em um ou em ambos os polos da relação processual. Caracteriza a pluralidade subjetiva da lide. Quando ocorre o litisconsórcio há cumulação subjetiva de ações⁸⁸.

⁸⁷ DIDIER JUNIOR, 2011, p. 325.

⁸⁸ NERY, 2010, p. 270

É considerável ressaltar que no litisconsórcio “não há multiplicidade de processos, mas um processo com mais de um autor ou réu. Todos os litisconsortes são partes e têm iguais direitos”.⁸⁹ Abaixo citamos alguns exemplos de litisconsórcio.

No Brasil, o litisconsórcio é regulamentado pelo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, principalmente nos artigos 113 a 118. Esses dispositivos detalham as condições em que o litisconsórcio pode ser formado e os direitos e deveres das partes envolvidas. O CPC busca balancear a eficiência processual com a proteção aos direitos das partes, garantindo que todas as pessoas potencialmente impactadas por uma decisão sejam incluídas no processo.

Passemos às espécies de litisconsórcio no ordenamento jurídico brasileiro.

4.1 – Ativo, passivo e misto

Litisconsórcio Ativo: O litisconsórcio ativo ocorre quando duas ou mais pessoas atuam conjuntamente no polo ativo de uma ação judicial, ou seja, como autores. Essa situação processual se configura quando essas pessoas têm um interesse comum ou conexo que pode ser tratado em um único processo. O objetivo principal é facilitar a administração da justiça e promover a economia processual, evitando ações múltiplas e decisões contraditórias.

Características do Litisconsórcio Ativo

Pluralidade de Autores: O litisconsórcio ativo é caracterizado pela existência de várias partes que se unem para propor uma única ação. Essas partes compartilham um vínculo que justifica a apresentação de suas demandas em conjunto.

Interesse Comum ou Conexo: As demandas dos autores devem ser compatíveis e relacionadas de alguma forma, seja porque todos buscam um mesmo direito, seja porque suas pretensões estão ligadas a um mesmo fato ou questão jurídica.

⁸⁹ GONÇALVES, 2011, p. 150.

Benefícios do Litisconsórcio Ativo

Economia Processual: Permite que uma única ação seja movida em vez de várias ações individuais, o que reduz custos judiciais e o tempo de tramitação.

Uniformidade da Decisão: Evita que diferentes juízes possam proferir decisões contraditórias sobre a mesma questão.

Força Coletiva: A reunião de vários autores pode reforçar a argumentação jurídica, aumentando a visibilidade e o peso da demanda.

Litisconsórcio Passivo: O litisconsórcio passivo no âmbito do processo civil é uma situação em que duas ou mais pessoas figuram conjuntamente no polo passivo de uma ação judicial, ou seja, como réus. Esse instituto processual ocorre quando há uma pluralidade de partes defendendo interesses que, de alguma forma, estejam interligados ou que devam ser tratados conjuntamente para garantir uma solução mais eficiente e justa do litígio.

Características do Litisconsórcio Passivo

Pluralidade de Réus: O litisconsórcio passivo é marcado pela presença de mais de um réu na ação. Isso significa que várias partes são citadas para responder em conjunto sobre a mesma demanda judicial.

Interesse Comum ou Conexo: A relação jurídica ou o fato em questão deve envolver todos os réus de forma direta ou indireta. Pode ser um vínculo comum, como em casos de responsabilidade solidária por danos, ou conexões entre diferentes réus em função de um mesmo ato ou fato jurídico.

Independência das Defesas: Mesmo sendo parte de um litisconsórcio, cada réu pode apresentar sua própria defesa, que pode ser distinta e até contraditória em relação às dos demais. Isso mantém o direito de ampla defesa e contraditório para todos os litisconsortes.

Unidade Processual: Os litisconsortes respondem em um único processo, o que significa que as decisões judiciais em relação ao objeto da ação devem ser coordenadas para evitar sentenças conflitantes.

Benefícios do Litisconsórcio Passivo

Economia Processual: Ao reunir múltiplos réus em uma só ação, o litisconsórcio passivo contribui para a eficiência do Judiciário, reduzindo a necessidade de múltiplos processos sobre a mesma questão e, assim, economizando tempo e recursos tanto das partes quanto do tribunal.

Evita Decisões Conflitantes: A condução de uma única ação com todos os envolvidos garante que a decisão judicial seja coerente para todas as partes, evitando julgamentos diferentes sobre o mesmo tema em processos separados.

Facilidade de Execução: Uma decisão judicial proferida em um litisconsórcio passivo pode ser executada de forma mais coordenada, já que todos os réus estão vinculados a uma única sentença. Isso é especialmente útil em casos de responsabilidade solidária, onde é necessário executar o mesmo julgamento contra várias partes.

Maior Segurança Jurídica: Assegura que todos os possíveis responsáveis ou interessados estejam presentes no processo, o que amplia a legitimidade e a validade da decisão judicial.

O litisconsórcio misto: é uma forma de litisconsórcio em que há pluralidade de partes tanto no polo ativo (autores) quanto no polo passivo (réus) da ação judicial. Isso significa que várias pessoas estão envolvidas em ambos os lados do processo, formando grupos de autores e réus em uma mesma causa.

Características do Litisconsórcio Misto

Pluralidade de Partes em Ambos os Polos: A principal característica do litisconsórcio misto é que ele combina o litisconsórcio ativo e passivo, resultando em múltiplos autores e réus que compartilham um vínculo comum ou conexo na causa.

Interesse Conexo: Para que o litisconsórcio misto seja admitido, é necessário que haja um interesse jurídico que conecte todos os participantes, tanto do lado dos autores quanto dos réus. Isso pode ocorrer em casos em que a questão jurídica afeta coletivamente todos os envolvidos.

Uniformidade ou Independência de Decisões: Dependendo do tipo de litisconsórcio (simples ou unitário), a decisão pode ser única para todas as partes (no caso de litisconsórcio unitário) ou permitir sentenças distintas para cada uma (no caso de litisconsórcio simples).

Exemplos de Litisconsórcio Misto

Um exemplo comum de litisconsórcio misto é uma ação de usucapião em que várias pessoas reivindicam a posse de um imóvel (litisconsortes ativos) contra um grupo de herdeiros ou coproprietários que defendem a manutenção de sua propriedade (litisconsortes passivos). Nesse caso, o litígio envolve múltiplas partes em ambos os lados.

Outro exemplo seria um processo em que vários autores processam diferentes réus por um dano causado por um evento comum, como uma falha em uma obra que afeta simultaneamente diversas pessoas (autores) e os responsáveis pelo projeto e execução da obra (réus).

Benefícios do Litisconsórcio Misto

Eficiência Processual: Reunir todas as partes em um único processo permite que a questão seja resolvida de maneira coordenada, evitando múltiplas ações sobre o mesmo assunto.

Coerência nas Decisões: Assegura que a decisão seja uniforme e compatível para todos os envolvidos, prevenindo decisões judiciais contraditórias que poderiam surgir em processos separados.

Redução de Custos: Um único processo reduz custos processuais e recursos, tanto para o Judiciário quanto para as partes envolvidas.

4.2 - Litisconsórcio Inicial e Ulterior.

Litisconsórcio Inicial :É aquele que se forma no momento em que a ação é proposta. Ou seja, desde o início do processo, já existe uma pluralidade de partes (autores ou réus) atuando juntas. Por exemplo, dois autores já entrando com a ação contra um réu ou vários réus desde a petição inicial.

Litisconsórcio Ulterior: Surge durante o curso do processo, após a ação já ter sido iniciada. Isso pode ocorrer, por exemplo, se um novo réu for chamado para integrar a ação por determinação judicial ou se um terceiro se habilitar como parte interessada.

Ambos os tipos visam garantir que todos os interessados estejam presentes no processo para uma decisão justa e eficaz.

a. Unitário e simples

Litisconsórcio Unitário: A decisão judicial deve ser igual para todos os litisconsortes. Isso acontece quando a natureza da relação jurídica exige que todos os envolvidos sejam tratados da mesma forma. Um exemplo é uma ação para anular um contrato que envolve todas as partes contratantes; a decisão de anular o contrato afeta igualmente todos os litisconsortes.

Litisconsórcio Simples: A decisão judicial pode ser diferente para cada um dos litisconsortes. Neste caso, cada parte pode ter uma sentença distinta, mesmo que estejam no mesmo processo. Por exemplo, em uma ação de indenização por um acidente de trânsito com múltiplos réus, o juiz pode atribuir responsabilidades diferentes para cada um, resultando em decisões que variam entre eles.

A classificação depende do impacto da decisão sobre as partes envolvidas e do tipo de vínculo entre elas.

4.4. Necessário e facultativo

Litisconsórcio Necessário: A participação conjunta de todos os litisconsortes é exigida pela lei ou pela natureza da relação jurídica. Se todos os interessados não estiverem presentes no processo, a sentença pode ser considerada nula ou ineficaz. Por

exemplo, em ações que envolvem um patrimônio indivisível, como a divisão de um bem comum entre herdeiros, todos os co-proprietários devem participar da ação.

Litisconsórcio Facultativo: A formação do litisconsórcio é opcional e depende da vontade das partes. Ele ocorre quando a lei permite que as partes escolham se querem participar conjuntamente do processo, sem que isso seja uma exigência. Por exemplo, se várias pessoas sofreram um mesmo tipo de dano por um ato de um réu e desejam processá-lo, podem optar por entrar juntas em um único processo, mas não são obrigadas a fazê-lo.

Em resumo, o litisconsórcio **necessário** é obrigatório para que a decisão tenha validade, enquanto o **facultativo** é opcional e depende da conveniência das partes envolvidas.

5. O LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO E NECESSÁRIO - CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÃO

5.1. Litisconsórcio facultativo

Características:

Opção das Partes: A principal característica do litisconsórcio facultativo é que as partes têm a liberdade de decidir se desejam participar conjuntamente do processo. Essa escolha pode ser feita por autores que queiram propor uma ação em conjunto ou por réus que possam ser chamados a responder em um mesmo processo.

Interesse Jurídico Comum ou Conexo: Para que o litisconsórcio facultativo seja admitido, deve haver um interesse comum ou conexo entre as partes. As causas podem estar ligadas por um fato em comum ou pela mesma questão de direito.

Autonomia das Defesas e Pedidos: No litisconsórcio facultativo, cada parte pode apresentar seus próprios argumentos e defesas. Mesmo que estejam no mesmo processo, as partes não precisam ter o mesmo resultado ou decisão final, como ocorre no litisconsórcio simples.

Possibilidade de Sentenças Distintas: A decisão pode afetar cada litisconsorte de maneira diferente, de acordo com as particularidades de sua participação na ação. Isso garante que a justiça seja aplicada de forma personalizada.

Distinções e Vantagens do Litisconsórcio Facultativo

Economia Processual: Uma das grandes vantagens do litisconsórcio facultativo é que ele promove a economia de tempo e custos, tanto para as partes quanto para o sistema judicial. Reunindo várias causas em um único processo, evita-se a multiplicação de processos sobre o mesmo tema.

Prevenção de Decisões Conflitantes: Ao julgar todas as demandas em um único processo, o risco de decisões conflitantes em processos separados é reduzido. Isso garante maior uniformidade e coerência nas decisões judiciais.

Flexibilidade: Por ser facultativo, ele permite que as partes considerem se a junção com outros interesses é vantajosa para a condução da causa. Isso pode ser útil para fortalecer a argumentação ou para dividir os custos do processo entre os participantes.

Exemplo de Litisconsórcio Facultativo

Na hipótese em que vários consumidores adquiriram o mesmo produto defeituoso de uma empresa e desejam buscar indenização. Eles podem optar por entrar com uma ação coletiva como litisconsortes facultativos, reunindo suas causas em um único processo. No entanto, cada consumidor tem a opção de ingressar com uma ação individual se preferir. Nesse tipo de litisconsórcio, cada consumidor pode receber uma decisão específica quanto ao valor da indenização ou outras nuances do caso.

5.2. Litisconsórcio necessário

Características do Litisconsórcio Necessário

Obrigatoriedade: A principal característica do litisconsórcio necessário é que ele não é opcional. Todas as partes que tenham um interesse jurídico na questão devem

participar do processo, seja como autores, réus ou ambos. Se uma dessas partes não for incluída, a decisão judicial poderá ser considerada nula ou ineficaz.

Natureza da Relação Jurídica: O litisconsórcio necessário ocorre quando a relação jurídica é indivisível e requer a participação de todos os envolvidos para que a decisão seja válida. Por exemplo, em uma ação que busca a anulação de um contrato, todos os signatários do contrato devem estar presentes no processo.

Decisão Uniforme: Normalmente, o litisconsórcio necessário é unitário, ou seja, a decisão judicial deve ser igual para todos os litisconsortes. Isso ocorre porque a natureza da causa impede que haja diferentes julgamentos para diferentes partes.

Previsto por Lei: A obrigatoriedade da formação do litisconsórcio necessário pode ser determinada explicitamente por lei ou derivar da necessidade de que a decisão seja eficaz para todas as partes. O artigo 114 do Código de Processo Civil brasileiro (CPC/2015) regula essa modalidade, mencionando que, se a eficácia da sentença depender da citação de todos os litisconsortes, a sua ausência pode invalidar o processo.

Exemplo de Litisconsórcio Necessário

Um exemplo clássico é uma ação de divisão ou partilha de um bem indivisível entre herdeiros. Para que o processo tenha validade, todos os herdeiros devem ser incluídos como partes no processo, pois a decisão impactará a totalidade do patrimônio e os direitos de cada um dos envolvidos. Se algum herdeiro não for incluído, a decisão não poderá ser aplicada de forma eficaz e poderá ser anulada.

Importância do Litisconsórcio Necessário

A importância dessa modalidade reside na garantia de que todos os interessados sejam incluídos no processo para que a decisão seja completa e eficaz. Isso assegura que nenhuma parte seja prejudicada por uma decisão tomada sem a sua participação. Além disso, promove a segurança jurídica, pois evita que ações separadas gerem decisões conflitantes sobre o mesmo tema.

Distinção entre Litisconsórcio Facultativo e Necessário

Obrigatoriedade: No litisconsórcio **necessário**, a presença de todos os envolvidos é obrigatória para que a decisão seja eficaz. Já no **facultativo**, as partes decidem livremente se querem ou não formar o litisconsórcio.

Efeitos da Sentença: No litisconsórcio **facultativo**, a sentença pode ter efeitos diferentes para cada litisconsorte. No **necessário**, a decisão deve ser única e uniforme para todos.

6. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO LIMITES E POSSIBILIDADES

6.1. Limites de número de partes – Litisconsórcio multitudinário;

O artigo 113 do Código de Processo Civil brasileiro trata do litisconsórcio multitudinário estabelece limites quanto ao número de partes que podem compor um litisconsórcio, ou seja, quando várias pessoas, com interesses em comum, atuam juntas no mesmo polo (ativo ou passivo) de uma ação. Este artigo busca garantir a ordem, a celeridade e a eficiência do processo, evitando que o excesso de partes possa prejudicar o andamento da ação.

O artigo 113 do CPC dispõe que: "O juiz poderá limitar o litisconsórcio quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença."

Este artigo autoriza o juiz a limitar o número de partes quando:

- Uma quantidade de litigantes comprometer a rápida solução do processo.
- A defesa se tornar complexa em razão do número excessivo de litigantes.
- O cumprimento da sentença for dificultado pelo excesso de partes.

Aspectos Importantes do Litisconsórcio Multitudinário:

Discricionariedade do Juiz: Cabe ao juiz a decisão sobre limitar ou não o número de litisconsortes. Essa discriminação do juiz visa garantir que a quantidade de partes não prejudique o direito ao processo devido legal, ou seja, que o processo seja rápido e eficiente.

No contexto do momento de limitação do litisconsórcio multitudinário, o juiz possui liberdade para decidir a qualquer momento do processo, desde que observe que o número elevado de partes prejudica a celeridade, a defesa ou a possibilidade de cumprimento da sentença. Essa flexibilização permite ao magistrado tomar medidas para garantir a boa ordem processual nas diferentes fases do procedimento, seja ele inicial, instrutório ou decisório.

Momentos e Circunstâncias de Limitação: A restrição do litisconsórcio pode ocorrer principalmente na fase Inicial. No momento em que a petição inicial é recebida, o juiz pode constatar um número excessivo de partes que poderá comprometer o andamento processual. Nessa fase, o juiz poderá determinar que o litisconsórcio seja limitado antes de citar todas as partes, agilizando a etapa de formação do processo e evitando intimações desnecessárias.

6.2. Possibilidade do uso do litisconsórcio facultativo

O litisconsórcio facultativo pode ser utilizado em diversas situações, como:

Interesse comum: Quando várias pessoas têm interesse comum na causa, como em ações de indenização onde várias vítimas buscam reparação por um mesmo fato.

Diversidade de demandas: quando as partes têm pedidos distintos, mas que estão relacionados à mesma situação fática ou jurídica. Por exemplo, um grupo de sócios que deseja discutir a validade de uma cláusula contratual.

O art. 113 do CPC estabelece as hipóteses em que o litisconsórcio é admitido:

1. Quando a demanda tiver por objeto direitos ou obrigações que possam ser atribuídos a mais de uma pessoa: Isso se aplica a casos em que há um interesse comum entre os litigantes, permitindo que todos participem do processo.
2. Quando for conveniente para a economia processual: Aqui se considera a eficiência do processo judicial. Se várias partes podem obter prestação jurisdicional em um único julgamento evita a multiplicação de ações sobre o mesmo tema.
3. Quando houver relação jurídica que justifica sua ação conjunta, como herdeiros que disputam a partilha de bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo 113 do Código de Processo Civil trata das situações do litisconsórcio facultativo como uma ferramenta importante no sistema processual brasileiro, pois o litisconsórcio facultativo promove eficiência diante da possibilidade de reunir demandas semelhantes em um único processo, economizando tempo e recursos, tanto para o judiciário quanto para as partes envolvidas. Ao possibilitar coerência nas decisões ao permitir que questões semelhantes sejam decididas em conjunto, reduz-se o risco de decisões contraditórias e acesso à justiça para grupos ou coletivos que se compartilham interesses comuns. Conveniente para a economia processual, a possibilidade de reunir processos que envolvem questões semelhantes evita a duplicação de esforços judiciais e administrativos, o que resulta em economia de tempo e recursos tanto para o Judiciário quanto para as partes.

Quando existe, por exemplo, uma relação jurídica que justifica a ação conjunta (como herança ou obrigações contratuais), o litisconsórcio se torna uma opção natural e, muitas vezes, necessária.

O uso de litisconsórcio facultativo é opção da parte autora que visa assegurar, quando no polo ativo, que todos os envolvidos tenham voz no processo e que as decisões levem em consideração todos os interesses. Este dispositivo permite que pessoas com interesses comuns em um mesmo direito ou obrigação litiguem juntas. Essa escolha pode ser vantajosa em causas que visam reparação civil, onde várias vítimas buscam reparação em razão de um mesmo evento danoso, promovendo a eficiência e a celeridade processual.

Entretanto é fundamental que as partes estejam cientes das implicações do litisconsórcio, especialmente no que diz respeito ao ônus da prova e às consequências das decisões judiciais para todos os envolvidos. A escolha pelo litisconsórcio deve ser bem analisada para garantir que traga mais benefícios do que complicações ao processo.

A prestação jurisdicional que abrange litisconsortes tem maior probabilidade de ser isonômica, reduzindo o risco de decisões conflitantes sobre o mesmo fato ou questão jurídica. Isso promove a segurança jurídica e a previsibilidade nos resultados das ações judiciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário oficial da união: Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível: em link <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

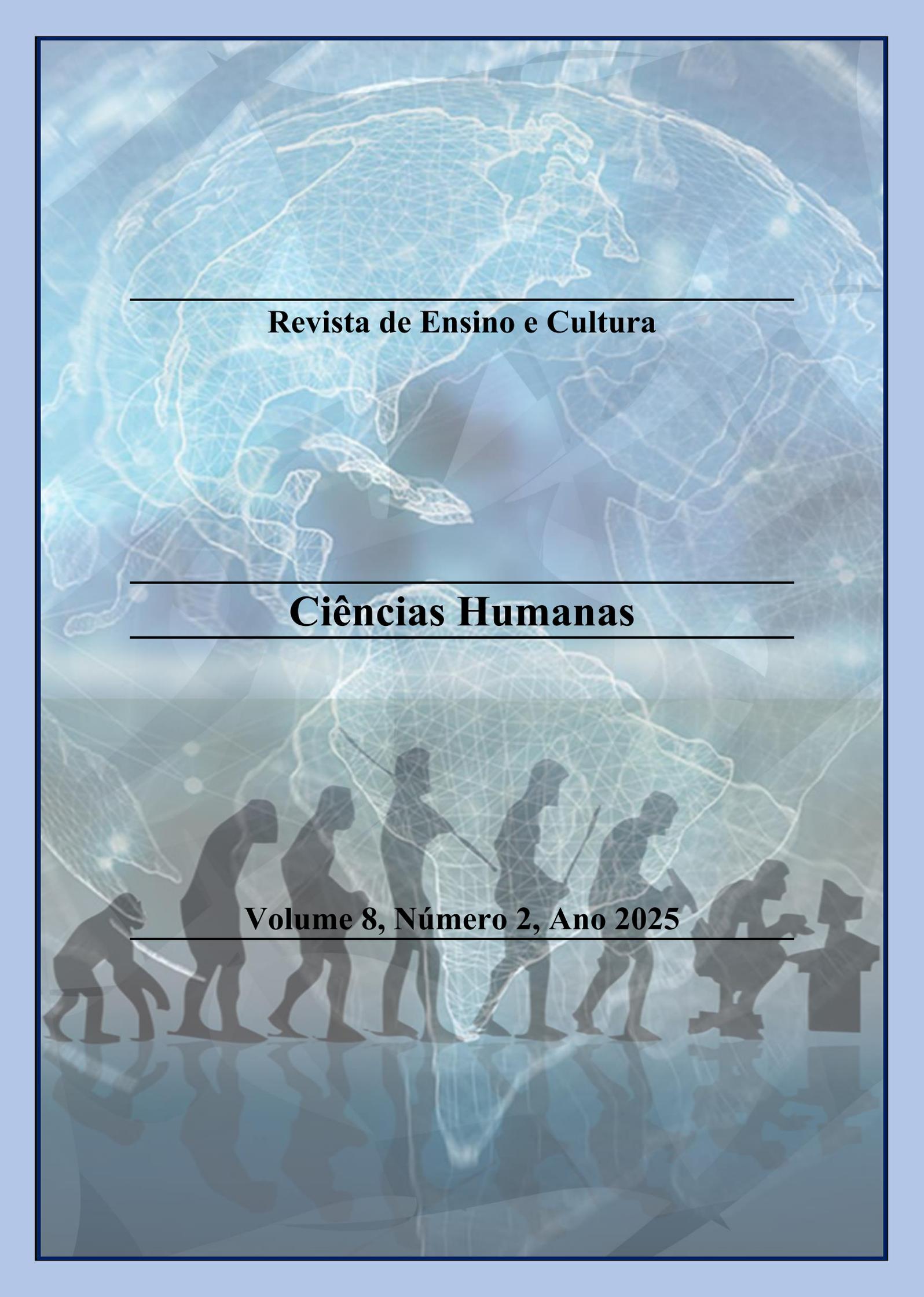
DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 17ª ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 63ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017



Revista de Ensino e Cultura

Ciências Humanas

Volume 8, Número 2, Ano 2025

**INFLUÊNCIA DOS DESASTRES AMBIENTAIS DE MARIANA E
BRUMADINHO NO RETORNO DAS AÇÕES DA COMPANHIA
VALE S.A**

***INFLUENCE OF THE ENVIRONMENTAL DISASTERS OF
MARIANA AND BRUMADINHO ON THE RETURN OF SHARES OF
VALE S.A.***

***INFLUENCIA DE LOS DESASTRES AMBIENTALES DE MARIANA
Y BRUMADINHO EN EL RETORNO DE LAS ACCIONES DE VALE
S.A.***

Valdemir Galvão de CARVALHO⁹⁰

Beatriz Silva de CARVALHO⁹¹

Fernando Roberto Cavalcante Bandeira do AMARAL⁹²

Yggor Ramos Arruda HERCULANO⁹³

Tarso Rocha Lula PEREIRA⁹⁴

RESUMO

Com o intuito de induzir empresas a adotarem melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança foi implementado o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. (B3, 2005) do qual fazia parte a companhia Vale do Rio Doce S/A. Entretanto, após os desastres Ambientais de

⁹⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – BRASIL. 0000-0001-5166-8543. Professor Adjunto do Departamento de Administração da UFRN. Mestre em Engenharia de produção – UFRN. Doutor em Ciências Contábeis – UnB/UFPB/UFRN. Bacharel em Administração e Contabilidade. Especialista em Finanças Corporativas – FARN. Especialista em Docência do Ensino Superior – UFRJ. Área de atuação Finanças Corporativas.

⁹¹ Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. Brasil. 0009-0005-0147-0818. Bacharel em Psicologia. Área de atuação da Psicologia Organizacional

⁹² Centro Universitário Maurício de Nassau Paulista - UNINASSAU PAULISTA. Brasil. Professor da UNINASSAU. Departamento de Administração. Bacharel em Administração. Mestre em Administração UnP. CEO da FBC Finanças. Área de atuação Finanças Corporativas.

⁹³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Brasil. Bacharel em Administração – UFRN e Microempresário Individual, atua na área de Logística.

⁹⁴ Mestre em Ciências Contábeis – UFRN/2015, Especialista em Controladoria – FAAP/2004, Graduado em Ciências Contábeis – UFRN/1999, Docente Universitário e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis do UNICEUNA. (E-mail: prof_tarso_rocha@yahoo.com.br).

Mariana e Brumadinho se faz necessário repensar as práticas de gestão empresarial voltadas para o meio ambiente. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a influência dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho no retorno financeiro das ações da companhia Vale S.A. A pesquisa quanti-qualitativa. Foi realizada uma pesquisa empírica quanti-qualitativa e descritiva usando dados de cotações da Vale S/A em torno dos eventos que provocaram as questões ambientais no Estado de Minas Gerais. E, ainda, a análise de conteúdo das informações contidas no disclosure discricionário do Balanço Social da companhia. Os fatos relevantes influenciam o mercado mobiliários e nesse sentido a Teoria da Hipótese do Mercado Eficiente, Fama (1970) a Teoria da Sinalização que foi desenvolvida por Spence (1973) e a Teoria da Agência proposta por Jensen e Meckling (1976) darão suporte a essa pesquisa no sentido de elucidar sobre a influência dos danos ambientais provocados pela VALE e a influência da divulgação desses fatos relevante na cotação das ações da Companhia VALE S/A. Foi realizada uma estatística descritiva, teste de diferença de média de Wilcoxon, test T Student, e o estudo do evento com janelas de 10, 20 e 30 dias antes e após cada acontecimento, levando em consideração os preços de fechamentos diários das ações da Vale S.A e o ganho/perda anormal. Os resultados sugerem que para uma janela de eventos de 10 dias antes e após o desastre de Mariana - MG houve diferença estatística significativa para o retorno das ações, corroborado também pelo teste T. Enquanto, o teste de diferença de médias de Wilcoxon não rejeitou a hipótese de que as medianas dos grupos são iguais e de que a diferença entre a mediana é zero para o caso de Brumadinho – MG e para o fato relevante referente ao acordo de 38 Bilhões referentes aos reparos no caso de Brumadinho – MG.

Palavras-Chave: Desastre ambiental, Fato relevante, Ganho, Perda.

ABSTRACT

With the aim of inducing companies to adopt best corporate sustainability practices and supporting investors in making socially responsible investment decisions and from the aspect of corporate sustainability, based on economic efficiency, environmental balance, social justice and governance, the Corporate Sustainability Index – ISE. (B3, 2005), which included the company Vale do Rio Doce S/A. However, after the environmental disasters of Mariana and Brumadinho, it is necessary to rethink business management practices focused on the environment. This research aims to analyze the influence of the environmental disasters in Mariana and Brumadinho on the financial return on the shares of the company Vale S.A. Quantitative-qualitative research. Quantitative and descriptive empirical research was carried out using data from Vale S/A quotations around the events that caused environmental issues in the State of Minas Gerais. And, also, the content analysis of the information contained in the discretionary disclosure of the company's Social Balance Sheet. The relevant facts influence the securities market and in this sense the Efficient Market Hypothesis Theory, Fama (1970) the Signaling Theory that was developed by Spence (1973) and the Agency Theory proposed by

Jensen and Meckling (1976) will support this research in order to elucidate the influence of environmental damage caused by VALE and the influence of the disclosure of these relevant facts on the share price of company VALE S/A. Descriptive statistics, Wilcoxon mean difference test, T Student test, and study of the event were performed with windows of 10, 20 and 30 days before and after each event, taking into account daily closing prices of Vale S.A shares and the abnormal gain/loss. The results suggest that for a window of events 10 days before and after the disaster in Mariana - MG there was a statistically significant difference in the return of shares, also corroborated by the T test. While the Wilcoxon mean difference test did not rejected the hypothesis that the medians of the groups are equal and that the difference between the median is zero for the case of Brumadinho – MG and for the relevant fact regarding the 38 billion agreements relating to repairs in the case of Brumadinho – MG.

Keywords: Environmental disaster, Relevant fact, Gain, Loss.

RESUMEN

Con el objetivo de inducir a las empresas a adoptar las mejores prácticas de sostenibilidad corporativa y apoyar a los inversores en la toma de decisiones de inversión socialmente responsables y desde el aspecto de la sostenibilidad corporativa, basados en la eficiencia económica, el equilibrio ambiental, la justicia social y la gobernanza, se creó el Índice de Sostenibilidad Empresarial – ISE. . (B3, 2005), que incluía la empresa Vale do Rio Doce S/A. Sin embargo, después de los desastres ambientales de Mariana y Brumadinho, es necesario repensar las prácticas de gestión empresarial centradas en el medio ambiente. Esta investigación tiene como objetivo analizar la influencia de los desastres ambientales ocurridos en Mariana y Brumadinho en el rendimiento financiero de las acciones de la empresa Vale S.A. Investigación cuantitativa-cualitativa. Se realizó una investigación empírica cuantitativa y descriptiva utilizando datos de las cotizaciones de Vale S/A en torno a los eventos que provocaron problemas ambientales en el Estado de Minas Gerais. Y, también, el análisis de contenido de la información contenida en la divulgación discrecional del Balance Social de la empresa. Los hechos relevantes influyen en el mercado de valores y en este sentido la Teoría de la Hipótesis del Mercado Eficiente, Fama (1970), la Teoría de la Señalización que fue desarrollada por Spence (1973) y la Teoría de la Agencia propuesta por Jensen y Meckling (1976) apoyarán esto. investigación con el fin de dilucidar la influencia del daño ambiental causado por VALE y la influencia de la divulgación de estos hechos relevantes en el precio de las acciones de Campania VALE S/A. Se realizaron estadísticas descriptivas, prueba de diferencia de medias de Wilcoxon, prueba T de Student y estudio del evento con ventanas de 10, 20 y 30 días antes y después de cada evento, teniendo en cuenta los precios de cierre diarios de las acciones de Vale S.A y la ganancia/pérdida anormal. Los resultados sugieren que para una ventana de eventos de 10 días antes y después del desastre en Mariana - MG hubo diferencia estadísticamente significativa para el retorno de las acciones, corroborada

también por la prueba T, mientras que la prueba de diferencia de medias de Wilcoxon no. rechazó la hipótesis de que las medianas de los grupos son iguales y que la diferencia entre las medianas es cero para el caso de Brumadinho – MG y para el hecho relevante del acuerdo de 38 mil millones relativo a reparaciones en el caso de Brumadinho – MG.

Palabras-clave: Desastre ambiental, Hecho relevante, Ganar, Pérdida.

INTRODUÇÃO

A companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi idealizada em 1908 por engenheiros ingleses. Em 1911 foram iniciadas as operações sendo denominada Itabira Iron Ore Company. Além de minerar, também, precisava comercializar a produção. Então, em 1939 os sócios fundaram a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e incorporaram à Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. E em 1941, fundaram a Companhia Itabira de Mineração, com o objetivo de explorar as minas da Itabira Iron Ore e que posteriormente junto à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, tendo por meio do Decreto-Lei nº 4.352/1942, sido criada a Companhia Vale do Rio Doce para fornecer o minério de ferro à indústria bélica dos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial⁹⁵.

Com o intuito de proteger o meio ambiente das atividades extrativas e mineral e sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa foi implementado em 2005 o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), considerada uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3. O objetivo do ISE é induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis. Como pressupostos o ISE visa buscar o constante alinhamento com os temas e desafios globais da sustentabilidade e promover a melhoria contínua das estratégias e práticas empresariais em sustentabilidade⁹⁶.

⁹⁵ BRASIL, 2022.

⁹⁶ CORREA, 2016.

A Vale S.A entrou no ISE em 2011, onde companhias listadas no ISE tendem a ter resultados superiores às demais. A saída da Vale S.A do ISE ocorreu em 2015, após o desastre ambiental provocado pelo rompimento da barragem de Mariana – MG. Aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos atingiram o rio Gualaxo do Norte, desaguaram no rio Doce e seguiram até a foz no mar de Regência, litoral capixaba⁹⁷. Em 2019 ocorreu o rompimento da barragem de Brumadinho – MG e os rejeitos de minério de ferro da mina Córrego do Feijão causou mais de 250 mortes e um rastro de degradação ambiental e social. Ambos acidentes provocaram grandes danos ao meio ambiente, deixando regiões inférteis para o plantio, além de danos à sociedade e a morte de moradores da região afetada⁹⁸. Nesse sentido, a Teoria da Sinalização sugere que a divulgação de sinais para o mercado ocorre, visando a fornecer informações relevantes acerca da empresa, como aquelas que tendem a induzir os investidores a formularem expectativas sobre o futuro da organização⁹⁹.

Visando amenizar os efeitos dos danos provocados à população e ao meio ambiente, após acordo entre a Samarco, acionistas, Vale, e a Billiton Brasil Ltda, foi criada a Fundação Renova em 2016 com o intuito de implementar programas de recuperação e compensação socioeconômicos e socioambientais na região de Mariana – MG. Neste sentido, o pressuposto da Teoria da Agência sugere que entre acionistas e gestores existe uma divergência de interesses, cada um desejando a maximização da sua riqueza. Para Jensen e Meckling¹⁰⁰, a Teoria da Agência visa equilibrar os conflitos resultantes das divergências de opiniões entre o principal e o agente, por meio de relações contratuais. Portanto, o comportamento da agência é similar ao comportamento do mercado.

Logo, para mitigar conflitos de interesses entre os diversos agentes, a Fundação Renova, organização sem fins lucrativos, resultado de um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) que definiu o escopo da atuação com 42 programas desdobrados em projetos implementados em 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e seus afluentes. Divulgados pela mídia, grandes foram os impactos provocados pelos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho envolvendo a Vale S.A

⁹⁷ GARCIA, 2021.

⁹⁸ SANTOS, 2019.

⁹⁹ HOLTHAUSEN; LEFTWICH, 1983.

¹⁰⁰ JENSEN E MECKLING, 1976.

para a fauna, à flora e para a população atingida por esses acontecimentos¹⁰¹. Esses fatos relevantes influenciaram o mercado de títulos mobiliários na B3 e nas bolsas americanas. Para a Teoria da Hipótese do Mercado Eficiente, Fama¹⁰² se mercado for eficiente irá refletir rapidamente qualquer informação disponível nos preços dos ativos, impossibilitando ganhos anormais. O problema depende do pressuposto teórico acerca da reação dos preços das ações às informações de mercado. Diante do acima exposto, esse estudo tem por finalidade investigar **se os desastres ambientais de Mariana e Brumadinho influenciaram no retorno financeiro das ações da companhia Vale S.A?**

Esse trabalho tem por finalidade analisar a influência dos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho no retorno financeiro das ações da companhia Vale S.A. E mais especificamente, identificar por meio de Fatos Relevantes a relação entre o acidente de Mariana e o acidente de Brumadinho no retorno financeiro nas ações da empresa Vale S.A. E, ainda, por meio do Balanço Social da companhia Vale S.A identificar ações realizadas após os desastres de Mariana e Brumadinho e possíveis efeitos das penalidades aplicadas à companhia Vale S.A sobre o retorno financeiro nas ações da empresa Vale S.A.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foi realizado um levantamento de estudos relacionados ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). De 167 trabalhos encontrados no Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, onde apenas 6,59% estão diretamente ligados ao tema em questão. A maioria dos estudos buscam perceber a relação de uma ou mais empresas que fazem parte do ISE e as oscilações no valor do papel.

O primeiro registro encontrado de um trabalho, diretamente relacionado ao tema a ser investigado, foi a dissertação de Costa¹⁰³. Nos estudos analisados, Costa¹⁰⁴ e

¹⁰¹ PASSOS; COELHO; DIAS, 2017.

¹⁰² FAMA, 1970.

¹⁰³ COSTA, 2007.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

Kruel¹⁰⁵ defendem que não há comprovação concreta de que a permanência ou entrada no ISE pela companhia favoreça a obtenção de ganho anormal. Enquanto, Garcia¹⁰⁶ verificou que mesmo diante de grandes desastres ambientais, o comportamento dos preços das ações das empresas foi diferente do esperado pelo mercado. Cano¹⁰⁷ sugere com o estudo do evento, uma influência negativa no retorno das ações provocado por notícias negativas comparando janelas de -5 e +2 dias, mas que notícias positivas não provocaram impacto algum. Para Rocha (2021) a companhia Vale S.A. não foi financeiramente prejudicada. Porém, o impacto ambiental e social provocado na região foram inestimáveis.

Quadro 1 - Pesquisas acadêmicas nacional relacionadas ao tema

AUTOR(ES)/ANO	OBJETIVO/METODOLOGIA/RESULTADOS
Costa (2007)	Investigar a associação entre a adoção de práticas de sustentabilidade e o preço das ações de companhias brasileiras listadas no ISE. Aplicaram-se testes econométricos dos preços de ações que compõem o ISE, tendo por comparação o IBOV e o IBrX. Foram realizados testes de estudo de eventos e, de forma complementar, análises do risco x retorno na evolução do ISE sobre os índices de mercado. Os resultados sugerem que: existe realmente um deslocamento positivo do ISE quando comparado aos demais índices de mercado; os retornos anormais positivos não foram estatisticamente significantes; não foi identificada correlação negativa entre desempenho financeiro e adoção de práticas de sustentabilidade; a participação no ISE não foi percebido pelo mercado como um diferencial. Não rejeitou a hipótese de que não existe relação positiva entre um maior nível de sustentabilidade empresarial e a valoração do preço das ações de companhias brasileiras.
Kruel (2011)	Analisar a reação dos investidores quanto à entrada e a saída das ações das empresas que aderem ao índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo para os anos de 2005-2009. Foram selecionados sete indicadores de liquidez para identificar diferenças no ingresso/ saída do ISE, IBOV e FGV 100. Os resultados demonstram que não há evidência de retornos acima dos esperados.
Lima Júnior e Carvalho (2015)	Analisar se a informação proveniente de incidente ambiental causa impacto nos preços de ações das companhias responsáveis. Foi utilizado estudos de eventos e simulação <i>Bootstrap</i> . Os dados foram coletados no Software Bloomberg® e analisados no Software R, as notícias foram coletadas em anúncios de jornais. Os eventos se resumem às companhias de mineração e petróleo com ações na B3. Os resultados sugerem evidências de perda de eficiência para os eventos em geral, e os preços das ações sofreram queda em até 4 dias após o evento. Há necessidade de aumento da credibilidade na divulgação das informações ao mercado, visto que os investidores observam com cautela os efeitos desses eventos nos preços das ações.
Correa (2016)	Avaliar a relação do desempenho financeiro das companhias participantes do ISE na B3, com o desempenho financeiro das companhias participantes do índice <i>Dow Jones Sustainability Index Emerging Markets</i> (DJSIEM). Utilizou indicadores financeiros das companhias coletados pelo software Bloomberg. Utilizou o teste T e o teste de variâncias ANOVA. Em ambos os testes, o DJSIEM foi o que obteve maior desempenho. Porém, considerando que a maioria dos indicadores não foram estatisticamente significantes.
Melo, Dantas e Araújo (2016)	Analisar a evidenciação dos custos ambientais e sociais, à luz das diretrizes do GRI, pelos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE. Pesquisa descritiva, documental e qualitativa, utilizou a análise de conteúdo. Os resultados apontam que a maioria das companhias apenas descrevem os riscos de suas atividades, sem informar os custos para mitigá-los.
Cano (2017)	Avaliar o impacto de notícias negativas e positivas em relacionadas à responsabilidade social, no retorno das empresas participantes e não participantes do ISE. Utilizou o estudo de eventos. As notícias públicas, com cunho de divulgação do tema sustentabilidade, foram extraídas dos arquivos eletrônicos do jornal

¹⁰⁵ KRUEL, 2011.

¹⁰⁶ GARCIA, 2021.

¹⁰⁷ CANO, 2017.

	Valor Econômico, no período de 01/01/10 a 30/06/16. Foram verificadas evidências de retornos anormais. Em relação às notícias negativas foi verificado que a partir da janela -5 dias até a janela +2 dias, as notícias negativas influenciaram nos preços. No que diz respeito às notícias positivas, verifica-se que os retornos acumulados observados e esperados não apresentam diferenças estatísticas significantes.
Filho <i>et al</i> (2018)	Descrever como as companhias participantes do ISE se declararam em relação a seus passivos ambientais no período de 2012 a 2015. A partir da prospecção dos relatórios de 67 companhias que trataram sobre a situação em relação a eventuais passivos ambientais, sendo possível perceber que 43% das companhias que responderam ao questionário nos anos 2012-2015 declararam não possuir passivos ambientais. 9% declararam possuir passivos ambientais e provisionaram recursos para o seu saneamento, e divulgaram a existência destes passivos nos relatórios pertinentes e estabeleceram metas para o saneamento integral de seus passivos.
Bianco <i>et al</i> (2019)	Explorar os efeitos da adoção da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) sobre o desempenho financeiro e a imagem das companhias frente aos <i>stakeholders</i> . Foi realizada uma revisão integrativa combinando três instrumentos de coleta de dados: o exame dos relatórios publicados pelas companhias listadas no ISE; pesquisa junto à imprensa de negócios; e a análise da literatura nacional e internacional. Alguns autores tratam a RSC como uma vantagem competitiva; outros afirmam não haver evidências suficientes para tal afirmação; e ainda há aqueles que afirmam que os custos associados à RSC são muito elevados.
Nascimento (2020)	Identificar abordagens utilizadas para avaliar as práticas de sustentabilidade no ambiente empresarial. Utilizou um levantamento dos modelos de relatórios, indicadores e índices de sustentabilidade empresarial por meio da produção científica publicada entre 1990 e 2019 na base de dados <i>Web of Science</i> , utilizando da triangulação de dados e da revisão sistemática da literatura. Os resultados apontam para a evolução temporal das publicações, setores e atividades, e a identificação dos relatórios, indicadores e índices de sustentabilidade empresarial, contribuindo desse modo, ao cumprimento dos objetivos propostos pelo estudo.
Lugoboni <i>et al</i> (2020)	Teve por objetivo evidenciar e analisar os <i>stakeholders</i> presentes nos relatórios de sustentabilidade das companhias listadas no ISE. Realizou-se um estudo documental por meio da análise dos relatórios de sustentabilidade de 25 companhias do ISE em concordância com os critérios da pesquisa. Percebeu-se que os <i>stakeholders</i> mais relevantes são os clientes, acionistas e fornecedores, podendo afetar as organizações ou ser afetado de modo mais significativo. E que a implementação da sustentabilidade nas organizações transforma-se em uma oportunidade de negócio, por afetar diretamente a gestão dos <i>stakeholders</i> .
Garcia (2021)	Teve por objetivo analisar como o mercado acionário reage a desastres ambientais em mineração. Os eventos estudados foram os dois maiores desastres ocorridos na mineração de ferro na última década (Mariana em 2015 e Brumadinho em 2019), envolvendo as empresas Vale e BHP. Realizou-se um estudo exploratório de natureza documental, com abordagem qualitativa, a partir da análise dos dados dos preços das ações nas bolsas de valores B3 e NYSE, e de outras fontes de dados secundários, incluindo documentos e relatórios oficiais. A pesquisa revelou que, mesmo diante de grandes desastres ambientais, o comportamento dos preços das ações das empresas foi diferente do esperado.
Rocha (2021)	Teve por objetivo investigar se as tragédias de Mariana e Brumadinho são prejuízos. A partir de dados fornecidos pelo Relatório de Sustentabilidade da Samarco e Vale, além da utilização de laudos e parecer de órgãos governamentais Federais e Estaduais. Os resultados sugerem que a Vale não foi financeiramente prejudicada, podendo-se inclusive observar um crescimento considerável da empresa. Entretanto, o prejuízo foi imensurável para a população e para o meio ambiente afetados pelos desastres.

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

FATOS RELEVANTES

Diariamente, grandes empresas que fazem parte da bolsa de valores brasileira (B3), emitem notícias que são veiculadas em diversos locais, como seus próprios portais online e em *sites* de notícias para que os *stakeholders* tenham a possibilidade de ficar cientes de todos acontecimentos relacionados à empresa. Essas notícias podem ter importâncias diferentes, de acordo com a interpretação pelo mercado. Nesse sentido, um

fato relevante é qualquer deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato ocorrido nos seus negócios que possa influir de modo ponderável: na cotação dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta; na decisão dos investidores em negociar com aqueles valores mobiliários; na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela companhia. CVM (1984). Tais fatos, divulgados pelas empresas, por não haver nenhum controle legal, podem existir divergências entre o que realmente aconteceu e o que foi relatado no documento, fazendo com que os *stakeholders* sejam influenciados em suas tomadas de decisões¹⁰⁸.

Por outro lado, o Passivo Ambiental é um instrumento que uma empresa possui à disposição e que serve para demonstrar que ela agrega valor à economia e à sociedade, respeitaseus colaboradores e o seu processo operacional não agride o meio ambiente¹⁰⁹. Segundo Paiva (2006) passivos ambientais podem surgir quando a empresa tem o ônus de prevenir, retificar ou reduzir, remediar ou proteger, quando existe um dano ecológico, em consequência de uma obrigação legal, contratual, política, voluntária e estratégica. De acordo com a IBRACON¹¹⁰ o passivo ambiental é toda a agressão que se pratica ou praticou contra o meio ambiente. Consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

Os passivos ambientais devem ser constituídos pela expectativa de sacrifício de benefícios futuros, impostos pela legislação e regulamentações ambientais, como taxas, contribuições, multas e penalidades por infrações legais e, ainda, em decorrência de ressarcimento a terceiros por danos provocados, estimativa de gastos para a recuperação e restauração de áreas degradadas, seja por iniciativa própria, exigido por lei ou por terceiros¹¹¹.

MERCADO DE CAPITAIS

¹⁰⁸ SILVA; FELIPE, 2010.

¹⁰⁹ SPERANDIO, TRINDADE E FAVERO, 2005.

¹¹⁰ IBRACON, 1996.

¹¹¹ RIBEIRO, 2000.

Para Alonso¹¹² por mercado de capitais se entende o ambiente de negócios onde são transacionados valores mobiliários. O mercado de capitais caracteriza-se como um meio para a tomada de crédito, ou mobilização de poupança, em termos econômicos. O mercado de capitais brasileiro tem conquistado cada vez mais adeptos, principalmente nos últimos anos. Em 2022 a B3 alcançou a marca de 5 milhões de contas de pessoas físicas abertas em corretoras no Brasil¹¹³. Fica evidente a importância do Mercado de Capitais pela possibilidade de altos retornos financeiros no longo prazo¹¹⁴.

As modernas teorias das finanças estão sempre presentes no mercado de capitais. Para Eisenhardt¹¹⁵ a Teoria da Agência se preocupa com a resolução de problemas que podem ocorrer nas relações entre o principal e o agente (governo e gestores ou acionistas e administradores, respectivamente), que em geral são: os desejos e objetivos do principal são conflitantes com os do agente; e por ser difícil e/ou oneroso para o principal verificar se o agente se comporta de forma adequada. Outro problema é da partilha de risco, que surge quando o principal e o agente preferem ações distintas por causa de suas diferentes preferências ou propensões ao nível de risco. Corroborando, Bronstein¹¹⁶ defende que o agente possui vantagem sobre o principal, visto que o primeiro sempre tem informações privilegiadas, podendo assim, caso queira, manipular o principal para que ele possa obter maiores benefícios.

De acordo com a Teoria da Sinalização proposta por Spence¹¹⁷, os sinais funcionam como mecanismos de discriminação, em um contexto de informação assimétrica, capaz de alterar as crenças e transmitir informações a outros indivíduos. Os sinais são cabíveis se os custos de sinalização forem suficientemente diferentes entre aqueles que enviam os sinais e que os sinais devem estar disponíveis a certos tipos de agentes cujo custo de sinalizar é menor do que o benefício que resulta se o receptor decodificar o sinal.

A Teoria da Hipótese de Mercado Eficiente considera três tipos de eficiências de mercado, a fraca, a semiforte e a forte. A primeira sugere que todas as informações relacionadas a preços passados estão refletidas nos preços atuais. A segunda que toda

¹¹² ALONSO, 2009.

¹¹³ B3, 2022.

¹¹⁴ MELO, 2019.

¹¹⁵ EISENHARDT, 1989.

¹¹⁶ BRONSTEIN, 2020.

¹¹⁷ SPENCE, 1973.

informação publicada, como notícias e anúncios sobre distribuição de lucros e dividendos também estão refletidos nos preços das ações. E a terceira que todas as informações que podem ser obtidas, até mesmo informações privilegiadas estão refletidas nos preços¹¹⁸. Entretanto, há três condições para que o mercado eficiente de fato possa existir: inexistência de custos de transação; toda a informação está disponível a custo zero a todos os participantes do mercado; e todos concordam quanto aos efeitos das informações nos preços atuais dos ativos, assim como em suas distribuições futuras (expectativas homogêneas).

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa. A qual considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las e requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas¹¹⁹. A pesquisa quantitativa é constantemente utilizada, pois se adequa em diversas situações, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos¹²⁰. Neste sentido, a partir de fatos relevantes, buscou-se verificar se houve ganho anormal para os investidores e em quais períodos eles foram mais evidentes.

Para a análise dos dados foi realizado o estudo do evento e os testes de diferença de médias. O método adotado da literatura para a identificação de quebra estrutural no estudo do evento foi o teste de *Chow* (1960), que compara o modelo restrito (regressão até a data onde poderia existir uma quebra) contra o modelo irrestrito (toda informação),

¹¹⁸ FAMA, 1970.

¹¹⁹ PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69.

¹²⁰ *Ibidem.*, p. 70.

sendo a hipótese nula a ausência de quebra¹²¹. Para se verificar diferença de médias foi empregado o teste dos postos sinalizados de *Wilcoxon* que é um teste de hipóteses não paramétrico utilizado quando se deseja comparar duas amostras relacionadas, amostras emparelhadas ou medidas repetidas em uma única amostra para avaliar se os postos médios populacionais diferem. E também foi utilizado o *Test T student*.

Campbell, Lo e Mackinley¹²² segmentam o estudo de um evento em sete etapas, são elas: Definir o evento e janela do evento a ser analisado, realizar seleção amostral, escolher critérios de mensuração dos retornos normal e anormal, estimar os parâmetros do modelo, realizar procedimento de teste, apresentar resultados empíricos e interpretá-los, e concluir a análise.

Na primeira etapa, a data do evento é definida como data zero e o período no qual os preços e retornos das ações serão observados é denominado de Janela do Evento, sendo o resultado final totalmente dependente do período escolhido, o que demonstra uma limitação do método. A janela do evento não pode nem ser curta demais para não perder informações, como também não pode ser grande demais, para não receber influências indesejadas¹²³. Para este estudo, foram utilizadas janelas de 10, 15 e 30 dias, conforme especificados no Quadro 2.

Quadro 2 - Eventos analisados envolvendo a companhia Vale S.A.

DATA	EVENTOS
05/11/2015	Desastre em barragem na região de Mariana – MG
25/01/2019	Desastre em barragem na região de Brumadinho – MG
04/02/2021	Vale assina acordo no valor de R\$ 37.689.767.329,00 para reparos da tragédia de Brumadinho

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A segunda etapa, se refere aos critérios de seleção da amostra, escolhidos, explicitados e realizada a descrição das características da amostra. Nesse estudo, os dados da pesquisa foram coletados diretamente no site da B3 para as seguintes variáveis, preço de abertura, preço de fechamento, e volume negociado.

¹²¹ HANSEN 2001.

¹²² CAMPBELL, LO E MACKINLEY, 1997.

¹²³ SOARES; ROSTAGNO; SOARES, 2002.

Na terceira etapa, deve ser mensurado o retorno anormal menos o retorno normal esperado para a companhia (ganho/perda) no período da janela do evento. Na literatura há diversas maneiras de se calcular o retorno das ações, sendo as principais: a tradicional e a logarítmica. Na primeira se pressupõe um regime de capitalização discreta e na segunda um regime de capitalização contínua¹²⁴. Nesse estudo o retorno das ações da VALE foi calculado através da forma logarítmica através da fórmula:

$$r = \ln \left(\frac{P_t}{P_{t-1}} \right)$$

Em que:

r é a taxa de retorno;

P_t é o preço da ação

na data t; e P_{t-1} é o

preço da ação na

data t-1.

Na quarta etapa, os parâmetros do modelo devem ser estimados utilizando um subconjunto de dados conhecido como janela de estimação, que normalmente é um período antes do evento, sendo este, definido pelo pesquisador. Para este estudo, foram utilizadas janelas de 10, 15 e 30 dias.

Na quinta etapa, é a realização do teste dos retornos anormais. Nessa pesquisa foi usada a análise de regressão *Ordinary Last Squares* (OLS), considerando os pressupostos de normalidade, linearidade, ausência de correlação serial dos resíduos, e relacionando os retornos da ação VALE3 com os retornos da carteira de mercado IBOV.

Em seguida foi utilizado o teste de *Chow* para a verificação da quebra de estrutura, e os testes de diferença de média de *Wilconxon* e *test T Student*. Na sexta etapa, apresenta-se os resultados empíricos na formulação tradicional de trabalhos econométricos. E na última etapa, realizam-se as interpretações teóricas acerca dos resultados obtidos. Conforme, demonstrado a seguir.

¹²⁴ SOARES; ROSTAGNO; SOARES, 2002

RESULTADOS

Foi verificado que a companhia Vale S.A, por se tratar de um *disclosure* voluntário, não fornece de modo regular um relatório dedicado exclusivamente ao passivo ambiental. Entretanto, a companhia publica todo ano o Relatório de Sustentabilidade no qual a empresa divulga diversas informações a respeito da origem e aplicação de recurso anual em relação ao meio ambiente de forma direta e indireta. Observa-se que até 2016, existem páginas dedicadas às informações financeiras de investimentos realizados pela companhia. Entretanto, de 2017 em diante, a companhia não tem publicado, o que dificulta uma análise de dados de forma mais assertiva e simplificada. Corroborando, os estudos de Bernardes *et al*¹²⁵.

Com o objetivo de verificar por meio do Balanço Social da Vale S.A as ações que foram realizadas após os acidentes de Mariana e Brumadinho com dados colhidos nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa dos anos 2013 a 2019 foi verificado que os anos de 2017 e 2019 foram os anos em que a companhia realizou maiores aportes de investimentos socioambientais. A companhia investiu recursos em dispêndios sociais e ambientais, em reparos aos acidentes nas regiões de Mariana e Brumadinho, na Fundação Renova, instituição a qual foi criada para auxiliar nos reparos causados pelo rompimento da barragem de Mariana, e que se mantém em funcionamento, recebendo investimentos anuais, conforme informado nos Relatórios de Sustentabilidade da Vale S.A. Entretanto, ao comparar os valores históricos das ações da companhia, foi verificado aumento de valor das ações, apesar da companhia ter sido retirada do ISE após o rompimento da barragem em Mariana. Sugerindo que no médio e no longo prazo, tais acontecimentos se tornam irrelevantes, do ponto de vista financeiro.

ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Com o objetivo de se verificar a relação entre o acidente de Mariana e o retorno financeiro nas ações da empresa Vale S.A, foi utilizado o fato relevante do anúncio com a data de 05/11/2015, que foi a data do desastre em barragem na região de Mariana – MG. A Tabela 1 demonstra os resultados da estatística descritiva com uma janela de evento de 30 dias *ex-ant* e 30

¹²⁵ BERNARDES *et al*, 2018.

dias *ex-post*. Os dados referentes a Tabela 1 demonstram que as variáveis, como: média, mediana, preço de fechamento e retorno, foram reduzidas em relação aos dados *ex-post* 30 dias após o anúncio, enquanto que os volumes mínimo e máximo negociados se elevaram.

Tabela 1 – Desastre em barragem na região de Mariana – MG (evento: 05/11/2015)

Estatística Descritiva	Ex-ant (30 dias antes)			Ex-post (30 dias depois)		
	Volume	Fechamento	Retorno	Volume	Fechamento	Retorno
Variáveis						
Média	6564768	18,13	-0,0047	6194700	13,71	-0,0098
Erro padrão	438336	0,21	0,0073	448363	0,23	0,0056
Mediana	6156500	18,09	-0,0067	5780800	13,3	-0,0098
Desvio padrão	2440549	1,15	0,0016	2414508	1,23	0,0009
Curtose	1,8573	-0,19	1,2673	1,9435	-1,42	-0,2545
Assimetria	0,5858	0,41	-0,1697	1,2617	0,1	-0,1881
Intervalo	12595700	4,65	0,2081	10675300	4,02	0,1262
Mínimo	746800	16,14	-0,1124	2982900	11,65	-0,0785
Máximo	13342500	20,79	0,0958	13658200	15,67	0,0477

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A seguir estão demonstrados os *boxplots* referentes ao retorno e do preço de fechamento negociado das ações da VALE - Desastre em barragem na região de Mariana – MG (evento: 05/11/2015, com 30 dias em torno do evento). Conforme, demonstrado nas Figuras 1 e 2 referentes aos *boxplots*, verifica-se que houve uma redução considerável no preço e no retorno das ações da VALE nos dias subsequentes ao anúncio do desastre da barragem na região de Mariana – MG, de acordo com o fato relevante divulgado no dia 05/11/2015.

Figura 1 - Retorno *ex-ante* e *ex-post*

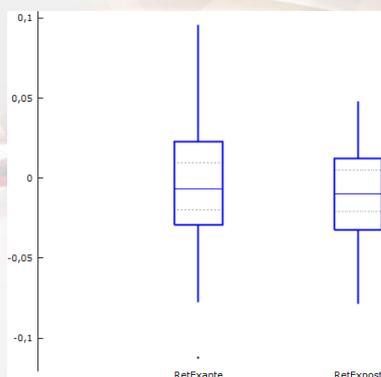
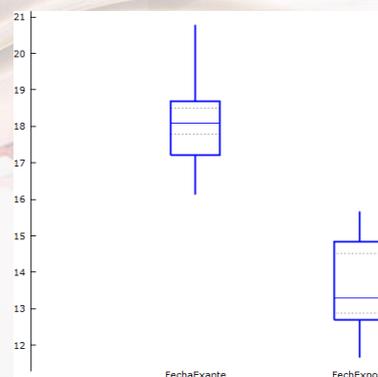


Figura 2 - Preço de fechamento *ex-ante* e *ex-post*



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Para identificar por meio de anúncios de Fatos Relevantes a relação entre o acidente de Brumadinho no retorno financeiro nas ações da empresa Vale S.A, foi verificado, inicialmente, a estatística descritiva das variáveis. Conforme a Tabela 2 as variáveis, como: média, mediana, preço de fechamento e retorno tiveram os seus valores reduzidos em relação aos dados *ex-post* 30 dias após o anúncio, enquanto que os volumes negociados se elevaram.

Tabela 2 – Desastre em barragem na região de Brumadinho - MG (evento: 25/01/2019)

Estatística Descritiva	Ex-ant (30 dias antes)			Ex-post (30 dias depois)		
	Volume	Fechamento	Retorno	Volume	Fechamento	Retorno
Variáveis						
Média	19363068	52,02	0,003	28018500	45,87	0,0057
Erro padrão	1238479	0,35	0,0036	2616807	0,40	0,005
Mediana	17319600	51,44	0,0044	24055400	45,8	0,0037
Desvio padrão	6895561	1,92	0,0195	14091937	2,18	0,0268
Curtose	3	-0,47	2,5533	3	-0,22	2,0151
Assimetria	2	0,65	0,574	2	-0,11	0,7999
Intervalo	32683500	7,15	0,1048	57973000	8,38	0,1338
Mínimo	10676600	49	-0,0418	10362900	41,59	-0,0474
Máximo	43360100	56,15	0,0631	68335900	49,97	0,0865

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Em relação aos *Boxplot* do retorno e do volume negociado referente às ações da VALE no caso do desastre em barragem na região de Brumadinho - MG em 25/01/2019. Verifica-se de acordo com a Figuras 4, referente ao *boxplot*, que houve uma redução considerável no preço das ações da VALE nos dias subsequentes ao anúncio do desastre da barragem na região de Mariana – MG, de acordo com o fato relevante divulgado, enquanto que o retorno apresentou uma maior dispersão, conforme a figura 3.

Figura 3 - Retorno *ex-ante* e *ex-post*

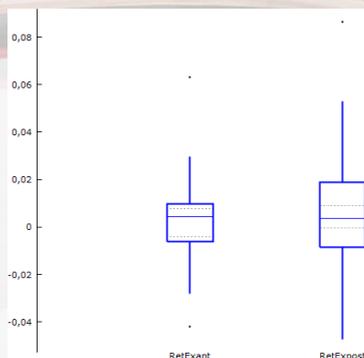
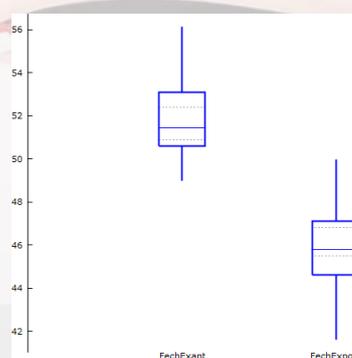


Figura 4 - Preço de fechamento *ex-ante* e *ex-post*



Fonte: dados da pesquisa, 2022.

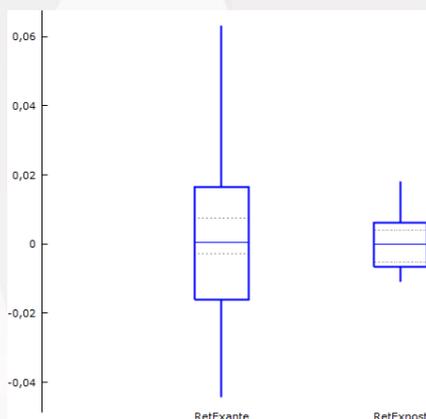
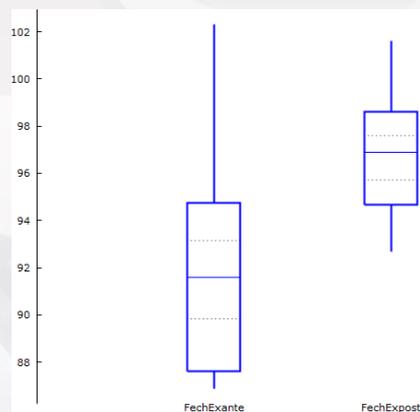
No sentido de se verificar o efeito das penalidades aplicadas à companhia Vale S.A no retorno financeiro nas ações da empresa Vale S.A, foi considerado o evento “Acordo” no valor de R\$ 37.689.767.329,00 para reparos da tragédia de Brumadinho, publicado no fato relevante de 04/02/2021. Conforme a Tabela 3 a variável volume negociado e o preço de fechamento se elevaram. Enquanto, em média, o retorno das ações da VALE3 foi reduzido em relação aos dados *ex-post* de 30 dias após o anúncio. Isso sugere que apesar do desembolso que a VALE incorreu, a notícia referente à reparação dos danos causados pela VALE em Brumadinho- MG, parece ter sido bem recebida pelo mercado.

Tabela 3. Acordo de R\$ 38 bilhões referente a tragédia de Brumadinho (evento: 04/02/2021)

Estatística Descritiva	Ex-ant (30 dias antes)			Ex-post (30 dias depois)		
	VOLUME	Fechamento	Retorno	VOLUME	Fechamento	Retorno
Média	31251963	92,27	0,0017	31337020	96,74	0,0006
Erro padrão	2203792	0,88	0,0046	1877445	0,43	0,0015
Mediana	28932750	91,61	0,0004	30287350	96,89	-0,0002
Desvio padrão	12070667	4,7991	0,0254	10283188	2,3699	0,0082
Curtose	5,5133	-0,3134	0,0668	-1,1281	-0,7888	-0,7115
Assimetria	2,1745	0,7496	0,2411	0,2951	0,0952	0,4875
Intervalo	56831200	15,46	0,1077	35399900	8,91	0,0291
Mínimo	17710200	86,86	-0,0444	14760700	92,69	-0,0109
Máximo	74541400	102,32	0,0632	50160600	101,6	0,0182

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Em relação ao retorno e ao volume negociado referente às ações da VALE em função do anúncio do acordo de quase R\$ 38 bilhões para reparos para a tragédia de Brumadinho, conforme o evento ocorrido em 04/02/2021. Verifica-se de acordo com o *boxplot* da Figura 5 que o retorno apresentou uma menor dispersão após o anúncio, sugerindo uma redução do risco para os investimentos na VALE3 após o anúncio, enquanto que o preço de fechamento se elevou sugerindo uma maior procura por esse ativo por parte dos investidores.

Figura 5 - Retorno *ex-ante* e *ex-post*Figura 6 - Preço de fechamento *ex-ante* e *ex-post*

Fonte: dados da pesquisa, 2022

Estudo do evento

Considerando uma janela de eventos de 30 dias antes e depois do evento o resultado do teste de Chow com erros padrão robustos à heterocedasticidade, usando 61 observações para a variável dependente retorno das ações VALE3, com a falha estrutural na observação 31 para H_0 : sem falha estrutural, a estatística de teste assintótica: Qui-quadrado o teste F com $p\text{-value} \leq 0,2289$ indicando que não se pode rejeitar a hipótese nula e portanto, sugere que não há diferença estatística significativa do retorno das ações VALE3 no período *ex-ante* e *ex-post*, em função do evento referente ao caso da barragem de Mariana.

A regressão MQO para o teste de Chow, com erros padrão robustos à heterocedasticidade, usando 41 observações para a variável dependente retorno das ações VALE3. Com H_0 : sem falha estrutural, mostra para a falha estrutural na observação 21, o teste Qui-quadrado e o teste F com $p\text{-value} \leq 0,1088$. Portanto, o resultado sugere que não há diferença estatística significativa com uma janela de 20 dias em torno do evento para o retorno das ações da VALE no período *ex-ante* e *ex-post*. Já para uma janela de eventos de 10 dias antes e após o evento o resultado do teste de Chow com erros padrão robustos, usando 21 observações para a variável retorno das ações VALE3, com a falha estrutural na observação 11, o teste Qui-quadrado e o teste F com $p\text{-value} \leq 0,0000^{***}$ indicando que se pode rejeitar a hipótese nula e portanto, sugere que há diferença estatística significativa do retorno das

ações VALE3 para uma janela de evento de 10 dias *ex-ante* e *ex-post*, em função do caso da barragem de Mariana.

Por outro lado, em relação desastre em barragem na região de Brumadinho-MG, evento datado de 25/01/2019. Com a janela de 30 dias o resultado do teste de Chow para a falha estrutural na observação 31, teste qui-quadrado $p\text{-value} \leq 0,2842$ e o teste F com $p\text{-value} \leq 0,2875$. Com a janela de 20 dias apresentou o teste de Chow para a falha estrutural na observação 11, qui-quadrado com $p\text{-value} \leq 0,1455$ e teste F com $p\text{-value} \leq 0,1579$. Com janela de 10 dias o teste de Chow para a falha estrutural na observação 11, qui-quadrado com $p\text{-value} 0,1294$ e teste F com $p\text{-value} \leq 0,1364$. Portanto, não foram estatisticamente significantes para as respectivas janelas de evento.

Em relação ao evento referente ao acordo no valor de R\$ 37.689.767.329,00 para reparos da tragédia de Brumadinho - MG, com fato relevante divulgado em 04/02/2021, para uma Janela de 30 dias o resultado do teste de Chow para a falha estrutural na observação 31. O resultado do teste qui-quadrado e teste F, apresentaram $p\text{-value} \leq 0,4812$. Para a janela de 20 dias, o teste de Chow para a falha estrutural na observação 21, apresenta teste qui-quadrado com $p\text{-value} \leq 0,2818$ e teste F com $p\text{-valor} \leq 0,2206$. Para uma janela de 10 dias em torno do evento, o teste de Chow para a falha estrutural na observação 11, apresenta teste qui-quadrado com $p\text{-value} \leq 0,1989$ e teste F com $p\text{-value} \leq 0,2042$. Logo, não foram encontrados resultados estatisticamente significantes para as respectivas janelas do evento.

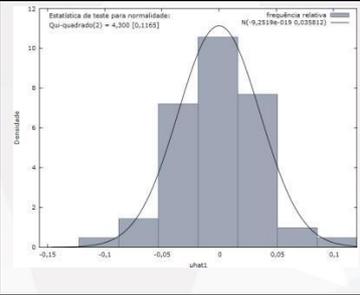
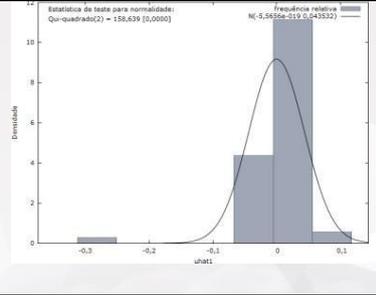
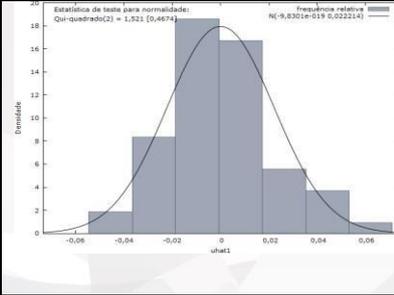
Tabela 4. Estudo do evento usando MQO

Eventos	Janela 30 dias $p\text{-value} \leq$	Janela 20 dias $p\text{-value} \leq$	Janela 10 dias $p\text{-value} \leq$
05/11/2015 - Desastre em barragem na região de Mariana-MG	0,2289	0,1088	0,0000***
25/01/2019 - Desastre em barragem na região de Brumadinho-MG	0,2875	0,1579	0,1364
04/02/2021 - Acordo no valor de R\$ 37.689.767.329,00 para reparos da tragédia de Brumadinho	0,4812	0,2206	0,2042

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Considerando que o resíduo da regressão do retorno das ações VALE3 não segue uma distribuição normal para o desastre de Brumadinho - MG, conforme demonstrado nos testes de normalidade a seguir, optou-se por realizar o teste de diferença de médias de *Wilcoxon*.

Teste de normalidade dos resíduos da variável retorno da VALE3 (n = 61)

		
<p>Caso Mariana: <i>H0</i>: o resíduo tem distribuição normal Doornik-Hansen <i>p-value</i> ≤ 0,1165 Shapiro-Wilk <i>p-value</i> ≤ 0,6732 Lilliefors com <i>p-value</i> ≤ 0,77 Jarque-Bera <i>p-value</i> ≤ 0,4371</p>	<p>Caso Brumadinho: <i>H0</i>: o resíduo tem distribuição normal Doornik-Hansen <i>p-value</i> ≤ 3,5644e-035 Shapiro-Wilk <i>p-value</i> ≤ 1,03971e-011 Lilliefors com <i>p-value</i> ≤ 0,0000*** Jarque-Bera <i>p-value</i> ≤ 0,0000***</p>	<p>Acordo de mais de 37 bilhões: <i>H0</i>: o resíduo tem distribuição normal Doornik-Hansen <i>p-value</i> ≤ 0,4673 Shapiro-Wilk <i>p-value</i> ≤ 0,8027 Lilliefors com <i>p-value</i> ≤ 0,83 Teste de Jarque-Bera <i>p-value</i> ≤ 0,5168</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

TESTE NÃO PARAMÉTRICO DOS SINAIS DE WILCOXON

Considerando o evento ocorrido no dia 25/01/2019, referente ao desastre na barragem da região de Brumadinho - MG. O resultado do teste dos sinais de Wilcoxon, demonstrados na Tabela 5, a seguir, não rejeitou a hipótese de que as medianas dos grupos são iguais e de que a diferença entre a mediana é zero para as janelas de evento com 30, com 20 dias e com 10 dias.

Tabela 5 - Resultados do Teste não paramétrico dos sinais de Wilcoxon

Diferença entre o retorno <i>ex-ante</i> e o retorno <i>ex-post</i> das ações da VALE Janela do evento 30 dias	Diferença entre o retorno <i>ex-ante</i> e o retorno <i>ex-post</i> das ações da VALE Janela do evento 20 dias	Diferença entre o retorno <i>ex-ante</i> e o retorno <i>ex-post</i> das ações da VALE Janela do evento 10 dias
Evento 2: 25/01/2019 - Desastre em barragem na região de Brumadinho – MG		
- Teste dos Sinais de Wilcoxon Retorno <i>ex-post</i> > <i>ex-ante</i> = 13 (44,83%). - Teste das Somas de Wilcoxon <i>H0</i> : as duas medianas são iguais, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,9034 <i>H0</i> : a diferença da mediana é zero, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,6654.	- Teste dos Sinais de Wilcoxon Retorno <i>ex-post</i> > <i>ex-ante</i> = 11 (55,00%). - Teste das Somas de Wilcoxon <i>H0</i> : as duas medianas são iguais, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,7454 <i>H0</i> : a diferença da mediana é zero, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,9851.	- Teste dos Sinais de Wilcoxon Retorno <i>ex-post</i> > <i>ex-ante</i> = 6 (60,00%). - Teste das Somas de Wilcoxon <i>H0</i> : as duas medianas são iguais, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,3257 <i>H0</i> : a diferença da mediana é zero, <i>p-value</i> bicaudal ≤ 0,6102.

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Considerando que os resíduos da regressão do retorno das ações da VALE3 seguem uma distribuição normal para o desastre de Mariana – MG e, também, para a

notícia do acordode 38 Bilhões referentes a Brumandinho - MG, optou-se por realizar o *test T Student*.

TEST T STUDENT

Em relação ao evento ocorrido no desastre em barragem na região de Mariana - MG em 05/11/2015 e fato relevante referente ao acordo de quase R\$ 38 bilhões para reparos da tragédia de Brumadinho divulgado em 04/02/2021. Os resultados do teste T não foram estatisticamente significantes para as janelas de eventos que foram testadas. Exceto para a janela de 10 dias no caso de Mariana - MG, conforme está demonstrado na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 - Resultados do Test T Student (H_0 : diferença de médias = 0)

Diferença entre o retorno ex-ante e o retorno ex-post das ações da VALE Janela do evento 30 dias	Diferença entre o retorno <i>ex-ante</i> e o retorno <i>ex-post</i> das ações da VALE Janela do evento 20 dias	Diferença entre o retorno <i>ex-ante</i> e o retorno <i>ex-post</i> das ações da VALE Janela do evento 10 dias
Evento 2: 05/11/2015 – Desastre em barragem na região de Mariana – MG		
<i>p-value</i> ≤ 0,2875	<i>p-value</i> ≤ 0,1205	<i>p-value</i> ≤ 0,0032***
Evento 3: 04/02/2021 – Acordo de R\$38 bilhões para reparos da tragédia de Brumadinho – MG		
<i>p-value</i> ≤ 0,4165	<i>p-value</i> ≤ 0,1917	<i>p-value</i> ≤ 0,1654

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Corroborando os achados desta pesquisa, o estudo de Costa¹²⁶ verificou que os retornos anormais positivos não foram estatisticamente significantes, não foi identificada correlação negativa entre desempenho financeiro e adoção de práticas de sustentabilidade, a participação no ISE não foi percebido pelo mercado como um diferencial. E não rejeitou a hipótese de que não existe relação positiva entre um maior nível de sustentabilidade empresarial e a valoração do preço das ações de companhias brasileiras. O estudo de Krueel¹²⁷ nos resultados sugerem que não há evidência de retornos acima dos esperados. Para Garcia¹²⁸ mesmo diante de grandes desastres ambientais, o comportamento dos preços das ações das empresas foi diferente do

¹²⁶ COSTA. 2007.

¹²⁷ KRUEL. 2011.

¹²⁸ GARCIA. 2021.

esperado. No estudo de Rocha¹²⁹ a Vale não foi financeiramente prejudicada, inclusive se verificou um crescimento considerável da companhia. Entretanto, o prejuízo foi imensurável para a população e para meio ambiente afetados pelos desastres.

Por outro lado, no estudo de Lima Júnior e Carvalho¹³⁰ foram encontradas evidências de perda de eficiência para os eventos em geral, e os preços das ações sofreram queda em até 4 dias após o evento. E se considera a necessidade de aumento da credibilidade na divulgação das informações ao mercado, visto que os investidores observam com cautela os efeitos desses eventos nos preços das ações. Já no estudo de Cano¹³¹ foram verificadas evidências de retornos anormais, em relação às notícias negativas, foi verificado, ainda, que a partir da janela -5 dias até a janela +2 dias, as notícias negativas influenciaram nos preços. Mas, o que diz respeito às notícias positivas, os retornos acumulados observado e esperado não apresentam diferença estatística significantes.

CONCLUSÃO

A Vale S.A. investiu recursos em dispêndios sociais e ambientais, em reparos aos acidentes nas regiões de Mariana e Brumadinho, na Fundação Renova, instituição a qual foi criada para auxiliar nos reparos causados pelo rompimento da barragem de Mariana, que permanece em funcionamento e recebendo investimentos anuais, conforme informado nos Relatórios de Sustentabilidade da Vale S.A. Os anos de 2016 e 2018 não demonstram aumentos nos investimentos quando comparado aos anos de 2013 a 2015.

Da análise realizada com base no desastre de Mariana - MG, de acordo com o fato relevante divulgado no dia 05/11/2015, verifica-se que as variáveis, como: média, mediana, preço de fechamento e retorno, tiveram os valores reduzidos em relação aos dados *ex-post* 30 dias após o anúncio. Enquanto que os volumes mínimo e máximo negociados se elevaram. Porém, houve uma redução considerável no preço e no retorno das ações da VALE nos dias subsequentes ao anúncio do desastre da barragem na região de Mariana. O *boxplot* demonstrou que houve uma redução considerável no preço das

¹²⁹ ROCHA, 2021.

¹³⁰ LIMA JÚNIOR E CARVALHO, 2015.

¹³¹ CANO, 2017.

ações da VALE nos dias subsequentes ao anúncio do desastre da barragem na região de Mariana - MG, de acordo com o fato relevante divulgado. Enquanto, que o retorno das ações apresentou uma maior dispersão. Também, foi verificado o mesmo padrão em relação ao desastre de Brumadinho.

Em relação ao retorno e ao volume negociado referente às ações da VALE em função do anúncio do acordo de R\$ 37.689.767.329,00 para reparos à tragédia de Brumadinho, evento ocorrido em 04/02/2021 o volume negociado e o preço de fechamento se elevaram. Enquanto, em média, o retorno das ações da VALE3 foi reduzido em relação aos dados *ex-post* de 30 dias após o anúncio. Isso sugere que apesar do desembolso da VALE a notícia referente à reparação dos danos causados pela VALE em Brumadinho-MG, parece ter sido bem recebida pelo mercado. O retorno apresentou uma menor dispersão após o anúncio, sugerindo redução do risco para os investimentos na VALE3 e o preço de fechamento se elevou sugerindo uma maior procura por esse ativo por parte dos investidores.

Considerando o evento ocorrido no dia 25/01/2019, referente ao desastre na barragem da região de Brumadinho - MG. O resultado do teste dos sinais de Wilcoxon não rejeitou a hipótese de que as medianas dos grupos são iguais e de que a diferença entre a mediana é zero para as janelas de evento com 30, com 20 dias e com 10 dias.

Em relação ao evento ocorrido no desastre em barragem na região de Mariana - MG em 05/11/2015 e fato relevante referente ao acordo de quase R\$ 38 bilhões para reparos da tragédia de Brumadinho divulgado em 04/02/2021. Os resultados do teste T não foram estatisticamente significantes para as janelas de eventos testados, exceto para a janela de 10 dias no caso de Mariana - MG. O estudo do evento sugere para a janela de 10 dias foi estatisticamente significativa e influenciou no retorno das ações da VALE3. Os resultados do estudo sugerem haver indícios de que o mercado de ações brasileiro está se tornando mais eficiente e absorve as informações de modo mais rápido que em outras épocas.

Como sugestão para estudos futuros, será interessante refazer a análise verificando períodos menores, como por exemplo, levar em consideração a variação do valor de uma ação de hora em hora ou minuto a minuto, realizando assim, uma análise *intraday*. E desse modo, o pesquisador terá informações mais detalhadas, maior

quantidade de dados e conseqüentemente maior aleatoriedade e maior robustez dos resultados, e possivelmente conseguirá verificar os impactos de um fato relevante de uma forma mais considerável. Outro modo, também seria usar modelos de séries temporais para se testar o efeito dos fatos relevantes sobre o retorno das ações no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. **Crimes contra o Mercado de Capitais**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - USP, São Paulo, 2009.

BIANCO, A. C. *et al.* Vantagens competitivas associadas à adoção da responsabilidade social e à participação no índice de sustentabilidade empresarial. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, 2019, v. 7, n. 2, p. 62-84.

B3: A Bolsa do Brasil. O que é o ISE B3. Disponível em: <<https://iseb3.com.br/o-que-e-o-ise>>. Acesso: 23 abril 2023.

B3: A Bolsa do Brasil. B3 atinge 5 milhões de contas de investidores. Disponível em: <<https://www.b3.com.br/pt-br/noticias/5-milhoes-de-contas-de-investidores.htm>>. Acesso: 20 abril 2023.

BERNARDES, J. R.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; AYRES, R. M.; SIQUEIRA, J. R. M. Legibilidade dos Fatos Relevantes: uma Análise na Vale S. A. No Período de Agosto 2012 a agosto de 2016. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 71, p. 04-13, jan/abr. 2018.

BRASIL, Decreto Lei 4352, de 1º de junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Decreto+Lei+4352%2F42&oq=Decreto+Lei+4352%2F42&aqs=chrome.69i57j0i546.1117j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso: 22 Fev 2022.

BRONSTEIN, M. Levantamento bibliométrico: Governança corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no campo da Administração. **Caderno de Negócios**, Teresópolis, 2020, v. 1, n. 1, p. 24-45.

CAMPBELL, J., LO, A W., MACKINLAY, A. *The Econometric of Financial Markets*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

CANO, C. O. **O impacto de notícias públicas no retorno de empresas pertencentes ao índice de sustentabilidade empresarial**. 2017. 27 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - FECAP, São Paulo, 2017.

CHOW, G. C. (1960), 'Tests of equality between sets of coefficients in two linear regressions', *Econometrica* 28(3), 591-605.

CORREA, P. L. **Desempenho Financeiro das Organizações Pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa e do Índice de Sustentabilidade Dow Jones Emerging Markets**. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

COSTA, F. J. M. **Sustentabilidade e Desempenho Financeiro: Uma Análise do Mercado Brasileiro de Ações**. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

EISENHARDT, Kathleen. Agency Theory: An Assessment and Review. In: *Academy of Management Review*, v. 14. 1989.

FAMA, E.F. Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*. Cambridge, v. 25, p.383-417, 1970.

FILHO, M. C. *et al.* Índice de Sustentabilidade Empresarial: Uma acerca da evidenciação do passivo ambiental. **Ambiente Contábil**, Natal, 2018, v. 10, n. 1, p. 104-120, 9.

GARCIA, J. O. **Impactos do rompimento de barragens no setor de mineração sobre o valor das ações**. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Universitário da FEI, São Bernardo do Campo, 2021. HANS

HANSEN, B. E. (2001), 'The new econometrics of structural change: Dating breaks in U.S. labor productivity', *The Journal of Economic Perspectives* 15(4), 117-128.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. The economic consequences of accounting choice: implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting and Economics*, v. 5, p. 77-117, 1983.

IBRACON. NPA 11 - Normas e procedimentos de auditoria - Balanço e ecologia. São Paulo: Ibracon, 1996. Disponível em: Acesso em: 18 abr. 2006.

JENSEN M. e MECKLING, W. Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost, and ownership structure. In: *Journal of Financial Economics*, p. 305-360, 1976.

KRUEL, M. **Reação do mercado ao ingresso (saída) do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): estudo de evento e análise da liquidez**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

LIMA JUNIOR, J. M.; CARVALHO, V. G. (2015). Impacto ambiental e retorno acionário de companhias listadas na BM&FBovespa. *EmpíricaBR*, Ano 8, Vol. 1. p. 43-54, 2015.

LUGOBONI, L. F. *et al.* Evidenciação dos stakeholders nos GRI's das empresas presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, 2020, v. 8, n. 2, p. 16-33.

MELO, C. M. M. D.; DANTAS, F. N.; ARAÚJO, A. O. Custos sociais e ambientais e GRI: Uma análise das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Ambiental Contábil**, Natal, 2016, v. 8, n. 2, p. 155-172.

MELO, A. S. **Mercado financeiro e psicologia em operações de Day Trade na bolsa de valores brasileira**. 2019. TCC (Graduação). Administração. Campina Grande, 2019.

NASCIMENTO, A. J. S. **Abordagens para avaliar as práticas de sustentabilidade empresarial: uma revisão da literatura**. 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação**. São Paulo: Atlas, 2006.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos Metrópole**, [s.l.], v.19, n. 38, p.269-297, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 29, n.126, 2000.

ROCHA, L. C. **As Tragédias de Mariana e Brumadinho: É Prejuízo? Para Quem? Cadernode Geografia**, Minas Gerais, 2021, v. 31, n. 1, p. 184-195, 8 fev. 2021.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. **Acidente em Mariana (MG) e seus impactos ambientais**. 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/acidente-mariana-mg-seus-impactos-ambientais.htm>. Acesso em 02 de fev. 2022.

SOARES, R. O.; ROSTAGNO, L.; SOARES, K. T. C. **Estudo de Eventos: o método e as formas DE CÁLCULO DO RETORNO ANORMAL**. IN: XXVI ENCONTRO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO em Administração (ENANPAD). Anais.

SILVA, C. A. T.; FELIPE, E. DA S. **Avaliação da Influência de Textos Narrativos de Fatos Relevantes no Preço das Ações de Empresas Brasileiras**. Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C), v. 2, n. 6, p. 61-80, 2010.

SPERANDIO, L. A.; TRINDADE, M.; FAVERO, H. L. **Uma introdução à discussão do passivo ambiental**. **Reflexão Contábil**, v. 24, n. 2, p. 05-18, jul./dez. 2005.

SPENCE, A. M. **Job Market Signaling**. The Quartely Journal of Economics, v. 83, n. 3. p 355-374, 1973.

VALE (Brasil). **Relatórios de Sustentabilidade**. In: **Relatório de Sustentabilidade e Relato Integrado**. [S. l.], 16 abr. 2021.

**CONFLITOS NO AMBIENTE DE TRABALHO: CAUSAS,
IMPACTOS E SUA GESTÃO**
*CONFLICTS IN THE WORKPLACE: CAUSES, IMPACTS
AND ITS MANAGEMENT*
*CONFLICTOS EN EL LUGAR DE TRABAJO: CAUSAS, IMPACTOS
Y SU GESTIÓN*

Aparecido Gomes LEAL¹³²

Danielle Bezerra FIGUEIREDO¹³³

Melissa de Lima RISSIO¹³⁴

Rosana AUGUSTO¹³⁵

RESUMO

O ambiente de trabalho é propício ao surgimento de conflitos ao agrupar pessoas diferentes entre si, tornando possível aflorar aspectos da personalidade individual que podem trazer desconforto aos colegas e, em casos extremos, provocar antipatia, preconceito, competitividade negativa, prejudicando o clima organizacional e os próprios envolvidos, repercutindo no ambiente externo. A insatisfação, a perda de entusiasmo e a falta de motivação dos colaboradores podem perturbar as relações externas ao expor a convivência interna, atingindo a empresa e o seu desempenho como um todo. Contudo, nem sempre os conflitos são prejudiciais. Os choques de perfis pessoais e profissionais podem ser bem-vindos quando favorecem livre exercício da criatividade e ousadia ao apresentar novas ideias e procedimentos quanto as atividades, objetivos, metas e estratégia da organização, alavancando os negócios, otimizando as relações interpessoais dos colaboradores e destes com o público externo. As empresas são responsáveis pela criação e manutenção de um ambiente que favoreça o diálogo franco e cordial entre os colaboradores de qualquer nível. A atitude firme dos gestores contra comportamentos desabonadores deve ser imediata e reparadora. Observar normas

¹³²Mestre em Filosofia Antiga pela UNICAMP, docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA (E-mail: apagoleal@yahoo.com.br).

¹³³Graduanda em Administração pelo Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA (E-mail: daniellebezerra147@gmail.com).

¹³⁴Graduanda em Administração pelo Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA (E-mail: mell.r@hotmail.com).

¹³⁵Mestra em Educação pela PUC Campinas (SP), Mestrado em Administração pela UNOPEC, Indaiatuba (SP), Especialista em Formação em Educação a Distância – UNIP Campinas (SP), Especialização em Gestão Em Serviços – UNOPEC, Indaiatuba (SP). Diretora Geral e Docente do Instituto de Ensino Superior de Americana – IESA. (E-mail: rosana.augusto@gmail.com).

comportamentais estipuladas à convivência desejada é responsabilidade de todos indistintamente, sendo que a hierarquia mais alta deve servir de exemplo e motivação para tal.

Palavras-chave: Gestão de conflitos; Clima organizacional; Códigos de conduta ética; Produtividade; Convivência.

ABSTRACT

The work environment is conducive to the emergence of conflicts when grouping different people together, making it possible to bring out aspects of the individual personality that can bring discomfort to colleagues and, in extreme cases, cause antipathy, prejudice, negative competitiveness, damaging the organizational climate and those involved, having repercussions on the external environment. Dissatisfaction, loss of enthusiasm and lack of motivation among employees can disrupt external relations by exposing internal coexistence, affecting the company and its performance as a whole. However, conflicts are not always harmful. Clashes of personal and professional profiles can be welcome when they favor free exercise of creativity and boldness when presenting new ideas and procedures regarding the organization's activities, objectives, goals and strategy, leveraging business, optimizing employees' interpersonal relationships and of these with the external public. Companies are responsible for creating and maintaining an environment that encourages frank and cordial dialogue between employees at any level. Managers' firm attitude against discrediting behavior must be immediate and restorative. Observing behavioral norms stipulated for the desired coexistence is everyone's responsibility without distinction, and the highest hierarchy must serve as an example and motivation for this.

Keywords: Conflict management; Organizational climate; Codes of ethical conduct; Productivity; Coexistence.

RESUMEN

El ambiente laboral es propicio para la aparición de conflictos al agrupar a diferentes personas, posibilitando sacar a relucir aspectos de la personalidad individual que pueden traer malestar a los compañeros y, en casos extremos, provocar antipatías, prejuicios, competitividad negativa, dañando el sistema organizacional sus implicados, repercutiendo en el entorno exterior. La insatisfacción, la pérdida de entusiasmo y la falta de motivación entre los empleados pueden alterar las relaciones externas exponiendo la convivencia interna, afectando a la empresa y su desempeño en su conjunto. Sin embargo, los conflictos no siempre son perjudiciales. Los choques de perfiles personales y profesionales pueden ser bienvenidos cuando favorezcan libre ejercicio de la creatividad y la audacia a la hora de presentar nuevas ideas y procedimientos respecto de las actividades, objetivos, metas y estrategia de la

organización, potenciando el negocio, optimizando las relaciones interpersonales de los empleados y de éstas con el público exterior. Las empresas son responsables de crear y mantener un entorno que el diálogo franco y cordial entre los empleados de cualquier nivel. La actitud firme de los directivos contra las conductas desacreditadoras debe ser inmediata y reparadora. La observancia de las normas de comportamiento estipuladas para la convivencia deseada es responsabilidad de todos sin distinción, y la más alta jerarquía debe servir de ejemplo y motivación para ello.

Palabras clave: Manejo de conflictos; Clima organizacional; Códigos de conducta ética; Productividad; Coexistencia.

INTRODUÇÃO

No ambiente organizacional é comum haver conflitos de toda e qualquer natureza, posto que pessoas distintas entre si, às vezes com postura, experiências, conhecimentos, cultura, visão de mundo, valores, desejos e hábitos diversos precisam conviver harmoniosamente para que a empreitada aconteça e a produtividade evolua a patamares mais altos de qualidade e eficiência, favorecendo os próprios colaboradores em suas atividades e carreira profissional, a empresa, seus produtos e serviços.

As divergências entre opiniões e experiências podem, no entanto, serem bem-vindas quando apontam para soluções e decisões mais criativas e ousadas que impulsionam novas posturas e estratégias da empresa, agilizando ou aperfeiçoando atividades corriqueiras, devendo ser valorizadas e aproveitadas como colaboração e interesse dos envolvidos no desenvolvimento e destaque da empresa junto aos competidores. Quando essas divergências são enquadradas em competitividade negativa, com menosprezo, desdém ou indiferença às opiniões, críticas e ideias alheias, podem levar ao fracasso o trabalho em conjunto e as equipes são prejudicadas de tal forma que impedem a concretude dos projetos, objetivos e metas traçados, corroborando em ambiente desagradável e improdutivo que acentua ainda mais as diferenças pessoais, a intransigência e o estranhamento entre as pessoas, facilitando que o desrespeito e a desmotivação se instale de vez, cabendo imediata e sensata intervenção através de atitude conciliadora ou aplicação de penalidade ao transgressor pelo gestor e/ou empresa.

O presente artigo busca entendimento acerca dos conflitos internos às organizações, explorando suas causas e consequências impactantes no comportamento e resultados apresentados pelos colaboradores, examinando os conceitos e a diversidade dos mesmos, apontando os impactos que situações desse tipo têm no ambiente interno, reverberando além deste para as relações externas, podendo trazer prejuízo à imagem que a empresa mantém no mercado em que atua. Neste sentido, a pesquisa procura avançar, priorizando as boas relações humanas no ambiente de trabalho, com destaque ao respeito mútuo, à ética, à tolerância e empatia que podem tornar a rotina agradável e produtiva, mesmo havendo personalidades, estilos de trabalho, valores e hábitos distintos, assim como projetos de vida pessoal e profissional diferenciados entre os colaboradores.

Quando há descontrole no comportamento organizacional interno os conflitos explodem e podem se tornar insustentáveis e até mesmo incontroláveis, nesse caso é preciso intervenção imediata e pontual dos gestores para trazer de volta o equilíbrio e a convivência saudável e proveitosa, observando e analisando as causas e a recorrência das atitudes indesejáveis dos colaboradores, fazendo valer os códigos de conduta ética estabelecidos e disseminados entre todos igualmente, inclusive, com transparência acerca da penalidade aos infratores. Mesmo que todos sejam responsáveis pelo clima organizacional é papel do gestor ou líder administrar com competência, justiça e lucidez os conflitos negativos, de preferência que sejam coibidos assim que estes se apresentarem.

A busca por uma gestão exitosa dos conflitos é um dos objetivos desse artigo, trazendo observações pontuais acerca dos métodos para criação e manutenção de um ambiente em que as pessoas superem as divergências entre si e mantenham os propósitos de trabalho individual e coletivo através de atitudes que espelhem genuíno interesse na boa convivência e no pertencimento respeitoso e solidário ao grupo. Outrossim, a prevenção dos conflitos pode ser a melhor forma de agir dos gestores desde o momento em que escolhem os colaboradores para participar das equipes e dos projetos da empresa, treinando-os e cobrando deles um comportamento previamente estipulado para a convivência no ambiente de trabalho, evitando que o choque de interesses, hostilidade e rivalidade evoluam para conflitos negativos perturbadores que a todos prejudicam.

Os gestores são responsáveis e muito cobrados pela manutenção do clima organizacional, devendo defender os princípios e valores da empresa em que atuam, tendo como base a missão e visão desta, amplamente divulgadas e adotadas por todos os colaboradores indistintamente. Observar e se ater fielmente às regras de boa convivência também é papel dos gestores e dos representantes de cargos hierárquicos elevados, pois servem de modelo comportamental, motivando os colaboradores a uma conduta similar.

Os conflitos podem extrapolar o ambiente interno e, sob múltiplos aspectos negativos ao provocar oposição declarada de uns contra os outros, inclusive, através das redes sociais que repercutem no ambiente de trabalho, transformado em campo de batalha, ao ser dominado por sentimentos de desconfiança, intolerância e desrespeito, que emergem e tomam vulto considerável, atingindo a empresa, seus produtos, serviços, sua imagem e seus negócios – com prejuízo à sua competitividade e lucratividade.

Se os conflitos são inerentes aos grupos humanos, então, é preciso ação pontual e distinção racional entre eles para perceber quando e porque são prejudiciais aos envolvidos e à própria empresa. Os tipos de conflito são submetidos a análise no artigo para verificar quando podem ser benéficos à organização, como os conflitos geracionais, que expõem o choque entre os mais velhos e experientes colaboradores com os mais jovens que apontam novas ideias, críticas, sugestões e soluções para problemas não vivenciados por estes ainda, então, a experiência dos mais velhos pode evitar precipitação na tomada de decisões. Independentemente da idade e tempo de serviço todos os colaboradores devem ser ouvidos e respeitados e as críticas e sugestões submetidas a avaliação rigorosa para implementação. Os conflitos podem ser vistos, portanto, como possibilidade de a gestão investir em novas posturas comportamentais e laborais que beneficiem de fato a produtividade, instaurando um ambiente em que a solidariedade, empatia, sinergia e respeito mútuo imperem entre todos os envolvidos.

Aspectos do comportamento organizacional

O comportamento humano é responsável pela possibilidade de convivência dos seres humanos em grupo através da evolução destacada das relações entre pessoas diferentes entre si em prol de objetivos comuns. As regras e depois as leis,

estabelecidas para promover a harmonia entre todos do grupo, trouxeram avanço das técnicas de sobrevivência e prosperidade individual e coletiva, acentuando o pertencimento aos grupos e à sua cultura própria. No âmbito social o comportamento se impõe através de formas criadas e estabelecidas como conduta adequada à vida em comum, sobrepujando os contrastes que a particularidade de cada pessoa representa, nesse sentido, a tolerância e a observância às regras de boa convivência são fundamentais para que a sociedade aprimore a coexistência pacífica e colaborativa, contribuindo para que todos, ao menos idealmente, se sintam protegidos e reconhecidos em sua individuação e vontade.

Se na vida social as regras de conduta são mais flexíveis no ambiente de trabalho elas são mais rígidas e impõem conduta respeitosa similar a todos os envolvidos, posto que o objetivo é adquirir eficiência em produtividade e constância harmoniosa nas relações interpessoais que refletem positivamente nos contatos externos da empresa, impactando a apreciação e divulgação de seus produtos e serviços.

O comportamento pode ser observado tanto no indivíduo quanto nos grupos e na estruturada empresa, porém, o comportamento individual ultrapassa seus limites ao atingir as equipes, os departamentos e assim sendo, a própria estrutura das organizações, influenciando os seus objetivos. Davis e Newstrom destacam que:

As organizações são as grandes estratégias criadas para trazer a ordem ao caos formado quando pessoas trabalham juntas. A organização cria relações previsíveis entre pessoas, tecnologia, trabalhos e recursos. Onde quer que pessoas se juntem num esforço comum, a organização deve ser utilizada para se obter resultados produtivos¹³⁶.

O estudo do comportamento humano nas organizações faz parte do ementário da formação dos administradores para que estes adquiram conhecimento aprofundado em vista a compreender, analisar e aperfeiçoar as ações individuais, explorando com segurança as habilidades e competências dos colaboradores, distribuindo tarefas e cargos segundo a competência, adequação e motivação apresentadas. O impacto do comportamento humano, seja individual ou coletivo nas organizações, portanto, requer estudo específico, favorecendo os gestores a obter melhor desempenho individual e das equipes a fim de atingir os objetivos que a organização almeja.

¹³⁶ DAVIS, NEWSTROM, 2001, p. 90.

Entretanto, Moscovici¹³⁷ reconhece que: “As pessoas diferem na maneira de perceber, pensar, sentir e agir. As diferenças individuais são, portanto, inevitáveis com suas conseqüentes influências na dinâmica pessoal.” A autora salienta ainda que essas diferenças podem ser valiosas quando trazem melhorias para o grupo, mas também podem ser prejudiciais quando provocam reações contrárias, podendo provocar indesejáveis conflitos negativos.

O papel do gestor ou do líder do grupo deve ser pontual, eficaz e, como observador atento do comportamento de seus subordinados, ele deve atuar para que esse comportamento convirja aos interesses da organização, no sentido de obter maior produtividade em ambiente harmonioso, equilibrado e saudável para todos, então, o clima organizacional precisa ser visto como meio para que as diferenças pessoais não atrapalhem os resultados exitosos desejados.

O sucesso dos gestores, líderes e empresas depende do comportamento interno dos colaboradores, então, a boa gestão de pessoas torna-se fundamental para que haja otimização das vendas dos produtos e serviços e do bom atendimento externo, especialmente do público-alvo. Contudo, se o objetivo é fidelizar clientes e prospectar outros, também deveria ser objetivo da organização “fidelizar os seus colaboradores”, levando-os a defender os seus princípios, missão e visão, demonstrando esforço dedicado e entusiasmo em suas atividades, demonstrando conduta exemplar. Para que isso ocorra é necessário que os colaboradores percebam que são reconhecidos por seu desempenho e postura profissional, motivação e disposição para bem representar a empresa, seus produtos e serviços.

O perfil dos colaboradores deve estar alinhado aos propósitos da organização, sendo função destacada do gestor agir de tal forma que influencie, lidere e gerencie cada um para que cumpra suas obrigações com eficiência, responsabilidade e conduta ética, observando o comportamento recomendado e a capacidade de interação colaborativa com os outros. Conhecer, portanto, o perfil dos colaboradores facilita ao gestor distribuir atividades e cargos, segundo as competências individuais e os objetivos da organização e, inclusive, torna possível prever atritos que possam ocorrer e evoluir para níveis mais elevados de incompatibilidade, prejudicando a produtividade e a relação entre os envolvidos. Assim, ao gestor se recomenda adquirir conhecimento sobre o

¹³⁷ MOSCOVICI, 2008, p. 212.

comportamento dos seus colaboradores individualmente, bem como sobre o comportamento organizacional¹³⁸ para poder analisar e compreender melhor as condutas individuais, coletivas e estruturais que impactam na organização. Nesse sentido, Robbins, Judge e Sobral apontam que:

Os administradores precisam desenvolver suas habilidades interpessoais ou humanas para serem eficazes em suas funções. O comportamento organizacional investiga os impactos que os indivíduos, os grupos e a estrutura têm sobre o comportamento dentro de uma organização e, em seguida, utilizar esse conhecimento para ajudar as empresas a trabalharem com maior eficácia. Mais especificamente, o estudo do comportamento organizacional enfoca como melhorar a produtividade, reduzir o absenteísmo e a rotatividade, e aumentar a cidadania organizacional e a satisfação no trabalho¹³⁹.

O comportamento humano é, porém, mutável e as regras de conduta podem ser aprendidas e respeitadas para haver sucesso na atuação em qualquer ambiente e, no caso do trabalho, elas são recomendáveis para não haver descompasso entre o que as atividades laborais solicitam e a atuação e disposição comportamental dos colaboradores entre si e com a empresa, envolvendo suas atividades em consonância aos objetivos traçados. As mudanças, atualizações e transformações também atingem as empresas que devem responder imediatamente a esses impactos sob pena de perderem sua representatividade e credibilidade junto ao público-alvo e stakeholders, com prejuízo aos seus negócios. Moscovici aponta a necessidade de as empresas se adaptarem às mudanças, afirmando:

O objetivo maior é tornar a organização altamente flexível e apta a enfrentar o desafio e os riscos de um ambiente de incertezas e mudanças aceleradas, ajustando-se constantemente a essas condições mutáveis¹⁴⁰.

A reflexão acerca do aspecto mutável do comportamento humano atinge as empresas, uma vez que elas são compostas e dirigidas por pessoas, tendo que se adaptar às mudanças e demandas que ocorrem na sociedade e que envolvem diretamente seus negócios e atuação no mercado e perante os concorrentes. Daí a importância da formação adequada dos gestores e líderes para melhor interpretar e analisar o

¹³⁸O estudo do comportamento organizacional segundo Robbins, Judge e Sobral favorece os gestores e “Pode ajudá-los a lidar com um mundo de temporalidades e aprender formas de estimular a inovação. Por fim, o comportamento organizacional pode oferecer a eles orientação para criar um ambiente de trabalho eticamente saudável.” (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p.28).

¹³⁹ ROBBINS, JUDGE, SOBRAL, 2010, p.28.

¹⁴⁰ MOSCOVICI, 2008, p.247.

comportamento dos colaboradores e da sociedade em geral e estabelecer e atualizar padrões pertinentes de conduta interno e externo, o que, além de favorecer as suas próprias atividades trará benefícios com a criação e manutenção de ambiente favorável em que o comportamento produtivo, equilibrado e cordial dos colaboradores seja uma realidade.

Os conflitos nas organizações: conceitos, denominações e causas

No ambiente de trabalho pessoas diferentes entre si convivem por longo tempo cotidianamente, aplicando seus talentos em diferentes atividades, às vezes sozinhas, às vezes em equipes, com o objetivo de corresponder às responsabilidades de entregar um resultado eficiente e benéfico a todos os envolvidos. Contudo, essa aproximação imposta pelas atividades rotineiras é capaz de causar estranhamento que pode evoluir para intolerância e/ou desprezo ao próximo por múltiplos e variados motivos. Às vezes essa tensão surge imediatamente e já no primeiro contato, como frisa Moscovici:

O contato inicial gera a chamada “primeira impressão”, o impacto que cada um causa ao outro. Essa primeira impressão está condicionada a um conjunto de fatores psicológicos da experiência anterior de cada pessoa, suas expectativas e motivação no momento e a própria situação do encontro¹⁴¹.

A convivência impõe desafios que cada pessoa deve enfrentar, até porque no ambiente de trabalho essa convivência é involuntária, imposta pelas atividades a serem desenvolvidas individualmente ou em grupo. A primeira impressão ruim pode, no entanto, desvanecer ou se alterar quando a aproximação e a necessidade de trabalhar em conjunto se impõem. Moscovici¹⁴² esclarece que quando a primeira impressão é positiva e recíproca as relações de simpatia e aproximação auxiliam o relacionamento interpessoal e as atividades compartilhadas, quando, porém, não há positividade e reciprocidade as relações tornam-se difíceis, existindo uma tensão entre as pessoas, exigindo esforço de ambas as partes para superar o clima de insatisfação e conviverem em harmonia, modificando a primeira impressão que prejudica a interação produtiva e desejada entre elas, mas para isso é preciso haver disposição pessoal para modificar a impressão negativa e, nesse caso, a recomendação seria buscar conhecer melhor o outro para desfazer impressões negativas e contraproducentes.

¹⁴¹ MOSCOVICI, 2008, p.67

¹⁴² *Ibidem*.

Os conflitos tendem a aumentar devido a velocidade e quantidade de mudanças e transformações que ocorrem no mundo e ecoam nas organizações, como afirma Parikh:

Num cenário fluído e mutável, nenhuma pessoa ou grupo precisa ser identificado diretamente com alguém ou alguma coisa para estar em conflito com outros. O simples desejo de fazer o melhor numa determinada situação leva inevitavelmente a um conflito, a não ser que todas as partes e pessoas atuem dentro da mesma estrutura de metas e timing¹⁴³.

Os objetivos de maior eficiência nas atividades laborais envolvem as relações entre as pessoas que precisam estabelecer para si as metas e o sucesso da organização em que atuam, dissipando ou relevando aspectos que podem favorecer conflitos desnecessários e contraproducentes. Neste caso, a complexidade do desafio que os conflitos impõem deve ser superada em prol da consolidação de um clima organizacional favorável que a todos contempla, com benefício à progressão funcional e profissional, bem como aos projetos de vida e carreira que cada pessoa se empenha em realizar.

É fundamental que no trabalho haja uma interação tal entre as pessoas que facilite a comunicação entre elas, com vistas à cooperação proveitosa, com respeito às diferenças e mesmo amizade, que envolve compartilhamento de ideias e sugestões, posto que os sentimentos positivos otimizam e influenciam as atividades e tornam sustentável a convivência, como salienta Moscovici¹⁴⁴.

Os contrastes de comportamento demonstram o perfil que cada um possui, a sua personalidade, seus valores e a capacidade de interação com os outros, mesmo havendo entre eles alguma animosidade ou incompatibilidade. O respeito ao outro como ele é envolve o desejo de ser respeitado igualmente, residindo aí o princípio da conduta ética. A flexibilidade para enfrentar e superar os desafios da convivência depende de cada pessoa ao demonstrar sua capacidade e interesse em conviver dignamente em qualquer tipo de ambiente, voluntariamente ou não – como no caso do ambiente de trabalho. O respeito envolve tolerância e empatia que corroboram em solidariedade no compartilhamento de tarefas, responsabilidades, objetivos profissionais e o progresso e desenvolvimento da empresa em que as pessoas atuam, o que também lhes beneficia.

¹⁴³ PARIKH, 2014, p. 64.

¹⁴⁴ MOSCOVICI, 2008.

Camargo¹⁴⁵ define respeito como “o empenho em reconhecer em si mesmo e nos outros uma dignidade à qual se refere um dever de salvaguardar.”

O desrespeito de uns contra os outros não tem justificativa moral e profissional e pode levar a condutas ainda mais preocupantes para o grupo e para a empresa, impedindo que os objetivos de eficiência nas atividades cotidianas aconteçam ao originar conflitos que impedem ou atrapalham a produtividade desejada, inclusive, sobrecarregando as responsabilidades do gestor. Camargo analisa essa questão da seguinte maneira:

A primeira exigência que o respeito impõe é a de prestar atenção ao outro como ser humano com suas demandas e características próprias, percebendo as riquezas e os valores de cada um; deve-se partir da realidade de como o outro é para se entabular um relacionamento e uma convivência digna; é saber admirar o que é diferente na diversidade das pessoas para atingir a igualdade fundamental; o respeito impõe a aceitação de cada idiosincrasia pessoal evitando a massificação e a coisificação¹⁴⁶.

Tornar-se próximo do outro, portanto, demonstra habilidade de conviver com as diferenças pessoais dos próximos, sendo característica necessária ao progresso profissional, uma vez que no presente ou no futuro haverá possibilidade de ocorrer situação em que esse desafio se manifeste, seja na convivência com outros colaboradores, com os representantes de cargos mais elevados ou mesmo com a própria empresa e suas diretrizes. A boa comunicação entre as pessoas é um fator que afasta conflitos e demonstra interesse em dialogar e extrair do convívio com as diferenças pessoais e profissionais alheias algum proveito que leve à reflexão acerca de novas posturas comportamentais e visão crítica sobre aspectos que propõem revisão de projetos e metas individuais e para a empresa. Assim, o treinamento específico que leva em conta a comunicação interna e externa favorece que os conflitos não se instalem no ambiente de trabalho a partir de um simples choque de ideias e/ou posturas pessoais, pois, como afirma Stapley:

Assim, quando vivenciamos dados conflitantes, podemos comparar essa informação com aquela parte da nossa base de conhecimento internalizado, a que nos referimos como consciência. Nós iremos comparar esses dados com o nosso padrão do que fazer e do que não fazer¹⁴⁷.

¹⁴⁵ CAMARGO, 2009, p. 49.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ STAPLEY, 2011, p. 58.

Dessa forma, o choque conflitante com o outro pode propiciar uma comparação benéfica ou revisão acerca do próprio comportamento pessoal e profissional, servindo como apoio a mudanças que transformam o conflito em desafio que não impede a conciliação e a potencialização das relações interpessoais, trazendo novas perspectivas sobre assuntos variados que envolvem desde o comportamento pessoal até as estratégias para novos projetos da empresa e os meios para concretizá-los. Porém, Costa alerta que:

As empresas não precisam de “servos”, precisam de pessoas que pensem, que saibam opinar sobre o que fazem, que dialoguem sobre as possibilidades de se fazer de forma diferente a mesma coisa, que usem a sua criatividade¹⁴⁸.

Os conflitos se relacionam à cultura¹⁴⁹ da empresa, tanto é assim que os valores que ela tem incidem na sua forma de atuação, inclusive em sua flexibilidade, negligência ou omissão às situações que originam conflitos, sejam eles individuais, nas equipes, entre departamentos, ou envolvendo a estrutura organizacional, podendo repercutir negativamente no ambiente externo, atingindo clientes, fornecedores e público em geral, pois gera um clima interno que não favorece o diálogo e a troca de informações necessárias ao bom desempenho das atividades rotineiras. Para Gallagher¹⁵⁰: “Todo ambiente de trabalho tem uma cultura própria, que pode ser boa, ruim ou indiferente. Na maioria das vezes, os valores não são expressos, mas exercem enorme influência sobre o comportamento daqueles que escolhem fazer parte dessa empresa.”

À vista disso, os conflitos variam de empresa a empresa, segundo o seu perfil, valores, produtos e serviços, sejam elas informais, formais, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, cabendo a todas elas instruir seus colaboradores para evitar confrontos que possam desviar o foco dos objetivos comuns, responsabilizando-os igualmente pela criação e conservação de um ambiente saudável, harmonioso e produtivo, evitando assim, o alto grau de estresse, desânimo e desinteresse que provocam absenteísmo, rotatividade e até doenças laborais graves que solicitam cuidados especiais.

¹⁴⁸ COSTA, 2007, p. 48.

¹⁴⁹Segundo Gallagher, cultura “É um vocábulo que tem as mesmas raízes linguísticas da palavra *culto*, que se originou do termo latino para *adorar*. No ambiente empresarial, o significado de cultura se estende às principais crenças, comportamentos e ações subjacentes à vida empresarial diária.” (GALLAGHER, 2003, p.15).

¹⁵⁰ GALLAGHER, 2003, p.15.

As causas dos conflitos são múltiplas e variadas como também são as personalidades dos agentes que os provocam, quando, porém, a sua evolução os torna incontrolláveis e prejudiciais ao grupo é necessário que haja ação imediata dos gestores e líderes, que devem analisar o nível que os conflitos apresentam, observando quando podem ser aproveitados como crítica à melhoria do ambiente e da produtividade ou não.

Tipos de conflitos recorrentes nas organizações

Os conflitos fazem parte do ambiente de trabalho, qualquer seja ele, sendo que eles podem ocorrer em qualquer agrupamento de pessoas quando o contraste de ideias, posturas e objetivos se tornam empecilho à concordância entre elas. Nas organizações eles surgem da interação entre indivíduos com diferentes perspectivas, pontos de vista, experiência e conhecimento, assim como objetivos e necessidades, às vezes, inclusive, incompatíveis entre si. Chiavenato apresenta sua definição de conflito, destacando que:

Conflito significa existência de ideias, sentimentos, atitudes ou interesses antagônicos e colidentes que podem chocar-se. Sempre que se fala em acordo, aprovação, coordenação, resolução, unidade, consentimento, consistência, harmonia, deve-se lembrar que essas palavras pressupõem a existência ou a iminência de seus opostos, como desacordo, desaprovção, dissensão, desentendimento, incongruência, discordância, inconsistência e oposição¹⁵¹.

Os conflitos se apresentam em variadas formas, quanto a sua origem e especificidade, Berg¹⁵² destaca três tipos de conflitos: pessoais, interpessoais e organizacionais, detalhando cada um deles da seguinte forma:

- Conflito pessoal: refere-se a conflitos internos que a pessoa apresenta consigo mesma, representando as suas inquietações e contradições entre o que pensa, sente, diz e faz, podendo ainda ter como motivo a falta de conexão interna entre crenças, valores, desejos e ações, causando estresse e atrito emocional.
- Conflito interpessoal: quando diferentes perspectivas, opiniões ou interesse acerca de uma situação particular entre duas ou mais pessoas acentua aspectos da personalidade individual, levando a falha na comunicação entre elas e as

¹⁵¹ CHIAVENATO, 2009, p. 376.

¹⁵² BERG, 2012.

divergências podem manifestar-se no grupo ou em grupos e áreas da organização.

- Conflito organizacional: quando fatores que envolvem a estrutura de uma organização, assim como a sua cultura, seus processos ou objetivos provocam atrito, divergência, inquietação ou tensão.

Ainda segundo Berg¹⁵³, diferentemente dos conflitos pessoais, os conflitos organizacionais são normalmente moldados por dinâmicas e situações características do ambiente de trabalho, podendo abranger mudanças externas verificadas tanto no mercado, quanto a competição, pressões financeiras, modificações da estrutura interna, problemas de comunicação ou distribuição indevida dos recursos que a empresa dispõe, sendo que estes conflitos podem ser desfavoráveis ao desempenho e desenvolvimento das pessoas e, portanto, da organização porque afetam o clima no ambiente de trabalho, sendo importante a sua identificação e administração rápida e de forma eficaz em prol do funcionamento estável e produtivo dos envolvidos.

Chiavenato¹⁵⁴ reforça a existência de vários tipos de conflitos, classificados em conflito interno (de ordem pessoal, da pessoa consigo mesma) ou externo (relações interpessoais, intergrupais ou intergrupais, assim como intraorganizacional ou intraorganizacional), sendo que os conflitos podem se manifestar em vários níveis de gravidade e, segundo esse autor, da seguinte forma:

- Conflito percebido: quando há reconhecimento de que os atritos existem através da divergência de objetivos entre as partes, cabendo intervenção para impedir maiores impactos negativos entre elas, esse tipo de conflito pode ser visto como conflito latente porque ainda não aflorou, mesmo que as divergências existam.
- Conflito experienciado: quando o conflito provoca sentimentos hostis, de raiva, medo ou desconfiança entre os envolvidos, sendo um conflito disfarçado, pois permanece implícito, sem manifestação externa clara.
- Conflito manifestado: quando as partes envolvidas demonstram desacordo entre si em ações diretas ou indiretas, sendo reconhecido como conflito aberto, sendo então, percebido pelas outras pessoas.

¹⁵³ BERG, 2012.

¹⁵⁴ CHIAVENATO, 2004.

A comunicação entre as pessoas torna-se fundamental para que os conflitos, latentes ou não, sejam observados com atenção para evitar danos maiores nas relações interpessoais, entre grupos e choques com a estrutura hierárquica e o modo de ser da organização, prejudicando tanto a produtividade quanto a eficiência das pessoas envolvidas, com demonstração de desentendimento, intolerância ou desrespeito às opiniões e posturas alheias. Quando, porém, a organização age pontualmente, analisando e administrando a origem e as consequências dos conflitos ela pode potencializar a harmonia e o bom senso nas relações entre os colaboradores, inclusive, quando os conflitos forem de ordem organizacional, através de diálogo franco e constante para evitar ou apaziguar contendas e expor as diretrizes comportamentais, utilizando os meios de comunicação que dispõe para difundir o respeito entre todos, mantendo um espaço livre e seguro para as pessoas discutirem e serem ouvidas, expondo suas críticas, opiniões e sugestões. Se a comunicação pode ser a causa de conflito ela também pode ser a solução quando é clara e objetiva, contribuindo assim, com a socialização que provoca entreajuda e empatia entre as pessoas e os grupos de pertencimento.

A empresa é responsável pela comunicação, trazendo informações precisas sobre suas expectativas acerca do comportamento dos seus colaboradores, estipulando uma conduta que lhe seja favorável e traga harmonia no ambiente de trabalho, sendo firme em coibir atitudes que atrapalham o desempenho individual ou coletivo. Sendo recomendável efetuar pesquisa de clima no ambiente de trabalho, a fim de que as pessoas possam manifestar-se livremente e assim, agilizar processos para melhoria das condições de trabalho e da interação entre os colaboradores e entre estes e a empresa.

A responsabilidade pela manutenção do clima positivo no ambiente de trabalho, porém, deve ser responsabilidade de todos os colaboradores e a empresa deve operar nesse sentido, garantindo que todos sejam respeitados e reconhecidos em seus esforços e motivação na convivência, evitando pequenos atritos que podem extrapolar para situações de descontrole, trazendo insegurança, descontentamento e alto estresse a todos.

Gallagher¹⁵⁵ alega que o respeito no ambiente de trabalho faz parte dos valores e da cultura da empresa e esta deve se esforçar para superar as resistências internas e obter êxito, evitando colisões que o desrespeito provoca nas pessoas, sendo que o respeito mútuo fortalece o desempenho e a motivação, necessários à convivência harmoniosa e produtiva. Gallagher reflete sobre o ambiente de trabalho ligado à cultura da empresa, salientando:

E, um dos grandes segredos é que as características de um bom ambiente de trabalho – como respeito, autonomia e crescimento pessoal – não são meras atitudes, mas valores culturais. Em alguns ambientes, isso não ocorre por haver indivíduos mesquinhos ou insensíveis. A bem da verdade, tudo começa com decisões bem-intencionadas que vão esbarrando na falta de confiança, liberdade e autonomia, até colidirem em uma silenciosa e subliminar cultura do desrespeito¹⁵⁶.

O desrespeito pode, no entanto, expandir para intolerância, desprezo às opiniões e ao desempenho alheio, tornando inviável a comunicação entre as pessoas, com até mesmo, transmissão de instruções e informações errôneas ou equivocadas para prejudicar o outro, causando erros e retrabalho em atividades compartilhadas, em demonstração típica de competitividade negativa e contraproducente que prejudica todos os envolvidos e os resultados que a empresa deseja. Neste caso, as emoções afloram e, exacerbadas, tornam o ambiente inóspito e estressante, propício a conflitos negativos, provocando mudanças comportamentais inesperadas e indesejadas, tanto dos diretamente envolvidos quanto das pessoas próximas que, por impulso ou interesse, se deixam influenciar pelo clima desfavorável instaurado e dele tomar parte ao defender uns contra os outros.

A gestão dos conflitos e sua influência na organização

Nas organizações os conflitos são constantes e podem acarretar desentendimentos de todo tipo, impactando o clima no ambiente de trabalho, porém, como afirma Chiavenato¹⁵⁷, “O conflito é inerente à vida de cada indivíduo e faz parte inevitável da natureza humana”.

¹⁵⁵ GALLAGHER, 2003.

¹⁵⁶ *Ibidem.*, p. 65.

¹⁵⁷ CHIAVENATO, 2004, p. 405.

Partindo dessa premissa torna-se fundamental conhecer a origem e a causa do conflito, assim como sua extensão e consequências para que seja possível evitar ou impedir que influencie negativamente o grupo e provoque prejuízo às relações interpessoais, impactando o ambiente de trabalho de tal forma que afete a motivação e a harmonia entre as pessoas, repercutindo de forma indesejada na produtividade individual ou coletiva dos colaboradores.

Muitas vezes, no entanto, os conflitos podem ser vistos como um fator que contribui para estimular o tão desejado espírito criativo, ousado e inovador, trazendo benefícios aos envolvidos e às pessoas próximas e aos propósitos da organização. Neste caso, os conflitos podem ainda despertar nas pessoas novas ideias, possibilidades e soluções para ultrapassar situações de risco/ou inusitadas que solicitam modificação das posturas individuais ou coletivas, ou mesmo da própria empresa, não desperdiçando oportunidades, atualizando procedimentos e estratégias que afetam positivamente o comportamento organizacional tanto interno quanto externo, em vista ao sucesso dos negócios, potencializando a competitividade no mercado de atuação.

Robbins, Judge e Sobral¹⁵⁸ argumentam que, na visão tradicional, todo e qualquer conflito nas organizações deveria ser evitado a qualquer custo porque demonstrariam mau funcionamento do grupo, com impacto negativo nas atividades organizacionais, solicitando, intervenção imediata dos gestores, mas essa visão seria considerada simplista e ultrapassada porque houve a percepção de que os conflitos, dependendo de como eles se apresentarem, são inevitáveis.

Os autores acima¹⁵⁹ apresentam outro entendimento, mais atualizado dos conflitos, denominado visão interacionista, em contraponto à visão tradicional, propondo que: “o conflito não só é uma força positiva no grupo, mas que certo grau de conflito é absolutamente necessário para que um grupo tenha desempenho eficiente.”

Os conflitos podem servir como impulso para otimizar as relações interpessoais e as atividades cotidianas quando apresentam opiniões e sugestões diferenciadas para mudanças positivas e benéficas, sinergia e melhoria do comportamento interno e externo da organização, atualizando as estratégias para atingir as metas e aumentar a produtividade. Nesse caso, cabe aos gestores pesquisarem e analisar cuidadosamente as

¹⁵⁸ ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010.

¹⁵⁹ *Ibidem.*, p. 437.

causas e procedências dos conflitos, verificando quando e como eles podem servir para melhorar a performance do grupo. Os gestores, então, devem agir com alta dose de senso crítico e bom senso, coibindo, porém, a evolução do conflito que extrapole as regras de convivência saudável, atingindo nível insustentável e negativo tanto para os indivíduos e sua performance profissional e pessoal quanto para o grupo ao instaurar desconfiança e até desrespeito, fazendo com que o clima no ambiente de trabalho seja improdutivo e desestimulante para os envolvidos e aos grupos, abrangendo toda a empresa.

É importante que as pessoas se sintam à vontade para exprimir suas opiniões e sugestões, compartilhando experiências e conhecimentos e também quanto a sua autoproteção, no caso de haver crítica hostil. Num ambiente favorável, porém, as pessoas conseguem agir com liberdade, reconhecendo o acolhimento e o respeito que o grupo, o gestor ou líder oferecem, bem como o espaço seguro que a empresa lhes concede para apresentar opiniões e ideias, discutir e contestar posicionamentos, visando a implantação de melhorias e atualizações que favorecem a empresa e os próprios colaboradores em suas atividades, trazendo melhoria também quanto a performance profissional e incremento na carreira destes. Nesse sentido, Robbins, Judge e Sobral¹⁶⁰ destacam que “podemos minimizar os efeitos negativos do conflito ao focarmos em preparar as pessoas para eles, desenvolvendo estratégias para sua resolução e facilitando a discussão aberta.”

Quando as pessoas não estão preparadas para a convivência cordial em qualquer ambiente elas sentirão grande desconforto no ambiente de trabalho, pois as regras de conduta são rígidas e a aceitação, tanto da presença quanto das opiniões e sugestões alheias, que deveriam ser vistas como contribuições e não como ataque direto às suas posturas e individualidade propicia antagonismo entre as pessoas, provocando posicionamento hostil que desvaloriza o ponto de vista dos outros colaboradores, principalmente quando o choque entre egos potencializa agressivo comportamento que minimiza e despreza qualquer diferente opinião que não seja a sua.

Caso recorrente é o choque geracional que caracteriza o atrito entre a experiência dos colaboradores mais antigos e o desejo por inovação e sugestão criativa e ousada dos novos contratados, nesse caso também se recomenda ao gestor ou líder

¹⁶⁰ ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 439.

analisar criticamente, racionalmente e verificar o alcance positivo e negativo das mudanças sugeridas antes de tomar decisões precipitadas, evitando consequências inesperadas e resultados que levem a prejuízos maiores. Toda sugestão e novas posturas pensadas para o ambiente de trabalho e as pessoas que nele convivem devem ser cuidadosamente examinadas para verificar a sua real necessidade, projetando idealmente e racionalmente as suas consequências, pois muitas sugestões de inovação podem ser meramente burocráticas, não trazendo benefício algum. Daí a importância em ouvir colaboradores que passaram por experiência equivalente - o que auxilia na tomada de decisão assertiva.

Quando os conflitos atrapalham o funcionamento do grupo e não têm resolução pontual ou intermediação dos responsáveis pelo grupo ou um mediador¹⁶¹ autorizado ou indicado para essa finalidade, eles contribuem de forma desastrosa para a diminuição da produtividade e eficiência, tornando o clima organizacional difícil de ser suportado, pois aumenta o estresse, a ansiedade, repercutindo em absenteísmo e rotatividade de pessoal. Além disso, esses conflitos podem atingir dimensões incontroláveis e até mesmo prejudicar a reputação dos gestores e líderes e a própria empresa, afetando as relações externas e com os stakeholders, contribuindo dessa forma, para que a imagem da empresa seja prejudicada e enfraquecida e seus produtos e serviços percam qualidade e competitividade, diminuindo a representatividade no mercado em que ela atua.

O papel do gestor ou líder do grupo é fundamental na resolução dos conflitos e também na utilização deles quando positivos para implementar melhorias que beneficiam a todos igualmente. Moscovici trata dessa responsabilidade afirmando que:

A responsabilidade maior de resolução de conflitos cabe ao líder do grupo, mas não exclusivamente. Cada membro de grupo é também responsável pelo rumo que as divergências podem tomar, contribuindo intencional ou inintencionalmente para sua evolução e consequências construtivas ou destrutivas¹⁶².

A contribuição responsável pela manutenção de um clima cordial entre as pessoas cabe a todos que compõem o grupo de trabalho, no entanto, os colaboradores devem ter como objetivo um comportamento individual e coletivo tal que esteja

¹⁶¹ Conforme Robbins, Judge e Sobral: “Um mediador é uma terceira pessoa, que facilita uma solução negociada utilizando a razão e a persuasão, sugerindo alternativas, e assim por diante.” (ROBBINS, JUDGE E SOBRAL, 2010, p. 455.

¹⁶² MOSCOVICI, 2008, p. 216.

alinhado aos propósitos e cultura da empresa, apresentados de forma transparente e coesa pelo código de conduta ética, pensado e estipulado de acordo com as particularidades dela mesma. Sobre o código de ética Souza comenta, porém, que:

Não existe receita para elaborar um código de ética, visto que cada empresa tem sua maneira de atuar no mercado, o que abrange os próprios valores, sua cultura e conceitos. Por isso, não se pode simplesmente copiar o código de ética de outra organização. Também é recomendável que o código seja revisto e atualizado periodicamente, com base no histórico de ocorrências verificadas na própria empresa, de modo a torná-lo cada vez mais abrangente e condizente com a própria cultura organizacional¹⁶³.

Contudo, a assimilação e observância aos códigos de ética deve partir da alta direção, que serve como modelo comportamental para os colaboradores, motivando-os à conduta desejada, porém, não só isso, pois como reforça Souza¹⁶⁴, todos os envolvidos têm responsabilidade no comportamento ideal para manutenção do clima organizacional desejado, sendo necessário a disseminação desse código, inclusive, junto aos stakeholders, havendo acompanhamento para o seu efetivo controle, com avaliação desde a sua implementação, tornando claro as atitudes da empresa quanto as consequências, recompensas e estímulo que levem a conduta positiva dos colaboradores entre si e destes com a organização.

A implantação de um código de conduta ética auxilia na eliminação de conflitos de caráter negativo e prejudicial às pessoas, aos grupos e à empresa, pois potencializa as relações interpessoais baseadas no respeito mútuo e colaboração proveitosa nas atividades cotidianas, levando em conta a responsabilidade individual na assimilação a mudanças comportamentais que colaboram para esse fim. Entretanto, é fundamental que os colaboradores saibam por que as mudanças são necessárias e qual será o impacto delas em suas atividades rotineiras. O engajamento às mudanças comportamentais no ambiente de trabalho torna-se mais fácil quando estas são amplamente discutidas pelos principais envolvidos e interessados.

Os conflitos podem ser vistos como grandes desafios para os gestores e líderes e quando bem conduzidos podem evidenciar oportunidades para inovação e transformação em prol de melhoria contínua das pessoas e da empresa. De acordo com

¹⁶³ SOUZA, 2009, p. 15

¹⁶⁴ *Ibidem*.

Chiavenato¹⁶⁵, “o conflito pode ter resultados construtivos ou destrutivos para as partes envolvidas, sejam elas pessoas, grupos ou organizações. Assim, o desafio reside em administrar o conflito, de modo a maximizar os efeitos construtivos e minimizar os efeitos destrutivos”.

Reiterando afirmação anterior de que os conflitos são inevitáveis aos grupos de pessoas e também nas organizações, nem sempre eles são prejudiciais, desde que haja abordagem correta na administração dos mesmos, transformando-os em desafios pessoais e profissionais e grandes oportunidades para atingir os objetivos desejados por todos, fortalecendo e expandindo as habilidade e competências das pessoas em prol de uma convivência saudável e produtiva no ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na formação dos gestores o estudo do comportamento humano se mostra eficiente para que estes profissionais consigam lidar com pessoas e extrair delas os seus talentos, beneficiando a organização a que pertencem, envolvendo os projetos e metas a curto, médio ou longo prazo, estabelecendo com segurança estratégias que envolvem a motivação, maximizando assim, o desempenho de todos para resultados exitosos.

A criação e manutenção de um clima positivo no ambiente de trabalho favorece a convivência dos colaboradores de tal forma que seja possível haver entre eles uma colaboração efetiva, cordial, solidária e constante, trazendo ao grupo a coesão necessária para atingir os objetivos propostos primeiramente pelos gestores e líderes que refletem nos objetivos maiores da organização e seus negócios, ao garantir melhorias na performance e interesse participativo individual ou coletivo dos colaboradores, refletindo diretamente na qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Entretanto, mesmo em ambientes agradáveis e equilibrados podem surgir confrontos entre pessoas de opinião, experiência e visão de mundo e de trabalho diferentes entre si e que desejam que suas críticas e/ou sugestões sejam ouvidas e aceitas, então, as organizações não estão isentas de conflitos, que podem surgir espontaneamente, trazendo desconforto e tensão que, se não forem mediados

¹⁶⁵ CHIAVENATO, 2009, p. 364.

prontamente, podem evoluir para discussões acaloradas, polarizar as diferenças pessoais e profissionais e assim prejudicar todos os envolvidos. O papel do gestor deve ser imediato e pontual para evitar recrudescimento dos antagonismos e, em casos mais graves, penalizar os agentes causadores do conflito que transforma o ambiente de trabalho em campo de batalha.

É importante então, que os colaboradores tenham treinamento adequado para extrair das regras de convivência uma conduta ética que lhes garanta performance qualitativa individual, pessoal e profissional, afinal, da boa convivência no trabalho podem surgir contatos importantes para recomendações e indicações futuras em vista de novas oportunidades no mercado de trabalho. O networking, portanto, tem ligação direta com as relações que se estabelecem e prosperam nesse ambiente. Dessa forma, os colaboradores, independente da sua posição hierárquica, estão sempre sendo observados e avaliados, sendo importante o reconhecimento da sua capacidade e desempenho segundo suas atividades e responsabilidades. É interesse comum que o clima no ambiente de trabalho seja positivo, produtivo e agradável para que o desempenho nas atividades corriqueiras seja eficaz e contribua também para a expansão das habilidades e competências pessoais e profissionais de todos os envolvidos.

Aos gestores e às empresas é necessário empenho na atração e retenção de talentos através de ações próprias e equivalentes que demonstrem as suas próprias habilidades comportamentais, com valorização do bem-estar no ambiente interno e, portanto, das pessoas, evidenciando compromisso e responsabilidade em manter clima propício à motivação compromissada que reflete na produtividade e no entusiasmo das pessoas, tanto no aspecto individual quanto coletivo. A união positiva dos colaboradores se manifesta na comunicação clara, franca, objetiva e respeitosa entre eles, valendo o mesmo para o comportamento dos gestores e da empresa. Isso aumenta a sensação de parceria e identificação com o grupo e a empresa e no empenho à conduta saudável, colaborativa e cordial neste ambiente, refletindo na entrega de serviços de qualidade - desejo inseparável dos objetivos organizacionais.

No entanto, a responsabilidade pelo clima no ambiente de trabalho é de todos que nele convivem e isto deve ser informação transparente e necessária para todos os colaboradores, favorecendo a sensação de pertencimento ao grupo e à própria empresa. Esse pertencimento potencializa a cooperação espontânea, a solidariedade genuína, a

empatia e a sinergia, sendo fundamental garantir um espaço livre para as pessoas com segurança exprimirem e discutirem suas opiniões, críticas e apontar sugestões para melhorias que potencializem o desempenho individual e coletivo, fomentando, inclusive, transformações no comportamento individual e profissional delas.

O respeito mútuo deve ser cultivado e incentivado pela organização para que situações constrangedoras e prejudiciais não ocorram. A contribuição que a criação de um código de conduta ética, desenvolvido com essa finalidade, traz é muito valiosa. O reconhecimento e valorização do bom comportamento atitudinal dos colaboradores deve ser pontual, tanto pelos gestores quanto pela empresa, da mesma forma que deve ser imediata a atitude que coíbe conflitos negativos e desnecessários e penaliza os infratores.

Porém, nem sempre os conflitos são negativos e trazem prejuízos, pois eles podem ser aproveitados em sua característica mais marcante como o confronto de opiniões e sugestões, uma vez que esse embate fornece novas ideias para serem discutidas ao apontar melhorias às atividades, à conduta individual e profissional dos colaboradores, possibilitando que transformações comportamentais ocorram, posto que as pessoas concordam com elas, verificando sua necessidade, se alinhando, assim, a novas posturas que também são de seu interesse para melhorias profissionais, otimizando as suas carreiras e o sucesso de seus projetos pessoais na própria empresa ou além dela, usufruindo oportunidades futuras. Os gestores e líderes têm papel fundamental nesse desenvolvimento das habilidades e competências de seus colaboradores, apoiando-os e dando feedback acerca do comportamento demonstrado e o afincando deles em superar barreiras e vencer os desafios da convivência no ambiente de trabalho.

A contribuição pessoal e profissional dos colaboradores segue a sua própria capacidade natural de alterar e adaptar projetos de vida e de carreira e mesmo comportamentos, se alinhando voluntariamente às normas descritas para suas funções e cargos, reconhecendo vantagens em se conduzir eticamente no convívio com os outros. Não reconhecer a capacidade de mudanças comportamentais dos colaboradores demonstra inaptidão dos responsáveis que os enxergam apenas como seres passivos e obedientes ou não, deixando assim, de usufruir as potencialidades inerentes a todo ser humano - que necessitam de oportunidade e impulso para aflorar e se expandir.

As constantes transformações que ocorrem no mundo são múltiplas e variadas e seguem as demandas da sociedade, dos consumidores e do universo competitivo em que as organizações estão inseridas, solicitando cada vez mais mudanças atitudinais na dinâmica do ambiente de trabalho, impondo novas posturas acerca da gestão de pessoas, afim de evitar que conflitos negativos concorram para desestimular os colaboradores a se alinharem às regras de conduta que beneficiam eles mesmos e aos gestores, suas atividades e responsabilidades, assim como a própria empresa.

REFERÊNCIAS

BERG, Ernesto Artur. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. Curitiba: Juruá, 2012.

CAMARGO, Marculino. Ética na empresa. 2.ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos na organização. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COSTA, Suely Braz. Administração holística. São Paulo: IBRASA, 2007.

DAVIS, Keith, NEWSTROM, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. v.2. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda., 2001.

GALLAGHER, Richard S. Os segredos da cultura empresarial: como entender a alma das culturas organizacionais bem-sucedidas. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.

PARIKH, Jagdish. Intuição: a nova fronteira da administração. 7ª reimpressão, São Paulo: Cultrix, 2014.

ROBBINS, Stephen P, JUDGE, Timothy A, SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SOUZA, Márcia Cristina. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre a conduta ética dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

STAPLEY, Lionel F. Entendendo indivíduos, grupos e organizações abaixo da superfície – uma introdução. Campinas (SP): Fontes Editores, 2011.

**ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE PORTUGUÊS
QUANTO À ORALIDADE (PNLD 2024):
SUBSÍDIOS PARA A ESCOLHA DOCENTE**

*ANALYSIS OF PORTUGUESE COLLECTIONS REGARDING
ORALITY (PNLD 2024): SUBSIDIES FOR TEACHER CHOICE*

*ANÁLISIS DE LAS COLECCIONES DE PORTUGUÉS
EN CUANTO A LA ORALIDAD (PNLD 2024):
SUBSIDIOS PARA LA ELECCIÓN DOCENTE*

José Ricardo Dordron de PINHO ¹⁶⁶

RESUMO

A prática da oralidade na escola de educação básica é uma área ainda em desenvolvimento, que vem sendo vista como um conteúdo necessário para a formação cidadã. Sua importância é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com o objetivo de verificar como o tema vem sendo abordado na atualidade e, ainda, oferecer subsídios para os docentes que optarão por uma coleção, este trabalho propõe uma análise das coleções didáticas de língua materna do ensino fundamental aprovadas na edição 2024 do PNLD. Para tanto, tomamos como base teórica Luna; Gomes (2020), que descrevem quatro tipos de atividades predominantes voltadas para a oralidade em livros de língua portuguesa, e Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004), que propõem a adoção do trabalho com sequências didáticas. Quanto aos resultados, identificamos, inicialmente, uma dificuldade dos professores para terem acesso a todo o material, seja por não receberem todas as coleções, seja por elas virem incompletas, por dependerem da internet para acessá-las ou mesmo pela grande quantidade de coleções aprovadas. Quanto à especificidade do oral, constata-se algum avanço, mas uma prática ainda bastante limitada nas coleções de modo geral, com um tratamento pouco aprofundado da caracterização da oralidade e dos gêneros orais na maioria delas. Observa-se a necessidade de um trabalho mais específico para que sejam atendidas tanto as exigências da BNCC quanto as necessidades cidadãs de nossos estudantes.

Palavras-chave: Ensino de português; Oralidade; Gêneros orais; Livro didático; PNLD.

¹⁶⁶ José Ricardo Dordron de Pinho - Doutor em Letras Neolatinas (UFRJ), Professor titular de Espanhol do Colégio Pedro II. (E-mail: ricardodordron@gmail.com).

ABSTRACT

The practice of oral communication in basic education schools is an area still under development, which has been seen as a necessary content for citizenship formation. Its importance is recognized by the “Lei de Diretrizes e Bases” (LDB) and the “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC). In order to verify how the topic has been approached today and also to offer support for teachers who will choose one collection, this paper proposes an analysis of the teaching collections of mother tongue for elementary education approved in the 2024 edition of the PNLD. To this end, we take as a theoretical basis Luna; Gomes (2020), who describe four predominant types of activities focused on orality in Portuguese language books, and Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004), who propose the adoption of work with didactic sequences. Regarding the results, we initially identified that teachers had difficulty accessing all the material, either because they did not receive all the collections, or because they were incomplete, because they had to rely on the internet to access them or even because of the large number of approved collections. Regarding the specificity of oral language, some progress was noted, but the practice was still quite limited in the collections in general, with little in-depth treatment of the characterization of orality and oral genres in most of them. We observed the need for more specific work to meet both the requirements of the BNCC and the civic needs of our students.

Keywords: Teaching Portuguese; Orality; Oral genres; Textbook; PNLD.

RESUMEN

La práctica de la oralidad en la escuela de educación básica es un área aún en desarrollo, que viene siendo vista como un contenido necesario para la formación ciudadana. La “Lei de Diretrizes e Bases” (LDB) y la “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) reconocen su importancia. Con el objetivo de verificar cómo el tema viene siendo abordado en la actualidad y, aún, ofrecer subsidios para los docentes que optarán por una colección, este trabajo propone un análisis de las colecciones didácticas de lengua materna (portugués) de la enseñanza fundamental que aprobaron la edición 2024 del PNLD. Para tanto, tomamos como base teórica Luna; Gomes (2020), que describen cuatro tipos de actividades predominantes dedicadas a la oralidad en libros de lengua portuguesa, y Dolz; Noverraz; Schneuwly (2004), que proponen la adopción del trabajo con secuencias didácticas. En cuanto a los resultados, identificamos, inicialmente, una dificultad de los profesores para tener acceso a todo el material, sea porque no recibieron todas las colecciones, sea porque vienen incompletas, porque dependen de la internet para accederlas o aún por la gran cantidad de colecciones aprobadas. En cuanto a la especificidad de lo oral, se constata algún avance, pero una práctica aún bastante limitada en las colecciones de modo general, con un tratamiento poco profundizado de la caracterización de la oralidad y de los géneros orales en la mayoría de ellas. Se observa la necesidad de un trabajo más específico para que sean atendidas tanto las exigencias de la BNCC como las necesidades ciudadanas de nuestros estudiantes.

Palabras clave: Enseñanza de portugués; Oralidad; Géneros orales; Libro didáctico; PNLD.

INTRODUÇÃO

O trabalho com a oralidade não se destina a ensinar os estudantes a falarem, uma vez que já sabem fazê-lo quando chegam à escola. O que se pretende, na realidade, é ensinar-lhes a organização de formas orais com as quais não convivem no seu cotidiano e que dificilmente aprenderão senão na escola. Por já dominarem as formas cotidianas de produção oral, é recomendável que se trabalhem os gêneros orais mais formais.

Apesar do exposto anteriormente, o trabalho com práticas orais na escola de educação básica é algo que quase sempre esteve ausente ou não foi abordado de forma satisfatória. Mais recentemente, por conta de sua obrigatoriedade imposta pelos documentos oficiais e pela consequente inclusão de forma um pouco mais expressiva nos livros didáticos, sua prática vem se tornando mais recorrente, apesar de ser possível afirmar que se trata de um contexto em processo, em que ainda se observa um grande privilégio ao texto escrito.

A partir do que foi dito, este trabalho tem por objetivo analisar as onze coleções didáticas de Língua Portuguesa aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) quanto ao tratamento da oralidade na edição 2024, de modo a verificar a atual abordagem do tema e contribuir, a partir da análise, para a adoção de uma coleção didática. Assim sendo, focaremos exclusivamente nas seções voltadas para o oral, em detrimento das demais atividades. Cabe ressaltar que o PNLD é um programa que distribui livros para as escolas públicas de todo o país que se inscreveram nele. Após a aprovação das coleções, os professores das escolas fazem suas análises e optam pela coleção de sua preferência. Dessa forma, nossa intenção é percorrer as etapas que esses professores devem seguir em seu processo de análise, verificando, ao mesmo tempo, como as coleções estão tratando a oralidade atualmente, se houve avanços em relação às publicações anteriores e se o tratamento dado à oralidade por tais coleções atende às exigências impostas quanto ao ensino do oral.

O trabalho se estrutura da seguinte maneira: após estas considerações iniciais, discutimos a importância do trabalho com a oralidade nos anos de escolaridade, uma vez que certos gêneros dependem desse contexto para serem expostos aos discentes (e trabalhados sistematicamente). Em seguida, apresentamos nosso referencial teórico, constituído, basicamente, por dois trabalhos: (a) o de Luna; Gomes¹⁶⁷, que apresenta os tipos de atividades orais predominantes nos livros de língua portuguesa, e (b) o de Dolz; Noverraz; Schneuwly¹⁶⁸, que sugerem que o trabalho com os gêneros orais se dê mediante a adoção da prática de sequências didáticas.

Dando continuidade à apresentação da estrutura do trabalho, após o referencial teórico, passamos à seção de metodologia, onde apresentamos informações sobre as onze coleções analisadas e os documentos que serão objetos de análise: o Guia Didático do PNLD 2024, o Manual do Professor de cada coleção e as seções, também de cada coleção, que apresentam atividades voltadas para a prática oral. Depois de procedermos à análise, chegamos aos comentários finais.

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS ORAIS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Para tratar da importância do trabalho com a oralidade na escola, é preciso partir de uma visão mais ampla, que reforce a importância do ensino de língua materna; dessa forma, cabe rever a sua função. Para Antunes¹⁶⁹, o que constitui a finalidade do ensino de Português é “[...] a ampliação da competência comunicativa do aluno para falar, ouvir, ler e escrever textos fluentes, adequados e socialmente relevantes [...]”. Observe-se que a autora destaca o desenvolvimento de todas as habilidades, o que inclui o aspecto oral no trabalho de sala de aula. Nesse contexto, ela apresenta o que considera ser o perfil ideal do professor de língua portuguesa, que é contribuir, de forma efetiva, “[...] para que os alunos ampliem sua competência no uso oral e escrito da língua

¹⁶⁷ LUNA; GOMES, 2020.

¹⁶⁸ DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004.

¹⁶⁹ ANTUNES, 2003, p. 122.

portuguesa”¹⁷⁰. Percebe-se a grande contribuição que a oralidade traz para a vida de cada estudante que passa a dominá-la.

É preciso deixar claro, no entanto, que a escola não ensina a falar, já que as crianças já sabem fazê-lo. Na verdade, devem ser criadas oportunidades para que os alunos observem como os textos conversacionais funcionam e consigam perceber seus princípios e funções para poder utilizá-los competentemente¹⁷¹. O trabalho na escola busca, entre outros aspectos, “[...] produzir textos de modo seguro e autoral, não apenas em situações cotidianas da esfera privada, mas também em esferas públicas de atuação social [...]”¹⁷². As referidas autoras ainda afirmam que é responsabilidade da escola “[...] oferecer oportunidades para o aluno adquirir competências de uso adequadas para enfrentar tais situações com confiança e exercer sua cidadania por meio do uso da língua falada, gozando de direitos e respondendo a deveres, simultaneamente [...]”¹⁷³. O que se observa, então, é que o foco do trabalho escolar são os gêneros que os estudantes não dominam ou dominam de maneira insuficiente; nessa prática, os professores devem fornecer meios para que se adquira/amplie o domínio de tais gêneros.

Nesse mesmo sentido, como afirmam Luna; Lima¹⁷⁴, o ensino de língua portuguesa, enquanto língua materna, se faz presente com o fim maior de formar usuários competentes, o que significa permitir que os estudantes se tornem aptos a fazerem as escolhas mais adequadas para cada situação de interação social, inclusive na modalidade oral. Esse trabalho, seja com o escrito ou com o oral, deve ser fruto de práticas reflexivas.

Na apresentação de um número temático sobre oralidade, Dolz; Graça; Magalhães destacam que, mais recentemente, o ensino do oral vem sendo visto como um “[...] objeto considerado como um domínio determinante para o sucesso do aluno nas suas mais diversas esferas de ação, como a acadêmica, a profissional e a pessoal [...]”¹⁷⁵.

Apesar de sua importância, a oralidade é uma prática cuja inserção nas aulas da educação básica ainda está em processo. Ao considerar coleções didáticas mais antigas,

¹⁷⁰ ANTUNES, 2003, p. 14.

¹⁷¹ LEAL, 2022.

¹⁷² SIMÕES *et al.*, 2012, p. 46.

¹⁷³ *Ibidem.*, p. 49.

¹⁷⁴ LUNA; LIMA, 2022.

¹⁷⁵ DOLZ; GRAÇA; MAGALHÃES, 2022, p. 1.

Leite¹⁷⁶ afirma que o oral não estava presente nos livros didáticos ou se limitava à oralização de textos escritos (literários ou não). Hoje, o que se observa é que, apesar de certos avanços, “[...] o tratamento dispensado a esse assunto não é equilibrado, ou não é proposto adequadamente à faixa etária dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio [...]”¹⁷⁷.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 já destacava a importância de se trabalhar a oralidade na escola de educação básica. O primeiro documento oficial relativo à educação básica posterior à referida lei são os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN-EF - Brasil, 1998), que se basearam nela e, portanto, indicavam a prioridade de se trabalharem, no âmbito oral, os usos públicos da linguagem. Consequentemente, deveriam ser trabalhados gêneros que implicassem interlocutores desconhecidos, em interações que, muitas vezes, ocorreriam a distância. Os PCN-EF mencionavam que, na escola, a modalidade oral era usada, normalmente, apenas para o tratamento dos conteúdos a serem ensinados. Essa interação dialógica, no entanto, não era suficiente para dar conta das “[...] múltiplas exigências que os gêneros do oral colocam [...]”¹⁷⁸. Como o documento afirmava ainda, a escola tem o papel de ensinar a utilização da oralidade no planejamento e na realização dos gêneros orais em apresentações públicas, tais como entrevistas, debates e seminários. A escola precisa tomar para si essa função, pois dificilmente os estudantes terão acesso a tais práticas em outros contextos.

Luna; Gomes (2020) afirmam que os livros didáticos ainda dão pouca ênfase a esse conteúdo, mas apresentam um panorama do tratamento dado à oralidade nos documentos oficiais mais recentes e apresentam que a publicação dos PCN-EF, no fim dos anos 90, marcou uma mudança de perspectiva relativa à importância desse conteúdo, uma vez que, antes dele, “[...] o ensino de língua portuguesa era apenas ligado ao código, com ênfase em normas e exceções, havendo, portanto, uma preocupação central no ensino de gramática e no desenvolvimento da escrita [...]”¹⁷⁹.

Ainda segundo Luna; Gomes¹⁸⁰, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador das diretrizes nacionais da educação atualmente em vigor, reforça a importância que o trabalho com a oralidade possui, inclusive pela sua centralidade na

¹⁷⁶ LEAL, 2022.

¹⁷⁷ LEITE, 2020, p. 33.

¹⁷⁸ BRASIL, 1998, p. 24-25.

¹⁷⁹ LUNA; GOMES, 2020, p. 508.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

vida da maioria das pessoas, maior do que a língua escrita. Porém, mesmo com os PCN e a BNCC, muitos professores ainda a excluem ou a trabalham de forma insuficiente, seja por não se sentirem preparados, por não encontrarem condições adequadas ou por considerarem que os estudantes, por já falarem a língua, não precisam aprendê-la efetivamente. No entanto, para este último caso, vale ressaltar que o que a escola ensina em termos de oralidade se encontra relacionado a aspectos que não se associam à fala espontânea, mas que exigem preparação e um uso mais formal da língua¹⁸¹. Mesmo com essa visão de que os estudantes já estão aptos para falar, o que dispensaria a necessidade de conhecimentos específicos ou experiências práticas, já contamos, atualmente, com certa conscientização de que o trabalho com os gêneros orais precisa de um trabalho específico, como afirmam Barbosa; Magalhães¹⁸².

A fim de confirmar o exposto anteriormente, apresentamos, a seguir, duas citações dos PCN-EF. De acordo com o documento, trabalhar com a oralidade significa possibilitar o acesso a usos mais formalizados e convencionais da linguagem, “[...] que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação [...]”¹⁸³. Observa-se um destaque para a importância do domínio da palavra pública para o exercício da cidadania. Além disso, “[...] ensinar a produzir textos orais significa, sobretudo, organizar situações que possibilitem o desenvolvimento de procedimentos de preparação prévia e monitoramento simultâneo da fala [...]”¹⁸⁴, o que comprova a necessidade do domínio de certas habilidades relacionadas ao uso público da oralidade.

Na mesma direção, a BNCC afirma que é papel do componente curricular Língua Portuguesa “[...] proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens”¹⁸⁵.

Pinto; Gil¹⁸⁶ afirmam que a escola costuma considerar que o oral é reservado à família e que à escola compete ensinar, sobretudo, a ler e a escrever. Porém, por nem todas as formas de comunicação oral serem espontâneas e informais, muitas delas

¹⁸¹ LUNA; GOMES, 2020.

¹⁸² BARBOSA; MAGALHÃES, 2022, p. 66.

¹⁸³ BRASIL, 1998, p. 67-68.

¹⁸⁴ *Ibidem.*, p. 74.

¹⁸⁵ BRASIL, 2018, p. 67-68.

¹⁸⁶ PINTO; GIL, 2022.

requerem preparação e elaboração, de modo que o seu ensino explícito se torna essencial. As autoras afirmam que a oralidade continua não sendo ensinada de forma explícita e intencional e listam razões para essa situação:

- (1) o papel da escola seria ensinar a ler e a escrever;
- (2) existem carências/lacunas na formação dos professores;
- (3) a oralidade corresponde a um registro informal ou mesmo a algo carente de registro, o que a tornaria um aspecto difícil de ensinar ou avaliar;
- (4) a oralidade estaria ao serviço de outras competências, não assumida como algo a se desenvolver explicitamente.

Ademais, contamos com dificuldades imbricadas no processo de ensino do oral, como apresentado em Dolz; Bueno¹⁸⁷:

- (a) o oral está presente em todo lugar, seja dentro ou fora da escola;
- (b) ele é, ao mesmo tempo, um objeto de aprendizagem e uma ferramenta para ensino;
- (c) ele implica o conjunto da pessoa como um todo, considerando sua voz, seus gestos, seu olhar, seus movimentos e sua roupa, entre outros aspectos; e
- (d) as práticas de oralidade em sala de aula não combinam com o modelo de aula tradicional, em que os alunos ficam quietos em seus lugares e apenas o professor fala.

Após termos traçado esse panorama do ensino do oral, passaremos, agora, à apresentação do nosso referencial teórico, a ser adotado para a análise das coleções didáticas quanto à abordagem das atividades voltadas para a prática da oralidade. O ensino sistemático do oral formal busca levar os estudantes ao domínio da linguagem de acordo com as mais variadas situações comunicativas. Em nossa análise das onze coleções didáticas de Língua Portuguesa aprovadas na edição 2024 do PNLD, consideramos, inicialmente, se as atividades propostas para a prática oral correspondem a atividades sistematizadas ou não sistematizadas, ou seja, se o oral é abordado de maneira incidental ou se existe uma proposta efetiva de conscientização quanto a esse aspecto do uso da língua. Para tanto, tomamos como ponto de partida uma divisão

¹⁸⁷ DOLZ; BUENO, 2015.

proposta por Luna; Gomes¹⁸⁸ quanto aos tipos de atividades normalmente encontrados em livros de Língua Portuguesa:

1. *atividades de oralização da escrita;*
2. *atividades de conversa/discussão (atividades sem sistematização para o trabalho com as especificidades do oral – os estudantes são convidados a conversar livremente sobre um tema);*
3. *atividades de reflexão sobre a língua falada (nelas, os estudantes são levados a refletir sobre aspectos inerentes à atividade oral);*
4. *atividades de exploração dos gêneros orais (nessas atividades, os gêneros são trabalhados sistematicamente, e os estudantes os produzem após apresentação de um exemplo e atividades de conscientização).*

Comentemos, agora, cada uma dessas atividades. A primeira delas, de oralização da escrita, propõe atividades cujo foco está no tema, uma vez que elas não apresentam um objetivo específico para o trabalho com o oral – ou seja, vale-se do oral, mas não se observa uma preocupação efetiva com as especificidades do oral. De certa forma, ocorre o mesmo nas atividades de conversa/discussão: estas são atividades que pressupõem o uso do oral, que favorecem ou mesmo exigem tal uso, mas não a tornam um objeto de estudo, por se limitarem a atividades tais como “converse com seu colega a respeito”, “pergunte para o professor” ou “explique oralmente para...”¹⁸⁹.

Diferentemente dos dois primeiros tipos de atividades, aquelas que buscam uma reflexão sobre a língua falada e que exploram os gêneros orais são as que contribuem, verdadeiramente, para o desenvolvimento da competência oral dos estudantes. Como afirma Rangel¹⁹⁰, para que a oralidade efetivamente se torne objeto de estudo, é necessário abordar suas semelhanças e diferenças com a escrita, tanto em atividades quanto em exercícios; ensinar gêneros em sala de aula, de forma sistemática; desenvolver competências e habilidades envolvidas nesses gêneros.

Ao considerarmos, especificamente, o último tipo de atividade apresentado por Luna; Gomes¹⁹¹, o trabalho por gêneros, baseamo-nos, ainda, em Dolz; Noverraz; Schneuwly¹⁹², que veem os gêneros da mesma forma que Bakhtin e adotam o seu estudo para o ensino de língua. Para esses autores, os gêneros contribuem para a apropriação e para o desenvolvimento de capacidades individuais, uma vez que ajudam nas práticas de

¹⁸⁸ LUNA; GOMES, 2020, p. 514.

¹⁸⁹ RANGEL, 2006.

¹⁹⁰ *Ibidem.*

¹⁹¹ LUNA; GOMES, 2020.

¹⁹² DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004.

linguagem. A partir do momento em que as ações de linguagem se tornam possíveis por conta dos gêneros, torna-se de fundamental importância o seu conhecimento, ainda que não de maneira completa, para a compreensão e a produção de um texto.

No entanto, não existe uma sistematização adequada que facilite o domínio das habilidades de compreensão e expressão oral, razão pela qual os referidos autores apresentam uma proposta com determinadas ações cujo fim é um ensino mais organizado dos gêneros. Tal proposta se baseia nas dimensões ensináveis desses gêneros, que correspondem aos conteúdos apreensíveis por meio deles, aos elementos presentes de maneira recorrente nas estruturas comunicativas dos textos que constituem determinado gênero e às suas configurações discursivas e linguísticas, tais como a posição do enunciador e a intencionalidade que pode ser depreendida do discurso.

Ao se trabalhar com os gêneros em sala de aula, é necessário que se apresente um trabalho didatizado com eles; nesse contexto, o gênero não será utilizado apenas para aprender, mas também para comunicar. Ele deixará de ser somente o meio pelo qual se aprende (gênero para aprender) e passará a ser também o que se aprende (gênero para comunicar).

Diante do exposto, podemos afirmar que Dolz; Noverraz; Schneuwly¹⁹³ consideram que é possível ensinar os estudantes a se exprimirem de forma oral em situações públicas formais a partir da criação de “contextos de produção precisos”, da realização de “atividades ou exercícios múltiplos e variados”, uma vez que essa situação “[...] permitirá aos alunos apropriarem-se das noções, das técnicas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de suas capacidades de expressão oral e escrita, em situações de comunicação diversas”¹⁹⁴. O elemento-chave seria o procedimento da sequência didática, que propõe uma maneira precisa de trabalhar em sala de aula. “Uma ‘sequência didática’ é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”¹⁹⁵.

Podemos entender uma sequência didática como um conjunto de diversas atividades com determinado gênero desenvolvidas sistematicamente, de modo a contribuir para que os estudantes o dominem. As atividades se dão com um número

¹⁹³ DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004.

¹⁹⁴ *Ibidem.*, p. 82.

¹⁹⁵ *Ibidem.*

significativo de textos do gênero em questão, de forma a conhecer seus elementos característicos predominantes. A estrutura da sequência didática proposta por Dolz; Noverraz; Schneuwly¹⁹⁶ é a seguinte: (1) apresentação da situação – (2) produção inicial – (3) diversos módulos (1, 2, 3... n) – (4) produção final. A apresentação da situação é o momento em que se descreve detalhadamente a tarefa de expressão oral ou escrita a ser realizada. A primeira produção é uma atividade em que se avaliam as capacidades já dominadas pelos discentes, o que permite ajustar as atividades e os exercícios previstos na sequência às possibilidades e dificuldades reais da turma. Os módulos são as atividades ou os exercícios que dão os instrumentos necessários para o domínio do gênero em questão e a produção final, por fim, corresponde ao momento de os alunos, porém em prática os conhecimentos adquiridos, além de poderem medir os progressos alcançados.

METODOLOGIA

Como apresentado anteriormente, este trabalho tem por objetivo analisar as atividades relacionadas à oralidade nas onze coleções de Língua Portuguesa aprovadas na edição 2024 do PNLD, a fim de verificar o tratamento atual e se houve avanços nas propostas, além de trazer uma análise que contribua para a escolha de uma coleção pelos docentes. Para tanto, partimos da apresentação, no Quadro 1, de algumas informações relacionadas às referidas coleções (título, autoria, editora e ano de publicação).

Quadro 1 – Informações gerais sobre as coleções didáticas de Língua Portuguesa aprovadas no PNLD 2024

TÍTULO	AUTORIA	EDITORA	ANO
A Conquista – Língua Portuguesa	Eliana Lúcia Santos Beltrão, Tereza Cristina Santos Gordilho	Editora FTD SA	2022
Araribá Conecta – português	Marília Rodela de Oliveira, Talita Mochiute Cruz, Aline Ruiz Menezes, Andressa Munique Paiva, Ariadne Mattos Olímpio, Cassiano Butti, Edna dos Santos Marini, João Reynaldo Pires Júnior, Maria Elisa Curti Salomé, Maria Sílvia Gonçalves, Regina Braz da Silva Santos Rocha, Wilker Leite de Sousa, Daniele Lopes Freitas	Editora Moderna LTDA	2022
Coleção Metaverso – Língua Portuguesa	Camila Sequetto Pereira, Luciana Mariz, Fernanda Pinheiro Barros	Editora Sei LTDA	2022
Geração Alpha – Língua	Cibele Lopresti Costa, Isadora Pileggi Perassollo, Greta Nascimento	Edições	2022

¹⁹⁶ DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004.

Portuguesa	Marchetti	SM LTDA	
Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa	Juliana Vegas Chinaglia, Dileta Antonieta Delmanto, Franklin de Matos, Laiz Barbosa de Carvalho	Saraiva Educação SA	2022
Novo Singular & Plural: Leitura, Produção e Estudos de Linguagem	Shirley Goulart de Oliveira García Jurado, Marisa Balthasar Soares	Editora Moderna LTDA	2022
Português - Linguagens	Carolina Assis Dias Vianna, William Roberto Cereja	Saraiva Educação S.A.	2022
Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem	Cristiane Escolastico Siniscalchi, Wilton de Souza Ormundo	Editora Moderna LTDA	2022
SuperAÇÃO! Português	Silvana Rossi Júlio, Márcia Lenise Bertolotti	Editora Moderna LTDA	2022
Teláris essencial: português	Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin, Vera Lúcia de Carvalho Marchezi	Editora Ática S.A.	2022
Trajetórias – Língua Portuguesa	Marcos Rogério Morelli, Luísa Moreira Vianna Moura, Natália Cristina Martins de Sá, Taciane Marcelle Marques	Editora FTD S.A.	2022

Fonte: Elaborado pelo autor

Do total de quarenta autores das onze coleções, praticamente todos apresentam formação na área de Letras, com atuação como professores, sejam da educação básica, sejam do ensino superior. Observamos apenas três exceções: na coleção “A Conquista – Língua Portuguesa”, Tereza Cristina Santos Gordilho é psicóloga; em “Araribá Conecta – Português”, Marília Rodela Oliveira é bacharela em Comunicação Social; por fim, em “SuperAção!”, Silvana Rossi Júlio é pedagoga.

Acreditamos encontrar atividades orais em todas as coleções, uma vez que se trata de condição *sine qua nom* para aprovação no PNLD. O que esperamos encontrar é um relativo avanço no tratamento do tema, em que haja atividades tanto de produção de gêneros orais a partir de um trabalho organizado em sequências didáticas quanto exercícios de reflexão sobre o uso da língua oral. Para a análise, pretendemos considerar três instrumentos:

(1) o próprio Guia Didático do PNLD 2024, a fim de obtermos informações sobre aspectos relativos à abordagem da oralidade pelas coleções oferecidas pelos avaliadores do programa. Esse guia tem por objetivo realizar uma primeira apresentação, geral, das coleções para os professores, que terão de selecionar uma coleção para uso em sala de aula. O Guia Didático do PNLD, na seção em que apresenta cada coleção individualmente, se subdivide em quatro partes: Visão Geral (informações gerais sobre a coleção, tais como estrutura, fundamentação teórica e objetivos),

Descrição da Obra (apresentação detalhada dos volumes, com as unidades, seções e subseções), Análise (abordagem das questões teórico-metodológicas e avaliação do projeto gráfico-editorial e do conteúdo) e Sala de Aula (registro de contribuições relevantes quanto ao uso do material).

(2) o Manual do Professor de cada coleção, que acompanha o Livro do Professor. Nele, se apresentam os pressupostos teórico-metodológicos e a abordagem assumidos pela coleção para o componente oral. Posteriormente, pretendemos verificar se as coleções cumprem, na prática, as concepções assumidas.

(3) as seções de todas as coleções em que se apresentam atividades relativas à prática oral¹⁹⁷, de maneira a descrevê-las e analisá-las.

Quanto à análise dos tópicos informados anteriormente, vale informar que optamos por analisar apenas o material apresentado ao professor. Anteriormente, os professores recebiam as coleções completas para sua análise, mas, atualmente, só recebem parte da coleção. Decidimos nos limitarmos a esse material incompleto por considerarmos que os professores, com pouco tempo disponível em sua extensa jornada de trabalho, dificilmente acessariam as coleções completas de onze coleções (que somam 44 volumes). Além da grande quantidade, tais coleções só se encontram disponíveis por completo na internet, o que pode constituir uma dificuldade adicional ou mesmo um impedimento, dependendo de cada realidade docente¹⁹⁸. Outra dificuldade diz respeito mesmo ao acesso ao material disponibilizado pelas editoras, que nem sempre chega a todas as escolas. Em nosso levantamento, dependemos de duas escolas para ter acesso a elas; nenhuma dessas duas instituições recebeu todas as coleções. Além disso, só obtivemos o material de dez coleções – para a 11ª coleção, “Trajetórias – Língua Portuguesa”, a única forma de analisá-la foi, efetivamente, acessá-la na internet.

Antes de partirmos para a análise, apresentamos o Quadro 2, em que fazemos um detalhamento das seções de cada coleção em que se trabalham aspectos da oralidade. Nele, informamos a quantidade de tais seções, bem como seu título e uma breve descrição.

¹⁹⁷ Nossa análise se limita às coleções impressas, de modo que desconsideramos a versão digital-interativa, quando for o caso.

¹⁹⁸ Ainda que as coleções tragam um código QR na contracapa que remeta à coleção completa, cremos que isso não minimiza o suficiente a dependência da internet e a grande quantidade de coleções.

Quadro 2 – Quantidade de seções e descrição de suas propostas relativas à oralidade nas coleções didáticas de Língua Portuguesa aprovadas no PNLD 2024

COLEÇÃO	TOTAL DE SEÇÕES COM ATIVIDADES ORAIS	TÍTULO E BREVE DESCRIÇÃO DAS SEÇÕES
<i>A Conquista – Língua Portuguesa</i>	4	<p><i>Abertura do módulo – As atividades orais são desenvolvidas a partir de uma imagem; os elementos dessa imagem são relacionados aos conhecimentos prévios dos estudantes e são acessadas suas experiências de mundo.</i></p> <p><i>Conversando sobre o texto – Atividade inicial de estudo do texto escrito; oralmente, são exploradas as primeiras impressões da leitura, com confirmação ou revisão das hipóteses iniciais.</i></p> <p><i>Questão de fala e escrita – Quando aborda questões relativas à oralidade, são discutidos elementos de textualidade e marcadores orais.</i></p> <p><i>Produção – Pode ser um trabalho escrito, oral ou multimodal. São consideradas as etapas de planejamento, execução, revisão, avaliação e revisão do texto.</i></p>
<i>Araribá Conecta – português</i>	3	<p><i>Abertura da unidade – As atividades orais se desenvolvem a partir de uma imagem, que gera uma conversa para ler a referida imagem, identificar os conhecimentos sobre o gênero a ser trabalhado e introduzir os conteúdos abordados na unidade.</i></p> <p><i>Oralidade – A seção aprofunda os conhecimentos sobre gêneros orais e desenvolve aspectos referentes à língua falada, adequados ao contexto de produção e de circulação.</i></p> <p><i>Produção de texto – Proposta de produção de um texto do gênero estudado na unidade; após a indicação do gênero, vêm as etapas de planejamento, produção, revisão, circulação e avaliação.</i></p>
<i>Coleção Metaverso – Língua Portuguesa</i>	3	<p><i>Entrando no jogo – Momento de apreciar e analisar imagens relacionadas ao tema da unidade.</i></p> <p><i>Episódio de oralidade – Momento de exercitar as práticas de usos da língua oral em diferentes situações.</i></p> <p><i>Episódio “Eu, autor (criador, produtor, redator, escritor) de” – Momento de, a partir do conhecimento construído, agir com protagonismo na produção de textos.</i></p>
<i>Geração Alpha – Língua Portuguesa</i>	5	<p><i>Abertura da unidade – Perguntas que mobilizam o conhecimento prévio dos estudantes relativos ao gênero trabalhado e aos conhecimentos linguísticos e perguntas de reflexão sobre o tema da unidade a partir de uma imagem.</i></p> <p><i>Texto em estudo – Seção voltada para o desenvolvimento da habilidade de leitura; aborda o texto propriamente dito, seu contexto de produção e sua linguagem.</i></p> <p><i>Agora é com você! – Proposta de produção de textos, sejam escritos, orais ou multimodais. As etapas são as seguintes: Proposta, Planejamento e elaboração do texto, Avaliação e reescrita e Circulação.</i></p> <p><i>Investigar – Proposta de atividades de caráter investigativo, em que se aplicam métodos de pesquisa de forma organizada e orientada (duas atividades por volume).</i></p> <p><i>Interação – Espaço proposto para o planejamento e a realização de projetos na escola (apenas no final de cada volume).</i></p>
<i>Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa</i>	6	<p><i>Abertura de unidade – Momento de explorar uma imagem, acompanhado de uma imagem que contextualiza o tema e traz questões reflexivas relacionadas ao tema da unidade.</i></p> <p><i>Do texto para o cotidiano – Discussão e reflexão sobre assuntos relacionados a temas diversos.</i></p> <p><i>Atividade de escuta – Momento de realizar uma escuta ativa e responsiva e de apreciar textos orais.</i></p> <p><i>Oralidade – Reflexão sobre características da língua oral.</i></p> <p><i>Produção oral – Momento da produção de texto oral, passo a passo, com as seguintes etapas: Antes de começar Planejando, Avaliação e reescrita, Compartilhamento.</i></p> <p><i>Cultura digital – Apresentação de propostas relacionadas à cultura digital, estimulando a participação em discussões e reflexões.</i></p> <p><i>Produção do ano – Elaboração de um trabalho em equipe que se vale de produções feitas ao longo do ano.</i></p>
<i>Novo Singular & Plural:</i>	5	<p><i>Abertura do capítulo – Traz uma discussão inicial sobre o tema do capítulo, que favorece a ativação de conhecimentos prévios sobre a temática e o gênero que serão trabalhados, respectivamente, nos boxes converse com a turma e O que você poderá aprender.</i></p>

Leitura, Produção e Estudos de Linguagem		<p><i>Produção de texto – Momento da produção textual. Subdivide-se em duas subseções: Conhecendo o gênero, em que são apresentados exemplos do gênero em questão, com atenção a suas características, e Produzindo o texto, momento da produção propriamente dito, com as etapas “Condições de produção”, “Como fazer?” e “Avaliando”.</i></p> <p><i>Primeiras impressões – Após a leitura de textos literários, esta seção propõe um trabalho coletivo e oral com diferentes objetivos, tais como levantar conhecimentos prévios e provocar posicionamentos críticos.</i></p> <p><i>Oficina de leitura e criação – Estrutura semelhante à da seção “Produção de texto”, mas voltada para textos literários.</i></p> <p><i>Literatiitudes – Proposta em que os estudantes participam de práticas no campo artístico-literário, em eventos escolares que vão além da turma.</i></p>
Português - Linguagens	3	<p><i>Trocando ideias – Seção que faz parte das etapas de trabalho de compreensão leitora, quando devem ser discutidos temas relacionados ao texto lido.</i></p> <p><i>Oralidade em foco – Propõe atividades diversificadas, tais como a leitura expressiva e a discussão em grupos. Destaca aspectos relativos à oralização de textos escritos.</i></p> <p><i>Produção de texto – Propõe o estudo de um gênero, em duas etapas: em Construção e recursos expressivos, reflete-se sobre suas características e sua situação comunicativa; em agora é a sua vez, produz-se o gênero em questão.</i></p>
Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem	4	<p><i>Preparando o terreno – Seção destinada a orientar práticas de pesquisas necessárias à produção de um texto (presente apenas no 8º e nos 9º anos). Quando presente, vem antes da seção meu/minha [nome do gênero] na prática.</i></p> <p><i>Meu/minha [nome do gênero] na prática – Momento da produção textual, subdividida nas subseções Momento de produzir, Momento de reescrever e Momento de apresentar.</i></p> <p><i>E se a gente...? – Momento de leitura ou de realização de uma produção, com a função de “aquecimento”, desdobramento ou aprofundamento de alguma atividade proposta em outra seção.</i></p> <p><i>Fala aí! – Boxe presente no interior de algumas seções; busca levar a uma reflexão e um debate a partir de uma pergunta provocativa.</i></p> <p><i>Conversa com arte – Espaço destinado ao estudo de outras linguagens artísticas, associadas ao trabalho com um gênero. Fora da caixa – Seção que apresenta propostas de atividades relacionadas aos campos jornalístico/midiático, das práticas de estudo e pesquisa e da atuação na vida pública.</i></p>
SuperAÇÃO! Português	3	<p><i>Oralidade – Busca a prática oral, em diferentes contextos.</i></p> <p><i>Você é o autor! – Momento de produção textual. Praticamente não se produz nenhum texto oral</i></p> <p><i>Você, booktuber – Após a leitura de um livro, com periodicidade bimestral, os estudantes devem gravar e compartilhar um livro com a resenha crítica da obra lida. Aparece apenas nos volumes do 8º e dos 9º anos.</i></p>
Teláris essencial: português	4	<p><i>Prática de oralidade – A 1ª parte, Conversa em jogo, propõe questões para uma conversa sobre o tema da unidade; a 2ª parte, Produção de gêneros orais, é o momento de produzir um texto oral.</i></p> <p><i>Língua: usos e reflexões – Apresenta 3 subseções; uma delas, no dia a dia, trata de usos do português brasileiro, na oralidade e na escrita.</i></p> <p><i>Produção de texto – Momento de produção de textos orais ou escritos, dos gêneros estudados, a partir de roteiros.</i></p> <p><i>Interatividade – Presente apenas em algumas unidades, esta seção propõe a produção de textos multissemióticos, contando com tecnologias digitais.</i></p>
Trajetórias – Língua Portuguesa	4	<p><i>Abertura da unidade – Apresentação de uma imagem, a partir da qual são realizadas questões que exploram os conhecimentos prévios dos estudantes e os relacionam aos gêneros estudados.</i></p> <p><i>Ampliando a linguagem – Apresentação de atividades que exploram aspectos estruturais, linguísticos, estilísticos e funcionais dos textos, de modo a contribuir para a produção textual oral e escrita.</i></p> <p><i>Atitude cidadã – Promoção de momentos de discussão e interação entre os estudantes, na busca de uma reflexão sobre temas relevantes.</i></p> <p><i>Produção oral – Realização de atividades orais em grupos, com apresentação de características do gênero em questão e orientações para a atividade proposta.</i></p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Antes de passarmos à seção de análise propriamente dita, podemos tecer algumas considerações gerais quanto à proposta apresentada pelas coleções: todas elas apresentam um trabalho sistematizado quanto aos gêneros, como sugerido por Dolz; Noverraz; Schneuwly¹⁹⁹. Já ao considerarmos os tipos de propostas com atividades voltadas para o oral²⁰⁰, observa-se uma proposta que não menciona atividades de oralização da escrita, mas todos os demais tipos: atividades de conversa/discussão, atividades de reflexão sobre a língua falada e atividades de exploração dos gêneros orais. Mais adiante, consideraremos cada um desses tipos de atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de alcançar o objetivo de identificar como se dá, atualmente, o tratamento da oralidade nas coleções didáticas de Língua Portuguesa aprovadas pelo PNLD, além de oferecer uma análise de modo a auxiliar no processo de escolha docente por uma coleção, propusemo-nos analisar três documentos: o Guia Didático do PNLD 2024, o Manual do Professor das coleções e todas as seções de cada uma delas que contenham atividades relativas à prática oral. Seguiremos essa ordem por a considerarmos a ordem natural dos docentes ao realizarem suas análises no processo de escolha da coleção didática a ser adotada: inicialmente, obtém-se uma visão geral das coleções; ao analisar cada uma delas, os professores observam seus pressupostos teórico-metodológicos e, por fim, verificam como se dá essa proposta na prática.

O Guia Didático do PNLD 2024

Iniciamos nossa análise partindo do Guia Didático do PNLD 2024, sendo que as resenhas de cada coleção apresentam quatro subseções: Visão Geral, Descrição da Obra, Análise e Sala de Aula. Os comentários sobre o oral não trazem, de maneira geral, informações muito relevantes, de forma a não contribuírem, efetivamente, para a escolha docente. Basicamente, encontram-se comentários genéricos, que informam que a oralidade é abordada na coleção, que ela segue as orientações da BNCC e que existe um trabalho pautado na noção de gêneros, com presença de variados gêneros.

¹⁹⁹ DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004.

²⁰⁰ LUNA; GOMES, 2020.

Eventualmente, são apresentados os nomes de algumas seções. Tais comentários não trazem informações mais detalhadas sobre o trabalho com o oral, de modo que, como dito há pouco, não são muito válidas para o processo de seleção de uma coleção por parte dos docentes.

A presença de comentários superficiais quanto à oralidade no Guia Didático do PNL D 2024 se deve, provavelmente, ao fato de esse nível de estudo ainda estar em processo de uma inclusão efetiva de sua prática, dada a sua exclusão ou a sua inexpressiva presença em momentos anteriores, inclusive com atividades que não favoreciam o seu pleno desenvolvimento. Uma constatação de que a oralidade ainda se encontra em processo de inclusão é o comentário presente na resenha da coleção “Teláris Essencial: Português”: “[...] [a coleção] contempla gêneros orais, escritos e multimodais, literários e não literários, escritos em prosa e em versos”²⁰¹. Esse comentário desconsidera totalmente a especificidade do oral, ao ignorar que o texto oral não aparece por escrito, a não ser em situações de transcrição, o que não é o caso. Outra situação que reforça essa visão é o fato de não haver absolutamente nenhum comentário relacionado às atividades voltadas para o oral da coleção “Geração Alpha Língua Portuguesa”; como vimos na Quadro 2, essa coleção contempla o oral, apresentando algumas seções para isso, fato totalmente ignorado pela resenha.

Diante do exposto, verificamos a não contribuição do Guia Didático do PNL D 2024 aos docentes para o processo de escolha de uma coleção quanto à oralidade. Dessa forma, passemos às considerações quanto ao Manual do Professor.

O Manual do Professor das coleções

O Manual do Professor constitui, indiscutivelmente, um elemento de grande importância para o docente no processo de escolha de uma coleção didática, razão pela qual optamos por incluí-lo em nossa análise. É o primeiro contato que o professor tem com o material e pelo qual passa a conhecer os pressupostos teórico-metodológicos assumidos pela coleção, bem como sua estrutura. Infelizmente, porém, tivemos de desconsiderar os manuais, pelo simples fato de eles não estarem presentes no material

²⁰¹ BRASIL, 2023, p. 208 – grifos nossos.

recebido pelos professores. Como a partir da edição 2024 são distribuídas apenas partes aleatórias das coleções, o Manual do Professor vem muito limitado.

De maneira geral, o Livro do Professor traz o índice do manual e algumas poucas páginas. Quanto à oralidade, percebemos que esse tema não está presente (pelo menos como seção específica) em duas coleções: “Araribá Conecta – Português” e “Geração Alpha – Língua Portuguesa”. No entanto, não é possível afirmar que ele não seja tratado no interior de alguma(s) outra(s) seção(ões). Além disso, no limitado material disponibilizado aos docentes, a coleção “A Conquista – Língua Portuguesa” não apresenta sequer o sumário. Consideramos muito grave essa situação de o professor não ter acesso ao Manual do Professor – uma limitação que prejudica bastante a análise a ser realizada. Não podemos esperar que os docentes tenham condições de acessar a internet para ler os manuais de onze coleções didáticas, o que, provavelmente, levará suas análises a serem incompletas, limitando-se a pequenas partes das coleções.

Dadas essas considerações quanto ao Manual do Professor, verificamos que esse material, assim como o Guia Didático do PNL, se torna irrelevante para as análises docentes no que se refere à escolha de uma coleção. Assim, resta-nos apenas analisar o conteúdo presente no corpo das coleções.

As coleções propriamente ditas

Para analisarmos as atividades presentes nas coleções, tomamos como ponto de partida a divisão proposta por Luna; Gomes²⁰² para os tipos de atividades que envolvem o oral. Dos quatro tipos de atividades apresentadas pelos autores, encontramos três tipos delas nas coleções: (a) atividades de conversa/discussão, (b) atividades de reflexão sobre a língua falada (nelas, os estudantes são levados a refletir sobre aspectos inerentes à atividade oral) e (c) atividades de exploração dos gêneros orais. Trataremos, a seguir, de cada tipo de atividade, separadamente. Cabe ressaltar, porém, que contaremos com quatro subseções, ao incluirmos (d) atividades de escuta, tópico não listado na proposta de Luna; Gomes²⁰³, mas que envolve a oralidade e foi observada em uma das coleções.

a) Atividades de oralidade sem planejamento

²⁰² LUNA; GOMES, 2020.

²⁰³ *Ibidem.*

Neste tipo de atividades, os estudantes são simplesmente levados a opinarem sobre algo, sem nenhum estudo quanto às especificidades de um texto oral ou um trabalho voltado para um gênero específico. São atividades do tipo “responda oralmente”. Elas estão presentes praticamente em todas as coleções (apenas “SuperAÇÃO! Português” não as apresenta); pode ser em uma, duas ou até mesmo em três seções, dependendo da coleção. Em sete coleções, essa prática é desenvolvida logo no início do capítulo, a partir de imagens ou de perguntas que começarão a envolver os estudantes no tema a ser desenvolvido na unidade.

Vejamos apenas alguns exemplos desse tipo de atividade, como ilustração:

(a) na coleção “A Conquista – Língua Portuguesa (6º ano – p. 13)

- “1. Quais são os elementos da imagem que mais chamam a sua atenção? Por quê?”
- “3. Para você, qual é a relação da personagem com os livros que estão no chão?”

(b) na coleção “Araribá Conecta – Português” (6º ano – p. 78)

- “1. Você sabe o que é uma notícia?”
- “2. Qual foi a última notícia que você se lembra de ter lido ou escutado?”

Apesar de as atividades de oralidade sem planejamento não tratarem o oral como objeto de estudo, mas sim como uma forma de se aprenderem outros conteúdos, isso não se torna um problema nas coleções em análise, uma vez que todas elas possuem seções para um trabalho voltado para os gêneros orais e sete delas apresentam, também, seções destinadas à reflexão sobre a oralidade, como veremos nos tópicos (b) e (c), respectivamente, a seguir. As atividades de oralidade sem planejamento nas coleções em análise não foram elaboradas considerando-se uma forma de desenvolvimento do oral, mas sim como o que realmente são: uma forma de se aprenderem outros conteúdos, como já mencionado.

b) Atividades de reflexão sobre a oralidade

A função das atividades de reflexão sobre a oralidade deve constituir um momento em que se discutam aspectos que contribuam para a construção de um texto oral. Em nosso *corpus* de análise, nem todas as coleções apresentam tal tipo de atividades. Dentre as onze coleções, apenas sete afirmam possuir essa seção, a saber: (1)

A Conquista – Língua Portuguesa, (2) Araribá Conecta – Português, (3) Coleção Metaverso – Língua Portuguesa, (4) Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa, (5) Português – Linguagens, (6) Teláris essencial: Português e (7) Trajetórias – Língua Portuguesa.

Apesar de as sete coleções mencionadas afirmarem possuir seções destinadas às atividades de reflexão sobre a oralidade, duas delas não trazem conteúdo específico para o oral, ainda que a temática discutida possa contribuir para a produção de textos orais. Trata-se das coleções “A Conquista – Língua Portuguesa” e “Trajetórias – Língua Portuguesa”. Em ambas, apresentam-se atividades voltadas para contribuir para a produção textual, seja oral ou escrita, sem nenhuma especificidade quanto à oralidade. Como exemplo da primeira coleção, tomemos a atividade apresentada na página 90 do 6º ano, em que se observam questões reflexivas que podem possibilitar uma melhor compreensão por parte do interlocutor: recursos descritivos, prescritivos e de ordenação de fatos. Ainda que contribuam para a produção do texto oral, não são questões específicas da oralidade. O mesmo pode ser observado na outra coleção: nas páginas 199 e 200 do 8º ano, há uma atividade que discute a coesão em textos argumentativos, independentemente de serem na modalidade escrita ou na oral.

Outras duas coleções também se assemelham nas propostas das atividades discutidas nesta subseção: “Coleção Metaverso – Língua Portuguesa” e “Português – Linguagens”. Ainda que, diferentemente das coleções anteriores, estas realmente tratem do oral, isso se dá com muita pouca frequência ao longo de toda a coleção, situação que se encontra ainda mais limitada no pequeno material disponibilizado aos docentes. Do pouco que se pode observar, as propostas ou estão voltadas para a leitura expressiva ou são momentos em que se propõe uma discussão sobre as especificidades do oral. Um exemplo na primeira coleção está entre as páginas 19 e 20 do 6º ano, em que se aborda a questão da leitura expressiva, com os estudantes sendo levados a refletirem sobre traços sonoros da leitura de poemas. Não existe nenhuma explicação formal; a atividade se limita à discussão entre os estudantes. Na outra coleção, temos um exemplo na atividade da página 235 do 7º ano, em que se fala sobre a expressividade na leitura quando há um ponto de exclamação e se propõe uma roda em que se apresente uma leitura expressiva do texto discutido anteriormente; a discussão posterior se limita a tratar de questões relativas à opinião dos estudantes sobre questões abordadas nesse texto.

A coleção “Teláris essencial: Português” possui uma seção que se dedica a apresentar os aspectos linguísticos ou gramaticais do português; em algumas ocasiões, apresenta a subseção “No dia a dia”, em que se discute algum uso específico do português do Brasil, seja na fala ou na escrita. Apesar de uma pouco expressiva quantidade de discussões sobre o oral, as propostas se dão de maneira mais efetiva que nas coleções “A Conquista – Língua Portuguesa” e “Trajetórias – Língua Portuguesa”, comentadas anteriormente. Na atividade da página 72 do 7º ano, por exemplo, a discussão se volta para certos usos do verbo ESTAR na fala, em que ocorre aférese: “tô” e “tá” por “estou” e “está”, respectivamente, e pela substituição do futuro simples pelo futuro perifrástico.

Por fim, temos as coleções “Araribá Conecta – Português” e “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa”. Na primeira dessas duas coleções, apesar de presente em todas as unidades, em alguns casos se trata de um caso de reflexão, em outros, de uma produção; este último caso será discutido no item (d), a seguir. Quando a seção se presta a uma discussão sobre aspectos da oralidade, o que se observa é uma explicação teórica seguida de uma proposta de atividades para uma efetiva reflexão sobre características específicas de aspectos da oralidade.

Na atividade proposta entre as páginas 87 e 89 do 6º ano da seção “Oralidade”, por exemplo, de “Araribá Conecta – Português”, a especificidade do oral está voltada para um gênero, o telejornal. Após a apresentação de algumas características desse gênero, existe uma proposta de atividade em que os estudantes devem se organizar em grupos para assistirem a um determinado telejornal com mesma data, a ser combinada entre todos, e uma posterior análise de suas características, tais como recursos usados na apresentação de cada notícia, expressão facial dos apresentadores e fechamento do telejornal.

Já em “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa”, a seção “Oralidade” apresenta, de maneira um pouco mais detalhada do que a maioria das coleções, uma reflexão sobre as especificidades da língua oral, sempre a partir de uma série de questionamentos para que os estudantes reflitam sobre esse nível da linguagem. Na atividade da página 192 do 6º ano, por exemplo, o assunto é formas de polidez. A partir de uma breve introdução teórica e de uma charge, são feitas diversas perguntas que

conduzem os estudantes a uma reflexão sobre o grau de familiaridade entre os participantes da conversa.

Pela análise das coleções quanto a atividades de reflexão sobre a oralidade, percebe-se sua total ausência em várias coleções e um tratamento não específico em algumas delas; apenas cinco das onze coleções trazem, efetivamente, o tipo de atividades em questão, e se faz necessário ressaltar que, predominantemente, isso se dá com pouca frequência. Observa-se que as coleções “Araribá Conecta – Português” e “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa” são aquelas que apresentam atividades que realmente levam os estudantes a refletirem, de maneira mais aprofundada, sobre as especificidades do oral. Trata-se de um tipo de atividade que ainda precisa ser mais bem trabalhado pelas coleções didáticas de Português para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

c) Atividades de oralidade com planejamento

Esta subseção constitui o principal ponto de nossa análise, pelo fato de as atividades de oralidade com planejamento representarem o momento mais importante de trabalho com os gêneros orais. Portanto, apresentaremos cada coleção separadamente e, ao final, um quadro-síntese indicará as informações gerais sobre essa prática nas coleções aprovadas na edição 2024 do PNLD.

c.1) A Conquista – Língua Portuguesa

Possui a seção “Produção”, sendo que dita produção pode ser escrita, oral, escrita e oral ou multimodal; pelo sumário, depreende-se que 16 atividades envolvem o oral, seja de forma exclusivamente oral ou não. São duas atividades no 6º ano, seis no 7º, quatro no 8º e quatro no 9º. É um quantitativo pequeno, se considerarmos que cada volume possui sete módulos, subdivididos em 14 capítulos.

Do material disponibilizado, apenas três atividades contemplam o oral. O espaço dedicado a tais atividades é curto: são duas páginas em duas dessas atividades e três na outra. O que se percebe é uma estrutura que envolve algumas etapas: apresentação inicial do gênero a ser trabalhado, planejamento, produção escrita e organização de atividade (clube de leitura, festival de paródias). Essas etapas estão presentes em todas

as três atividades. Algumas delas, porém, contêm mais etapas: revisão (em duas delas), ensaio, participação na atividade e avaliação. Cada etapa apresenta orientações para a realização da atividade e/ou perguntas que conduzem à produção do texto.

c.2) Araribá Conecta – Português

A seção destinada à produção de textos, segundo a coleção, é “Produção de texto”; no entanto, as atividades de produção aparecem tanto na seção mencionada quanto na seção “Oralidade” (esta seção, apesar de presente em todas as unidades, em alguns casos se trata de um caso de reflexão, em outros, de produção). Apesar de ambas as seções proporem atividades de produção, a produção oral se encontra, basicamente, na seção “Oralidade”. Na seção “Produção de texto”, só se solicita uma produção oral uma única vez, no volume do 6º ano; no entanto, tal atividade não está disponibilizada no material a que os docentes tiveram acesso.

A seção “Oralidade” está presente em todas as oito unidades de todos os quatro volumes, sendo que aparece duas vezes na penúltima unidade do 9º ano, o que leva a um total de 33 atividades dedicadas à produção oral. Como já dissemos, porém, algumas dessas atividades estão voltadas para refletir sobre a oralidade, conforme discutimos na seção anterior (b) Atividades de reflexão sobre a oralidade). Dessa forma, se considerarmos exclusivamente as atividades voltadas para a produção oral, passamos a contar com um total de 29 atividades, assim distribuídas: seis no 6º ano, seis no 7º, oito no 8º e nove no 9º (todas as atividades dos dois últimos volumes).

As atividades são breves, variando de uma a três páginas. Das 33 atividades, os docentes, durante sua análise, têm acesso a um total de oito delas, sendo duas por volume. Esse quantitativo permite um melhor acesso à proposta da coleção, cuja estrutura mais recorrente se apresenta da seguinte maneira: explicação sobre o gênero, planejamento, desenvolvimento, avaliação. Quando a apresentação depende de uma gravação, há orientações para o processo de produção do vídeo, para a sua gravação e para edição e compartilhamento.

c.3) Coleção Metaverso – Língua Portuguesa

A coleção possui a seção “Episódio ‘Eu, autor (criador, produtor, redator, escritor) de’”, voltada para atividades de produção; no entanto, essas produções não comportam, necessariamente, práticas orais. Aliás, ao considerarmos o sumário como base para nossas análises, encontramos poucas ocorrências na coleção de atividades orais na seção “Eu, autor (criador, produtor, redator, escritor) de”, além de termos tido dificuldade de inferir, em alguns casos, se se tratava de uma atividade que exigia práticas orais ou não. Além de se tratar de um quantitativo baixo, torna-se impossível descrever e avaliar a estrutura da referida seção, posto que nenhuma delas está disponível no material entregue aos docentes.

Apesar do exposto anteriormente, seguindo na análise do sumário, encontramos algumas ocorrências de propostas de atividades orais em outras seções, chamadas de episódios. Além de serem poucas, apenas duas delas estão presentes no material disponibilizado aos docentes, sendo uma no material do 7º ano e outra no do 8º ano. Nos dois casos, porém, trata-se de roda de conversa, proposta em uma ou duas páginas, limitando-se a algumas perguntas que orientam a realização da referida roda de conversa. Na primeira proposta, a roda se dará, inicialmente, em pequenos grupos e, depois, com toda a turma. Na segunda proposta, observa-se um texto como ponto de partida para a discussão.

No material disponibilizado aos docentes, dessas 14 propostas relacionadas à oralidade, encontram-se apenas três. O que se observa nelas é uma estrutura bastante simples, mas que propõe uma atividade de produção oral com base em algumas etapas: reflexão sobre o gênero, preparação da atividade, apresentação e avaliação, ainda que de forma bem menos desenvolvida do que outras coleções.

c.4) Geração Alpha – Língua Portuguesa

A seção “Agora é com você!” aparece 16 vezes em cada volume; porém, a maior parte é dedicada à língua escrita. As atividades de oralidade aparecem apenas cinco vezes no volume do 6º ano, quatro vezes nos volumes do 7º e do 8º anos e sete vezes no material do 9º ano (esse quantitativo é uma hipótese, posto que nos baseamos apenas no sumário para essa identificação e levamos em consideração aqui as atividades que aparentemente envolvem a oralidade). Desse total de 20 atividades, tão somente três são

apresentadas aos docentes no material para avaliação, variando de duas a quatro páginas. A estrutura delas é constituída por quatro etapas, com ordem variável: apresentação do gênero/da proposta, planejamento e elaboração, circulação, avaliação.

As seções complementares “Investigar” (duas atividades por volume) e “Interação” (uma atividade por volume) incluem práticas orais, mas a proposta envolve diversos outros aspectos. A seção “Investigar”, no material de divulgação, aparece em três ocorrências, sendo que duas delas envolvem o oral, correspondente à culminância do trabalho, momento em que se fará uma exposição. O que se observa são orientações gerais quanto a essa exposição. Já a seção “Interação”, no material de divulgação, aparece apenas uma vez. Não se verificam orientações específicas quanto à oralidade, mas sim quanto à organização do espaço onde ocorrerá o evento.

c.5) Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa

A seção intitulada “Produção” é muito comum em todos os volumes, mas a produção oral (ou, com relativa frequência, escrita e oral, simultaneamente) aparece menos vezes: são sete atividades no 6º ano, sete no 7º, duas no 8º e nove no 9º, totalizando 25 propostas. Como mencionado, diversas vezes as propostas de produção envolvem a oralidade. Dessa forma, as atividades exclusivamente orais são duas no 6º ano, cinco no 7º, nenhuma no 8º e seis no 9º (13 no total). Já as atividades que envolvem oralidade e escritura são cinco no 6º ano, duas no 7º, duas no 8º e três no total (12 no total). Percebe-se um equilíbrio entre esses tipos de atividades.

Independentemente de a atividade ser exclusivamente oral ou envolver também a escrita, os docentes, pelo material disponibilizado, têm acesso a duas atividades do 6º ano, duas do 7º, duas do 8º e três do 9º. Apesar de o acesso não ser completo, nove atividades é um quantitativo razoável para que se possa ter um bom conhecimento sobre a abordagem proposta pela coleção. A estrutura, que varia entre duas ou três páginas, é basicamente a seguinte: apresentação do gênero, planejamento, avaliação e revisão (reescrita, quando a escrita está envolvida) e, em alguns casos, compartilhamento/circulação.

A coleção apresenta, ainda, a seção “Cultura digital”, muito comum em todos os volumes, porém, pelo sumário, é possível identificar (claramente) um total de vinte

atividades que envolvem o oral, sendo nove no 6º ano, cinco no 7º, quatro no 8º e duas no 9º. Fica evidente a diminuição no quantitativo da oralidade nessa seção ao longo dos volumes. Apenas algumas dessas atividades se encontram no material disponibilizado aos docentes; quanto às propostas em si, o que se observa são questões reflexivas ou orientações diretas para a produção de um texto, sem maiores detalhes relacionados à especificidade do oral.

Outra seção que envolve o oral é “Produção do ano”, que traz uma proposta por volume. A única que envolve o oral é a atividade proposta no 7º ano, cujo título é “Programa de rádio”. Apenas uma parte dessa proposta está disponível. Da mesma forma que na seção anterior, o que se encontra são apenas orientações sobre como proceder na realização da atividade.

c.6) Novo Singular & Plural: Leitura, Produção e Estudos de Linguagem

As seções “Produção de texto” e “Oficina de leitura e criação” são pouco frequentes na coleção; cada uma delas aparece quatro vezes em cada volume. No entanto, apresentam, principalmente a primeira delas, uma estrutura mais detalhada e extensa, o que deve justificar a menor quantidade de atividades. Tais seções, além disso, nem sempre estão voltadas para o oral. Isso se dá, na seção “Produção de texto”, em uma atividade no 6º ano, em nenhuma no 7º e em duas tanto no 8º quanto no 9º. Já a seção “Oficina de leitura e criação”, para o oral, ocorre duas vezes, no 6º, no 8º e nos 9º anos e uma vez no 7º ano.

O trabalho com os gêneros proposto na seção “Produção de texto” pode apenas ser imaginado pelos docentes que fazem a avaliação, pois nenhuma dessas cinco atividades foi apresentada no material oferecido a eles. Pelo sumário, ou pelas atividades voltadas para textos escritos, que possuem estrutura semelhante, é possível verificar que, antes da proposta de produção do texto oral, ocorrem algumas etapas: sempre se parte de uma apresentação do gênero, até que se oferecem informações sobre suas características e são dados alguns exemplos de produção do referido gênero. No entanto, consideramos problemático o docente que avalia a coleção não conseguir acesso e nenhum dado concreto dessas atividades no material de divulgação apresentado pelas editoras.

Quanto às propostas de “Oficina de leitura e criação”, das sete atividades, apenas uma está disponível no material fornecido. Tal proposta oferece orientações para os estudantes prepararem a atividade, partindo das condições de produção (o quê?, para quem? como?). Em seguida, oferece questões para serem consideradas durante a execução da atividade e, para depois de sua conclusão, uma proposta avaliativa.

c.7) Português – Linguagens

A coleção possui uma seção dedicada à produção textual, denominada exatamente “Produção de texto”. Apesar de presente doze vezes em cada volume, poucos estão voltados para a prática oral: encontramos apenas uma atividade no 6º ano, três no 7º, uma no 8º e uma no 9º, o que resulta em um total de somente seis atividades voltadas para a produção de textos orais. Dentre essas seis atividades, o docente que avalia o material baseando-se exclusivamente no que a editora distribuiu tem acesso a um total de três atividades.

São duas subseções: em “Construção e recursos expressivos”, apresenta-se o gênero em questão e são feitas algumas questões que levam os estudantes a refletirem sobre ele; em “Agora é a sua vez”, ocorre a produção do texto oral, estruturada em etapas: preparação, pesquisa, planejamento, produção e discussão do que foi produzido. Um ponto de destaque da coleção é que, ainda que os gêneros orais apareçam em pequena quantidade, quando isso ocorre, é possível observar certo aprofundamento; além de um número maior de páginas dedicadas à proposta (variando de seis a oito nas atividades apresentadas no material disponibilizado), a divisão em duas seções possibilita, no primeiro momento, um reconhecimento da linguagem empregada no gênero em estudo e, no segundo momento, um maior detalhamento da proposta, com textos que contribuem para a discussão e perguntas que levam a uma reflexão sobre a produção, por exemplo.

c.8) Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem

A seção oficial de trabalho com os gêneros orais é “Meu/minha [nome do gênero] na prática”; no entanto, observa-se um total de apenas quatro atividades para a

oralidade, sendo uma para cada ano²⁰⁴. Dessas quatro, somente uma está presente no material disponibilizado pelas editoras. Essa única atividade presente no material se apresenta em um total de oito páginas, com a apresentação do gênero e um grande detalhamento das etapas de produção: pesquisa, planejamento, elaboração, revisão, apresentação e avaliação.

Além da seção anterior, é possível encontrar atividades voltadas para o trabalho com a oralidade em outras quatro seções. A primeira que mencionamos é “Preparando o terreno”, que se destina a orientar práticas de pesquisas necessárias à produção de um texto, mas aparece exclusivamente nos volumes do 8º e dos 9º anos. Ela sempre vem antes da seção comentada anteriormente. Neste momento, não é possível tecer nenhum comentário específico sobre a referida seção; a única atividade oral não se encontra no material distribuído aos docentes.

A segunda seção se chama “E se a gente...?”. Ela tem por objetivo orientar uma produção. Em toda a coleção, verificamos a presença de uma atividade voltada para o oral, no volume do 7º ano. Apesar de ser uma proposta breve (uma página) e não apresentar muitos detalhes quanto ao gênero, segue uma estrutura: planejamento, criação, ensaio e apresentação.

Outra seção é “Conversa com arte”, em que o trabalho com gêneros está associado a outras linguagens artísticas. Sua presença é maior do que a da seção oficial de trabalho com os gêneros orais: são três atividades no volume do 6º ano, três no do 8º e dois no do 9º, contabilizando um total de oito atividades²⁰⁵. O docente tem acesso a duas dessas atividades. Apesar de o oral não ser o objetivo maior das atividades, observa-se uma importante orientação quanto a essa modalidade, com orientações e reflexões detalhadas quanto à elaboração e à avaliação.

Por fim, temos a seção “Fora da caixa”, dedicada a atividades relacionadas ao campo jornalístico, às práticas de estudo e à atuação na vida pública. Da mesma forma que a seção “Conversa com arte”, sua presença também é maior do que a da seção oficial para trabalho com os gêneros orais. São cinco atividades no total, presentes

²⁰⁴ Consideramos quatro atividades no total voltadas para o trabalho com os gêneros orais. Cabe ressaltar, porém, que não estamos seguros desse quantitativo; apenas o sumário não é suficiente, em alguns casos, para identificar se certas atividades estão dedicadas a um trabalho com o oral ou não.

²⁰⁵ O volume do 7º ano não apresenta nenhuma atividade oral na referida seção.

apenas nos dois últimos volumes: três no do 8º ano e duas no 9º. O docente, porém, tem acesso a apenas uma dessas atividades, sendo que ela é apresentada de forma incompleta. A prática oral está na terceira página, justamente a excluída do material de divulgação.

c.9) SuperAÇÃO! Português

A coleção possui três seções que envolvem o oral: “Oralidade”, “Você é o autor!” e “Você, booktuber”. A primeira dessas seções, “Oralidade”, é a seção especialmente voltada para a mencionada prática. Está presente em absolutamente todas as unidades (são oito atividades por volume) e os docentes têm acesso a um total de duas atividades por volume, considerando o material disponibilizado pela editora, o que permite uma boa visão sobre a proposta da coleção. Todas as propostas se estruturam em duas páginas e apresentam, em geral, as seguintes etapas: organização, planejamento, ensaio e, com menor frequência, avaliação. Muitas vezes, a atividade proposta em “Oralidade” está relacionada ao que foi trabalhado na seção “Você é o autor!”, a ser apresentada a seguir.

A seção “Você é o autor!”, como apresentado pela coleção, está voltada para a produção textual, sem especificar se serão textos escritos ou orais. Ao avaliar o sumário, é possível perceber que ocorrerão as duas situações, ainda que atividades orais nessa seção sejam raríssimas: depreende-se, claramente, apenas três atividades voltadas para o oral (uma no 6º, uma no 7º e uma nos 9º anos). Apenas a atividade do 9º ano está disponível: o que se observa é uma orientação bastante direta para a produção oral, limitando-se ao planejamento e à avaliação, em duas páginas. Como já dito, porém, ainda que quase todas as atividades estejam voltadas para a produção escrita, observa-se uma relação, em diversas ocasiões, com a referida produção escrita e a atividade da seção “Oralidade”, em que ela será aproveitada de alguma forma, como texto-base para apresentação ou leitura, por exemplo.

Por fim, a seção “Você, booktuber”, presente no 8º e nos 9º anos, propõe a leitura de uma obra literária e uma posterior gravação em vídeo para compartilhamento de uma resenha da obra. A atividade aparece dez vezes, sendo cinco em cada volume, mas apenas uma delas (no material do 8º ano) é disponibilizada aos docentes. Em duas

páginas, os estudantes recebem orientações sobre a escolha do livro, a elaboração da resenha e a gravação do vídeo. A atividade se conclui com a divulgação do material e uma avaliação coletiva do material produzido.

c.10) Teláris essencial: Português

A coleção possui três seções com atividades orais: “Prática de oralidade”, “Produção de texto” e “Interatividade”. A primeira delas, “Prática de oralidade”, está presente em todas as oito unidades de cada volume. O docente, a partir do material disponibilizado pela editora, tem acesso a duas atividades de cada volume. As propostas variam de uma a duas páginas e apresentam, basicamente, a seguinte estrutura, com algumas alterações: preparação, ensaio apresentação, autoavaliação. Quando se trata de uma gravação, observa-se a presença de orientações nesse sentido.

A seção “Produção de texto”, de acordo com a coleção, orienta produções tanto escritas quanto orais; no entanto, segundo o sumário, percebem-se pouquíssimas propostas voltadas para a oralidade: apenas uma no 7º ano e outra no 8º. Essa do 8º ano é a única disponibilizada aos docentes. Existem orientações bem diretas para a elaboração do texto (planejamento e ensaio) e sua apresentação, além de uma avaliação.

A última seção é “Interatividade”, presente em diversas unidades: são 17 atividades no total, sendo cinco no 6º ano, três no 7º, quatro no 8º e cinco no 9º. Sua finalidade é a de produzir textos multissemióticos. Dessas atividades, cinco são disponibilizadas aos docentes: duas no material do 9º ano e uma cada um dos demais volumes. Variando de uma a duas páginas, as atividades propostas nesta seção trazem breves orientações diretas para a produção de um texto oral, incluindo, com algumas eventuais alterações, planejamento, preparação, ensaio, gravação, edição e divulgação.

c.11) Trajetórias – Língua Portuguesa

A coleção possui uma seção dedicada à prática dos gêneros orais, denominada “Produção oral”. Ainda que não esteja presente em todos os capítulos, essa seção é bastante recorrente: dos 14 capítulos de cada volume, aparece nove vezes no material

do 6º ano, nove no do 7º, sete no do 8º e oito no do 9º, totalizando 33 atividades de prática oral.

As atividades variam de uma a três páginas. De maneira geral, a estrutura das atividades é a seguinte: apresenta-se o gênero e, posteriormente, são listadas orientações para sua elaboração, em uma listagem única, sem especificação sobre cada etapa. Essa listagem é chamada de “Dicas para que a atividade seja bem-sucedida”. Vale ressaltar, ainda, que, em diversas ocasiões, a produção oral está vinculada à produção escrita realizada previamente.

Antes de finalizarmos a subseção c, apresentamos o quadro 3, que sintetiza os dados observados nas coleções quanto às atividades de oralidade com planejamento.

Quadro 3. Síntese da análise das coleções didáticas quanto às atividades de oralidade com planejamento

COLEÇÕES	POSSUI SEÇÃO FIXA	POSSUI SEÇÃO EXTRA	TRABALHA COM SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS	QUANTIDADE DE ATIVIDADES	NÚMERO DE PÁGINAS DA SEÇÃO PRINCIPAL
<i>A Conquista – Língua Portuguesa</i>	não	não	sim	16	2 a 3
<i>Araribá Conecta – Português</i>	sim	sim (1)	sim	29	1 a 3
<i>Coleção Metaverso – Língua Portuguesa</i>	não	sim (1)	sim	14	1 a 2
<i>Geração Alpha – Língua Portuguesa</i>	não	sim (2)	sim	20	2 a 4
<i>Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa</i>	não	sim (2)	sim	25	2 a 3
<i>Novo Singular & Plural: Leitura, Produção e Estudos de Linguagem</i>	não	não	sim	12 (2 seções)	4
<i>Português - Linguagens</i>	não	não	sim	6	6 a 8
<i>Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem</i>	não	sim (4)	sim	4	8
<i>SuperAÇÃO! Português</i>	sim	sim (2)	sim	32	2
<i>Teláris essencial: Português</i>	sim	sim (2)	sim	32	1 a 2
<i>Trajelórias – Língua Portuguesa</i>	não	não	sim	33	1 a 3

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisarmos o quadro 3, quanto à presença das atividades orais com planejamento nas coleções, um importante aspecto a ser destacado é que absolutamente todas as coleções trabalham com a estrutura da sequência didática, o que prevê um trabalho mais sistematizado para esse nível da língua. No entanto, o trabalho ainda é bastante breve, principalmente se comparado às atividades escritas: das onze coleções, nove delas propõem atividades que se limitam a ocupar até quatro páginas, sendo possível encontrar diversas atividades que ocupam tão somente uma página. Apenas as coleções “Português – Linguagens” e “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem” apresentam atividades mais longas, que variam de 6 a 8 páginas. No entanto, um aspecto preocupante nestas últimas coleções é o número total de atividades: a quase totalidade delas apresenta poucas atividades com planejamento voltadas para a oralidade, e aqui encontramos a (possível) explicação pela qual as coleções mencionadas anteriormente possuem atividades mais longas: o quantitativo de atividades orais é o mais baixo, com apenas 6 e 4, respectivamente. As outras cinco coleções com poucas atividades orais vão de um total de 14 a um máximo de 25 atividades.

Ao considerarmos o total de atividades para a prática planejada de gêneros orais, apenas quatro coleções se destacam: “Araribá Conecta – Português”, “SuperAÇÃO! Português”, “Teláris essencial: Português” e “Trajetórias – Língua Portuguesa”. As três primeiras possuem seções fixas para o referido trabalho, de modo que os gêneros orais são abordados em todas as unidades; a última coleção, “Trajetórias – Língua Portuguesa”, embora não possua uma seção fixa, desenvolve esse tipo de trabalho em um total de 33 vezes.

Por fim, cabe comentar a presença de seções extras para o trabalho com a oralidade de maneira planejada – sete coleções as apresentam (as únicas que não o fazem são “A Conquista – Língua Portuguesa”, “Novo Singular & Plural: Leitura, Produção e Estudos de Linguagem”, “Português – Linguagens” e “Trajetórias – Língua Portuguesa”). Uma observação importante, porém, é que as seções extras apresentam poucas ocorrências, de modo geral, ainda que algumas coleções tragam mais de uma seção extra, e o trabalho não é muito sistematizado quanto ao oral. Destacamos quatro coleções que apresentam um quantitativo maior de atividades extras, ainda que sem uma maior sistematização: “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa”, “Se liga na

língua: leitura, produção de texto e linguagem”, “SuperAÇÃO! Português” e “Teláris essencial: Português”.

d) Atividades de escuta

Uma única coleção apresenta uma seção que contempla atividades de escuta: “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa”, na seção intitulada “Atividade de escuta”. No entanto, tais atividades não aparecem em todas as 8 unidades de cada volume: são quatro atividades no 6º ano, seis no 7º, seis no 8º e sete no 9º ano; ou seja, essas atividades estão presentes em 72% do total de unidades. Percebe-se um aumento gradual no número de atividades a cada ano escolar.

Pelo sumário do Guia do Professor, percebe-se que ele apresenta alguns (breves) comentários específicos sobre a seção “Atividade de escuta” (menos de uma página). No entanto, o material de divulgação físico disponibilizado pela editora não as apresenta, de modo que, limitando a análise ao que foi disponibilizado pela editora, o professor não tem acesso a nenhuma orientação ou informação relativa a essas atividades. Ainda considerando o material de divulgação, o professor terá acesso a apenas cinco do total de 23 atividades (duas do 7º ano, uma do 8º ano e duas do 9º ano).

Ao analisarmos as propostas das atividades, pelo sumário de cada volume, percebemos que a forma de nomeá-las não possui um padrão, uma vez que varia de atividade para atividade; ao passo que ela pode ser nomeada pelo gênero trabalhado (“Telejornal”, unidade 4 do 6º ano), também pode ser nomeada pelo assunto (“Conhecendo a cidade de Mariana”, unidade 5 do 6º ano). Dessa forma, tem-se a impressão de que o gênero pode não ser trabalhado enquanto gênero, o que é confirmado ao analisarmos as cinco atividades apresentadas.

Quanto à análise das atividades mencionadas anteriormente, é possível encontrar três tipos de propostas:

- Questões de compreensão auditiva, com localização de informações, como a atividade da unidade 4 do 7º ano: “Segundo a canção, de quais assuntos um cordel pode falar?” – p. 137);

- Análise de aspectos relacionados à produção oral, como a unidade 3 do 7º ano: “Como é a linguagem corporal e a expressão facial dos you Tubers durante a apresentação?” – p. 105);
- Uma proposta de reflexão do conteúdo antes de os estudantes assistirem ao vídeo, reflexão que será ampliada após o vídeo, como a unidade 5 do 9º ano: antes do vídeo – “O que é [o feminismo]? O que propõe?”; depois do vídeo – “Se não fossem os movimentos feministas, como poderia ser a situação das mulheres hoje em nossa sociedade?” – p. 161).

Ainda que o acesso às atividades de escuta seja bastante limitado, é possível perceber certa variedade nelas. Além disso, vale destacar que os três tipos de propostas apresentados são relevantes para a formação de um ouvinte competente: identificação de informações específicas (o tipo de atividade predominante nas atividades disponibilizadas aos professores), reflexão sobre outros elementos que não a fala propriamente dita presentes numa comunicação oral e que contribuem para a sua compreensão e elaboração de hipóteses antes de uma audição acompanhada de uma análise reflexiva posterior sobre o que foi dito, com a confirmação (ou não) de tais hipóteses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar o tratamento dado à oralidade pelas onze coleções didáticas de língua portuguesa aprovadas na edição 2024 do Programa Nacional do Livro Didático, a fim de identificar o atual tratamento pedagógico dado ao tema, além de oferecer subsídios que contribuam para a escolha docente por uma coleção. Para tanto, nos propusemos analisar três documentos: o Guia Didático do PNLD 2024, o Manual do Professor de cada coleção e o livro do aluno, também de todas as coleções. No Guia Didático do PNLD, observamos um silenciamento que diz muito sobre o tratamento da oralidade: sua grande invisibilidade no guia, com comentários superficiais na apresentação de cada coleção ou mesmo sua total ausência, aliada, eventualmente, a uma identificação com a escrita, comprovam a superficialidade com que o tema ainda é tratado, apesar de a oralidade ocupar, atualmente, um papel de destaque não apenas na BNCC, mas também no próprio PNLD.

Ao partirmos para a análise dos manuais do professor e dos livros do aluno, deparamo-nos com uma dificuldade adicional, enfrentada pelos docentes de uma maneira geral: o acesso às coleções. Em primeiro lugar, a partir da edição 2024, os docentes deixaram de receber o material completo; o que lhes é oferecido fisicamente, agora, é um material muito limitado, correspondente a muito menos do que a metade dos volumes. Para ter acesso às coleções completas, cada docente precisa acessar a internet. Identificamos, nesse contexto, dois grandes obstáculos: o próprio acesso à internet, dificuldade enfrentada por muitos professores em nosso país, e o grande volume de obras aprovadas, o que levaria os docentes a acessarem virtualmente o material de onze coleções didáticas (44 volumes).

O problema apresentado anteriormente, porém, não é o único: além de as coleções serem apresentadas aos professores de forma bastante limitada, nem sempre eles têm acesso a todas as coleções: em nossa própria análise, dependemos de duas escolas diferentes para obtermos o material, que nem assim foi completo. Só pudemos alcançar nosso objetivo de analisar todas as coleções porque fomos à internet consultar uma das coleções.

Dito isso, passemos ao que observamos nas coleções, mas lembrando que de forma muito limitada, posto que as coleções não trouxeram, no material de divulgação oferecido pelas editoras, informações relativas à oralidade no Manual do Professor, de modo que nossas análises se limitam ao livro do aluno, também muito limitado em diversos casos. A primeira identificação é que todas as coleções trabalham com a oralidade, o que já era esperado, por se tratar de uma exigência do PNLD. Outra questão importante também é que todas as coleções, mesmo que muitas vezes de forma limitada e pouco frequente, trabalham com a estrutura das sequências didáticas e adotam a abordagem por gêneros.

Ao considerarmos de maneira mais detalhada o livro dos alunos, percebemos uma presença quase total de atividades de oralidade sem planejamento, ausente apenas de “SuperAÇÃO! Português”. Contudo, não consideramos essa situação um problema, pelo fato de elas também apresentarem atividades com planejamento; aquelas atividades não são vistas como atividades de oralidade em si, mas sim como atividades para introdução às unidades e reflexão sobre os temas abordados, ou seja, não se trata de uma

suposta apropriação da oralidade, mas sim de uma prática para aquisição e/ou troca de conhecimentos.

Quanto ao tratamento formal da oralidade, consideramos três tipos de atividades: as de reflexão sobre a oralidade, as de prática oral com planejamento e as de escuta (cabe ressaltar que esta última não corresponde a uma exigência do PNLD, mas apareceu em uma das coleções). Diante desses três tipos de atividades, identificamos muitas coleções que não refletem sobre especificidades do oral, abordam o trabalho sistemático com gêneros de forma rápida e limitada, às vezes de forma superficial, sem seções fixas e com seções extras que não aprofundam questões relativas ao oral e apenas uma coleção com trabalho com prática de escuta. Dessa forma, destacamos cinco coleções no tratamento dado à oralidade:

- “Araribá conecta – Português”, Teláris essencial: Português” e “Trajetórias – Língua Portuguesa” – possuem seções fixas ou recorrentes com o trabalho com a oralidade, além de reflexões sobre as especificidades da fala;
- “SuperAÇÃO! Português” – não aprofunda reflexões sobre as especificidades da fala, mas possui seção fixa para o trabalho com os gêneros orais;
- “Jornadas: Novos caminhos – Língua Portuguesa” – mesmo sem seção fixa para o trabalho com os gêneros orais, apresenta atividades para esse fim em uma quantidade razoável e, além disso, leva os estudantes efetivamente a refletirem sobre as especificidades do oral, além de conter uma seção com atividades de escuta.

Por fim, diante do que expusemos, verificamos que houve avanços no tratamento da oralidade pelas coleções didáticas, o que consideramos resultado da exigência do PNLD. No entanto, ainda há muito o que avançar, no sentido de permitir que os estudantes sejam mais expostos a atividades orais e reflitam sobre os elementos que caracterizam a oralidade. O que as coleções trazem, em sua quase totalidade, ainda não contempla a BNCC. Além disso, vale refletir sobre a distribuição do material de divulgação pelas editoras aos docentes, visto que a oferta atual limita em demasia o acesso a esse material tão importante, que, muitas vezes, representa o único material a que o docente tem acesso como recurso didático e como proposta de formação continuada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BARBOSA, Gisele Oliveira; MAGALHÃES, Tânia Guedes. Conhecimentos necessários para a prática de oralidade na escola: avanços e perspectivas. *In: Trama*, v. 17, n. 42, 2022. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/27299>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BELTRÃO, Eliana Lúcia Santos; GORDILHO, Tereza Cristina Santos. *A Conquista – Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2022.

BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hashimoto; MARCHEZI, Vera Lúcia de Carvalho. *Teláris essencial: Português*. São Paulo: Ática, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em 24 maio 2023.

BRASIL. *Guia Digital PNLD 2024*. Obras didáticas. Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas/inicio>. Acesso em 18 set. 2024.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHINAGLIA, Juliana Vegas *et al.* *Jornadas: Novos Caminhos – Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva Educação, 2022.

COSTA, Cibele Lopresti; PERASSOLLO, Isabela Pileggi; MARCHETTI, Greta Nascimento. *Geração Alpha – Língua Portuguesa*. São Paulo: SM, 2022.

DOLZ, Joaquim; BUENO, Luzia. Gêneros orais e gêneros produzidos na interface escrito-oral: o discurso de formatura na Ensino Fundamental e sua contribuição para o letramento escolar. *In: BUENO, Luzia; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição (Org.)*. *Gêneros orais no ensino*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

DOLZ, Joaquim; GRAÇA, Luciana; MAGALHÃES, Tânia Guedes. Apresentação. *In: Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 26, n. 1 (2022): O lugar da oralidade em sala de aula: práticas de ensino escola à universidade. Disponível em: <periodicos.ufrj.br/index.php/veredas/issue/view/1629>. Acesso em: 07 set. 2023.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.)*. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

JÚLIO, Silvana Rossi; BERTOLETTI, Márcia Lenise. *SuperAÇÃO! Português*. São Paulo: Moderna, 2022.

JURADO, Shirley Goulart de Oliveira García; SOARES, Marisa Balthasar. *Novo Singular & Plural – Leitura, Produção e Estudos de Linguagem*. São Paulo: Moderna, 2022.

LEAL, Telma Ferraz. Reflexões sobre o ensino da oralidade na escola: o oral em documentos curriculares, livros didáticos e prática docente. In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 26, n. 1 (2022): O lugar da oralidade em sala de aula: práticas de ensino escola à universidade. Disponível em: <periódicos.ufjf.br/index.php/veredas/issue/view/1629>. Acesso em: 27 set. 2023.

LEITE, Marli Quadros. O lugar da oralidade nos livros didáticos. In: LEITE, Marli Quadros (Org.). *Oralidade e ensino*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/550>. Acesso em: 13 dez. 2022.

LUNA, Ewerton Ávila dos Anjos; GOMES, Raquel Ferreira. Oralidade e ensino: uma análise das atividades nos livros didáticos de português. In: *Revista (Com) Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 29, 2020. Disponível em: <periódicos.ufes.br/contextoslinguisticos/issue/view/1190>. Acesso em: 27 fev. 2023.

LUNA, Ewerton Ávila dos Anjos; LIMA, Hérica Karina Cavalcanti; RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti. Tipos de atividades de oralidade: um estudo sobre o livro didático português. In: *Fórum Linguístico*, v. 19, n. 3, 2022. Disponível em: <periódicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/3502>. Acesso em: 01 mar 2023.

MORELLI, Marcos Rogério *et al.* *Trajetórias – Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2022.

OLIVEIRA, Marília Rodela de *et al.* *Araribá Conecta – Português*. São Paulo: Moderna, 2022.

PEREIRA, Camila Sequetto *et al.* *Coleção Metaverso – Língua Portuguesa*. São Paulo: Sei, 2022.

PINTO, Mariana Oliveira; GIL, Maria Beatriz. Da seleção de informação à comunicação oral: uma experiência realizada com uma turma do 2º ano de escolaridade. In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 26, n. 1 (2022): O lugar da oralidade em sala de aula: práticas de ensino escola à universidade. Disponível em: periódicos.ufjf.br/index.php/veredas/issue/view/1629. Acesso em: 06 fev. 2024.

RANGEL, Egon de Oliveira. *A escolha do livro didático de português: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

SIMÕES, Luciene Juliano *et al.* *Leitura e autoria: planejamento em Língua Portuguesa e Literatua*. Erechim: Edelbra, 2012.

SINISCALCHI, Cristiane Escolastico; ORMUNDO, Wilton de Souza. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*. São Paulo: Moderna, 2022.

VIANNA, Carolina Assis Dias; CEREJA, William Roberto. *Português – Linguagens*. São Paulo: Saraiva, 2022.

Revista de Ensino e Cultura

Ciências da Saúde

Volume 8, Número 2, Ano 2025

**AVALIAÇÃO DOS FATORES DE RISCO PARA DISTÚRBIOS
RESPIRATÓRIOS DO SONO EM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES COM ASMA**

*EVALUATION OF RISK FACTORS FOR SLEEP-DISORTED
BREATHING IN CHILDREN AND ADOLESCENTS WITH
ASTHMA*

*EVALUACIÓN DE FACTORES DE RIESGO DE TRASTORNOS
RESPIRATORIOS DEL SUEÑO EN NIÑOS Y ADOLESCENTES CON
ASMA*

Drielli Noemia Castro REZENDE²⁰⁶

Thalma Tibúrcio Venâncio GOULART²⁰⁷

Altalrico Fernandes de OLIVEIRA²⁰⁸

Barbara Bernadelli RIBEIRO²⁰⁹

Beatriz Barreira MATIAS²¹⁰

Cibelle Luiza OLIVEIRA²¹¹

Letycia Wiwia Soares QUEIROZ²¹²

Matheus Henrique Guimarães da SILVA²¹³

Nathália Dantas Marques QUIRINO²¹⁴

Lusmaia Damaceno Camargo COSTA²¹⁵

Paulo Sérgio Sucasas da COSTA²¹⁶

Natasha Yumi MATSUNAGA²¹⁷

Raquel Vidica FERNANDES²¹⁸

²⁰⁶ Médica pneumologista pediátrica pela UFG. E-mail (Idriellidecastro@yahoo.com.br).

²⁰⁷ Médica pneumologista pediátrica pela UFG. E-mail (thalmav@gmail.com).

²⁰⁸ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (altalrico.fernandes@discente.ufg.br).

²⁰⁹ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (bernadelli@discente.ufg.br).

²¹⁰ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (beatrizbarreira@discente.ufg.br).

²¹¹ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (cibelleoliveira@discente.ufg.br).

²¹² Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (letycia_wiwia@discente.ufg.br).

²¹³ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (matheus_guimaraes2@discente.ufg.br).

²¹⁴ Discente do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (nathalia.dantas@discente.ufg.br).

²¹⁵ Médica. Doutora em Ciências da Saúde pela UFG. Chefe da residência de pneumologia pediátrica do HC-UFG E-mail (lusmaiapneumoped@gmail.com).

²¹⁶ Médico. Doutor em Ciências da Saúde pela USP. Titular do departamento de psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFG. E-mail (paulosucasas@ufg.br).

²¹⁷ Fisioterapeuta. Doutora em Ciências pela UNICAMP. Adjunta do Curso de Fisioterapia pela UFG. E-mail (natasha_matsunaga@ufg.br).

²¹⁸ Médica. Doutora em Ciências da Saúde pela UFG. Preceptora da residência de pneumologia pediátrica do HC-UFG. E-mail (raqvidica@yahoo.com.br).

RESUMO

Introdução: A presença de distúrbios respiratórios do sono (DRS) pode acarretar sonolência diurna, déficits de atenção, distúrbios do humor e alterações do neurodesenvolvimento em crianças e adolescentes, principalmente se associado à comorbidades como asma e rinite. **Objetivo:** Avaliar os fatores de risco para distúrbios respiratórios do sono em crianças e adolescentes com asma. **Métodos:** Estudo transversal e prospectivo realizado com crianças e adolescentes com asma entre seis e 18 anos, dos ambulatórios de Pneumologia Pediátrica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foram aplicados os questionários Asthma Control Test (ACT) e Childhood Asthma Control Test (c-ACT) para avaliação do controle da asma, Rhinitis Control Assessment Test (RCAT) para o controle da rinite e a Escala de Distúrbios do Sono em Crianças (EDSC). Além disso, foi realizada a espirometria para avaliação da função pulmonar e analisado valores de eosinófilos e IgE no sangue. **Resultados:** 107 pacientes com asma participaram do estudo, sendo 66 (61,7%) do sexo masculino, com idade média de $10,93 \pm 3,10$ anos. Os DRS estavam presentes em 40 (37,4%) pacientes, na qual foi observada associações estatisticamente significativas com o nível de controle da asma pelo GINA $p=0,004$ e ACT 0,029, nível de controle da rinite $p<0,001$ e IMC $p=0,012$. Como fatores de risco, cita-se a rinite não controlada com chance de 5,94 vezes e obesidade com 3,21 vezes mais chance da presença de DRS. **Conclusão:** A RA não controlada e a obesidade foram consideradas os principais fatores de risco para DRS em crianças e adolescentes com asma.

Palavras-chaves: Asma; Rinite; Distúrbios do sono; Criança.

ABSTRACT

Introduction: The presence of sleep-disordered breathing (SDB) can lead to daytime sleepiness, attention deficits, mood disorders and neurodevelopmental changes in children and adolescents, especially if associated with comorbidities such as asthma and rhinitis. **Aim:** To assess the risk factors for sleep-disordered breathing in children and adolescents with asthma. **Methods:** This was a cross-sectional, prospective study of children and adolescents with asthma aged between six and 18 years, from the Pediatric Pulmonology outpatient clinics at the Hospital das Clínicas of the Federal University of Goiás (UFG). The Asthma Control Test (ACT) and Childhood Asthma Control Test (c-ACT) questionnaires were used to assess asthma control, the Rhinitis Control Assessment Test (RCAT) for rhinitis control and the sleep disorders in Children Scale (SDSC). In addition, spirometry was performed to assess lung function and blood eosinophil and IgE values were analyzed. **Results:** 107 patients with asthma took part in the study, 66 (61.7%) of whom were male, with a mean age of 10.93 ± 3.10 years. DRS were present in 40 (37.4%) patients, in which statistically significant associations were observed with the level of asthma control by GINA $p=0.004$ and ACT 0.029, level of rhinitis control $p<0.001$ and BMI $p=0.012$. As risk factors, uncontrolled rhinitis was 5.94 times more likely, and obesity was 3.21 times more likely. **Conclusion:**

Uncontrolled AR and obesity were considered the main risk factors for RHD in children and adolescents with asthma.

Keywords: Asthma; Rhinitis; Sleep disorders; Child.

RESUMEN

Introducción: La presencia de trastornos respiratorios del sueño (TDS) puede provocar somnolencia diurna, déficit de atención, trastornos del estado de ánimo y alteraciones del neurodesarrollo en niños y adolescentes, especialmente si se asocia a comorbilidades como el asma y la rinitis. **Objetivo:** Evaluar los factores de riesgo de los trastornos respiratorios del sueño en niños y adolescentes con asma. **Métodos:** Se trató de un estudio transversal y prospectivo de niños y adolescentes con asma, con edades comprendidas entre los 6 y los 18 años, de las consultas externas de Neumología Pediátrica del Hospital das Clínicas de la Universidad Federal de Goiás (UFG). Se utilizaron los cuestionarios Asthma Control Test (ACT) y Childhood Asthma Control Test (c-ACT) para evaluar el control del asma, el Rhinitis Control Assessment Test (RCAT) para el control de la rinitis y la Sleep Disorders in Children Scale (SDSC). Además, se realizó una espirometría para evaluar la función pulmonar y se analizaron los valores de eosinófilos e IgE en sangre. **Resultados:** Participaron en el estudio 107 pacientes con asma, de los cuales 66 (61,7%) eran varones, con una edad media de $10,93 \pm 3,10$ años. Los DRS estaban presentes en 40 (37,4%) pacientes, en los que se observaron asociaciones estadísticamente significativas con el nivel de control del asma por GINA $p=0,004$ y ACT $0,029$, nivel de control de la rinitis $p<0,001$ e IMC $p=0,012$. Como factores de riesgo, la rinitis no controlada fue 5,94 veces más probable y la obesidad 3,21 veces más probable. **Conclusión:** La RA no controlada y la obesidad se consideraron los principales factores de riesgo de RHD en niños y adolescentes con asma.

Palabras clave: Asma; Rinitis; Trastornos del sueño; Niño.

INTRODUÇÃO

O sono exerce um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento infantil, sendo que este diminui substancialmente desde a infância até a adolescência, e na presença de alterações pode-se observar déficits de atenção, distúrbios do humor e alterações do neurodesenvolvimento em crianças e adolescentes.²¹⁹

²¹⁹ HALAL, 2018; ROBBINS *et al.*, 2020.

Os distúrbios respiratórios do sono, principalmente quando associados com outras comorbidades como asma e rinite, podem alterar a qualidade de vida da população pediátrica devido queixas de insônia, má qualidade do sono, dificuldade em adormecer, perturbações do sono, sonolência diurna e terror noturno.²²⁰

A asma está entre as doenças crônicas mais prevalentes na infância, sendo considerada potencialmente grave, que afeta cerca de 300 milhões de pessoas em todo o mundo²²¹. No Brasil, entre 1996 e 2015, ocorreram 5.014 óbitos por asma em crianças e adolescentes até 19 anos.²²² É caracterizada por obstrução, geralmente reversível, ao fluxo aéreo e tem como sintomas clínicos a presença de tosse, sibilância, dispneia e opressão torácica, que podem ser desencadeados por vários alérgenos e irritantes, tais como ácaros, barata, fungos, epitélio de cão, epitélio de gato, cigarro, fumaça, cheiros fortes.²²³

Assim como a asma, a rinite alérgica (R.A.) também é uma doença crônica, caracterizada por inflamação da mucosa nasal, obstrução nasal, espirros, coriza, prurido nasal, ocular e orofaríngeo e/ou hiperemia conjuntival, que se resolvem espontaneamente ou após tratamento.²²⁴ De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que aproximadamente 400 milhões de pessoas sofrem de RA em todo o mundo.²²⁵ O estudo denominado *International Study on Asthma and Allergies in Childhood* (ISAAC) mostrou uma prevalência média de sintomas relacionados à rinite alérgica de 11,5% entre adolescentes e 14,1%% entre escolares.²²⁶

Estudos indicam que o controle adequado dos sintomas da asma e da rinite podem ajudar a diminuir o impacto dos distúrbios do sono e possivelmente melhorar a qualidade de vida do paciente²²⁷. No entanto, torna-se necessário identificar mais fatores de risco relacionados à presença de distúrbios respiratórios do sono, para assim minimizar as consequências no dia a dia de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, o objetivo do presente estudo é avaliar os fatores de risco para distúrbios respiratórios do sono em crianças e adolescentes com asma.

²²⁰ NALLU *et al.*, 2019; BILGIN *et al.*, 2022; REITER *et al.*, 2022.

²²¹ GINA, 2022.

²²² PITCHON, 2020.

²²³ GINA, 2022.

²²⁴ SAKANO, 2017.

²²⁵ GINA, 2022.

²²⁶ MALLOL, 2013.

²²⁷ LOEKMANWIDJAJA, 2018.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, analítico e quantitativo, no qual foram selecionados crianças e adolescentes entre seis e 18 anos de idade, com diagnóstico de asma que frequentavam os ambulatórios de Pneumologia Pediátrica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Foram excluídos pacientes com doenças neurológicas, cardiopatias, imunodeficiências e prematuridade ou com outras doenças pulmonares crônicas como bronquiolite obliterante, displasia broncopulmonar e fibrose cística.

Foram aplicados os seguintes questionários: *Asthma Control Test* (ACT)²²⁸ ou *Childhood Asthma Control Test* (c-ACT)²²⁹ e Global Initiative for Asthma (GINA)²³⁰ para avaliação do controle da asma. Além disso, aplicou-se o *Rhinitis Control Assessment Test* (RCAT) para avaliação do controle da rinite²³¹ e a Escala de Distúrbios do Sono em Crianças (EDSC).²³²

Avaliação do controle da asma pelo ACT ou c-ACT: O ACT é um questionário para maiores de 12 anos, composto por cinco perguntas sobre sintomas de asma, efeito da asma na rotina diária e uso de broncodilatador de alívio nas últimas quatro semanas. Cada questão incluiu cinco opções de resposta, de 1 (pior) a 5 (melhor). A pontuação final pode variar de 5 (asma totalmente descontrolada) a 25 (controle total da asma). Um escore de 19 ou menos é considerado não controlado, sendo valores ≥ 20 indicativos de bom controle.²³³ Para aqueles menores de 12 anos, foi aplicado com c-ACT com perguntas para a própria criança e para os seus responsáveis. Ao final, considerou-se escores menores que 19 como não controlado.²³⁴

Avaliação do controle da asma pelo GINA: foi realizado um questionário composto por 4 perguntas com respostas afirmativas ou negativas utilizadas para avaliar o controle da asma nas últimas quatro semanas que inclui sintomas diurnos, noturnos, uso de broncodilatador de alívio e limitação das atividades físicas. O controle da doença

²²⁸ ROXO, 2010.

²²⁹ OLIVEIRA, 2016.

²³⁰ GINA, 2024.

²³¹ FERNANDES, 2015.

²³² FERREIRA, 2009.

²³³ ROXO, 2010.

²³⁴ OLIVEIRA, 2016.

foi classificado em: não controlado (sim para 3 ou 4 perguntas), parcialmente controlado (sim para 1 ou 2 perguntas) e controlado (não para todas as perguntas). Neste estudo, os pacientes com asma parcialmente controlada e não controlada foram agrupados, sendo ambos considerados como não controlados.²³⁵

Avaliação do controle da rinite: Foi feito através do RCAT que é um questionário, composto por seis perguntas, cujas respostas são graduadas de um a cinco, de acordo com a frequência dos eventos questionados, que ao final serão somadas para compor um escore total. As perguntas se referem à frequência dos sintomas da rinite na última semana e a sua interferência nas atividades diárias e sono. Foram considerados pacientes com sintomas de rinite controlados, aqueles que obtiveram pontuação ≥ 22 pontos e não controlados os pacientes com < 22 pontos.²³⁶

Escala de Distúrbios do Sono em Crianças: A EDSC apresenta 26 itens divididos em seis subescalas, Distúrbios de Início e Manutenção do Sono (DIMS), Distúrbios Respiratórios do Sono (DRS), Distúrbios do Despertar (DD), Distúrbios da Transição Sono-Vigília (DTSV), Sonolência Excessiva Diurna (SED), e Hiperidrose do Sono (HS), que resulta em um escore total de 130 pontos, sendo o escore inversamente proporcional à qualidade de sono. As questões se referem ao período de seis meses anteriores e as opções de resposta são medidas em escala likert de 5 pontos: nunca, ocasionalmente (1 ou 2 vezes por mês), algumas vezes (1 ou 2 vezes por semana), quase sempre (3 ou 5 vezes por semana) e sempre (todos os dias). Há ainda duas questões sobre a duração do sono e tempo para adormecer, na qual quanto maior a pontuação, maior o impacto no sono.²³⁷

Avaliação da função pulmonar: Os testes de função pulmonar foram realizados no KoKo *Spirometer* (Koko® Spirometer, PDS Instrumentation, Louisville, CO, EUA) pelas pesquisadoras responsáveis, seguindo as recomendações da *American Thoracic Society* (ATS) e *European Respiratory Society* (ERS). As equações de Polgar e Promadhat¹⁶ e Knudson¹⁷ foram empregadas como valores de referência. Considerou-se Volume Expiratório Forçado no Primeiro Segundo (VEF1) normal, quando este apresentava-se acima de 80% da porcentagem do predito.

²³⁵ GINA, 2024.

²³⁶ FERNANDES, 2015.

²³⁷ FERREIRA, 2009.

Avaliação dos valores de IgE: Foram considerados valores de IgE de acordo com a faixa etária de cada paciente.

Avaliação dos valores de eosinófilos periféricos: Foi considerado eosinofilia sanguínea os valores de eosinófilos $> 250/\text{mm}^3$ ou μl .²³⁸

Avaliação do índice de massa corporal (IMC): O peso e a estatura foram obtidos no mesmo dia de realização da espirometria. A partir de então, o IMC foi calculado, sendo o peso em quilogramas dividido pelo quadrado da altura, em metros. Os valores encontrados foram plotados em gráficos, com distribuição em escore Z segundo sexo e idade. A classificação do estado nutricional seguiu os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), no qual foram considerados eutrofia o escores Z entre -2 e +1, sobrepeso escore Z maior ou igual a +1 e menor que +2, obesidade escore Z maior ou igual a +2 e menor +3 e obesidade grave escore Z maior que +3 (BMI-WHO).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG), parecer nº: 3.716.365. Todos os pais ou responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como as crianças e adolescentes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Os dados obtidos foram tabulados e processados no programa SPSS²³⁹ para Windows versão 16.0.

As variáveis qualitativas foram apresentadas em frequência absoluta e relativa, e as diferenças analisadas pelo Teste do Qui-quadrado ou Teste exato ou Fisher, conforme indicação.

Para verificar a normalidade das variáveis quantitativas, foram aplicados o teste Kolmogorov-Smirnov e o teste de Shapiro-Wilk, sendo que em ambos os testes, variáveis com valores de $p > 0,05$ foram considerados com distribuição normal. As variáveis quantitativas foram apresentadas em mediana, mínimo e máximo. Para a comparação das distribuições de variáveis quantitativas não paramétricas entre dois grupos foi utilizado o teste de Mann-Whitney.

²³⁸ LUCAS BROM, 2015.

²³⁹ Statistical Package for the Social Sciences; SPSS Inc., Chicago, IL; EUA.

Determinou-se os valores de Odds Ratio não ajustados, IC95% e o p-valor de “presença de distúrbio respiratório do sono” em relação a cada variável preditora por Regressão Logística Univariada (método Enter). Posteriormente, foram selecionadas as variáveis predictoras com p-valor <0,200 na análise univariada, para compor o modelo logístico multivariado. Empregou-se o método Forward Stepwise (Wald), com p-valor de inclusão de 0,05 e p-valor de exclusão de 0,10. Em todos os casos será adotado o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

RESULTADOS

Foram avaliados 115 crianças e adolescentes com asma, na qual oito foram excluídos por fibrose cística, bronquiolite obliterante e por não terem respondido a totalidade das perguntas dos questionários. Ao final, 107 asmáticos participaram do estudo, sendo 66 (61,7%) do sexo masculino, com idade média de $10,93 \pm 3,10$ anos e mediana de 11 (6-18) anos.

De acordo com a classificação pela Escala de Distúrbios do Sono em Crianças (EDSC), os distúrbios respiratórios do sono estavam presentes em 40 (37,4%) pacientes.

Na tabela 1 encontram-se a comparação das características sociodemográficas e clínicas entre as crianças e adolescentes com e sem distúrbio respiratório do sono, na qual foram observadas associações significativas com o nível de controle da asma pelo GINA ($p=0,004$) e ACT ($p=0,029$); nível de controle da rinite ($p<0,001$) e IMC ($p=0,012$).

Tabela 1: Comparação das características sociodemográficas e clínicas dos pacientes com e sem distúrbios respiratórios do sono.

	Com DRS N=40	Sem DRS N=67	Total	p
Idade				
<i>Mediana (min-máx)</i>	10 (6 – 18)	11 (6 – 18)	11 (6 – 18)	0,310*
Sexo				
<i>Feminino</i>	17 (41,5)	24 (58,5)	41	0,492**

Masculino	23 (34,8)	43 (65,2)	66	
GINA				
<i>Asma controlada</i>	9 (20,9)	34 (79,1)	43	0,004**
<i>Asma não controlada</i>	31 (48,4)	33 (51,6)	64	
ACT				
<i>Asma controlada</i>	17 (28,3)	43 (71,1)	60	0,029**
<i>Asma não controlada</i>	23 (48,9)	24 (51,1)	47	
Rinite				
<i>Controlada</i>	6 (15,4)	33 (84,6)	39	<0,001**
<i>Não controlada</i>	34 (50,0)	34 (50,0)	68	
IMC				
<i>Eutrófico</i>	21 (29,2)	51 (70,8)	72	0,012**
<i>Obeso</i>	19 (54,3)	16 (45,7)	35	
VEF1				
<i>Normal</i>	26 (43,3)	34 (56,7)	60	0,233**
<i>Alterado</i>	14 (31,8)	30 (68,2)	44	
IgE				
<i>Normal</i>	6 (50,0)	6 (50,0)	12	0,517***
<i>Alterado</i>	17 (37,8)	28 (62,2)	45	
Eosinófilos				
<i>Normal</i>	11 (31,4)	24 (68,6)	35	0,301**
<i>Alterado</i>	16 (43,2)	21 (56,8)	37	

DRS: Distúrbios Respiratórios do Sono. **GINA:** Global Initiative for Asthma, **ACT:** Asthma Control Test; **IMC:** Índice de massa corporal; **VEF1:** Volume expiratório forçado no primeiro segundo. **IgE:** Imunoglobulina E. Testes estatísticos: (*) Teste Mann-Whitney; (**) Teste Qui-quadrado; (***) Teste Exato de Fisher. Porcentagem em relação à linha.

Na tabela 2 encontra-se a avaliação dos fatores de risco para a presença de distúrbio respiratório do sono, sendo que os pacientes classificados com asma não controlada pelo GINA apresentaram 3,55 vezes mais chance de apresentarem esse distúrbio, enquanto no ACT a chance foi 2,42 vezes maior.

Além disso, as crianças e adolescentes com rinite não controlada e obesos de acordo com a análise do IMC, apresentaram respectivamente, uma chance 5,50 vezes e 2,88 vezes maior de apresentarem distúrbios respiratórios do sono.

Tabela 2: Regressão logística univariada para a análise dos fatores de risco para a presença de distúrbio respiratório do sono.

Com DRS (N=40)

	N (%)	Total	p	OR	IC95%
Sexo					
<i>Feminino</i>	17 (41,5)	41		1,00	
<i>Masculino</i>	23 (34,8)	66	0,492	1,32	0,59 – 2,95
GINA					
<i>Asma controlada</i>	9 (20,9)	43		1,00	
<i>Não controlada</i>	31 (48,4)	64	0,005	3,55	1,47 – 8,58
ACT					
<i>Asma controlada</i>	17 (28,3)	60		1,00	
<i>Não controlada</i>	23 (48,9)	47	0,030	2,42	1,08 – 5,40
Rinite					
<i>Controlada</i>	6 (15,4)	39		1,00	
<i>Não controlada</i>	34 (50,0)	68	0,001	5,50	2,04 – 14,82
IMC					
<i>Eutrófico</i>	21 (29,2)	72		1,00	
<i>Obeso</i>	19 (54,3)	35	0,013	2,88	1,25 – 6,66
VEF1					
<i>Normal</i>	26 (43,3)	60		1,00	
<i>Alterado</i>	14 (31,8)	44	0,235	0,61	0,27 – 1,38
IgE					
<i>Normal</i>	6 (50,0)	12		1,00	
<i>Alterado</i>	17 (37,8)	45	0,446	0,61	0,17 – 2,19
Eosinófilos					
<i>Normal</i>	11 (31,4)	35		1,00	
<i>Alterado</i>	16 (43,2)	37	0,320	0,60	0,23 – 1,58

DRS: Distúrbios Respiratórios do Sono. N: Frequência absoluta; %: Frequência relativa; OR: Odds Ratio; IC95%: Intervalo de confiança 95%; GINA: Global Initiative for Asthma, ACT: Asthma Control Test; IMC: Índice de massa corporal; VEF1: Volume expiratório forçado no primeiro segundo. IgE: Imunoglobulina E.

No modelo de regressão logística multivariada para identificar as variáveis preditoras para presença de distúrbios respiratórios do sono, foram incluídas: nível de controle da asma pelo GINA e ACT, controle da rinite e IMC (Tabela 3).

Ao final, permaneceu no modelo, somente o nível de controle da rinite e a obesidade. Portanto, os pacientes com rinite não controlada apresentaram uma chance 5,94 vezes maior de apresentarem distúrbio respiratório do sono. Assim como as crianças e adolescentes classificadas como obesas apresentaram 3,21 vezes mais chance da presença do referido distúrbio.

Tabela 3: Regressão logística multivariada para a análise das variáveis preditoras

	p	OR ajustado	IC95%
Rinite			
<i>Controlada</i>			
<i>Não controlada</i>	0,001	5,94	2,12 – 16,64
IMC			
<i>Eutrófico</i>			
<i>Obeso</i>	0,012	3,21	1,29 – 7,99

OR: Odds ratio; IC95%: Intervalo de Confiança 95%.

DISCUSSÃO

Os achados do presente estudo sugerem que a rinite não controlada e a obesidade são os principais fatores de risco para a presença de distúrbios respiratórios do sono em crianças e adolescentes com asma.

Em estudos, realizado com crianças e adultos, verificou-se que o controle inadequado da asma esteve associado a DRS e a coexistência de RA com asma pareceu aumentar ainda mais a carga de DRS²⁴⁰. Nosso estudo encontrou resultados semelhantes quando comparado ao nível de controle da doença, com associação entre o DRS e asma não controlada e RA não controlada.

²⁴⁰ PERIKLEIUS, *et al.*, 2018; ROMANO *et al.*, 2019.

A revisão sistemática de Fried *et al.*²⁴¹, selecionou 103 artigos que relacionam doenças, como a rinite alérgica, com o impacto negativo no sono e na qualidade de vida avaliado pelo Questionário de Qualidade de Vida da Rinite (RQLQ), na maioria dos trabalhos, e observou-se altas pontuações neste questionário que indicam baixa qualidade de sono, que conseqüentemente prejudica a vida diária dos indivíduos acometidos. Portanto, a melhora dos sintomas da rinite através do tratamento adequado é capaz de melhorar o sono e qualidade de vida diurna. Dessa forma, enfatiza-se a importância do acompanhamento e manejo adequado de comorbidades como a rinite, uma vez que podem acarretar em melhora ou redução dos distúrbios do sono.

Nosso trabalho identificou que, um dos principais fatores de risco para DRS é a obesidade, no qual, estudos vem a interferir acerca dos mecanismos fisiopatológicos que associam ambas as patologias, como vias aéreas e pulmão com alto conteúdo de gordura abdominal que podem reduzir a execução diafragmática e a expansão torácica, o que leva a diminuição da distensão e aumento do trabalho respiratório, que pode resultar em uma assimetria entre o crescimento pulmonar e o calibre das vias aéreas, gerando um aumento do esforço respiratório devido ao aumento de gordura corporal.²⁴²

Nayaranan *et al.*²⁴³, avaliaram 367 crianças e identificaram 52% com asma, 54% com obesidade e 30% com síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) diagnosticada pela polissonografia noturna, e ao final do estudo observaram que a obesidade aumentou a probabilidade de SAOS nas crianças mais velhas. Nessa mesma perspectiva, cita-se o estudo de Ioan *et al.*²⁴⁴, que identificaram a presença de SAOS em 48% crianças obesas e 33% crianças com asma, e assim como nosso trabalho, a obesidade foi um fator de risco importante para a presença de distúrbios do sono.

Cita-se como limitação no nosso estudo, a utilização apenas de questionários para a avaliação dos distúrbios do sono, e não da polissonografia, considerada padrão-ouro para o seu diagnóstico. No entanto, em uma revisão sistemática realizada com o objetivo de verificar a associação entre asma e DRS em crianças, os autores

²⁴¹ FRIED *et al.*, 2020.

²⁴² PERIKLEIUS, *et al.*, 2018; REYES-ANGEL, 2023.

²⁴³ NAYARANAN *et al.*, 2020.

²⁴⁴ IOAN *et al.*, 2022.

indicaram evidências de uma associação significativa entre asma e DRS baseada principalmente em ferramentas clínicas como questionários, uma vez que poucos estudos incluídos nesta revisão realizaram a polissonografia (PSG)²⁴⁵.

Dessa forma, ressalta-se a importância desse estudo, visto que diversos serviços e locais de atendimento não possuem a polissonografia para o diagnóstico de SAOS ou distúrbios do sono, e assim, a aplicação de questionários simples e reprodutíveis como o EDSC, pode ser uma possível ferramenta de triagem dessas alterações, principalmente tratando-se de crianças e adolescentes com asma, rinite ou obesidade.

Por fim, ressalta-se que por se tratar de um estudo transversal, não foi possível avaliar a melhora dos distúrbios do sono após otimização do tratamento da Rinite alérgica e diminuição do IMC em nosso estudo. Dessa forma, sugere-se a realização de mais estudos longitudinais nessa temática.

CONCLUSÃO

Concluimos que a rinite não controlada e a obesidade são os principais fatores de risco para presença dos distúrbios do sono em crianças e adolescentes com asma. Além disso, a RA não controlada demonstrou maior impacto quando comparada com a obesidade, indicando a importância do acompanhamento e bom manejo das comorbidades associadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. L. et al. Avaliação da qualidade do sono e da qualidade de vida na asma.

BRAZ. j. allergy immunol, p. 107–111, 2014; 2(3):107-111. ID: lil-783249

BILGIN, N. et al. Sleep-related breathing disorders in children with asthma: Impact on asthma control. Journal of the College of Physicians and Surgeons--Pakistan: JCPSP, v. 32, n. 4, p. 473–477, 2022.

BROCKMANN, P. E.; BERTRAND, P.; CASTRO-RODRIGUEZ, J. A. Influence of asthma on sleep disordered breathing in children: a systematic review. Sleep medicine reviews, v. 18, n. 5, p. 393–397, 2014.

²⁴⁵ BROCKMANN, 2014.

FERNANDES, P. H. et al. Translation into Portuguese and validation of the Rhinitis Control Assessment Test (RCAT) questionnaire. *Brazilian Journal Otorhinolaryngol*, 2016, v: 82, p.674-9. Doi: 10.1016/j.bjorl.2015.12.011.

FERREIRA, V. R. Escala de distúrbios do sono em crianças: tradução, adaptação cultural e validação. 2009. Tese (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2009.

FRIED, J. et al. Rhinologic disease and its impact on sleep: a systematic review. *International Forum of Allergy & Rhinology*, v. 11, n. 7, p. 1074–1086, dez. 2020.

GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA (GINA) 2022 Main Report - Global Initiative for Asthma, 2022. Disponível em: <<https://ginasthma.org/gina-reports/>>. acessado em novembro/2022.

GLOBAL INITIATIVE FOR ASTHMA. 2024 GINA Main Report. Global strategy for asthma management and prevention, 2024. Disponível em: <<https://ginasthma.org/2024-report/>>.

HALAL, C.S.E. et al. Distúrbios do sono na infância: Resumo: Artigo de revisão. *Residência Pediátrica*, v. 8, n.m1, p. 86–92, 2018. doi: 10.25060/residpediatr-2018.v8s1-14

HIRSHKOWITZ, M. et al. National Sleep Foundation's sleep time duration recommendations: methodology and results summary. *Sleep Health*. v.1, n.1, (p:40-43). mar.2015. doi:10.1016.

International Consensus Report on the diagnosis and management of rhinitis. International Rhinitis Management Working Group. *Allergy*.v. 49, n. 19 Suppl, p. 1–34, 1994. PMID: 8080072

IOAN, I. et al. Evaluation of obesity and asthma as risk factors for moderate to severe obstructive sleep apnea in children. *Journal of Clinical Sleep Medicine*, mar. 2022. 18(6):1639-1648. doi: 10.5664/jcsm.9948.

LOEKMANWIDJAJA, J. et al. sleep disorders in children with moderate to severe persistent allergic rhinitis. *Brazilian journal of otorhinolaryngology*, v. 84, n. 2, p. 178–184, 2018.

MALLOL, J. et al. The International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC) Phase Three: A global synthesis. *Allergologia et Immunopathologia*, v. 41, n. 2, p. 73–85, mar. 2013. Doi: 10.1016/j.aller.2012.03.001.

MANSFIELD, L. et al. Sleep disordered breathing and daytime quality of life in children with allergic rhinitis during treatment with intranasal budesonide. *Ann Allergy Asthma Immunol*. 2004;92(2):240-244. doi:10.1016/S1081-1206(10)61554-2

NALLU, S. et al. Review of Narcolepsy and Other Common Sleep Disorders in Children. *Advances in Pediatrics*, v. 66, p. 147–159, ago. 2019. Doi: <[10.1016/j.yapd.2019.03.008](https://doi.org/10.1016/j.yapd.2019.03.008)>.

NARAYANAN, A. et al. Asthma and obesity as predictors of severe obstructive sleep apnea in an adolescent pediatric population. *Laryngoscope*, v. 130, n. 3, p. 812–817, 1 mar. 2020. doi: 10.1002/lary.28029. Epub 2019 Apr 26.

NEUMAYER, J.M.O. et al. Distúrbios do sono e qualidade de vida em crianças e adolescentes com asma. 2016. Dissertação (Graduação)- Universidade Federal da Bahia (UFBA). CDU:(616.24'008.4

NUNES, M. L. Distúrbios do sono. Artigo de revisão S63, *Jornal de Pediatria*, v. 78, p. S63–S72, ago. 2002. doi:10.1590. Acess.: Access on 01 Sept. 2020.

OLIVEIRA, S.G. et al. Validation of the Brazilian version of the childhood asthma control test (c-ACT). *Pediatr Pulmonol.* 2016, v.51 n.4, p: 358-63. Doi:10.1002/ppul.23318

PERIKLEOUS, E. et. al. Associação de Asma e Rinite Alérgica com Transtornos do Sono Respiratórios na Infância. *Front Pediatr* . 2018; v.6, p250. Publicado em 11 de setembro de 2018. doi:10.3389 / fped.2018.00250.

PITCHON, R. R. et al. Asthma mortality in children and adolescents of Brazil over a 20-year period. *Jornal de Pediatria*, v. 96, n. 4, p. 432–438, jul. 2020. access on 01 Sept. 2020. doi: 10.1016/j.jpmed.2019.02.006.

REITER, J. *et. al.* sleep disorders in children with asthma. *Pediatric Pulmonology*, v. 57, n. 8, p. 1851-9, 2021. doi: 10.1002/ppul.25264

REYES-ANGEL, J. et al. Asma relacionada con la obesidad infantil. Disponível em: <<https://www.intramed.net/content/105165>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ROBBINS, R.; SONNEGA, A.; TURNER, R.W. et al. Sleep Difficulties and Cognition for 10 Years in a National Sample of U.S. Older Adults. *Innovation in Aging*, v. 4, n. 4, 2020.

ROMANO, M.R., et al. The impact of perennial allergic rhinitis with/without allergic asthma on sleep, work and activity level. *Allergy Asthma Clin Immunol* 15, 81 (2019). <<https://doi.org/10.1186/s13223-019-0391-9>>.

ROXO, J.P.F. et. al. Validação do Teste de Controle da Asma em português para uso no Brasil. *Jornal Brasileiro de pneumologia*, 2010, v. 36, n. 2, p:159-166, Abril de 2010.

SAKANO, E. et al. IV Consenso Brasileiro sobre Rinites. Documento conjunto da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial e Sociedade Brasileira de Pediatria. 2017 Disponível em <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Consenso_Rinite_9_-27-11-2017_Final.pdf>.

SÁNCHEZ, T. et al. Trastornos respiratorios del sueño en niños escolares chilenos: prevalência y factores de riesgo. *Rev. chilena de pediatría*, 2018. vol.89, n.6.[citado 2020-08-24], pp.718-725. Doi: <[10.4067/S0370-41062018005000902](https://doi.org/10.4067/S0370-41062018005000902)>.

VIEIRA, N.S. Avaliação da qualidade e duração do sono em crianças portadoras ou não de asma e sobrepeso/obesidade. 2014. Dissertação (Monografia)- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).]

WHO. Body mass index (BMI). Disponível em: <<https://www.who.int/data/gho/data/themes/topics/topic-details/GHO/body-mass-index>>.

**NÍVEIS DE DEPENDÊNCIA AO CIGARRO ELETRÔNICO NA
POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO
OBSERVACIONAL**

*LEVELS OF DEPENDENCE ON ELECTRONIC CIGARETTE IN
THE POPULATION
OF RIO GRANDE DO NORTE: AN OBSERVATIONAL STUDY*

*NIVELES DE DEPENDENCIA DE CIGARRILLOS ELECTRÓNICOS
EN LA POBLACIÓN DE RIO GRANDE DO NORTE: UN ESTUDIO
OBSERVACIONAL*

Gabriella Caiana dos SANTOS²⁴⁶

Rêncio Bento FLORENCIO²⁴⁷

Catharinne Angélica Carvalho de FARIAS²⁴⁸

RESUMO

Introdução: O uso do cigarro eletrônico vem crescendo no Brasil e no mundo, sendo uma preocupação de saúde pública. Esses dispositivos eletrônicos foram desenvolvidos com a finalidade de cessação do tabagismo, porém, até os tempos atuais, nenhum cigarro eletrônico foi aprovado como medicamento para parar de fumar. **Objetivo:** Avaliar nível de dependência de cigarros eletrônicos (*ecig*), além de seus fatores associados. **Métodos:** Tratou-se de um estudo transversal, quantitativo, não probabilístico, do tipo *snowball sampling*, realizado junto a população potiguar. Participaram do estudo indivíduos de ambos os sexos, com 18 anos ou mais, residentes no Rio Grande do Norte, sendo excluídos aqueles sujeitos que não responderam os questionamentos por completo. Foram avaliados dados de identificação, antropometria, hábitos de vida e condições sociodemográficas. Para avaliar a dependência do *ecig*, foi aplicado o questionário Fagerstrom, versão adaptada para o cigarro eletrônico. Foi aplicado o teste de Kolmogorov Smirnov e Qui Quadrado. **Resultados:** A amostra foi composta por 69 voluntários, sendo 68,1% do sexo masculino, 65,2% estando na faixa

²⁴⁶ Graduação em Fisioterapia – UFRN/2024. (E-mail: gabriellacaiana@outlook.com).

²⁴⁷ Doutorado em Biotecnologia em Saúde - UFRN/2018, Graduado em Fisioterapia - UFRN/2011, Docente Universitário da Universidade Federal de Goiás – UFG (e-mail: rencio_bento@ufg.br).

²⁴⁸ Doutorado em Fisioterapia - UFRN/2018, Mestrado em Fisioterapia - UFRN/2012, Especialização em Preceptoría em Saúde - UFRN/2020, Especialização em Especialização profissional em Fisioterapia em terapia intensiva neonatal e pediatria – ASSOBRAFIR/2015, Especialização em Especialista profissional Terapia Intensiva Adulto – ASSOBRAFIR/2014, Especialização em Avaliação Fisioterápica Do Aparelho Locomotor - UFRN/1999, Graduação em Fisioterapia - UFRN/1996. (E-mail: catharinne.farias@ufrn.br).

etária de 18 a 24 anos. O grau de dependência ao *ecig* nessa amostra foi de 49% com dependência baixa e muito baixa e 51% com dependência média, elevada e muito elevada. Conclusão: Este estudo demonstrou que na população potiguar, o uso do *ecig* foi maior entre jovens, do sexo masculino, em sua maioria estudantes, apresentando um grau de dependência elevado em mais de 50% da amostra, fazendo com que haja necessidade de estratégias preventivas e educacionais que sejam essenciais e abordem de maneira eficaz os desafios associados ao combate ao tabagismo eletrônicos e seus respectivos impactos.

Palavras-chave: cigarro eletrônico; nicotina; tabagismo.

ABSTRACT

Introduction: The use of electronic cigarettes has been growing in Brazil and around the world, being a public health concern. These electronic devices were developed for the purpose of smoking cessation, however, to date, no electronic cigarette has been approved as a medication to stop smoking. **Objectives:** To evaluate the level of dependence on electronic cigarettes (*ecig*) in the population of Rio Grande do Norte, in addition to its associated factors. **Methods:** The present study is a cross-sectional, non-probabilistic quantitative snowball sampling study, carried out in the population of Rio Grande do Norte, using the Fagerstrom questionnaire, a version adapted for electronic cigarettes. **Results:** 72 participants answered the questionnaire, where three people had to be excluded due to inadequate responses to the questionnaire. Of the total selected participants, 68.1% were male and 31.9% were female, with an average age of 18 to 24 years. The degree of dependence on *ecig* in this population demonstrated a varied distribution, where the most prevalent category is "low" represented by 29.0% and "High" and "Very high" represented by 26.1 and 18.8% respectively. **Conclusion:** This study highlights the habits related to the use of electronic cigarettes, especially among young adults, mostly students, creating a need for preventive and educational strategies that are essential and effectively address the challenges associated with using growing number of electronic cigarettes and their respective impacts.

Keywords: electronic cigarettes; nicotine; smoking.

RESUMEN

Introducción: El uso de cigarrillos electrónicos viene creciendo en Brasil y en el mundo, siendo un problema de salud pública. Estos dispositivos electrónicos se desarrollaron con el propósito de dejar de fumar, sin embargo, hasta la fecha, no se han aprobado cigarrillos electrónicos como medicamento para dejar de fumar. **Objetivo:** Evaluar el nivel de dependencia de los cigarrillos electrónicos (ECIG), así como sus factores asociados. **Métodos:** Se trata de un estudio transversal, cuantitativo, no probabilístico, de bola de nieve, realizado con la población de Rio Grande do Sul. Participaron del

estudio individuos de ambos sexos, con edad igual o superior a 18 años, residentes en Rio Grande do Norte, Brasil. Se excluyeron los sujetos que no respondieron a las preguntas en su totalidad. Se evaluaron datos de identificación, antropometría, hábitos de vida y condiciones sociodemográficas. Para evaluar la dependencia del ecig se aplicó el cuestionario de Fagerstrom, una versión adaptada para los cigarrillos electrónicos. Se aplicaron las pruebas de Kolmogorov, Smirnov y Chi-cuadrado. Resultados: La muestra estuvo constituida por 69 voluntarios, 68,1% varones, 65,2% en el grupo etario de 18 a 24 años. El grado de dependencia de la ECIG en esta muestra fue del 49% con dependencia baja y muy baja y del 51% con dependencia media, alta y muy alta. Conclusión: Este estudio demostró que en la población de Rio Grande do Sul, el uso de ecig fue mayor entre los hombres jóvenes, en su mayoría estudiantes, con alto grado de dependencia en más del 50% de la muestra, por lo que es necesario contar con estrategias preventivas y educativas que sean esenciales y aborden eficazmente los desafíos asociados a la lucha contra el tabaquismo electrónico y sus respectivos impactos.

Palabras clave: cigarrillo electrónico; nicotina; tabaquismo.

INTRODUÇÃO

Evidências atuais apresentam que a prevalência do uso de tabaco em adultos está reduzindo globalmente e no Brasil, entretanto, entre jovens e adolescentes, continua sendo uma preocupação da saúde pública, haja vista o surgimento do uso de outros produtos do tabaco, como o narguilé e cigarros eletrônicos²⁴⁹. Com o avanço da tecnologia nos últimos anos, o cigarro eletrônico, vaping, e-cig, ou dispositivo eletrônico para fumar (DEF), como também é chamado, se tornou de grande procura pelo mundo da internet²⁵⁰.

Criado pelo farmacêutico chinês Hon Lik em 2003, o cigarro eletrônico é comprado pela Internet e/ou vendido diretamente ao consumidor em muitos países de maneira esporádica e sem meios burocráticos. No Brasil a ANVISA proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, diante da (RDC 46, de 28/08/09), uma vez que, não há segurança quanto ao seu uso diante ao viés na regulamentação do controle de qualidade, o que promove uma variedade de dispositivos e seus constituintes, onde esses dispositivos eletrônicos para

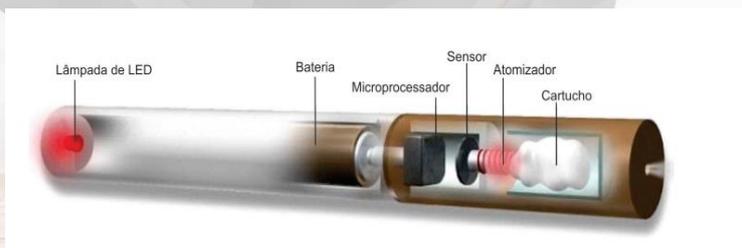
²⁴⁹ MALTA *et al.*, 2022.

²⁵⁰ BARRADAS *et al.*, 2021.

fumar vem representando uma ameaça à saúde pública, uma vez que, o aquecimento dos produtos contidos nos cigarros eletrônicos, além do poder viciante da nicotina, podem conter substâncias tóxicas aos seres humanos como, níquel e óxido de etileno, substâncias relacionadas com a emergência de neoplasias pulmonares e sinusais, linfomas, mieloma múltiplo e dentre outros²⁵¹.

Inicialmente, os cigarros eletrônicos foram desenvolvidos com a finalidade de promover cessação do tabagismo, porém, até os tempos atuais nenhum cigarro eletrônico foi aprovado como medicamento para parar de fumar pelo Centro de Avaliação e Pesquisa de Medicamentos (CDER) devido à baixa evidência científica envolvendo cigarros eletrônicos e cessação ao tabagismo. Portanto, o uso de cigarros eletrônicos não está significativamente associado à cessação do tabagismo na população adulta em geral²⁵².

Os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), são produtos que funcionam a base de bateria, onde no interior do dispositivo contém um compartimento para o cartucho ou refil, que contém nicotina líquida em concentrações de zero a 36 mg/ml ou mais, aromatizantes, aditivos de sabor e outros produtos químicos. O atomizador é responsável por aquecer e vaporizar a nicotina, enquanto o sensor, ao ser acionado durante a inalação, ativa o microprocessador, que por sua vez aciona a bateria e a luz de LED, demonstrado na figura abaixo²⁵³.



Fonte: (Carvalho, 2016)

Sobre a exposição a substância nicotina, um estudo traz que o nível de exposição à nicotina e sua comparação com o cigarro convencional vem sendo analisado desde que os cigarros eletrônicos foram introduzidos, com o intuito de traçar o perfil dos

²⁵¹ MEDEIROS *et al.*, 2023.

²⁵² WANG; BHADRIRAJU; GLANTZ, 2020.

²⁵³ CARVALHO, 2016.

níveis de nicotina e derivados no *ecig*, porém nenhuma conclusão consistente²⁵⁴. Entretanto, a variedade de marcas, designs, emissão e potência de cada dispositivo, os cigarros eletrônicos podem ter diferentes características de emissão de tóxicos, onde o rendimento e a exposição de nicotina ficam altamente correlacionados²⁵⁵.

A nicotina ocupa a segunda posição entre as substâncias psicoativas mais consumidas globalmente, ficando atrás apenas do álcool, é responsável por gerar impactos positivos no humor, cognição, estresse e ansiedade, atuando por meio da liberação de neurotransmissores excitatórios, onde a exposição crônica à nicotina resulta em neuro adaptação, ou seja, o desenvolvimento de tolerância. Diante disso, a absorção de nicotina através do cigarro eletrônico e seus efeitos correlatos podem ser influenciados pela concentração do líquido no tanque e pela experiência do usuário²⁵⁶.

O Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da FMUSP (InCor) afirma que os usuários de cigarros eletrônicos podem apresentar níveis de nicotina equivalentes ao consumo de 20 cigarros tradicionais por dia. Considerando que um maço de cigarros tem aproximadamente 300 tragadas e um cigarro comum no Brasil tem no máximo 1 miligrama de nicotina, estima-se que um vaporizador de 1.500 tragadas seria equivalente a cinco maços de cigarros. No caso específico do *ecig* descartável Ignite, que possui cerca de 1.500 puffs e, supondo um consumo médio de 100 puffs diários, a durabilidade seria de 15 dias. Essa informação destaca a complexidade da comparação entre cigarros eletrônicos e cigarros tradicionais, pois a quantidade de nicotina e o modo de consumo podem variar significativamente entre os dois²⁵⁷.

Com isso surgiu a problemática do presente estudo tendo como principal objetivo, identificar os níveis de dependência de cigarros eletrônicos a partir da escala de nível de dependência a nicotina de Fagerstrom versão adaptada ao cigarro eletrônico na população do Rio Grande do Norte, além disso, identificar a amostra quanto ao gênero, faixa etária, antropometria e hábitos de vida; verificar à escolaridade, profissão/ocupação, renda e Regionais de Saúde do Rio Grande do Norte as quais os voluntários pertencem; avaliar o nível de atividade física do amostra; e por fim analisar

²⁵⁴ BARUFALDI *et al.*, 2021.

²⁵⁵ TALIH *et al.*, 2016.

²⁵⁶ RIBEIRO, 2023.

²⁵⁷ *Ibidem*.

se existe associação entre o grau de dependência a nicotina com o teor de nicotina do *ecig* e o tempo de tabagismo eletrônico.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo tratou-se de um estudo transversal, do tipo quantitativo não probabilístico de modalidade bola de neve (*snowball sampling*). A população foi composta por pessoas residentes no estado do Rio Grande do Norte - Brasil, distribuídos pelas regionais de saúde, que compreenda e fale o idioma português. A amostra ocorreu de forma linear, onde cada indivíduo ao final do processo da pesquisa indicou outro participante, dessa forma, caracterizando a modalidade *snowball sampling* ou bola de neve.

O estudo foi executado pela Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), unidade especializada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), localizada no município de Santa Cruz - RN. A divulgação do estudo para formação da amostra foi realizada pelas mídias sociais e plataformas de conversa, e a coleta dos dados se deu através do aplicativo Google Forms.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), sob parecer número 6.055.868 (CAAE: 62782522.4.0000.5568), de acordo com a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os indivíduos que aceitaram participar voluntariamente assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram incluídos no estudo indivíduos de ambos os sexos, com 18 anos ou mais de idade, que residiam em território potiguar e que faziam uso do cigarro eletrônico. Foram excluídos aqueles voluntários que preencheram o questionário com respostas inadequadas ou incoerentes ao que foi perguntado ou que preencheram o questionário de forma incompleta.

Após contato inicial com os voluntários, foram realizadas as aplicações dos questionários sendo eles referentes a avaliação antropométrica, de hábitos de vida e condições sociodemográficas, onde foi utilizado uma ficha de avaliação

semiestruturada, elaborada pelos pesquisadores, contendo informações de identificação e perfil sociodemográfico, dados antropométricos como também foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC), que se deu por meio do cálculo a partir da massa corporal em quilogramas dividido pelo quadrado da altura em metros, (kg/m²), onde esse índice permitiu classificar os indivíduos em abaixo do peso, peso normal, excesso de peso, e obesidade grau I, II e III²⁵⁸. Quanto à idade, de acordo com a Lei nº 12.852/13 do estatuto da juventude, jovem é a pessoa com idade entre 15 e 29 anos de idade. Para fins metodológicos, a idade será expressa em faixa etária, onde os voluntários foram distribuídos da seguinte maneira: jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos), jovens adultos (faixa-etária dos 25 aos 29 anos) e adultos (30 a 59 anos).

Após esta etapa, os voluntários sequencialmente foram submetidos a aplicação do questionário para o Teste de Dependência à Nicotina de Fagerstrom, modelo adaptado para o cigarro eletrônico, e o qual trata-se de um questionário composto por 6 perguntas onde cada resposta é correspondente a uma pontuação; que ao final será somado gerando um score e classificando os indivíduos conforme o grau de dependência à nicotina, onde se a pontuação final for entre zero a dois, a dependência é considerada muito baixa e, entre três e quatro, a dependência é baixa, se a pontuação for cinco a dependência será média; entre seis e sete, a dependência será considerada elevada, e se a pontuação atingir de oito a dez pontos a dependência é classificada como muito elevada²⁵⁹. Como no estudo presente foi avaliado o uso de cigarro eletrônico, o teste foi modificado para se adaptar a esse público, alterando efetivamente apenas uma questão, de “quantos cigarros você fuma por dia?” para “Qual o nível de nicotina você usa em seu *vaping*?”. As opções de resposta estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 1: Pontuação atribuída ao questionário de Nível de dependência à nicotina de Fagerstrom adaptado para cigarro eletrônico²⁶⁰.

NÍVEL DE NICOTINA	PONTUAÇÃO
50mg	3
35mg	3
25mg	2
9mg	2
6mg	2
3mg	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: mg: miligramas.

²⁵⁸ WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000.

²⁵⁹ OLIVEIRA *et al.*, 2022.

²⁶⁰ *Ibidem*.

Além de, inclusão de outras perguntas elaboradas pelos pesquisadores, sendo elas: “Você acorda à noite para usar o seu cigarro eletrônico?”, “Atualmente você usa o cigarro eletrônico porque é muito difícil de parar?”, “Você já se sentiu ansioso (a), inquieto (a) ou nervoso (a) por não poder usar o cigarro eletrônico?”, “Você tem noção dos riscos que o uso deste dispositivo pode causar à sua saúde?”.

Para a avaliação do nível de atividade física foi utilizado o questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), versão curta, sendo este composto por sete questões abertas e suas informações permitiram estimar o tempo despendido, por semana, em diferentes dimensões de atividade física (caminhadas e esforços físicos de intensidades moderada e vigorosa) ele avalia a inatividade física e permite estimar o tempo semanal gasto em atividades físicas de intensidade moderada e vigorosa, em diferentes contextos do cotidiano, como: trabalho, transporte, tarefas domésticas e lazer²⁶¹.

Os dados foram coletados e organizados em planilhas virtuais e posteriormente transferidos para o programa de análise de dados *GraphPad Prism 6 software*²⁶², com nível de significância de 95% ($p < 0,05$). Para avaliar a normalidade dos dados, foi utilizado o teste de *Kolmogorov-Smirnov*. A estatística descritiva foi realizada utilizando as medidas de distribuição paramétrica (média, desvio padrão, frequência absoluta e relativa). Para verificar se houve associação entre o grau de dependência a nicotina e as variáveis teor de nicotina e tempo de tabagismo eletrônico, utilizou-se uma categorização do grau de dependência a nicotina da seguinte maneira: Baixa dependência (aqueles sujeitos com dependência muito baixa e baixa) e elevada dependência (aqueles com dependência média, elevada e muita elevada). Para a análise estatística destas variáveis foi aplicado o Teste do Qui Quadrado de *Pearson*.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 72 participantes, onde 3 foram excluídos por preenchimento inadequado das respostas. Assim, 69 participantes foram selecionados para a análise do estudo, todos eles residentes no Estado do Rio Grande do Norte,

²⁶¹ SEMBER *et al.*, 2020

²⁶² *GraphPad Software Inc.*, San Diego, Califórnia USA.

consumidores de cigarros eletrônicos e distribuídos de acordo com as regionais de saúde. Do total de participantes, 68,1% eram do sexo masculino, sendo 65,2% da amostra composta por jovens de 18 a 24 anos.

Os participantes apresentaram uma média de peso de 74,9 ($\pm 11,1$) kg, quanto a estatura, a média foi de 1,72 ($\pm 0,1$) m e o IMC médio foi de 25,1 ($\pm 4,7$) kg/m². No contexto de hábitos de vida, a maioria dos participantes (94,2%) relata o consumo de álcool, quanto ao consumo de cigarro convencional, 40,6% relataram já ter utilizado, e 21,7% utilizam o cigarro convencional apenas em associação ao consumo de bebidas alcoólicas, conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização da amostra quanto ao gênero, faixa etária, antropometria e hábitos de vida, Santa Cruz/RN, Brasil, 2023.

Variáveis	Número total (n=69)	Percentual (100%)
Gênero	n	%
Homens	47	68,1
Mulheres	22	31,9
Faixa etária	n	%
18 a 24 anos	45	65,2
25 a 29 anos	17	24,6
30 a 59 anos	07	10,1
Etilismo	n	%
Sim	65	94,2
Não	4	5,8
Cigarro convencional	n	%
Não	21	30,4
Sim, já usei	28	40,6
Sim, rotineiramente	5	7,3
Sim, apenas quando bebe	15	21,7

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: Kg: quilogramas; m; metros; kg/m²: quilogramas por metro quadrado.

Diante dos resultados, a distribuição dos usuários de cigarros eletrônicos quanto à escolaridade, grande parte dos participantes (60,8%) da amostra possui ensino superior completo ou está cursando o mesmo, indicando um nível educacional predominantemente elevado na amostra.

No que diz respeito à profissão/ocupação, os estudantes constituem a maior parcela da amostra, representando 47,8%. A análise da renda mensal familiar revela uma concentração significativa na faixa de 0 a 1 salário-mínimo, abrangendo 44,9% dos participantes. Quanto à distribuição regional de saúde, a IV Regional é a mais representada, compreendendo 60,9% dos participantes, demonstrados na tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos usuários de cigarros eletrônicos quanto à escolaridade, profissão/ocupação, renda e Regionais de Saúde do Rio Grande do Norte, Santa Cruz/RN, Brasil, 2023.

Variáveis	Número total (n=69)	Percentual (100%)
Escolaridade	n	%
Ensino fundamental	2	2,9
Ensino médio	25	36,2
Ensino superior	42	60,9
Renda mensal familiar	n	%
De 0 a 1 salário-mínimo	32	45,71
De 2 a 3 salários-mínimos	21	30,0
De 4 a 5 salários-mínimos	10	14,29
Acima 5 salários-mínimos	7	10,0
Regional de saúde	n	%
I Regional	1	1,5
II Regional	2	2,9
III Regional	1	1,5
IV Regional	42	60,9
V Regional	5	7,3
VI Regional	1	1,5
VII Regional	17	24,6
VIII Regional	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: n = número absoluto. % = percentual.

Quando se investigou o teor de nicotina utilizado nos cigarros eletrônicos, a maioria dos participantes (69,6%) utilizavam concentrações mais elevadas, variando entre 50 e 35 mg. No que diz respeito ao grau de dependência ao *ecig*, os participantes demonstraram uma distribuição variada, porém, 44,9% da amostra revelou uma dependência elevada e/ou muito elevada.

Quanto ao tempo de tabagismo eletrônico, a maioria dos participantes (59,4%) faz uso do cigarro eletrônico entre 1 e 2 anos. Em relação aos hábitos associados ao uso do *ecig* sobre acordar no meio da noite para utilizá-lo, 33,3% dos participantes têm esse hábito, o que pode estar associado ao teor de nicotina utilizado e quando questionados sobre a dificuldade em interromper o uso, 62,3% dos participantes afirmaram encontrar dificuldades nesse processo. Além disso, a maioria dos voluntários (71,0%), informou a utilização do cigarro eletrônico como parte integrante de sua rotina diária.

Sobre o tabagismo convencional e a influência ao uso do *ecig*, 46,3 % dos participantes afirmaram que o tabagismo convencional teve influência. No que diz respeito à associação entre a abstinência do *ecig* e a ansiedade, a maioria dos participantes (76,8%) relataram que não utilizar o cigarro eletrônico gera sintomas de

ansiedade, enquanto (23,2%) relataram que não sentem sintomas/sinais, indicando uma possível correlação entre a não utilização do dispositivo e níveis de ansiedade.

Com relação ao consumo de bebidas alcoólicas e o padrão de uso do *ecig*, 92,8% relataram que costumam realizar maior consumo quando bebem, além disso, quando questionados se conhecem os riscos à saúde associados ao uso do *ecig*, 97,1% afirmaram estar ciente desses riscos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3 - Distribuição da amostra quanto às características do *ecig* utilizado e aos hábitos tabágicos, Santa Cruz/RN, Brasil, 2023.

Variáveis	Número total (n=69)	Percentual (100%)
Teor de nicotina (mg)	n	%
50 a 35	48	69,6
25, 9 a 6	9	13,0
2 a 3	5	7,2
0	7	10,1
Grau de dependência ao <i>ecig</i>	n	%
Muito baixa	14	20,3
Baixa	20	29,0
Média	4	5,8
Elevada	18	26,1
Muito elevada	13	18,8
Acorda para usar o <i>ecig</i>	n	%
Não	46	66,7
Sim	23	33,3
É difícil parar o uso do <i>ecig</i>	n	%
Não	26	37,7
Sim	43	62,3
Não usar o <i>ecig</i> gera ansiedade	n	%
Não	16	23,2
Sim	53	76,8
Consome mais <i>Ecig</i> quando bebe	n	%
Não	1	1,5
Sim	64	92,8
Não bebe	4	5,8

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: *ecig* = cigarro eletrônico. Mg = miligramas. n = número absoluto. % = percentual.

Ao ser avaliado os níveis de atividade física da amostra, foi identificado que 40,6% estavam classificados como ativos e 20,3% eram muito ativos, além de um percentual de 33,4%, que realizam atividades irregulares.

Tabela 4 - Distribuição dos usuários de cigarros eletrônicos quanto ao nível de atividade física, Santa Cruz/RN, Brasil, 2023.

Variáveis	Número total (n = 69)	Percentual (100%)
Sedentário	4	5,8
Irregularmente Ativo A	5	7,3
Irregularmente Ativo B	5	7,3
Irregularmente Ativo C	13	18,8
Ativo A	18	26,1
Ativo B	10	14,5
Muito Ativo A	9	13,1
Muito Ativo B	5	7,3

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: Legenda: n = número absoluto. % = percentual.

Para os dados apresentados a seguir, organizou-se o grau de dependência ao cigarro eletrônico em duas categorias: Baixa dependência e alta dependência. Ao ser feita a associação entre o grau de dependência ao *ecig* e as variáveis teor de nicotina do *ecig* e o tempo de tabagismo eletrônico, foi observado uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis teor de nicotina, tempo de uso e o grau de dependência, onde o p-valor ($<0,001$), mostrando que quanto mais elevado o teor da nicotina e o tempo de uso, maior foi a dependência. Conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5- Associação entre o grau de dependência a nicotina com o teor de nicotina do *Ecig* e o tempo de tabagismo eletrônico, Santa Cruz/RN, Brasil, 2023.

Variáveis	Baixa dependência ao <i>ecig</i>	Elevada dependência ao <i>ecig</i>	Total	p valor
Teor nicotina	n (%)	n (%)	n (%)	
Baixo	17 (24,6)	4 (5,8)	21 (30,4)	< 0,0001
Alto	17 (24,6)	31 (44,9)	48 (69,6)	
Total	34 (49,2)	35 (50,7)	69 (100)	
Tempo de uso do <i>ecig</i>	n (%)	n (%)	n (%)	
Até 1 ano	34 (49,3)	5 (7,2)	39 (56,5)	< 0,0001
Acima de 1 ano	0 (0)	30 (43,5)	30 (43,5)	
Total	34 (49,3)	35 (50,7)	69 (100)	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Legenda: *ecig* = cigarro eletrônico; % = percentual; n = número absoluto.

Considerando o presente estudo, que apresentou como objetivo identificar os níveis de dependência de cigarros eletrônicos na população do Rio Grande do Norte, identificou-se que os usuários de cigarros eletrônicos que contribuíram com este estudo eram em sua maioria (68,1%) homens jovens. Uma revisão sistemática, teve como propósito analisar o perfil epidemiológico dos usuários de cigarros eletrônicos globalmente, utilizando três bases de dados principais (Medline/PubMed, SCOPUS e

EMBASE) e a avaliação dos estudos foi conduzida de maneira independente por dois revisores, no qual os resultados trouxeram a faixa etária de maior percentual de usuários foi a de 18 a 24 anos, representado em maior quantidade pelo público masculino²⁶³, dados que corroboram com este estudo.

O estudo publicado por Bertoni *et al*²⁶⁴, aponta que os indivíduos na faixa etária entre 15 e 24 anos foram os que apresentaram as maiores prevalências de uso de dos cigarros eletrônicos, corresponde a cerca de 70% dos usuários, apontando ainda que a prevalência de uso atual de *ecig* entre esses jovens foi estimada em ser 40 vezes maior que prevalência entre adultos acima de 40 anos. Diante destes resultados, destaca-se a importância de conscientização e intervenções direcionadas, especialmente considerando o grupo demográfico de jovens adultos, para a implementação de estratégias de prevenção, controle e educação sobre o tabagismo eletrônico.

Além disso, pôde-se observar que a maior prevalência de usuários do cigarro eletrônico foi em indivíduos que concluíram ou que ainda estão concluindo o ensino superior, o que pode explicar a faixa etária de maior predomínio nas evidências e resultados encontrados. Um estudo semelhante realizado no Centro Universitário Assis, em Gurgacz-PR, avaliou o nível de dependência da nicotina ao uso do cigarro eletrônico em 144 estudantes de cursos diferentes, onde, 22,9% admitiram usar o *ecig* ocasionalmente, enquanto 5,5% relataram fumar aproximadamente três vezes por semana. Uma parcela menor, 2,8%, afirmou fumar apenas nos finais de semana e 16,0% declararam fumar todos os dias²⁶⁵. Esses resultados ressaltam a diversidade nos padrões de uso de cigarros eletrônicos entre estudantes universitários, indicando a importância de aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam tais comportamentos e suas potenciais repercussões para a saúde, porém, diante da faixa etária que é apontada tanto neste estudo, como em vários outros, os jovens estudantes compõem o público que mais utiliza o *ecig*.

Um estudo realizado entre estudantes de Medicina de Maringá/PR demonstrou que 55,2% dos 303 alunos do curso que participaram do estudo usam algum tipo de cigarro, e deste que se disseram tabagistas, 46,2% utilizam o tabagismo eletrônico (*ecig* ou nargelê), tendo a maioria deles iniciado a utilização dos cigarros eletrônicos depois

²⁶³ MARTINS *et al.*, 2022.

²⁶⁴ BERTONI *et al.*, 2021.

²⁶⁵ OLIVEIRA *et al.*, 2022.

que ingressaram no curso²⁶⁶. Quanto ao gênero, observou-se neste estudo que 68,1% da amostra era composta por homens, dados que corroboram com o estudo de Gonçalves *et al*²⁶⁷, onde 55,6% dos usuários do *ecig* eram homens. Porém, no estudo de Carneiro, Morais²⁶⁸, o qual avaliou 80 jovens adultos usuários de *ecig*, foi verificado uma homogeneidade entre os gêneros (50% para cada).

O estudo atual analisou o uso do cigarro eletrônico na população de um estado do Nordeste do Brasil. O estudo de Bertoni *et al*²⁶⁹ apontou que a região Nordeste apresentou a menor taxa de uso dos *ecig* (0,13%). Em um estudo realizado sobre o consumo de tabaco no Brasil entre adultos (≥ 18 anos), foi verificado que a prevalência de história de uso de cigarro eletrônico e narguilé foi idêntica para ambos, atingindo 7,3%, enquanto o consumo atual de cigarros convencionais foi de 12,2%. Adultos jovens (18-24 anos) apresentaram as maiores taxas de experimentação de cigarro eletrônico (19,7%) e narguilé (17%), e o uso de cigarro eletrônico e narguilé foi mais comum na região Centro-Oeste e entre aqueles com maior grau de escolaridade, ao passo que o consumo atual de cigarros industrializados foi mais prevalente entre aqueles com menor grau de escolaridade²⁷⁰.

Quando analisados os níveis de nicotina dos *ecig*, houve uma maior predominância de usuários de níveis elevados de nicotina, onde a faixa de 50 a 35 mg representou a concentração média de nicotina. De acordo com esses resultados, foi observado que os indivíduos que usavam maior concentração de nicotina em seu dispositivo apresentaram maiores níveis de dependência, com uma associação estatisticamente significativa. Uma revisão sistemática traz que o uso de cigarros eletrônicos com nicotina pode desenvolver dependência nicotínica, fato que se deve ao aerossol produzido pelo cigarro eletrônico conter nicotina de base livre, uma forma altamente oxidante e particularmente viciante da substância²⁷¹.

Essa facilidade de absorção aumenta ainda mais a necessidade de intervenções de políticas públicas diante das preocupações sobre os potenciais impactos na saúde. Além do mais, os usuários relataram que o número de puffs (tragos) aumenta quando

²⁶⁶ GONÇALVES *et al.*, 2022.

²⁶⁷ *Ibidem.*

²⁶⁸ CARNEIRO, MORAIS, 2023.

²⁶⁹ BERTONI *et al.*, 2021.

²⁷⁰ MENEZES *et al.*, 2023.

²⁷¹ SONEJI *et al.*, 2017.

associados a bebida alcoólica, isso implica que a ingestão de álcool pode influenciar e aumentar o padrão de consumo de tabaco entre os usuários. Tal associação pode ter implicações significativas para a saúde e destaca a importância de compreender os comportamentos combinados de consumo de diferentes substâncias.

Contudo, os usuários relataram que encontram dificuldades para a cessação do *ecig* como também sintomas de ansiedade foi representado por 76,8% da amostra, o que pode explicar é que a nicotina produz efeitos equivalentes no humor especialmente, por meio da liberação de dopamina. Um estudo sobre o uso do cigarro eletrônico e comorbidade em saúde mental entre adolescentes e adultos jovens, mostrou que os efeitos ao uso resultaram em três principais áreas de foco: distúrbios internalizantes, abrangendo condições como depressão, ansiedade, suicídio, transtornos alimentares e transtorno de estresse pós-traumático; distúrbios externalizantes, como transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e transtorno de conduta; e conceitos transdiagnósticos, como impulsividade e estresse percebido²⁷².

Para mais, a relação entre o teor de nicotina e a dependência sugere a importância da composição dos produtos, indicando maior propensão à dependência em usuários expostos a níveis mais elevados de nicotina, correspondentemente, a tendência de maior dependência entre usuários de longa data sugere que o tempo de exposição pode intensificar a dependência ao *ecig*²⁷³, o que pôde ser observado nos resultados. Por fim, essas associações enfatizam a complexidade dos fatores que contribuem para a dependência ao cigarro eletrônico, indo além da simples exposição à nicotina, crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Apesar das análises realizadas, as principais limitações encontradas neste estudo foram o baixo engajamento da população usuária, uma vez que, muitos participantes apresentaram dificuldade em se identificar com as questões apresentadas, o que se refletiu na baixa taxa de conclusão do questionário. Além disso, parte dos entrevistados demonstrou receio ao responder um questionário investigativo sobre dependência, o que impactou diretamente na coleta abrangente de dados. Esses desafios ressaltam a necessidade de estratégias mais eficazes para envolver e motivar a participação ativa

²⁷² BECKER *et al.*, 2020.

²⁷³ *Ibidem.*

dos respondentes, garantindo a representatividade e a qualidade das informações coletadas.

CONCLUSÃO

De maneira geral, a análise dos dados sobre a dependência ao cigarro eletrônico destaca uma diversidade notável na amostra estudada. A qual representou uma expressiva de participantes com níveis mais elevados de dependência, notadamente nas categorias "Elevada" e "Muito Elevada", que obtiveram os percentuais de 26,1% e 18,8%, respectivamente, que estão associadas predominantemente ao sexo masculino (68,1%), com o percentual entre 18 e 24 anos. Esses resultados são mais prevalentes na Regional IV, representado por 60,9% das regiões avaliadas no Rio Grande do Norte, especialmente entre estudantes que fazem uso esporádico de cigarros eletrônicos.

Além disso, ao considerar os níveis de atividade física, apenas 40,6% foram classificados como ativos, e 20,3% como muito ativos, indicando a pertinência de futuros estudos de correlação entre o nível de atividade física e os impactos do uso do cigarro eletrônico na população consumidora. Ainda mais, foi possível observar uma associação estatisticamente significativa p valor ($<0,001$), entre o teor de nicotina e o tempo de uso de cigarros eletrônicos com o grau de dependência, observando que níveis mais elevados de nicotina e o tempo de uso estão associados com a uma maior dependência.

Com isso, este estudo ressalta especialmente os hábitos relacionados ao uso de cigarros eletrônicos, destacando a necessidade de intervenções focalizadas, especialmente ao considerar a prevalência da amostra, fazendo com que haja necessidade de estratégias preventivas e educacionais que possam lidar de maneira holística, e que sejam essenciais para informar políticas de saúde pública que abordem de maneira eficaz os desafios associados ao uso crescente de cigarros eletrônicos e seus respectivos impactos.

REFERÊNCIAS

BARRADAS, Ariel da Silva Machado *et al.* Os riscos do uso do cigarro eletrônico entre os jovens. *Global Clinical Research Journal*, [S. l.], 1-6, 13 jul. 2021. DOI <<https://doi.org/10.5935/2763-8847.20210008>>. Disponível em: <<https://globalclinicalresearchj.com/index.php/globclinres/article/view/15>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

BARUFALDI, Laura Augusta *et al.* Risco de iniciação ao tabagismo com o uso de cigarros eletrônicos: revisão sistemática e meta-análise. *Ciência e Saúde Coletiva*, [S. l.], p. 1-16, 13 dez. 2021. DOI <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.35032020>>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/7KBmCMtjrGhs6Fgr5bxksQP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BERTONI, Neilane *et al.* Dispositivos eletrônicos para fumar nas capitais brasileiras: prevalência, perfil de uso e implicações para a Política Nacional de Controle do Tabaco. *Cadernos de Saúde Pública*, [S. l.], p. 1-13, 7 jul. 2021. DOI <[10.1590/0102-311X00261920](https://doi.org/10.1590/0102-311X00261920)>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/YTGw6MwNmfbPdKnGXBVxRkz/>>. Acesso em: 27 maio 2023.

BECKER, Timothy D *et al.* Revisão Sistemática sobre o Uso de Cigarro Eletrônico (Vaping) e Comorbidade em Saúde Mental entre Adolescentes e Adultos Jovens. *Nicotina & Tobacco Research*, [S. l.], p. 1-11, 16 fev. 2021. DOI <[10.1093/ntr/ntaa171](https://doi.org/10.1093/ntr/ntaa171)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32905589/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

CARNEIRO, Hellen Maria Lacerda de Oliveira; MORAIS, Pollyana Soares de Abreu. CIGARROS ELETRÔNICOS: UMA ABORDAGEM ACERCA DO CONHECIMENTO DE JOVENS ADULTOS E OS RISCOS PARA O SISTEMA RESPIRATÓRIO. *Ciências da Saúde da UNIPAR*, [S. l.], p. 3264-3283, 3 jul. 2023. DOI <[10.25110/arqsaude.v27i7.2023-002](https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i7.2023-002)>. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Downloads/Carneiro%20e%20Morais%202023.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Aline de Mesquita *et al.* Cigarros eletrônicos: o que sabemos?: Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina. 5 Centro –: Taís Facina, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/gabri/Downloads/cigarros_eletronicos.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

GONÇALVES, Anna Thais Sousa *et al.* Use of electronic cigarettes and associated factors among Medical students in Maringá. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], p. 1-17, 3 out. 2023. DOI <[10.34119/bjhrv5n5-186](https://doi.org/10.34119/bjhrv5n5-186)>. Disponível em: <<file:///C:/Users/gabri/Downloads/Gon%C3%A7alves%20et%20al%202022.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MEDEIROS, Kleyton Santos de. Impact of e-cigarettes as cancer risk: A protocol for systematic review and meta-analysis. *Medicina (Baltimore)*, [S. l.], p. 1-5, 6 jan. 2023. DOI <[10.1097/MD.00000000000032233](https://doi.org/10.1097/MD.00000000000032233)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36607852/>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

LUCERO, Anthony *et al.* A 23-year-old man with acute lung injury after using a tetrahydrocannabinol-containing vaping device: a case report. *Journal of Medical Case Reports*, [S. l.], p. 1-5, 11 fev. 2023. DOI <[10.1186/s13256-020-02549-9](https://doi.org/10.1186/s13256-020-02549-9)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33573662/>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

MARTINS, Beatriz Nascimento Figueiredo Lebre *et al.* Global frequency and epidemiological profile of electronic cigarette users: a systematic review. *Review Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol*, [S. l.], p. 501-658, 9 ago. 2022. DOI <[10.1016/j.oooo.2022.07.019](https://doi.org/10.1016/j.oooo.2022.07.019)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36182650/>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

MENEZES, Ana Maria Baptista *et al.* Use of electronic cigarettes and hookah in Brazil: a new and emerging landscape. The Covitel study, 2022. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, [S. l.], p. 1-7, 6 fev. 2023. DOI <[10.36416/1806-3756/e20220290](https://doi.org/10.36416/1806-3756/e20220290)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36753212/>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* The use of cigarettes, hookahs, electronic cigarettes, and other tobacco indicators among Brazilian schoolchildren: data from National School Health Survey 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, [S. l.], p. 1-14, 10 jun. 2022. DOI <[10.1590/1980-549720220014.2](https://doi.org/10.1590/1980-549720220014.2)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35703716/>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. M.; LUTO, R.; BREDA, D. Estudo sobre o uso abusivo do cigarro eletrônico por estudantes universitários. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 11, n. 14, p. e458111436702, 2022. DOI: <[10.33448/rsd-v11i14.36702](https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36702)>. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36702>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA – RDC Nº 46, DE 28 DE AGOSTO DE 2009. Ministério da Saúde - MS Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, [S. l.], p. 166, 31 ago. 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/tabaco/cigarro-eletronico>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

RIBEIRO, Victoria Vieira. Cigarros eletrônicos de nicotina e seus impactos na saúde e sociedade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/6110f465-079b-465c-b60f-672f697ec17b/TCC_Victoria%20Vieira%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SEMBER, Vedrana *et al.* Validity and Reliability of International Physical Activity Questionnaires for Adults across EU Countries: Systematic Review and Meta Analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, [S. l.], p. 1-23, 30 set. 2020. DOI <[10.3390/ijerph17197161](https://doi.org/10.3390/ijerph17197161)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33007880/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

SONEJI, Samir. Association Between Initial Use of e-Cigarettes and Subsequent Cigarette Smoking Among Adolescents and Young Adults: A Systematic Review and Meta-analysis. *JAMA Pediatría*, [S. l.], p. 788–797, 1 ago. 2017. DOI <[10.1001/jamapediatrics.2017.1488](https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2017.1488)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28654986/>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

TALIH , Soha *et al.* Transport phenomena governing nicotine emissions from electronic cigarettes: model formulation and experimental investigation. *Aerosol Sci Technol*, [S. l.], p. 1-23, 8 nov. 2016. DOI <[10.1080/02786826.2016.1257853](https://doi.org/10.1080/02786826.2016.1257853)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28706340/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

WANG, Richard J; BHADRIRAJU, Sudhamayi; GLANTZ, Stanton A. E-Cigarette Use and Adult Cigarette Smoking Cessation: A Meta-Analysis. *Am J Public Health*, [S. l.], p. 219–229, 13 jan. 2021. DOI <[10.2105/AJPH.2020.305999](https://doi.org/10.2105/AJPH.2020.305999)>. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33351653/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TABACO. World Health Organization, [S. l.], p. 1-2, 31 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (Org.). *Obesity: preventing and managing the global epidemic: report of a WHO consultation*. Geneva: World Health Organization, 2000. (WHO technical report series, 894).

VIABILIDADE DE UM PROTOCOLO DE EXTUBAÇÃO NEONATAL: UMA SÉRIE DE CASOS

FEASIBILITY OF A NEONATAL EXTUBATION PROTOCOL: A CASE SERIES

VIABILIDAD DE UN PROTOCOLO DE EXTUBACIÓN NEONATAL: UNA SERIE DE CASOS

Nayara Nubia De Sousa MOREIRA²⁷⁴

Nayara Rodrigues Gomes De OLIVEIRA²⁷⁵

Patrícia Gonçalves EVANGELISTA²⁷⁶

Waldemar Naves Do AMARAL²⁷⁷

RESUMO

Introdução: Os benefícios relacionados ao uso da ventilação mecânica na neonatologia são inúmeros, contudo, a retirada do suporte ventilatório deve ser realizada o mais precocemente possível. Instituir um protocolo de extubação é uma das maneiras seguras de atingir o desmame ventilatório adequado. Objetivo: Construir um protocolo de extubação baseado em variáveis baseadas em evidência científica e avaliar sua viabilidade em duas UTIN. Métodos: Estudo observacional descritivo, prospectivo de abordagem quantitativa. A coleta de dados aconteceu em duas UTIN de Goiânia. Participaram médicos e fisioterapeutas envolvidos diretamente na decisão da extubação. A pesquisa teve três fases, a primeira foi a aplicação de uma ficha com itens baseados na literatura aos profissionais, itens com 50% ou mais de aprovação após aplicação compuseram o protocolo de extubação aplicado durante a segunda fase que durou 6 meses para aplicação do protocolo. A terceira e última fase aconteceu após o período de aplicação do protocolo de extubação e foi o momento de avaliação dos profissionais acerca do protocolo, composto de seis perguntas objetivas acerca da viabilidade do protocolo. Resultados: Os principais itens elencados pelos profissionais foram: FC, FR, SpO₂, IG do nascimento e corrigida, temperatura, estabilidade hemodinâmica, reversibilidade da causa, parâmetros mínimos da VM, ausência de exames invasivos e

²⁷⁴ Fisioterapeuta, Especialista em Urgência e Trauma – SES/GO 2020, Mestre em Ciências da Saúde - UFG 2022 (E-mail: nai.nubiadsousa@gmail.com).

²⁷⁵ Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia Pediátrica e Neonatal, Especialista em Fisioterapia Hospitalar, Mestre e Doutora em Ciências da Saúde – UFG (E-mail: ft.nayrgomes@gmail.com).

²⁷⁶ Analista de sistemas, Especialista em Informática e Saúde, Mestre em Ciências da Saúde – UFG.

²⁷⁷ Médico, Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, Especialista em Diagnóstico por Imagem (ultrassonografia), Mestre e Doutor em Doenças Infecciosas e Parasitária pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Livre-docência pela Universidade Federal de São Paulo (E-mail: waldemar@sbus.org.br)

cirurgias, sinais de desconforto respiratório, peso, uso de corticoide, exames laboratoriais e de imagem recentes. A avaliação dos profissionais foi em sua maioria homogênea, retratando a construção conjunta do documento. As limitações foram acerca da adesão dos profissionais na terceira etapa da pesquisa, enquanto na primeira fase 36 profissionais participaram, apenas 19 responderam as questões da fase 3. Conclusão: A homogeneidade das respostas dadas pelos profissionais permitiu construir um documento baseado em itens com evidências literárias fortes. Houve ainda homogeneidade positiva na avaliação dos profissionais.

Palavras-chave: protocolo, extubação, estudos de viabilidade, unidade de terapia intensiva neonatal, indicadores de saúde.

ABSTRACT

Introduction: The benefits related to the use of mechanical ventilation in neonatology are numerous, however, the withdrawal of ventilatory support should be performed as early as possible. Establishing an extubation protocol is one of the safe ways to achieve adequate ventilatory weaning. **Objective:** To build an extubation protocol based on variables based on scientific evidence and evaluate its feasibility in two NICUs. **Methods:** This is a descriptive, prospective observational study with a quantitative approach. Data collection took place in two NICUs in Goiânia. Physicians and physiotherapists are directly involved in the decision to extubate participated. The research had three phases. The first was the application of a form with items based on the literature to the professionals. Items with 50% or more approval after application comprised the extubation protocol applied during the second phase, which lasted 6 months for the application of the protocol. The third and final phase took place after the period of application of the extubation protocol and was the moment for the professionals to evaluate the protocol, consisting of six objective questions about the feasibility of the protocol. **Results:** The main items listed by the professionals were: HR, RR, SpO₂, GA at birth and corrected, temperature, hemodynamic stability, reversibility of the cause, minimum MV parameters, absence of invasive exams and surgeries, signs of respiratory distress, weight, use of corticosteroids, recent laboratory and imaging exams. The professionals' assessment was mostly homogeneous, reflecting the joint construction of the document. The limitations were related to the professionals' adherence in the third stage of the research, while in the first phase 36 professionals participated, only 19 answered the questions of phase 3. **Conclusion:** The homogeneity of the answers given by the professionals allowed the construction of a document based on items with strong literary evidence. There was also positive homogeneity in the professionals' assessment.

Keywords: protocolo, airway extubation, feasibility studies, intensive care units neonatal, Heath status indicators.

RESUMEN

Introducción: Los beneficios relacionados con el uso de ventilación mecánica en neonatología son numerosos, sin embargo, la retirada del soporte ventilatorio debe realizarse lo más tempranamente posible. Instituir un protocolo de extubación es una de las formas seguras de lograr un destete ventilatorio adecuado. **Objetivo:** Construir un protocolo de extubación basado en variables basadas en evidencia científica y evaluar su viabilidad en dos UCIN. **Métodos:** Estudio observacional, descriptivo, prospectivo, con enfoque cuantitativo. La recolección de datos se realizó en dos UCIN de Goiânia. Participaron médicos y fisioterapeutas implicados directamente en la decisión de extubación. La investigación tuvo tres fases, la primera fue la aplicación de un formulario con ítems basados en la literatura a los profesionales, los ítems con 50% o más de aprobación luego de la aplicación conformaron el protocolo de extubación aplicado durante la segunda fase que tuvo una duración de 6 meses para la aplicación del protocolo. La tercera y última fase tuvo lugar después del período de aplicación del protocolo de extubación y fue el momento para que los profesionales evaluaran el protocolo, compuesta por seis preguntas objetivas sobre la viabilidad del protocolo. **Resultados:** Los principales ítems listados por los profesionales fueron: FC, FR, SpO₂, GA al nacer y corregida, temperatura, estabilidad hemodinámica, reversibilidad de la causa, parámetros mínimos de VM, ausencia de exámenes y cirugías invasivas, signos de malestar respiratorio, peso, uso de corticoides, exámenes de laboratorio y de imagen recientes. La valoración de los profesionales fue mayoritariamente homogénea, reflejando la construcción conjunta del documento. Las limitaciones estuvieron en cuanto a la adherencia de los profesionales en la tercera etapa de la investigación, mientras que en la primera fase participaron 36 profesionales, solo 19 respondieron las preguntas de la fase 3. **Conclusión:** La homogeneidad de las respuestas dadas por los profesionales permitió la construcción de un documento Basado en artículos con evidencia literaria fuerte. También hubo homogeneidad positiva en la evaluación de los profesionales.

Palabras Clave: protocolo, extubación, estudios de factibilidad, unidad de cuidados intensivos neonatales, indicadores de salud.

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento da neonatologia e a tecnologia envolvida no suporte fornecido ao recém-nascido (RN) foi evidenciado um aumento na taxa de sobrevivência destes bebês. Com o avanço tecnológico nas unidades hospitalares os mecanismos de apoio utilizados durante a internação, como a ventilação mecânica (VM), também acompanharam a evolução. Os benefícios relacionados a utilização da VM são tão

impactantes quanto os possíveis malefícios advindos dela, tais como a displasia broncopulmonar e o pneumotórax^{278,279}.

Desde o início do uso da VM pelos RN os profissionais de saúde devem se elaborar estratégias para que a retirada da prótese ventilatória ocorra o mais brevemente possível²⁸⁰. O desmame da VM faz parte da rotina de uma unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) e os profissionais envolvidos tanto no desmame quanto na extubação devem estar preparados para conduzir todos os processos^{281,282}.

O principal objetivo da equipe multiprofissional durante a condução do RN é garantir que a extubação aconteça de maneira assertiva e evolua para o sucesso, evitando as falhas de extubação e os malefícios atrelada a ela. As evidências literárias relatam alto índice no número de falhas de extubação na população neonatal, principalmente nos RN prematuros^{283,284}.

Para que o desmame e a extubação aconteçam de maneira efetiva e segura é importante que a equipe correlacione itens preditores de sucesso da extubação com o quadro clínico geral do paciente e, apliquem eles antes de efetuar a retirada do tubo orotraqueal. A junção de itens preditores de sucesso podem ser utilizados em um único documento, como um protocolo de extubação²⁸⁵.

Apesar de fortemente recomendado pela literatura o uso de protocolo de extubação ainda não é uma realidade dentro da UTIN. Um das justificativas é a de que não existem diretrizes padronizadas, variando assim o resultado de cada extubação em UTIN pelo mundo. O uso de um documento padronizado para nortear a tomada de decisões dentro de uma UTIN é associada a melhores desfechos e redução dos danos associados ao uso da VM em RN^{286,287}.

²⁷⁸ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES KAIRALA, Andréa. 2019.

²⁷⁹ GUPTA, D. *et al.* 2019.

²⁸⁰ CORREIA, R. F.; GONÇALVES, C. P. 2016.

²⁸¹ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES KAIRALA, Andréa. 2019.

²⁸² CORREIA, R. F.; GONÇALVES, C. P. 2016.

²⁸³ *Ibidem.*

²⁸⁴ VIANA, H.; RODRIGUES R DA, P.; SILVA, D. 2020.

²⁸⁵ *Ibidem.*

²⁸⁶ OLIVEIRA, P. C. R. DE *et al.* 2012.

²⁸⁷ GIACCONE, A. *et al.* 2014.

Como não existem diretrizes que possam uniformizar o uso de itens específicos nas UTIN, o uso de um protocolo de extubação que contenha variáveis preditoras de sucesso embasadas na literatura se faz importante^{1,6}. Desta forma, o objetivo deste estudo foi construir um protocolo de extubação baseado em variáveis baseadas em evidência científica e avaliar sua viabilidade em duas UTIN.

MÉTODOS

O estudo foi observacional descritivo com caráter prospectivo de abordagem quantitativa. A coleta de dados aconteceu em duas Unidades de Terapia Intensiva Neonatais da cidade de Goiânia, uma pública e outra privada. Integraram a coleta de dados profissionais de saúde envolvidos diretamente na decisão da extubação, médicos e fisioterapeutas das duas unidades.

O estudo foi realizado de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo seres humanos (Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde), aprovado pelos comitês de ética e pesquisa do Hospital e Maternidade Dona Íris e pela Universidade Federal de Goiás – Hospital das Clínicas, pelos números de parecer 5.006.310 e 4.919.858, respectivamente.

Os profissionais de saúde participantes da construção do protocolo de extubação foram abordados pessoalmente pela pesquisadora, que explicou o objetivo da pesquisa e apresentou todos os itens contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e coletou a assinatura dos mesmos de maneira voluntária.

A pesquisa se desenvolveu entre outubro de 2021 e maio de 2022 e se dividiu em três etapas. Durante a primeira etapa foi apresentado aos médicos e fisioterapeutas uma ficha contendo itens baseados na literatura: frequência cardíaca (FC), frequência respiratória (FR), temperatura, idade gestacional do nascimento, idade corrigida, Glasgow modificado, Cuff Leak Test, estabilidade hemodinâmica, reversibilidade parcial ou total da causa que motivou a VM, $PaO_2/FiO_2 > 200$, $Ph \geq 7.3$, $SpO_2 \geq 93\%$, Parâmetros da VM ($Peep \leq 5\text{cmH}_2\text{O}$ e $FiO_2 \leq 30\%$), teste de respiração espontânea, ausência de exames ou intervenções cirúrgicas nas próximas 24 horas, sinais de

desconforto respiratório, peso, uso de corticoide em caso de falha de extubação anterior e a opção de sugerir outros dados que não estiverem na lista.

Nesta lista os profissionais deveriam assinalar quais variáveis utilizam rotineiramente para avaliar a aptidão de cada RN para a extubação. A abordagem foi realizada pessoalmente para sanar quaisquer dúvidas do processo de preenchimento. Após abordar os profissionais das duas unidades durante o período de 30 dias, analisamos os dados obtidos da pesquisa e as variáveis que obtiveram 50% ou mais na frequência foram incluídos na construção do protocolo de extubação.

Na segunda fase da pesquisa o protocolo foi estruturado e disponibilizado nas UTIN por um período de 6 meses, de novembro de 2021 a abril de 2022 para uso do protocolo pelos profissionais a cada extubação. A responsabilidade pelo preenchimento prévio à extubação ficou a cargo do fisioterapeuta do plantão contudo, a discussão dos itens e da condição do RN para o planejamento da extubação foi realizada em conjunto com o médico do plantão. No momento em que o protocolo foi disponibilizado foi realizada orientação a todos os profissionais sobre a maneira correta do seu preenchimento.

Após discorrerem os 6 meses da segunda etapa abordamos a equipe para o momento de avaliação pelos profissionais. Para compor a terceira etapa da pesquisa foi aplicada uma ficha para avaliar a viabilidade do protocolo de extubação em cada unidade.

No último mês da pesquisa aplicamos a ficha que continha oito perguntas objetivas: “Qual é a sua unidade hospitalar?, Você acredita que a instituição do Protocolo de Extubação reduziu as taxas de falhas de extubação da UTIN ?, Você achou o tempo de aplicação do Protocolo é viável?, Você concorda com os itens utilizados no Protocolo ?, O Protocolo foi de fácil aplicação ?, O Protocolo reduziu o tempo de ventilação mecânica?, A equipe multidisciplinar discordou da aplicação do Protocolo?, Qual profissional você é?.”

Os dados foram digitados, manipulados e analisados no programa Excel e no programa Statistical Package for Social Science (SPSS) do Windows (versão 21.0. As variáveis categóricas foram apresentadas em frequência absoluta (f) e valor percentual (%).

RESULTADOS

Durante a primeira fase da pesquisa foram abordados 36 profissionais sendo 21 médicos (58%) e 15 fisioterapeutas (42%), dos 36 profissionais 19 (53%) pertencentes a unidade pública e 17(47%) a unidade privada.

Após a aplicação da ficha na primeira fase da pesquisa obtivemos os seguintes resultados:

Após os resultados coletados acima construímos o protocolo com as variáveis com 50% ou mais, sendo elas: frequência cardíaca, frequência respiratória, temperatura, idade gestacional do nascimento, idade corrigida, estabilidade hemodinâmica, reversibilidade da causa, SpO₂, parâmetros mínimos da VM, ausência de exames e cirurgias, sinais de desconforto respiratório, peso e corticoide em caso de falha de extubação anterior. Além dos itens contidos na ficha, os profissionais puderam sugerir itens, o que obteve 61% (22) de prevalência de sugestão foi a avaliação recente de exames laboratoriais e eletrólitos em valores aceitáveis e, 83% (30) de avaliação de exames de imagens recentes.

Na terceira fase da pesquisa 19 profissionais responderam à pesquisa sobre a viabilidade do protocolo de extubação. Entre estes 8 (42,1%) eram da maternidade privada e 11 (57,9%) da maternidade pública, do total 14 (73,7%) eram fisioterapeutas e 5 (26,3%) médicos. Um fisioterapeuta e 16 médicos deixaram de preencher o questionário de avaliação de viabilidade.

DISCUSSÃO

A distribuição dos profissionais de saúde entre as UTIN privada e pública foi uniforme a priori, tal homogeneidade se justifica devido as leis que todas as unidades hospitalares estão submetidas. A quantidade de médicos e fisioterapeutas em cada UTIN

se baseiam em algumas leis nacionais, que determinam a quantidade mínima de profissionais e insumos para o funcionamento de uma UTIN^{288,289}.

É sabido que não há uniformidade oficial para a checagem de itens pré-extubação, contudo diversos estudos procuram parâmetros que possam ser utilizados como norteadores neste momento crucial. Os itens de maior prevalência para a aplicação da ficha se correlacionam e possuem evidência em literatura para seu uso, tais como a FC, FR e sinais de desconforto respiratório^{290,291}. O uso de monitorização da FC respeitando o limite de que a mesma não ultrapasse 20 batimentos por minuto de seu valor basal durante o teste de prontidão que precede a extubação, principalmente relacionada a estabilidade hemodinâmica deve ser alcançada e correlacionada aos exames laboratoriais estáveis são bem relacionados e descritos no estudo de Viana et al, 2020 que abordou o nível de sucesso de extubação de pacientes que foram submetidos a um protocolo de extubação. No momento em que o paciente é exposto a um esforço diferente do basal a correlação com fatores como a estabilidade hemodinâmica, FC e exames laboratoriais recentes devem ser avaliadas, pois podem evidenciar que o RN não está apto no momento para seguir com a extubação^{292,293}.

Fatores como a idade gestacional (IG) do nascimento e a idade corrigida, que foi considerada como a idade no dia da extubação, também exercem um forte impacto no desfecho da extubação. A literatura por diversas vezes aponta o alto índice de nascimentos prematuros e como este índice impacta na sobrevivência dos pacientes, desta foram estudos como o de Fang He *et al*²⁹⁴ destacaram o impacto negativo do baixo peso e da menor IG associado a falha de extubação ($p < 0,001$).

Os sinais e sintomas respiratórios são avaliados pela equipe multidisciplinar de forma consistente, neste estudo itens como a FR, parâmetros ventilatórios mínimos, SpO2, sinais de desconforto respiratório e exames de imagem recente obtiveram alto índice de aprovação, chegando até 94% de utilização entre os profissionais. Dados relacionados diretamente a situação respiratória são relatados na literatura de maneira

²⁸⁸ MIRANDA, E. C. S. *et al.* 2021.

²⁸⁹ TEIXEIRA R DA, C. *et al.* 2022.

²⁹⁰ MATTOS, M. C. *et al.* 2020.

²⁹¹ CHENG, Z. *et al.* 2021.

²⁹² VIANA, H.; RODRIGUES R DA, P.; SILVA, D. 2020.

²⁹³ HE, F. *et al.* 2022.

²⁹⁴ *Ibidem.*

concisa e assertiva, pois se relacionam com fatores intrínsecos do paciente e refletem o estado atual assim como quaisquer eventos agudos relacionados à condição pulmonar^{295,296,297}.

Outras variáveis que foram utilizadas no protocolo tais como temperatura, reversibilidade parcial ou total da causa que motivou a VM, ausência de exames invasivos ou cirurgias nas próximas 24 horas e o uso de corticoide em caso de falha de extubações anteriores também tem boa acurácia literária. Como relatado em estudos como de Carvalho²⁹⁸ e Fang He *et al*²⁹⁹ o uso destas variáveis impacta na avaliação sistêmica do RN, pois a causa que motivou o uso da VM é de resolução primordial para o momento que precede a extubação, visto que o motivo que levou o RN a ser intubado dever ter sido solucionado a fim de evitar nova intubação. Compondo esta avaliação eventos febris devem ser monitorados pois aumentam a demanda energética do paciente e podem deixá-lo suscetível a falha^{300,301,302}.

Assim como a ausência de procedimentos invasivos que necessitam de intubação devem ser comunicados previamente à equipe, a fim de evitar uma nova intubação³⁰³. Lembrando que a avaliação do protocolo de extubação deve acontecer previamente a extubação os profissionais devem se atentar ao uso de corticoide em casos de falha anterior, bem descrito e relatado pelo estudo de Fang He *et al*³⁰⁴ em que os RN que utilizaram corticoide em caso de falha anterior tiveram uma taxa de sucesso 7% acima daqueles que não fizeram uso da terapia.

Os itens que não fizeram parte da composição do protocolo de extubação obtiveram menos que 50% de aprovação entre os profissionais: Glasgow modificado, cuff leak test, teste de respiração espontânea (TRE), $\text{pH} \leq 7,3$ e relação P/F ≤ 200 . Tais itens podem ter menor prevalência de uso entre a equipe multidisciplinar pois alguns

²⁹⁵ TEIXEIRA R DA, C. *et al.* 2022.

²⁹⁶ HE, F. *et al.* 2022.

²⁹⁷ MANDHARI, H. A. *et al.* 2022.

²⁹⁸ CARVALHO, H. T. 2019.

²⁹⁹ HE, F. *et al.* 2022.

³⁰⁰ *Ibidem.*

³⁰¹ MANDHARI, H. A. *et al.* 2022.

³⁰² CARVALHO, H. T. 2019.

³⁰³ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES KAIRALA, Andréa. 2019.

³⁰⁴ HE, F. *et al.* 2022.

estudos fornecem dados menos impactantes para o desfecho de extubação do RN^{305,306}, tais como os dados obtidos do estudo de Mandhari *et al*³⁰⁷ que pesquisou sobre os fatores de risco de falha de extubação em RN pré-termo e, que apresentou dados sem relevância estatística para o sucesso ou falha da extubação relacionados a pH ($p=0,644$).

O uso do TRE na neonatologia ainda possui poucas evidências científicas e carece de mais estudos, uma hipótese é que tal deficiência possa induzir os profissionais a utilizarem parâmetros ventilatórios mínimos e não o uso de TRE, seja em modo ventilatório de suporte, em pressão contínua (CPAP) ou tubo T, mesmo que ambos tenham relatos científicos de baixa efetividade³⁰⁸. O uso do cuff leak test é ainda menos evidente, visto que o uso de tubos que tenham o balonete são menos frequentes na neonatologia^{309,310}.

O uso do protocolo de extubação construído foi utilizado pela equipe durante seis meses e sua viabilidade foi reavaliada após a finalização do tempo da pesquisa. Para a avaliação houve uma diferença de preenchimento na avaliação de viabilidade, em que 17 profissionais de saúde deixaram de avaliar a viabilidade do documento. Algumas pesquisas ressaltam sobre a tribulação da equipe em aderir a protocolos propostos por pesquisas científicas, como na pesquisa de Rigo *et al*³¹¹, que relata uma adesão de 9,6% dos profissionais à um protocolo.

A avaliação acerca da construção e implementação de um documento padronizado é importante para uniformizar a execução da extubação^{312,313,314}. Quando questionados sobre a aplicação do protocolo ter impacto positivo no desfecho da extubação 73,7% dos profissionais acreditavam que sim. No estudo de Concentino em 2019³¹⁵ foi evidenciado que após a implantação de um protocolo de extubação o índice

³⁰⁵ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES. KAIRALA, Andréa. 2019.

³⁰⁶ GUPTA, D. *et al.* 2019.

³⁰⁷ MANDHARI, H. A. *et al.* 2022.

³⁰⁸ CORREIA, R. F.; GONÇALVES, C. P. 2016.

³⁰⁹ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES. KAIRALA, Andréa. 2019.

³¹⁰ CORREIA, R. F.; GONÇALVES, C. P. 2016.

³¹¹ RIGO, A. P.; LEVANDOVSKI, R. M.; TSCHIEDEL, B. 2021.

³¹² XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES. KAIRALA, Andréa. 2019.

³¹³ OLIVEIRA, P. C. R. DE *et al.* 2012.

³¹⁴ MATTOS, M. C. *et al.* 2020.

³¹⁵ XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES. KAIRALA, Andréa. 2019.

de falhas de extubação caiu de 42,86% para 35,71%, corroborando com a opinião expressa pelos profissionais após a implantação do protocolo deste estudo.

O protocolo de extubação construído neste estudo continha doze itens para preenchimento objetivo, sim ou não, além do cabeçalho de identificação com o restante das variáveis pertinentes. A composição quantitativa de itens dentro de um protocolo impacta diretamente na avaliação dos profissionais acerca do mesmo, Lima *et al*³¹⁶ relatou que profissionais costumam ter dificuldade em aderir ao preenchimento do documento devido à alta quantidade de itens, algumas pesquisas relatando até 207 itens por documento. Nesta pesquisa 84,2% os profissionais acharam o tempo de aplicação viável e 94,7% acharam o protocolo de extubação de fácil aplicação. Como o protocolo de extubação deste estudo foi composto por doze questões objetivas, o impacto foi positivo e relacionados com os achados na literatura^{317,318}.

A construção do protocolo de extubação foi realizada em conjunto com médicos e fisioterapeutas na tentativa de uniformizar a tomada de decisões, apesar disto um (5,3%) dos profissionais que realizou a avaliação não concordou com os itens contidos no protocolo. Além disso 31,6% (6) dos profissionais relataram que não houve concordância entre a equipe no momento da aplicação do protocolo. Alguns estudos^{319,320} relatam a dificuldade de construir protocolos dentro de unidades de saúde pois algumas variáveis não possuem consenso na literatura para sua utilização, além da barreira de adesão inicial de novos protocolos.

De forma ascendente o uso de protocolo dentro das unidades hospitalares está se tornando rotina. Inúmeras evidências literárias destacam o impacto positivo, como o estudo de Barcellos *et al*³²¹ que abordou sobre o impacto de uma lista de verificação multiprofissional em unidades de terapia intensiva através de um ensaio clínico randomizado e, relatou redução de 24% na mortalidade, 43% nos dias de internação e 52% nos dias de VM após a implementação de uma lista de verificação nas unidades de terapia intensiva. Apesar das evidências científicas e da maioria dos profissionais do presente estudo acreditarem que as falhas de extubação reduziram após a

³¹⁶ LIMA, J. T. *et al.* 2019.

³¹⁷ MATTOS, M. C. *et al.* 2020.

³¹⁸ LIMA, J. T. *et al.* 2019.

³¹⁹ *Ibidem.*

³²⁰ BARCELLOS R DE, A.; CHATKIN, J. M. 2020.

³²¹ *Ibidem.*

implementação do protocolo, 63,2% deles não acreditaram que o protocolo foi capaz de reduzir o tempo de VM^{322,323,324}.

CONCLUSÃO

Neste estudo foram evidenciadas limitações relacionadas à baixa adesão dos profissionais na terceira fase de coleta, em que a avaliação de viabilidade poderia refletir a real necessidade de ambas as unidades. Apesar do quantitativo de profissionais a homogeneidade do resultado obtido em todas as etapas reforça os dados já evidenciados na literatura sobre a importância da construção e implementação de protocolos padronizados dentro das UTIN^{1,6}. A utilização de documentos que visem a segurança do paciente e a prevenção de falhas de processos de extubação neonatal carece de mais estudos, visando padronização em território nacional e até mesmo mundialmente.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS R DE, A.; CHATKIN, J. M. Impact of a multidisciplinary protocolo on the duration of invasive mechanical ventilation and length of ICU stay. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 46, n. 3, p. e20180261-20180261, 2020.

CARVALHO, H. T. O uso de dexametasona na prevenção da falha de extubação em unidade de terapia intensiva pediátrica: avaliação e elaboração de um protocolo na UTI Pediátrica do Hospital das Clínicas de Botucatu - Estudo clínico, randomizado e controlado. [s.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/37db49b3-4c68-44a2-999d-0a2658287a7c/content>>.

CHENG, Z. *et al.* A prediction model of extubation failure risk in preterm infants. **Frontiers in pediatrics**, v. 9, p. 693320, 2021.

HE, F. *et al.* Predictors of extubation outcomes among extremely and very preterm infants: a retrospective cohort study. **Jornal de pediatria**, v. 98, n. 6, p. 648–654, 2022.

CORREIA, R. F.; GONÇALVES, C. P. Desmame Complexo - a retirada do suporte ventilatório de crianças e adolescentes com condições crônicas complexas. **PROFISIO Ciclo**, v. 5, p. 23–50, 2016.

³²² XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES KAIRALA, Andréa. 2019.

³²³ VIANA, H.; RODRIGUES R DA, P.; SILVA, D. 2020.

³²⁴ GIACCONE, A. *et al.* 2014.

GIACCONE, A. *et al.* Definitions of extubation success in very premature infants: a systematic review. **Archives of disease in childhood. Fetal and neonatal edition**, v. 99, n. 2, p. F124-7, 2014.

GUPTA, D. *et al.* A predictive model for extubation readiness in extremely preterm infants. **Journal of perinatology: official journal of the California Perinatal Association**, v. 39, n. 12, p. 1663–1669, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41372-019-0475-x>>.

MANDHARI, H. A. *et al.* Risk factors of extubation failure in intubated preterm infants at a tertiary care hospital in Oman. **Sultan Qaboos University Medical Journal**, v. 22, n. 2, p. 247–252, 2022.

MATTOS, M. C. *et al.* Prevalência de extubação não planejada e fatores associados em uma unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 10, n. 3, p. 442–450, 2020.

MIRANDA, E. C. S. *et al.* Situação dos leitos neonatais em maternidades brasileiras: uma análise exploratória. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 909–918, 2021.

OLIVEIRA, P. C. R. DE *et al.* Incidência e principais causas de extubação não planejada em unidade de terapia intensiva neonatal. **Revista brasileira de terapia intensiva**, v. 24, n. 3, p. 230–235, 2012.

RIGO, A. P.; LEVANDOVSKI, R. M.; TSCHIEDEL, B. Protocolo Clínico do Ministério da Saúde/Brasil para Doença de Parkinson: adesão e percepção do médico prescriptor. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 197–208, 2021.

LIMA, J. T. *et al.* Protocol For Managing Critical Patients' Daily Awakening. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 31, n. 3, 2019.

TEIXEIRA R DA, C. *et al.* Prática profissional de fisioterapeutas e a utilização da CIF-CJ em um hospital materno-infantil. **Fisioterapia Brasil**, v. 23, p. 220–231, 2022.

VIANA, H.; RODRIGUES R DA, P.; SILVA, D. Nível do índice de sucesso de extubação de uma unidade de terapia intensiva pediátrica. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 10, p. 666–673, 2020.

XAVIER COCENTINO, Luiz Matheus; RAMIRES KAIRALA, Natália; LOPES RAMIRES KAIRALA, Andréa. O impacto na diminuição do tempo de ventilação mecânica após a implantação de um protocolo de extubação programada (check list) em recém nascidos em uma unidade de terapia intensiva neonatal. **Programa de Iniciação Científica - PIC/UniCEUB - Relatórios de Pesquisa**, v. 4, n. 1, 28 nov. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5102/pic.n1.2018.6388>>.

Tabela 1. Distribuição das variáveis baseadas em literatura utilizadas na rotina dos profissionais, Goiânia, 2022.

Variáveis	Sim	Não
	F (%)	F (%)
Estabilidade Hemodinâmica	36 (100%)	0 (0%)
Sinais de desconforto respiratório	34 (94%)	2 (6%)
Reversibilidade da causa	33 (92%)	3 (8%)
Frequência respiratória	32 (89%)	4 (11%)
Frequência Cardíaca	30 (83%)	6 (17%)
Corticoide	30 (83%)	6 (17%)
SpO ₂ ≥ 93%	26 (72%)	10 (28%)
Parâmetros Mínimos da VM	24 (67%)	12 (33%)
Idade Corrigida	23 (64%)	13 (36%)
Temperatura	22 (61%)	14 (39%)
Idade Gestacional do Nascimento	20 (56%)	16 (44%)
Ausência de Exames e Cirurgias	18 (50%)	18 (50%)
Peso	18 (50%)	18 (50%)
pH ≥ 7.3	17 (47%)	19 (53%)
TRE	14 (39%)	22 (61%)
P/F ≥ 200	10 (28%)	26 (72%)

Valores expressos em frequência (f) e porcentagem.

Tabela 2. Distribuição da avaliação de viabilidade do protocolo de extubação, segundo a aplicação da ficha, Goiânia, 2022.

Perguntas / Respostas	Sim	Não
	f (%)	f (%)
Você acredita que a instituição do protocolo de extubação reduziu as taxas de falhas de extubação da UTIN?	14 (73,7%)	5 (26,3%)
Você achou o tempo de aplicação do protocolo viável?	16 (84,2%)	3 (15,8%)
Você concorda com os itens utilizados no protocolo?	18 (94,7%)	1 (5,3%)
O protocolo foi de fácil aplicação?	18 (94,7%)	1 (5,3%)
O protocolo reduziu o tempo de VM?	7 (36,8%)	12 (63,2%)
A equipe multidisciplinar discordou da aplicação do protocolo?	6 (31,6%)	13 (68,4%)

Valores expressos em frequência (f) e porcentagem.

**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM
BRONQUIOLITE EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA
PEDIÁTRICA**

***EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF PATIENTS WITH
BRONCHIOLITIS IN PEDIATRIC INTENSIVE CARE UNITS
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES CON
BRONQUIOLITIS EN UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS
PEDIÁTRICOS***

Amanda Lohanny Sousa CAMPOS³²⁵

Nayara Rodrigues Gomes de OLIVEIRA³²⁶

Laís Aparecida da SILVA³²⁷

Aika Ribeiro KUBO³²⁸

Jakeline Godinho FONSECA³²⁹

Geovana Sôffa RÉZIO³³⁰

RESUMO

Introdução: A bronquiolite viral aguda (BVA) é uma síndrome infecciosa aguda que se apresenta no trato respiratório afetando principalmente bronquíolos. A infecção causa inflamação da mucosa que reveste as vias aéreas, provocando edema e congestão que reduz o calibre dos bronquíolos e obstrução ao fluxo aéreo, dificultando a passagem de ar.¹ A BVA é um dos quadros respiratórios agudos que mais acometem lactentes e representa a doença de maior relevância clínica pela morbidade elevada, particularmente nos meses de outono e inverno, pelo seu caráter sazonal, com a

³²⁵ Especialista em Urgência e Trauma pelo Programa de Residência em Área Profissional da Saúde Modalidade Multiprofissional e em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria, Goiânia, Goiás, Brasil; (E-mail: amandalohannysc@hotmail.com).

³²⁶ Fisioterapeuta Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás e Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria. Goiânia, Goiás, Brasil; (E-mail: ft.nayrgomes@gmail.com).

³²⁷ Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria, Goiânia, Goiás, (E-mail: laisfisioterapeuta@hotmail.com).

³²⁸ Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria, Goiânia, Goiás, (E-mail: aikafisiot@gmail.com).

³²⁹ Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás e Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria, Goiânia, Goiás, (E-mail: jakelinegodinho@gmail.com),

³³⁰ Mestranda em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás e Especialista em Fisioterapia em Terapia Intensiva em Neonatologia e Pediatria, Goiânia, Goiás, (E-mail: geovanasoffa@hotmail.com).

circulação do vírus sincicial respiratório (VSR), o seu principal agente etiológico. Os bebês que nasceram com menos de 37 semanas gestacionais, com baixo peso, portadores de doenças cardíacas, ou de doença pulmonar crônica (broncodisplasia), ou imunodeficientes, manifestam um alto risco de se infectar severamente com VSR e necessitarem de internação em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP).^{2,3} Objetivo: identificar o perfil epidemiológico dos pacientes internados com bronquiolite nas unidades de terapia intensiva pediátrica em um hospital de urgência. Metodologia: estudo quantitativo, epidemiológico e transversal. Os dados foram coletados de prontuários eletrônicos de abril de 2018 a abril de 2020 através de um instrumento semiestruturado com questões sociodemográficas, clínicas e relacionadas à internação por bronquiolite, na unidade de terapia intensiva pediátrica em um hospital de urgência e emergência público. Resultados: foram incluídos no estudo 73 pacientes, maioria com menos de seis meses de idade (56,16%), do sexo masculino (60,27%) e o agente causador mais frequente foi o viral (75,34%). A principal complicação foi a síndrome respiratória aguda grave nos pacientes que fizeram o uso de ventilação mecânica invasiva ($p=0,022$). Ademais, houve maior frequência de óbito naqueles que fizeram uso de ventilação mecânica invasiva ($p=0,001$). Conclusões: os fatores como prematuridade, sexo masculino, baixo peso, idade menor do que 6 meses de idade e presença de cardiopatia congênita associados à quadros graves de bronquiolite, tendem a evoluir com insuficiência respiratória aguda e até mesmo a síndrome respiratória aguda grave. A ventilação mecânica se mostrou benéfica para os pacientes, principalmente nos casos graves, contribuindo na redução da mortalidade e melhora do quadro clínico.

Palavras-chave: Bronquiolite; Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica; Epidemiologia; Vírus Sincicial Respiratório.

ABSTRACT

Introduction: Acute viral bronchiolitis (AVB) is an acute infectious syndrome that occurs in the respiratory tract, mainly affecting the bronchioles. The infection causes inflammation of the mucosa lining the airways, causing edema and congestion that reduces the caliber of the bronchioles and obstructs airflow, making it difficult for air to pass through.¹ AVB is one of the acute respiratory conditions that most commonly affects infants and is the most clinically relevant disease due to its high morbidity, particularly in the fall and winter months, due to its seasonal nature, with the circulation of the respiratory syncytial virus (RSV), its main etiological agent. Babies born before 37 weeks of gestation, with low birth weight, with heart disease, or chronic lung disease (bronchodysplasia), or immunodeficiency, are at high risk of becoming severely infected with RSV and requiring hospitalization in a Pediatric Intensive Care Unit (PICU).^{2,3} Objective: to identify the epidemiological profile of patients hospitalized with bronchiolitis in pediatric intensive care units in an emergency hospital. Methodology: quantitative, epidemiological, and cross-sectional study. Data were collected from

electronic medical records from April 2018 to April 2020 using a semi-structured instrument with sociodemographic, clinical, and hospitalization-related questions for bronchiolitis in the pediatric intensive care unit of a public emergency hospital. Results: 73 patients were included in the study, most of whom were under six months of age (56.16%), male (60.27%), and the most frequent causative agent was viral (75.34%). The main complication was severe acute respiratory syndrome in patients who used invasive mechanical ventilation ($p=0.022$). Furthermore, there was a higher frequency of death in those who used invasive mechanical ventilation ($p=0.001$). Conclusions: Factors such as prematurity, male gender, low birth weight, age less than 6 months and presence of congenital heart disease associated with severe cases of bronchiolitis tend to progress to acute respiratory failure and even severe acute respiratory syndrome. Mechanical ventilation has proven beneficial for patients, especially in severe cases, contributing to reducing mortality and improving clinical conditions.

Keywords: Bronchiolitis; Intensive Care Units, Pediatric; Epidemiology; Respiratory Syncytial Viruses.

RESUMEN

Introducción: La bronquiolitis viral aguda (BAV) es un síndrome infeccioso agudo que se presenta en el tracto respiratorio afectando principalmente a los bronquiolos. La infección provoca inflamación de la mucosa que recubre las vías respiratorias, provocando edema y congestión que reduce el calibre de los bronquiolos y obstruye el flujo aéreo, dificultando el paso del aire.¹ La BAV es una de las afecciones respiratorias agudas que más afecta a los lactantes y representa la Enfermedad de mayor relevancia clínica por su elevada morbilidad, particularmente en los meses de otoño e invierno, debido a su carácter estacional, siendo la circulación del virus respiratorio sincitial (VRS) su principal agente etiológico. Los bebés nacidos con menos de 37 semanas de gestación, con bajo peso al nacer, con enfermedades cardíacas o pulmonares crónicas (broncodisplasia), o inmunodeficientes, tienen un alto riesgo de infectarse gravemente por VSR y requerir ingreso a una Unidad de Cuidados Intensivos Pediátricos. (UCIP).^{2,3}
Objetivo: identificar el perfil epidemiológico de los pacientes ingresados con bronquiolitis en unidades de cuidados intensivos pediátricos de un hospital de emergencia. **Metodología:** estudio cuantitativo, epidemiológico y transversal. Se recolectaron datos de historias clínicas electrónicas desde abril de 2018 a abril de 2020 mediante un instrumento semiestructurado con preguntas sociodemográficas, clínicas y preguntas relacionadas con la hospitalización por bronquiolitis, en la unidad de cuidados intensivos pediátricos de un hospital público de emergencia. **Resultados:** Se incluyeron en el estudio 73 pacientes, la mayoría tenían menos de seis meses (56,16%), del sexo masculino (60,27%) y el agente causal más común fue viral (75,34%). La principal complicación fue el síndrome respiratorio agudo grave en los pacientes que utilizaron ventilación mecánica invasiva ($p=0,022$). Además, hubo mayor frecuencia de muerte en quienes utilizaron ventilación mecánica invasiva ($p=0,001$). **Conclusiones:**

factores como la prematuridad, el sexo masculino, el bajo peso, la edad menor a 6 meses y la presencia de cardiopatías congénitas asociadas a bronquiolitis severa tienden a progresar a insuficiencia respiratoria aguda e incluso síndrome respiratorio agudo severo. La ventilación mecánica demostró ser beneficiosa para los pacientes, especialmente en los casos graves, contribuyendo a reducir la mortalidad y mejorar el estado clínico.

Palabras clave: Bronquiolitis; Unidades de Cuidado Intensivo Pediátrico; Epidemiología; Virus Sincitiales Respiratorios.

INTRODUÇÃO

A bronquiolite viral aguda (BVA) é uma síndrome infecciosa aguda que se apresenta no trato respiratório afetando principalmente bronquíolos. A infecção causa inflamação da mucosa que reveste as vias aéreas, provocando edema e congestão que reduz o calibre dos bronquíolos e obstrução ao fluxo aéreo, dificultando a passagem de ar.³³¹

A BVA é um dos quadros respiratórios agudos que mais acometem lactentes e representa a doença de maior relevância clínica pela morbidade elevada, particularmente nos meses de outono e inverno, pelo seu caráter sazonal, com a circulação do vírus sincicial respiratório (VSR), o seu principal agente etiológico. Os bebês que nasceram com menos de 37 semanas gestacionais, com baixo peso, portadores de doenças cardíacas, ou de doença pulmonar crônica (broncodisplasia), ou imunodeficientes, manifestam um alto risco de se infectar severamente com VSR e necessitarem de internação em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica (UTIP).^{332,333}

Por conseguinte, a infecção provoca uma piora clínica da função pulmonar com pico em cinco dias que representa um grande desafio na saúde, no qual seu tratamento depende de sua gravidade, podendo evoluir para o quadro de insuficiência respiratória. No tratamento hospitalar são indicadas medidas de suporte como oxigenioterapia, em casos mais severos utiliza-se da ventilação mecânica não invasiva (VNI), e ventilação

³³¹ CANTO, R. C.; PEIXE, A. A. F. 2011.

³³² CIARLITTO, C.; VITTUCI, A. C.; ANTILCI, L.; CONCATO, C.; DI CAMILLO, C.; ZANGARI, P.; VILLANI, A. V. 2019.

³³³ AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS SUBCOMMITTEE ON DIAGNOSIS AND MANAGEMENT OF BRONCHIOLITIS. 2006.

mecânica invasiva (VMI) nos casos mais graves que se tem uma insuficiência respiratória ou até falência respiratória aguda. Tais condutas estão associadas ao uso de salbutamol com solução hipertônica e broncodilatadores, principalmente na criança desconfortável que está inapetente. Nos casos sem uma resposta adequada às medidas terapêuticas, se têm o óbito do paciente.^{334,335,336}

Aproximadamente 75% das crianças admitidas com o diagnóstico de bronquiolite em UTIPs requer suporte ventilatório e 18% dessas necessita de VMI por se tratar de casos mais graves da doença, que levaram ao desconforto respiratório. Com o avanço da tecnologia nas UTIPs, reduziu-se significativamente as mortalidades relacionadas a quadros severos de bronquiolite.^{337,338}

Desse modo, a BVA é uma das principais causas de internação em UTIPs. Um adulto que foi hospitalizado na infância manifesta uma condição irreversível nas vias aéreas, com redução da função pulmonar provocada pela doença. Este tipo de seqüela poderá perdurar por toda a vida do paciente.^{339,340}

Portanto, o bom prognóstico de uma criança em estado crítico nas UTIPs é influenciado por fatores intrínsecos ao paciente como comorbidades, a gravidade do quadro clínico na admissão e a idade do paciente. Os fatores extrínsecos que influenciam a assistência à saúde são a experiência da equipe hospitalar, a disponibilidade de recursos materiais e o emprego de protocolos clínicos assistenciais.⁹ Diante do exposto o presente trabalho tem o objetivo de identificar o perfil epidemiológico dos pacientes internados com bronquiolite nas UTIPs em um hospital de urgência.

MÉTODOS

³³⁴ CANTO, R. C.; PEIXE, A. A. F. 2011.

³³⁵ NASCIMENTO, S. M. N. 2014. p. 43.

³³⁶ ROQUÉ, F. M.; GINÉ-GARRIGA, M.; GRANADOS, R. C.; PERROTA, C.; VILARÓ, J. 2016.

³³⁷ OAKLEY, E.; CHONG, V.; BORLAND, M.; NEUTZE, J.; PHILLIPS, N.; KRIESER D. *et al.*, 2017.

³³⁸ JAT, K. R.; MATHEW, J. L. 2019.

³³⁹ ROQUÉ, F. M.; GINÉ-GARRIGA, M.; GRANADOS, R. C.; PERROTA, C.; VILARÓ, J. 2016.

³⁴⁰ MCCALLUM, G. B.; PLUMB, E. J.; MORRIS, P. S.; CHANG, A. B. 2017.

O presente estudo é de abordagem quantitativa, descritivo, epidemiológico e transversal realizado em duas UTIPs de um Hospital de Urgência e Emergência do Estado de Goiás, no qual a amostra foi composta da análise dos prontuários de pacientes admitidos nas UTIPs com bronquiolite no período de abril de 2018 a abril de 2020.

Os critérios de inclusão foram prontuários de todos os pacientes internados na UTIP com o diagnóstico de bronquiolite no período de abril de 2018 a abril de 2020; pacientes de ambos os sexos; com idade entre 29 dias a 2 anos; com comorbidades relacionadas a displasia broncopulmonar, cardiopatia congênita, neuropatia, imunodepressão, doença do refluxo gastroesofágico (DRGE), complicação, encefalopatia hipóxico-isquêmica, epilepsia, atrofia muscular espinhal proximal tipo I (AME tipo I), coqueluche, asma, anemia hemolítica, mal convulsivo, displasia broncopulmonar com hipertensão pulmonar, displasia broncopulmonar com DRGE, hipospádia e anus perfurado, cardiopatia congênita e ânus perfurado.

Foram excluídos da amostra: prontuários incompletos; prontuários de pacientes internados depois do período analisado (maio de 2020); e prontuários de pacientes que inicialmente eram diagnosticados com bronquiolite e após exame clínico, este diagnóstico era substituído por outro.

Por a pesquisa se tratar de coleta de dados por prontuários, após a aprovação do projeto pelo comitê de ética, foi solicitado a equipe de Tecnologia da Informação do hospital o acesso a uma lista de os números dos prontuários de todos pacientes internados no período de abril de 2018 a abril de 2020 no hospital com os respectivos CID 10: J21 Bronquiolite aguda, J21.0 Bronquiolite aguda devida a vírus sincicial respiratório, J21.8 Bronquiolite aguda devida a outros microrganismos especificados, J21.9 Bronquite aguda não especificada. Também foram utilizados os cadernos do checklist de extubação da fisioterapia das UTIPs para coleta dos números prontuários. Com o número do prontuário, a pesquisadora acessava cada prontuário e analisava se o paciente era elegível de acordo com os critérios de inclusão.

Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento semiestruturado composto por dados sociodemográficos como: idade, gênero, cidade que reside; dados sobre o estado nutricional como: peso atual, peso atual para idade; dados gestacionais como idade gestacional e peso ao nascer; e dados sobre a internação como: internação prévia, agente

causador, uso de oxigenioterapia, uso de VNI, falha da VNI, uso de VMI, se realizou traqueostomia (TQT), necessidade de aspiração, realizadas mudanças de decúbito, se necessitou de posição prona, apresentou complicações, teve parada cardiorrespiratória (PCR), realizada reanimação cardiorrespiratória (RCP) e desfecho (óbito, alta hospitalar ou encaminhamento para outra unidade).

Os dados de cada paciente foram transcritos para uma planilha Excel para Windows (Microsoft Office) especialmente programado para esta pesquisa. Foi realizada a análise de caracterização dos dados categorizados em frequências absolutas (n) e relativas (%) e dos dados contínuos em média e desvio padrão da média (dp). Realizou-se Teste exato de Fisher para comparação das proporções entre grupos de variáveis categóricas. Testou-se a normalidade dos dados pelo Teste de Shapiro-Wilk e, frente à ausência de normalidade dos dados contínuos, procedeu-se à comparação pelo teste de Mann-Whitney. As avaliações foram feitas no software STATA ®14 e o nível de significância adotado foi de 5%.

A análise do indicador de peso para a idade foi feita considerando também o sexo, pelo software WHO Anthro, versão 3.2.2. Foi considerado baixo peso para a idade quando o escore Z foi menor que -2.

A presente pesquisa foi realizada de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos (Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde). O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos Leide das Neves Ferreira (CAAE 28728820.7.0000.5082), com ausência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por se tratar de análise de prontuários.

RESULTADOS

Foram incluídos no estudo 73 pacientes, com média de idade de 7,2 meses (dp=6,4) e maioria com menos de 6 meses (56,2%) e do sexo masculino (60,3%).

Quanto ao estado nutricional, a média de peso das crianças foi de 6,7 kg (dp=1,9), com média de escore Z do indicador peso para a idade de -0,35 (dp=1,5) e, no

classificador desse indicador, evidenciou-se pouco menos de 10% das crianças com baixo peso para a idade. No que diz respeito ao estado gestacional, a média de idade gestacional foi de 37,5 (dp=1,9), em que 18 (33,3%) da amostra são prematuros e o peso médio ao nascer foi de 3 kg (dp=0,7).

Na pesquisa foi encontrado que 45,21% das crianças avaliadas tiveram ao menos uma internação anterior à avaliada pela pesquisa. O agente causador da bronquiolite mais frequente foi o viral (75,3%), seguido do bacteriano (24,7%). Mais de 85% da amostra necessitou de oxigenioterapia por cateter nasal, e permaneceu em uso de O₂ por 3,6 dias (dp=3,5). A VMI foi utilizada por 15,1% dos pacientes e em média por 6,2 dias (dp=38,7). A VNI foi utilizada por 27,4% dos pacientes em média por 1,1 dias (dp=2,7), e mais frequentemente com interface do tipo pronga nasal (17,8%), com modo Bilevel (19,2%) e sem sedação (86,3%). Houve falha na VNI em aproximadamente 7% dos avaliados. Mais de 4% dos pacientes necessitaram de TQT e 84,9% de aspiração. Foi realizada mudança de decúbito quase que para a totalidade da amostra (98,6%) e a posição prona foi adotada para 1,4% dos casos.

As comorbidades mais frequentemente evidenciadas nos pacientes foram cardiopatia congênita em 6,8% da amostra, e broncodisplasia, doença do refluxo gastroesofágico, complicação, encefalopatia e epilepsia, todas com 2,7%. Já com relação à medicação, as combinações mais frequentes foram: antibiótico, solução salina, salbutamol e corticoide, com 31,5% dos casos; corticoide, salbutamol e solução salina hipertônica, com 19,2% e antibiótico, solução salina e salbutamol, com 16,4% dos casos avaliados.

As complicações mais frequentes foram, em ordem decrescente, a insuficiência respiratória aguda (IRpA), síndrome respiratória aguda grave (SRAG), pneumonia e a associação entre SRAG e pneumonia. Houve PCR e RCP em 4,1% da amostra. A morte encefálica não foi verificada em nenhuma das crianças, mas houve óbito em dois casos (2,7%). Houve alta de 94,5% dos pacientes para a enfermaria, e dois pacientes tiveram alta direto para casa com o cuidado domiciliar. O tempo médio de internação na UTI foi de 12 dias (dp=39,8) e de internação total de 15,7 dias (dp=39,9).

Foi verificado que o peso das crianças foi significativamente menor nos pacientes com VMI ($p=0,019$) (Tabela 1). Em quem fez uso de VMI, houve menor

frequência de uso de VNI ($p=0,007$) e de óbito ($p=0,021$) e maior frequência de complicações SRAG ($p=0,022$) (Tabela 2). O tempo de internação, na UTI e total, foi significativamente maior nos que fizeram uso de VMI ($p=0,001$, para ambos) (Tabela 2).

Nos pacientes que fizeram uso de VNI, houve também mais pacientes que fizeram o uso de VMI ($p=0,007$) (Tabela 2). A aspiração foi necessária em todos os pacientes em VNI ($p=0,021$) e o tempo de internação na UTI e total foi significativamente maior nos que fizeram uso de VNI ($p=0,001$, para ambos) (Tabela 2).

Em quem fez uso de VMI, houve maior frequência de uso de cateter nasal ($p=0,005$), sedação associada a VNI ($p=0,001$), menor frequência de VNI no modo SIMV ($p=0,002$), maior frequência de falha na VNI ($p=0,002$) e ainda mais dias de VNI ($p=0,003$) (Tabela 3).

Os dias de uso da VMI foi significativamente maior naqueles pacientes que usaram VNI do que naqueles que não usaram ($20,9\pm 73,0$ vs $0,7\pm 2,8$; $p=0,001$).

DISCUSSÃO

A bronquiolite representa uma doença com alta morbidade, mas baixa mortalidade. Reforça-se que a taxa de óbito por insuficiência respiratória é rara e varia de 5,3:100.000 casos nos EUA, para crianças menores de 12 meses de idade, no qual, à medida que os recursos de terapia intensiva e pesquisas avançam, tem se reduzido essa taxa.³⁴¹

Por isso, mesmo acometendo sua população de maior risco (baixo peso, lactentes jovens e prematuros) e que utilizaram VMI por período longo (por 7 dias ou mais), a taxa de mortalidade permanece baixa.^{342,343,344} Esta taxa de mortalidade está relacionada com o padrão respiratório apresentado, sendo menor naqueles que possuem

³⁴¹ BERTOZZI, G.; MAGLIETTA, F.; BALDARI, B.; BESI, L.; TORSELLO, A.; DI GIOIA, C. R. T. *et al.*, 2020.

³⁴² BUENO, F. U.; PIVA, J. P.; GARCIA, P. C. R.; LAGO, P. M.; EINLOFT, P. R. 2009.

³⁴³ CLAYTON, J.; MCKEE, B.; SLAIN, K. N.; ROTTA, A. T.; SHEIN, S. L. 2019.

³⁴⁴ FERLINI R, PINHEIRO FO, ANDREOLIO C, CARVALHO PRA, PIVA JP. 2016.

predominantemente bronquiolite. Em compensação com os quadros que evoluem para a síndrome respiratória aguda grave (SRAG) e que fizeram uso de VMI, manifestaram maiores complicações e taxas mais elevadas de mortalidade. A SRAG se trata de uma complicação de infecções virais que afeta severamente o sistema respiratório primeiro.^{345,346}

O presente estudo demonstrou uma significância entre os pacientes que demandaram uso de VMI com a taxa de óbitos, isso corrobora a literatura sobre os aspectos de que quadros graves de bronquiolite estão ligados a lactentes jovens de menor peso que evoluíram com insuficiência respiratória aguda (IRpA) e principalmente com SRAG posteriormente, devido à bronquiolite se tratar de uma infecção que pode aumentar em até seis vezes o esforço respiratório.^{347,348}

Os dois óbitos presentes na nossa amostra tinham baixo peso, um foi em decorrência da associação da gravidade da bronquiolite com a complicação da cardiopatia congênita e o outro foi da bronquiolite com SRAG. Ambos os pacientes estavam em uso de VMI, contudo é importante salientar que os óbitos não foram em decorrência do uso da ventilação, mas sim pelo quadro clínico grave que repercutiu em instabilidade hemodinâmica.^{349,350}

No que concerne aos quadros mais severos que necessitam desse suporte ventilatório serem em pacientes menores de 6 meses, interliga-se que quanto mais jovem e se forem prematuros apresentam um quadro mais grave com desfechos respiratórios adversos, principalmente por fatores mecânicos, devido a terem um menor calibre de suas vias aéreas (quanto menor a criança, maior o aumento na resistência das vias aéreas, a resistência está ainda mais aumentada pela inflamação extensa e edema das vias aéreas provocado pela doença), mas também por causa de fatores imunológicos que são mais fracos em bebês mais jovens e prematuros. Esse fato causa uma tendência a respostas imunológicas inatas fracas ao vírus como o VSR, em comparação com a

³⁴⁵ BUENO, F. U.; PIVA, J. P.; GARCIA, P. C. R.; LAGO, P. M.; EINLOFT, P. R. 2009.

³⁴⁶ FERLINI R, PINHEIRO FO, ANDREOLIO C, CARVALHO PRA, PIVA JP. 2016.

³⁴⁷ CANTO, R. C.; PEIXE, A. A. F. 2011.

³⁴⁸ FERLINI R, PINHEIRO FO, ANDREOLIO C, CARVALHO PRA, PIVA JP. 2016.

³⁴⁹ FIGUERAS-ALOY, J.; MANZONI, P.; PAES, B.; SIMÕES, E. A. F.; BONT, L.; CHECCHIA, P. A.; FAUROUX, B.; CARBONELL-ESTRANY, X. 2016.

³⁵⁰ MASARWEH, K.; GUR, M.; LEIBA, R.; BAR-YOSEPH, R.; TOUKAN, Y.; NIR, V.; GUT, G.; BEN-DAVID, Y.; HAKIM, F.; BENTUR, L. 2020.

idade avançada, tornando este perfil mais suscetível a infecções virais e a necessitar de suporte respiratório.^{351,352}

Um dos tratamentos iniciais da bronquiolite aguda é o uso da VNI, o qual está associado à necessidade de VMI em casos severos, principalmente com a presença de comorbidade significativa e baixo peso, que requerem pressão positiva contínua nas vias aéreas (CPAP) e pressão positiva em dois níveis (BiPAP), e não obtiveram sucesso com essas terapias na reversão do desconforto respiratório.³⁵³ Foi o caso de um paciente da nossa amostra que, mesmo após o uso da VNI, careceu da intubação por não ter obtido sucesso com a terapia. Mesmo assim, ao fornecer suporte respiratório com modalidades não invasivas, pode-se evitar a necessidade de VMI e suas complicações relacionadas na maioria dos casos.³⁵⁴

Os pacientes que fizeram uso de VNI precoce tiveram uma melhora do quadro respiratório após a terapia, com isso precisaram de menos suporte de oxigênio, toleraram permanecer em cateter de oxigênio com um fluxo menor.³⁵⁵

Por causa do quadro acarretar uma piora da função pulmonar com pico em 5 dias, o seu tratamento depende de sua gravidade. Em razão disso, alguns lactentes são indicados à oxigenioterapia, quando se tem uma deterioração do quadro clínico utiliza-se da VNI, na falha desta opta-se pela intubação associada a VMI. Por isso, as três condutas se relacionam, como o processo inverso também ocorre, um paciente extubado pode necessitar de VNI e depois apenas de oxigênio suplementar com a melhora do quadro. Reforça-se que tais condutas estão associadas ao uso do salbutamol com solução hipertônica e broncodilatadores, principalmente na criança em desconforto que está inapetente.^{356,357}

³⁵¹ RODRÍGUEZ-MARTÍNEZ CE, SOSSA-BRICEÑO MP, NINO G. 2018.

³⁵² SIMON, A.K.; HOLLANDER, G.A.; MCMICHAEL, A. 2015.

³⁵³ CLAYTON, J.; MCKEE, B.; SLAIN, K. N.; ROTTA, A. T.; SHEIN, S. L. 2019.

³⁵⁴ JAVOUHEY, E.; BARATS, A.; RICHARD, N. *et al.*, 2008.

³⁵⁵ HABRA B. ET AL. 2020.

³⁵⁶ NASCIMENTO, S. M. N. 2014. p. 43.

³⁵⁷ ROQUÉ, F. M.; GINÉ-GARRIGA, M.; GRANADOS, R. C.; PERROTA, C.; VILARÓ, J. 2016.

Em nossa amostra percebemos que o risco de bronquiolite grave pelo VSR foi maior no sexo masculino do que no feminino. Essa diferença pode ser devida a diferenças no desenvolvimento do pulmão e das vias aéreas e por fatores genéticos.³⁵⁸

Os dados corroboram esses principais fatores de risco para bronquiolite: sexo masculino, doença cardíaca congênita, idade jovem de 1 a 6 meses de idade, ou seja, condições em que há excesso de muco nas vias aéreas que necessitam de mais higienização brônquica e aspiração de vias aéreas.^{359,360,361} As comorbidades mais evidenciadas de alto risco foram cardiopatia congênita e broncodisplasia.³⁶²

Os lactentes serem menores de 24 meses, idade gestacional abaixo de 37 semanas e baixo peso ao nascer também representa fatores de risco para internação e à maior permanência desses pacientes na UTI.^{363,364} O tempo de internação não foi associado à quantidade de aspiração, contudo houve relação com o tempo de uso de VMI e VNI, no qual ambos tiveram significância estatística. Pois, os casos mais severos necessitam dessas terapias e por conseguinte o paciente precisa de mais dias internado para obter melhora e estabilidade do quadro clínico, mesmo com os avanços da tecnologia sobre a ventilação mecânica repercutindo na redução de custos, do risco de lesão pulmonar associada à ventilação e do tempo de hospitalização a longo prazo.^{365,366,367,368}

Ressalta-se que, além de questões relacionadas à saúde, uma internação hospitalar prolongada associa-se a uma carga econômica e emocional substancial. O custo aos pais de acompanhar a criança durante a internação se liga diretamente com a perda de seus dias de trabalho, bem como à ansiedade em relação ao estado do filho, podendo ter consequências a longo prazo nesta família.³⁶⁹

³⁵⁸ FLORIN, T. A.; PLINT, A. C.; ZORC, J. J. 2017.

³⁵⁹ JARTTI, T.; SMITS, H. H.; BØNNELYKKE, K. *et al.*, 2019.

³⁶⁰ LAMBERT, L.; SAGFORS, A. M.; OPENSHAW, P. J.; CULLEY, F. J. 2014.

³⁶¹ RALSTON, S. L.; LIEBERTHAL, A. S.; MEISSNER, H.C. *et al.*, 2014.

³⁶² FLORIN, T. A.; PLINT, A. C.; ZORC, J. J. 2017.

³⁶³ SIMON, A.K.; HOLLANDER, G.A.; MCMICHAEL, A. 2015.

³⁶⁴ MUSSMAN, G. M.; PARKER, M. W.; STATILE, A.; SUCHAREW, H.; BRADY, P. W. 2013.

³⁶⁵ CLAYTON, J.; MCKEE, B.; SLAIN, K. N.; ROTTA, A. T.; SHEIN, S. L. 2019.

³⁶⁶ MUSSMAN, G. M.; PARKER, M. W.; STATILE, A.; SUCHAREW, H.; BRADY, P. W. 2013.

³⁶⁷ AMIRNOVIN, R.; AGHAMOHAMMADI, S.; RILEY, C.; WOO, M. S.; CASTILLO, S. D. 2018.

³⁶⁸ LIN, J.; ZHANG, Y.; XIONG, L.; LIU, S.; GONG, C.; DAI, J. 2019.

³⁶⁹ JARTTI, T.; SMITS, H. H.; BØNNELYKKE, K. *et al.*, 2019.

Deste modo o período de internação de um lactente está diretamente ligado ao período de incubação do vírus, que varia 4 a 5 dias, junto com os demais fatores abordados anteriormente que predizem uma maior gravidade do quadro. Em casos que necessitam de ventilação mecânica o tempo de hospitalização oscila entre 5 a 15 dias, assim como foi exposto em nosso estudo, com uma média de internação de 12 dias na UTIP e de 15.71 dias de internação hospitalar total, em que o uso de VNI ou VMI esteve associado com este intervalo mais longo de dias, em que 94.52% receberam alta para enfermaria e dois lactentes foram de alta da UTIP com assistência médica domiciliar.³⁷⁰

CONCLUSÃO

Diante do exposto conclui-se que o principal agente causador da bronquiolite foi o VSR. Destaca-se que os fatores como prematuridade, sexo masculino, baixo peso, idade menor de 6 meses e presença de cardiopatia congênita, quando associados a quadros graves de bronquiolite, tendem a evoluir com IRpA e principalmente com SRGA, sendo essas duas as principais e mais frequentes complicações clínicas.

O uso da VMI tem se mostrado de forma benéfica para os pacientes com bronquiolite, principalmente nos casos graves, no qual contribui positivamente na redução da mortalidade e melhora do quadro clínico. Contudo, isso não diminui o desafio que representa conduzi-la com protocolos e trabalho em equipe multidisciplinar, a fim de que ocorra a redução na morbidade associada à doença e ao uso da ventilação mecânica.

Sendo assim, a realização do estudo mostrou a necessidade de novas pesquisas que abordem o assunto, pois a classificação da gravidade da doença na bronquiolite continua desafiadora para a saúde.

Acredita-se que fatores que limitaram a amostra foram os casos de COVID-19, pois no final da coleta, uma das UTIPs do hospital se tornou referência em tratamento pediátrico para a doença no período de foco da bronquiolite, portanto houve rearranjo dos leitos das UTIPs e, conseqüentemente, redução dos leitos direcionados para as

³⁷⁰ CANTO, R. C.; PEIXE, A. A. F. 2011.

demais síndromes respiratórias. Devido à pandemia e ao isolamento social, as crianças foram menos expostas aos agentes etiológicos da bronquiolite por não irem às escolas e creches, alguns pais não tiveram contato com esses agentes e não o trouxeram para casa por trabalharem de forma remota, com isso houve uma redução dos casos de bronquiolite neste ano.

REFERÊNCIAS

American Academy Of Pediatrics Subcommittee On Diagnosis And Management Of Bronchiolitis. Diagnosis and management of bronchiolitis. *Pediatrics*. v. 118, n. 4, p. 1774-93, 2006

AMIRNOVIN, R.; AGHAMOHAMMADI, S.; RILEY, C.; WOO, M. S.; CASTILLO, S. D. Analysis of a Pediatric Home Mechanical Ventilator Population. **Respiratory Care**, v. 63, n. 5, p. 558-564, may, 2018.

BERTOZZI, G.; MAGLIETTA, F.; BALDARI, B.; BESI, L.; TORSELLO, A.; DI GIOIA, C. R. T. ET AL. Mistrial or Misdiagnosis: The Importance of Autopsy and Histopathological Examination in Cases of Sudden Infant Bronchiolitis-Related Death. *Frontier Pediatrics*, v. 8, p.229, 2020.

BUENO, F. U.; PIVA, J. P.; GARCIA, P. C. R.; LAGO, P. M.; EINLOFT, P. R. Outcome and characteristics of infants with acute viral bronchiolitis submitted to mechanical ventilation in a Brazilian pediatric intensive care. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 2, p. 174-182, jun, 2009.

CANTO, R. C.; PEIXE, A. A. F. Bronquiolite viral aguda. *In*: SARMENTO, G. J. V.; CARVALHO, F. A.; PEIXE, A. A. F. *Fisioterapia respiratória em pediatria e neonatologia*. Barueri: Manole, 2011, edição 2, p. 97-106.

CIARLITTO, C.; VITTUCI, A. C.; ANTILCI, L.; CONCATO, C.; DI CAMILLO, C.; ZANGARI, P.; VILLANI, A. V. Respiratory Syncytial Virus A and B: three bronchiolitis seasons in a third level hospital in Italy. *Italian Journal Pediatrics*, v. 45, n. 1, aug. 2019.

CLAYTON, J.; MCKEE, B.; SLAIN, K. N.; ROTTA, A. T.; SHEIN, S. L. Outcomes of children with bronchiolitis treated with high-flow nasal cannula or noninvasive positive pressure ventilation. *Pediatric Critical Care Medicine*, v. 20, n. 2, p.128-135, 2019.

FERLINI R, PINHEIRO FO, ANDREOLIO C, CARVALHO PRA, PIVA JP. Characteristics and progression of children with acute viral bronchiolitis subjected to mechanical ventilation. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 28; n. 1, p. 55-61, mar, 2016.

FIGUERAS-ALOY, J.; MANZONI, P.; PAES, B.; SIMÕES, E. A. F.; BONT, L.; CHECCHIA, P. A.; FAUROUX, B.; CARBONELL-ESTRANY, X. Defining the risk and associated morbidity and mortality of severe respiratory syncytial virus infection

among preterm infants without chronic lung disease or congenital heart disease. *Infectious Diseases and Therapy*, v. 5, p. 417-452, 2016.

FLORIN, T. A.; PLINT, A. C.; ZORC, J. J. Viral bronchiolitis. *The Lancet*, v. 389, n. 10065, p. 211-224, jan, 2017.

HABRA B. ET AL. A comparison between high-flow nasal cannula and noninvasive ventilation in the management of infants and young children with acute bronchiolitis in the PICU. *Pediatric Pulmonology*, v. 55, n. 2, p. 455-461, feb, 2020.

JARTTI, T.; SMITS, H. H.; BØNNELYKKE, K. ET AL. Bronchiolitis needs a revisit: Distinguishing between virus entities and their treatments. *Allergy*, 2019, v. 74, n. 1, p. 40-52, 2019.

JAT, K. R; MATHEW, J. L. Continuous positive airway pressure (CPAP) for acute bronchiolitis in children. *Cochrane Data base of Systematic Review*, v. 1, n. 1, p.1-27, jan, 2019.

JAVOUHEY, E.; BARATS, A.; RICHARD, N. ET AL: Non-invasive ventilation as primary ventilatory support for infants with severe bronchiolitis. *Intensive Care Medicine*, v. 34, p. 1608–1614, 2008.

LAMBERT, L.; SAGFORS, A. M.; OPENSHAW, P. J.; CULLEY, F. J. Immunity to RSV in early-life. *Frontiers in Immunology*, v. 29, n. 5, p. 466, sep, 2014

LIN, J.; ZHANG, Y.; XIONG, L.; LIU, S.; GONG, C.; DAI, J. High-flow nasal cannula therapy for children with bronchiolitis: a systematic review and meta-analysis. *Archives of Disease in Childhood*, v. 104, n. 6, p. 564-576, jun, 2019.

MARTHA, V. F.; GARCIA, P. C. R.; PIVA, J. P.; EINLOFT, P. R.; BRUNO, F.; RAMPON, V. Comparação entre dois escores de prognóstico (PRISM e PIM) em unidade de terapia intensiva pediátrica. *The Journal of Pediatrics*, v. 81, n. 3, p.259-264, 2005.

MASARWEH, K.; GUR, M.; LEIBA, R.; BAR-YOSEPH, R.; TOUKAN, Y.; NIR, V.; GUT, G.; BEN-DAVID, Y.; HAKIM, F.; BENTUR, L. Factors predicting length of stay in bronchiolitis. *Respiratory Medicine*, v. 161, p. 105824, jan, 2020.

MCCALLUM, G. B.; PLUMB, E. J.; MORRIS, P. S.; CHANG, A. B. Antibiotics for persistent cough or wheeze following acute bronchiolitis in children. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, v. 8, n. 8, p.1-27, aug, 2017.

MUSSMAN, G. M.; PARKER, M. W.; STATILE, A.; SUCHAREW, H.; BRADY, P. W. Suctioning and length of stay in infants hospitalized with bronchiolitis. *JAMA Pediatrics*, v. 167, n. 5, p. 414-21, may, 2013.

NASCIMENTO, S. M. N. Características epidemiológicas de pacientes com bronquiolite viral aguda internados em UTI pediátrica de hospital privado em Salvador. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. 2014.p. 43. Trabalho de Conclusão de Curso em Medicina Bahia, Salvador.

OAKLEY, E.; CHONG, V.; BORLAND, M.; NEUTZE, J.; PHILLIPS, N.; KRIESER D. ET AL. Intensive care unit admissions and ventilation support in infants with bronchiolitis. *Emergency Medicine, Australasia*, v. 29n. 4, p.421-428, 2017.

Rodríguez-Martínez CE, Sossa-Briceño MP, Nino G. Predictors of prolonged length of hospital stay for infants with bronchiolitis. *Journal of Investigative Medicine*, v. 66, p. 986-991, 2018.

ROQUÉ, F. M.; GINÉ-GARRIGA, M.; GRANADOS, R. C.; PERROTA, C.; VILARÓ, J. Chest physiotherapy for acute bronchiolitis in paediatric patients between 0 and 24 months old. *Cochrane Data base of Systematic Reviews*, v. 2, n. 2, p.1-46, feb, 2016.

SIMON, A.K.; HOLLANDER, G.A.; MCMICHAEL, A. Evolution of the immune system in humans from infancy to old age. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*; v. 282, n 1821, p. 20143085, 2015

RALSTON, S. L.; LIEBERTHAL, A. S.; MEISSNER, H.C. ET AL. Clinical practice guideline: the diagnosis, management, and prevention of bronchiolitis. *Pediatrics*, v. 134, p. 1474–502, 2014.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico, nutricional e relativo à gestação e associação com ventilação mecânica invasiva e não invasiva em pacientes internados com bronquiolite nas UTIPs em um hospital público de urgência do estado de Goiás. n=73.

Caracterização sociodemográfica	Sem VMI 62(84,9%)		VMI 11(15,1%)		p-valor	Sem VNI 53(72,6%)		VNI 20(27,4%)		p-valor	
Sexo, n e %	0,223										0,202
Feminino	23	37,1	6	54,5		19	35,8	10	50,0		
Masculino	39	62,9	5	45,5		34	64,2	10	50,0		
Idade (meses), média e dp	7,6	6,6	4,8	4,4	0,158	7,5	6,5	6,4	6,0	0,408	
Idade (dias), média e dp	191,9	159,2	144,5	133,4	0,368	195,7	164,5	155,7	128,5	0,322	
Faixa etária, n e %	0,517										0,929
<6 meses	33	53,2	8	72,7	*	18	34,0	6	30,0	*	
6-12 meses	22	35,5	2	18,2		29	54,7	12	60,0		
> 12 meses	7	11,3	1	9,1		6	11,3	2	10,0		
Cidade, n e %	0,480										0,195
Goiânia	30	48,4	6	54,5	*	24	45,3	12	60,0		
Interior	32	51,6	5	45,5		29	54,7	8	40,0		
ESTADO											
NUTRICIONAL											
Peso atual (Kg)	7,0	2,0	5,6	1,5	0,019	6,9	2,0	6,4	1,8	0,425	
Peso atual para idade (escore Z)	-0,31	1,5	-0,60	1,5	0,553	-0,47	1,5	-0,03	1,3	0,404	
Baixo peso para a idade, n e %	0,717										1,000
Não	56	90,3	10	90,9	*	48	90,6	18	90,0	*	
Sim	6	9,7	1	9,1		5	9,4	2	10,0		
GESTACIONAL											
Idade gestacional, média e dp	37,68	2,9	36,00	5,0	0,591	37,6	3,4	37,0	2,7	0,311	
Prematuro, n e %	0,429										0,288
Não	32	68,1	4	57,1	*	28	70,0	8	57,1		

Sim	15	31,9	3	42,9		12	30,0	6	42,9	
Peso ao nascer, média e dp	3,1	0,61	2,7	1,2	0,603	3,0	0,72	3,1	0,77	0,475

Siglas: n – valor absoluto; dp- desvio-padrão da média; O2 - oxigênio, VNI – ventilação mecânica não invasiva; TQT – traqueostomia; IRpA - Insuficiência Respiratória Aguda; SRAG – Síndrome respiratória aguda grave; PCR – parada cardiorrespiratória; RCP – reanimação cardiorrespiratória. p-valor obtido por teste de Mann-Whitney ou *Exato de Fisher, com 5% de nível de significância.

Tabela 2. Perfil do estado de saúde e internação e associação com ventilação mecânica invasiva e não invasiva em pacientes internados com bronquiolite nas UTIPs em um hospital público de urgência do estado de Goiás. n=73.

Caracterização	Sem VMI 62(84,9%)		VMI 11(15,1%)		p- valor	Sem VNI 53(72,6%)		VNI 20(27,4%)		p- valor
Saúde e internação										
Internação prévia, n e %					0,363*					0,403*
Não	35	56,4	5	45,4		30	56,6	10	50,0	
Sim	27	43,6	6	54,6		23	43,4	10	50,0	
Agente, n e %					0,091*					0,357*
Viral	49	79,0	6	54,6		41	77,	14	70,0	
Bacteriano	13	21,0	5	45,4		12	22,6	6	30,0	
Oxigenioterapia, n e %					0,659*					0,123*
Cateter nasal	55	88,7	9	81,8		44	83,0	20	100,0	
Máscara de Venturi	1	1,6	0	0		1	1,9	0	0	
Não	6	9,7	2	18,2		8	15,1	0	0	
Dias de uso de VO2, média e dp	3,3	3,0	4,9	5,7	0,607	3,4	3,2	3,9	4,2	0,731
VNI, n e %					0,007*					0,007*
Não	49	79,1	4	36,4		49	92,4	13	65,0	
Sim	13	21,0	7	63,6		4	7,5	7	35,0	
TQT, n e %					0,057*					0,180*
Não	61	98,4	9	81,8		52	98,1	18	90,0	
Sim	1	1,6	2	18,2		1	1,9	2	10,0	
Aspiração, n e %					0,143*					0,021*
Não	11	17,7	0	0		11	20,7	0	0	
Sim	51	82,3	11	100,0		42	79,3	20	100,0	
Mudanças de decúbitos, n e %					0,151*					0,726*
Não	0	0	1	9,1		1	1,9	0	0,0	
Sim	62	100,0	10	90,9		52	98,1	20	100,0	
Posição prona, n e %					0,151*					0,274*
Não	62	100,0	10	90,9		53	100,0	19	95,0	
Sim	0	0	1	9,1		0	0	1	5,0	
Complicações, n e %					0,022*					0,050*
Nenhuma	24	38,7	2	18,2		20	37,7	6	30,0	
IRpA	30	48,4	3	27,3		27	50,9	6	30,0	
Pneumonia	2	3,2	1	9,1		2	3,8	1	5,0	
SRAG	4	6,4	4	36,4		3	5,7	5	25,0	
SRAG e pneumonia	1	1,6	1	9,1		1	1,9	1	5,0	
PCR e RCP, n e %					0,057*					0,623*
Não	61	98,4	9	81,8		51	96,2	19	95,0	
Sim	1	1,6	2	18,2		2	3,8	1	5,0	
Óbito, n e %					0,021*					0,524*
Não	62	100,0	9	81,8		51	96,2	20	100,0	
Sim	0	0	2	18,2		2	3,8	0	0,0	

Alta para enfermagem, n e %	0,001*										0,699*
Não	0	0	4	36,4		3	5,7	1	5,0		
Sim	62	100,0	7	63,6		50	94,34	19	95,0		
Tempo de internação na UTI (dias), média e dp	5,9	7,4	46,5	97,7	0,001	5,3	4,6	29,6	74,2	0,001	
Tempo de internação total, média e dp	9,7	9,7	49,4	97,0	0,001	8,9	6,0	33,6	73,9	0,001	

Siglas: n-valor absoluto; dp-desvio-padrão da média; O2-oxigênio, VNI-ventilação mecânica não invasiva; TQT-traqueostomia; IRpA-Insuficiência Respiratória Aguda; SRAG-Síndrome respiratória aguda grave; PCR-parada cardiorrespiratória; RCP-reanimação cardiorrespiratória. p-valor obtido por teste de Mann-Whitney ou *Exato de Fisher, com 5% de nível de significância.

Tabela 3. Característica do uso de ventilação não invasiva e associação com ventilação mecânica invasiva em pacientes internados com bronquiolite nas UTIPs em um hospital público de urgência do estado de Goiás. n=73.

Caracterização	Sem VMI 62(84,9%)		VMI 11(15,1%)		p-valor
Interface da VNI, n e %					0,005*
Nasal	1	1,6	2	18,2	
Facial	5	8,1	0	0	
Pronga	8	12,9	5	45,4	
Não	48	77,4	4	36,4	
Dias de uso da VNI, média e dp	0,65	1,6	3,5	5,4	0,003*
Uso de sedação para VNI, n e %					0,001*
Não	59	95,2	4	36,4	
Sim	3	4,8	7	63,6	
Modo da VNI, n e %					0,002*
CPAP	2	3,2	3	27,3	
BIPAP	11	17,7	3	27,3	
Não	49	79,1	4	36,4	
SIMV	0	0	1	9,1	
Falha da VNI, n e %					0,022*
Não	60	96,8	8	72,7	
Sim	2	3,2	3	27,3	

Siglas: n-valor absoluto; dp-desvio-padrão da média; O2-oxigênio, VNI-ventilação mecânica não invasiva; TQT-traqueostomia; IRpA-Insuficiência Respiratória Aguda; SRAG-Síndrome respiratória aguda grave; PCR-parada cardiorrespiratória; RCP-reanimação cardiorrespiratória. p-valor obtido por teste de Mann-Whitney ou *Exato de Fisher, com 5% de nível de significância.

SOBRE A REVISTA E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. DECLARAÇÃO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.

2. CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; o arquivo da submissão está em formato Microsoft Word; o texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista; as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares às cegas foram seguidas.

3. DIRETRIZES PARA AUTORES

a) Estrutura do texto:

- **Título do Artigo** – Centralizado e tamanho da fonte Times New Roman 14 em negrito, em português, inglês e em espanhol;
- **Resumo e palavras-chaves** – Justificado em português, inglês e em espanhol, e tamanho da fonte Times New Roman 11, com exceção das palavras **RESUMO**, **ABSTRACT** e **RESUMEN**, que devem ser fonte 12 e negrito (o resumo deve conter objetivo, metodologia, resultados e conclusão do estudo); as **palavras-chave**, **Keywords**, **Palabras-Clave**, devem ser separadas por ponto e vírgula e ser no mínimo três e no máximo cinco.
- Utilizar como Referência as normas da ABNT.

b) Layout: Formato Word (.doc); escrito em espaço 1,5 para o texto e 1,0 para citações longas, utilizando Times New Roman fonte 14 para o título que deve ser centralizado, 12 para o texto e 10 para as citações ou notas de rodapés, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 3,0 cm.; texto justificado com paragrafo de 1,25, os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

c) Figuras: O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

d) Autoria: Todos os autores precisam ser incluídos nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista).

- **Autor(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação Identificação do autor, com e-mail, incluindo titulação, instituição, outra informação de interesse (máximo três linhas);
- **Orientador(es):** Nome Alinhado à direita, colocar em nota de rodapé a apresentação do orientador com e-mail, incluindo filiação acadêmica, titulação, instituição e outras informações de interesse acadêmico, (máximo quatro linhas).

e) Exemplo de referências em ABNT:

- **Artigo em periódico:** RIGO, Marciane; BLEIL, Claudécir. Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Ideau**, V. 3, n.7, 2008.
- **Livro:** JUND, S. **Auditoria: Conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 550 Questões**. Rio de Janeiro: Ímpetus, 2001.
- **Página da internet:** AMOROSO, Danilo. O que é Web 2.0? Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->>. Acesso em: 12 mar. 2016.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos manuscritos é feita por pares, pelo método Double Blind Review, onde cada manuscrito é avaliado por dois pareceristas ad hoc externos, selecionados por especialidade ou afinidade em relação ao conteúdo temático do manuscrito sob apreciação.

Após a submissão o manuscrito é avaliado pelos pareceristas ad hoc, que analisam, sugerem correções e melhorias. Em seguida é feita a análise pelo editor, que analisa os pareceres e decide pela recusa ou aceitação do manuscrito.

Após a análise do editor, o manuscrito é devolvido para os autores para realização das melhorias sugeridas pelos pareceristas.

Por fim, o autor envia a versão final do manuscrito, com o respectivo relatório do software de detecção de similaridades (possivelmente o CopySpider).

5. FOCO E ESCOPO

A Revista de Ensino e Cultura é um periódico vinculado ao Centro Universitário Natalense – UNICEUNA e ao Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte –

IESRN, de acesso aberto, com fluxo contínuo de publicação. A revista aceita manuscritos em todas as áreas do conhecimento, em especial sobre Ensino e Cultura.

6. POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta Revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

A Revista não cobra taxas. Assim, não são cobradas taxas para avaliação dos artigos, ou taxas para submissão de artigos.

7. ÉTICA DA PUBLICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE NEGLIGÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

A revista dedica-se a cumprir as boas práticas no que diz respeito à conduta moral condizente com a editoração científica de periódicos. A prevenção da negligência também é responsabilidade crucial do autor, editor e da equipe editorial: qualquer forma de comportamento antiético, bem como o plágio em qualquer instância, não é aceito. Os autores que enviam artigos para a revista garantem que o trabalho não foi publicado nem está em processo de revisão/avaliação em nenhum outro periódico.

A revista recomenda o uso da lista de verificação e fluxograma do CONSORT 2010 como condição de submissão ao relatar os resultados de um estudo randomizado. Modelos para estes podem ser encontrados no site da CONSORT [www.consort-statement.org] que também descreve várias extensões de lista de verificação CONSORT para diferentes projetos e tipos de dados além de dois testes paralelos de grupo. Os artigos devem relatar o conteúdo abordado por cada item da lista de verificação. O atendimento desses requisitos básicos aumentará as chances de eventual publicação.